**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL**

ROSELI DA SILVEIRA

**DA TERRA AO MAR: UM ESTUDO DE MICROTAPONÍMIA CAIÇARA EM
IGUAPE/SP**

**SÃO PAULO
2015**

ROSELI DA SILVEIRA

**DA TERRA AO MAR: UM ESTUDO DE MICROTAPONÍMIA CAIÇARA EM
IGUAPE/SP**

Tese apresentada ao Departamento de
Linguística da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
Linguística.

Área de Concentração: Semiótica e
Linguística Geral

Orientadora: Profa. Dra. Esmeralda
Vailati Negrão

SÃO PAULO

2015

Ficha catalográfica

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silveira, Roseli
S587t Da terra ao mar: um estudo de microtoponímia
caíçara em Iguape/SP / Roseli Silveira ; orientador
Esmeralda Vailati Negrão. - São Paulo, 2015.
244 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Linguística Geral.

1. Onomástica. 2. Iguape (SP). 3. Toponímia. 4.
Lexicologia. 5. Linguística aplicada. I. Negrão,
Esmeralda Vailati, orient. II. Título.

SILVEIRA, Roseli. **Da terra ao mar: um estudo de microtoponímia caiçara em Iguape/SP**. Tese apresentada ao Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Aprovada em: 02/10/2015

Banca Examinadora

Prof. Dr^a _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr^a _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr^a _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr^a _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr^a _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa a meus pais,
Geraldo e Yara, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar o meu sincero agradecimento a todos aqueles que incentivaram a realização deste trabalho, dentre os quais não poderia deixar de destacar a minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, afastada por motivo de saúde antes da conclusão desta tese.

Mesmo impossibilitada de acompanhar esta sua orientanda, por motivo de sua débil saúde, senti sua presença marcante em todas as obras que ela publicou, seja em Anais de congressos, artigos em revistas e livros sobre as ciências do léxico, e nos livros com os quais ela nos brindou, verdadeiras obras fundadoras sobre Toponímia, nas quais compartilha seu vasto conhecimento.

Em Iguape, agradeço ao pessoal do Museu Municipal, pelas orientações, material fornecido, como exemplares do jornal *A Tribuna de Iguape*. Em São Vicente, agradeço ao Instituto Histórico e Geográfico pela disponibilização de seu acervo bibliográfico.

A minha família, meus filhos, pelo carinho e apoio constantes na minha vida pessoal, acadêmica e profissional, que me permitiu galgar esse patamar de conhecimento.

Aos meus colegas de turma da USP, Prof^a Dr^a Irenilde Pereira dos Santos e amigos do GPDG, que de alguma forma contribuíram para que eu tivesse êxito nesta empreitada, o meu muito obrigado.

Um agradecimento especial a minha mãe, que esteve sempre presente e disposta a colaborar. Até que ela nos deixou e não viu a conclusão deste trabalho. Deus a tenha.

E, por fim, agradecer a dedicação, paciência e competência da Prof^a Dr^a Esmeralda Vailati Negrão que me orientou nos momentos finais desta tese e principalmente nas correções pós-defesa.

RESUMO

SILVEIRA, Roseli. **Da terra ao mar: um estudo de microtoponímia caiçara em Iguape/SP**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A Toponímia, o estudo dos nomes de lugar, estuda os nomes próprios que assumem a função de nomear os acidentes físicos ou antropoculturais de uma determinada localidade, constituindo a nomenclatura geográfica do lugar. No caso desta pesquisa, a toponímia estudada é a de Iguape, município do litoral sul paulista. O estudo sistemático dos nomes das ruas, avenidas, praças, rios, córregos, morros, etc, no interior do município, constitui um estudo de microtoponímia. Como tal, o presente estudo se insere no projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo e este, por sua vez, no projeto maior que é a elaboração do Atlas Toponímico do Brasil. A metodologia empregada, tanto em um como no outro projeto, segue o “método das áreas” de Dauzat e a classificação dos nomes de lugar de George Stewart, que a Prof^a Dr^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, da USP, adaptou à realidade brasileira para a classificação dos topônimos, formulando uma taxionomia composta de vinte e sete taxes. Por meio da pesquisa linguístico-semântica e etimológica dos 412 termos-ocorrência encontrados em Iguape, pôde-se depreender a intencionalidade do denominador e sua motivação. Constatou-se que o maior contingente é de numerotopônimos e que todas as camadas étnico-linguísticas que compõem o Português Brasileiro estão representadas na toponímia de Iguape. Os topônimos de origem portuguesa, concentrados no Centro do município, revelaram a intenção de homenagear figuras importantes da municipalidade - predomínio, portanto, de antropotopônimos e axiotopônimos. O léxico de origem brasílica, disperso nos demais bairros, registrou a presença de uma natureza exuberante, de acordo com os semas ligados a água, vegetação, animais, formas do relevo, entre outros. A contribuição do léxico africano se deu com apenas um topônimo, mas que guarda a memória e a história da escravidão no Brasil. Ou seja, os topônimos em Iguape refletem a interinfluência do homem (branco, negro ou indígena) e do meio (físico e cultural), permeados pela língua.

Palavras-chave: Iguape-SP/Brasil, toponímia, estudo do léxico, ato de nomear.

ABSTRACT

SILVEIRA, Roseli. **From land to sea: a study of *caçara* microtoponymy in Iguape, SP (Brazil)**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Toponymy – that is, the study of place names – studies the proper nouns that assume the role of naming land forms or cultural anthropological features of a given locality, composing the geographical nomenclature of that place. In the case of this research, the studied toponymy was extracted from Iguape, a coastal municipality in the south of São Paulo State. The systematic study of the names of streets, avenues, squares, rivers, creeks, hills, etc. within the municipality constitutes a study of microtoponymy. As such, this work informs the project *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, which in turn is a part of a larger project: the development of the *Atlas Toponímico do Brasil*. The methodology used in both projects draws from Dauzat's "area method" and George Stewart's classification of names, adapted to the Brazilian context by University of São Paulo's Prof. Dr. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, who elaborated a taxionomy composed of 27 taxa for the classification of the toponyms. Through linguistic-semantic research and the etymological origin of the 412 term-occurrences found in Iguape, we have managed to infer namers' intentionality and motivation. We have verified that the largest share of them consists of numerotoponyms and that all the ethnolinguistic layers that compose Brazilian Portuguese are represented in Iguape's toponymy. Toponyms of Portuguese origin, centralized in the downtown area, reveal the intention of honoring important people from the municipality, which indicates the prevalence of anthrotoponyms and axiotoponyms. The lexicon of Brazilian origin, spread throughout the other neighborhoods, register the presence of exuberant nature, expressed by semes linked to water, vegetation, animals and land relief, among other. The contribution of the African lexicon is restricted to only one toponym, which keeps the reminiscences and the history of slavery in Brazil. In other words, toponyms in Iguape reflect the cross-influence of humans (either white, black or indigenous) and the environment (either physical or cultural), permeated by language.

Keywords: Iguape-SP/Brazil, toponymy, lexical study, act of naming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Distâncias de Iguape.....	32
Figura 2- Mapa das Capitanias Hereditárias.....	39
Figura 3- Mapa da Capitania de São Vicente - séc. XVI - Yguá	42
Figura 4- Mapa da Vila de Itanhaém com o Morro do Sapucoytava	46
Figura 5- Mapa da região administrativa de Registro.....	47
Figura 6- Mapa Municipal Estatístico/2007- Iguape/SP.....	80
Figura 7- Modelo de ficha lexicográfico-toponímica.....	85
Figura 8- Rua das Neves antigamente (Funil de Baixo e Funil de Cima).....	167
Figura 9- Rua das Neves hoje.....	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Motivação do léxico de origem brasílica (indígena).....	149
Gráfico 2- Origem do léxico toponímico de Iguape/SP.....	152
Gráfico 3- Taxionomias toponímicas predominantes em Iguape/SP.....	154
Gráfico 4- Acidentes humanos (AH) e acidentes físicos (AF).....	154
Gráfico 5- Origem do léxico - Centro de Iguape.....	156
Gráfico 6- Taxionomias - Centro de Iguape.....	157
Gráfico 7- Origem do léxico (menos o Centro).....	159
Gráfico 8- Classificação do topônimos (menos o Centro).....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Levantamento toponímico de Iguape.....110

Tabela 2- Léxico brasílico146

Tabela 3- Léxico brasílico híbrido148

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
 2 UNIVERSO DA PESQUISA	
2.1 Introdução.....	21
2.2 O ambiente físico e as diversidades geográficas.....	24
2.3 O ambiente cultural	26
2.4 A área cultural caiçara.....	29
2.5 Iguape/SP: diagnóstico da área de estudo.....	31
2.5.1 Aspectos históricos do município de Iguape	34
2.5.2 A Capitania de São Vicente.....	39
2.6 Iguape e sua relação com o Vale do Ribeira.....	46
2.6.1 Região Administrativa de Registro.....	47
2.6.2 Eldorado: a busca do ouro.....	49
2.6.3 Cananeia.....	51
 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
3.1 Introdução.....	53
3.2 Léxico e toponímia.....	60
3.3 A toponímia no Brasil- panorama geral.....	64
3.4 A motivação toponímica.....	70
 4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS	
4.1 Introdução.....	73
4.2 Os Projetos ATB e ATESP.....	73
4.2.1 Metodologia do Projeto ATESP.....	74
4.3 Escolha do local e estabelecimento do <i>corpus</i> de análise.....	78
4.4 As taxionomias toponímicas.....	80
4.5 As fichas lexicográfico-toponímicas.....	84
 5 A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA EM IGUAPE	
5.1 Introdução.....	86
5.2 A religiosidade.....	86

5.2.1 Origem dos cultos de N. Sra. das Neves e do Sr. Bom Jesus de Iguape.....	89
5.2.2 Outras manifestações religiosas.....	92
5.3 A natureza.....	93
5.4 O homem	96
5.4.1 A escravidão em Iguape	98
5.4.2 Bairros de remanescentes de quilombolas	100
5.5 A história e as manifestações culturais	102
5.5.1 Os ciclos do ouro, da construção naval e do arroz.....	105
 6 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES	
6.1 Levantamento Toponímico de Iguape	110
6.2 As fichas lexicográfico-toponímicas do léxico brasílico.....	119
6.3 Análise quantitativa dos registros toponímicos	146
6.4 Análise qualitativa dos registros toponímicos	161
6.4.1 As substituições.....	171
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
 REFERÊNCIAS	179
 ANEXOS	186

1 INTRODUÇÃO

A Toponímia é o estudo dos nomes próprios de lugar. Ao lado da Antroponímia, que é o estudo dos nomes próprios de pessoas, integra os dois ramos da Onomástica. Desse modo, ambas estão contidas no sistema onomástico, e este no sistema linguístico.

O sistema onomástico compreende as realizações virtuais do sistema lexical, disponíveis para o desempenho denominativo do falante, caracterizando-se pela especialização. A atualização das formas lexicais, nesses recortes linguísticos, não difere da que o usuário da língua normalmente emprega no plano da expressão, nos seus atos de comunicação. Com a diferença de que, no plano do conteúdo, ressalta a motivação do sujeito que nomeia, mediando a relação do objeto ou pessoa (referente) com sua representação (signo linguístico). O simbolismo das formas linguísticas, na Toponímia, transforma nomes em lugares concretos e homens desconhecidos em personalidades públicas.

Enquanto disciplina que trata de fatos do sistema da língua, a Toponímia é parte aplicada da Linguística geral, de fundamentação léxico-terminológica.

O estudo toponímico tem caráter interdisciplinar, nele se imbricam conhecimentos que têm íntima ligação com a Geografia, por se tratar do estudo de acidentes físicos e antropoculturais; da Antropologia, por ser o homem o autor das denominações; da Etnografia e da História, porque por meio das camadas onomásticas, percebem-se, numa perspectiva diacrônica, as características do local, tanto nos seus aspectos físicos quanto socioculturais. A Toponímia serve-se, entre outras, de dados dessas ciências para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional.

O estudo dos topônimos de uma região pode constituir, ao mesmo tempo, um registro científico, um resgate e, até mesmo, a preservação da cultura e da memória dos povos que habitaram e que habitam o lugar. Nesse sentido, o recorte observacional do signo linguístico com função de locativo que fazemos resgata a memória e a história de Iguape, revelando as várias camadas étnicas que compõem o nosso idioma: o português, as línguas indígenas, as africanas e as dos imigrantes. A pesquisa da origem dos topônimos, circunscritos a um espaço e tempo

determinados, pode estabelecer as causas motivadoras da denominação e, pela distribuição e classificação dos topônimos no local pesquisado, pode-se chegar a depreender um modelo onomástico.

De acordo com pesquisa de Dick (1996, p.44), pela carta única que registra as áreas de distribuição dos nomes dos 573 municípios paulistas¹, fruto do Projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), Iguape se insere entre os “assentamentos indígenas nas zonas de colonização mais antigas do Estado, a sudeste e a sudoeste, onde se pode perceber sua situação etnográfica”. Nesta segunda fase do projeto, o objetivo é fazer o levantamento, classificação e mapeamento da distribuição dos topônimos no interior dos municípios, estudando a microtoponímia característica da localidade, como o nome das ruas, avenidas, largos, morros, rios, becos, etc.

O presente estudo toponímico de Iguape se integra ao Projeto ATESP. Assim como o Atlas Toponímico do Brasil (ATB), ambos foram idealizados pela Prof^a Dr^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick e pretendem contribuir para o estudo da diversidade da língua portuguesa do Brasil, notadamente quanto à nomenclatura toponomástica. O município de Iguape foi escolhido por termos conhecido sua história e a riqueza de seu léxico quando foi objeto de estudo sociogeolinguístico desta pesquisadora sobre a variação lexical. No resumo da dissertação de Mestrado de Silveira (2009), intitulada *Estudo sociogeolinguístico do município de Iguape: aspectos semântico-lexicais*, lê-se: “O presente estudo objetiva registrar amostras desse verdadeiro ‘dialeto caiçara’, bolsão de tupinismos, arcaísmos e variantes lexicais peculiares”.

Iguape situa-se numa vasta região conhecida como Vale do Ribeira, que se estende desde o sul do estado de São Paulo até o leste do estado do Paraná, e abriga a maior área contínua de Mata Atlântica ainda existente. É a mais importante reserva de água doce do dois estados e um dos mais conservados bancos genéticos do país.

Como foi dito, muitos fatores contribuíram para que Iguape apresentasse as peculiaridades que interessaram a pesquisadora e motivaram o presente trabalho. Iguape é um município da época colonial fundado nos primeiros anos da colonização

¹ O ATESP registra os topônimos de 573 municípios paulistas existentes à época da pesquisa, 1996.

portuguesa no Brasil com o auxílio de índios das redondezas e de alguns desterrados. De lá para cá, Iguape conheceu a opulência e a agitação de centro comercial e, mais tarde, a decadência e o esquecimento na região mais pobre do estado de São Paulo.

Muito antes de 1500, os índios da costa – genericamente chamados de tupis, ocupavam a faixa litorânea do Brasil, deixando na região de Iguape muitas marcas de sua cultura, como a língua, a culinária, o artesanato e vestígios de sua permanência no local, como os sambaquis, depósitos de cascas de ostras e siris. Os tupis conviveram com a língua portuguesa trazida pelos colonizadores portugueses desde a época do Descobrimento, sendo que por muito tempo falou-se uma língua de intercurso, chamada *língua geral* ou *brasílica*, para possibilitar a comunicação entre eles. Depois vieram os negros africanos para trabalhar nos engenhos de açúcar, os quais, submetidos à escravidão, fugiam para as matas e formavam os quilombos. Em Iguape e em toda a região do Vale do Ribeira, concentra-se considerável número de comunidades quilombolas, remanescentes desses negros escravos. Dessa variedade de culturas e influências, estratos ou camadas dialetais superpostos, resultou a toponímia de Iguape.

Iguape foi uma das mais importantes cidades do período colonial, passando sucessivamente por três importantes ciclos: o ciclo do ouro de mineração; o ciclo da construção naval, graças a seu porto e a sua localização privilegiada; e o ciclo do arroz, o mais importante deles, proporcionando-lhe prêmio internacional pela qualidade de seu produto. São dessa última fase os casarões coloniais construídos pelos senhores da elite agrária, hoje preservados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

No entanto, para facilitar o transporte das sacas de arroz que chegavam ao porto do Ribeira, às margens do rio Ribeira de Iguape, e eram levadas em canoas, e de lá transportadas em lombo de burro até o porto de Iguape, e para diminuir os custos com o frete, resolveram abrir um canal de dois quilômetros de extensão, ligando o rio ao Mar Pequeno. A obra do canal do Valo Grande, como ficou conhecido, foi desastrosa para a economia de Iguape: as margens do rio Ribeira começaram a desbarrancar devido à força de suas águas, que passaram a entrar pelo canal, e essa areia foi sendo depositada em frente ao porto de Iguape, o que, aos poucos, foi impedindo a entrada de navios.

A região foi rapidamente entrando em decadência econômica e só foi recuperar sua força a partir da segunda metade do séc. XX. A partir da década de 70, os turistas descobriram suas belezas naturais e compraram muitas terras dos caiçaras. Mais recentemente, Iguape recebeu investimentos na área do turismo ecológico e religioso, que é considerado, atualmente, a base de sua economia.

Iguape conserva muitas tradições. A própria religiosidade, que leva milhares de romeiros vindos de todas as partes do estado de São Paulo e do Paraná à Festa do Bom Jesus de Iguape, a Festa de Agosto, é herança de seus antepassados, portugueses e espanhóis, que o caiçara preservou. Bairros como os de Icapara, Jairê e Barra do Ribeira, apresentam arraigadas tradições caiçaras; o Morro Seco já é formado, em sua maioria, por descendentes dos quilombolas. Por outro lado, os moradores do centro da cidade e do Rocio vão perdendo aos poucos seus costumes, seu modo de falar. Por isso é importante registrar, nesse momento, a nomenclatura geográfica desta comunidade caiçara.

O rico passado colonial de Iguape, a importância de seu porto e os ciclos econômicos que viveu, estão preservados pela memória toponímica, pelo menos por alguns nomes de logradouros, que contam a história do município. A relevância da pesquisa da microtoponímia de Iguape, e seu objetivo geral, consistem exatamente em registrar e catalogar os topônimos que refletem o dinamismo das mudanças por que passou o local, verificando a motivação do denominador. Isso inclui observar a permanência ou a substituição do topônimo.

Os objetivos específicos estipulados foram os seguintes: 1) elencar os topônimos que nomeiam os acidentes geográficos localizados no município de Iguape, a partir de cartas do Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); 2) aplicar a taxionomia de Dick (1980) para tratar os topônimos quanto à estrutura, etimologia e motivação e 3) identificar estratos etnolinguísticos na base dos topônimos.

Em Iguape, há uma grande concentração de topônimos de origem indígena, ainda que muitos tenham sido substituídos ao longo do tempo por designativos outros, motivados por força de lei, por antropotopônimos na sua maioria, em homenagem a pessoas públicas ou por fatos marcantes da história nacional ou municipal. Por isso mesmo, trabalhamos com duas hipóteses: o estudo da nomenclatura geográfica de Iguape pode revelar traços da geografia da região

pesquisada (até aqueles não mais existentes), dos movimentos da população e características etnolinguísticas. Além disso, a existência e preservação de topônimos de origem indígena podem guardar a memória do município.

Procurou-se, tanto quanto possível, em fontes bibliográficas e na documentação disponível, as origens mais remotas do denominativo, as causas das substituições eventualmente realizadas, todos os dados que pudessem nos permitir o equacionamento da nomenclatura em períodos ou estágios onomásticos. Pelo menos de alguns nomes que possam refletir a cosmovisão do denominador em momentos determinados da região estudada.

A metodologia adotada para a pesquisa consistiu no levantamento dos nomes dos logradouros do município, colhidos nas Cartas Topográficas Iguape I, II e III, do Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC), de 1989, escala de 1:10.000, no Mapa Municipal Estatístico do IBGE, 2007. Os topônimos foram lançados numa planilha do *Excel* para serem posteriormente analisados e classificados de acordo com as taxionomias propostas por Dick (1980). Em seguida foram gerados gráficos que demonstram a relação quantitativa entre os vários tipos de topônimos, sua distribuição e origem. Basicamente é a mesma metodologia empregada no ATESP.

As fontes mais consultadas, dentre a bibliografia específica, foram o jornal *A Tribuna de Iguape*, o livro *Iguape... Nossa história*, de Roberto Fortes, e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga (IHGGB), além da *Enciclopédia Caiçara*, obra organizada por Diegues (2004-2006). A bibliografia cobriu desde as épocas mais antigas da história do município, que se confunde com a história do Brasil, até os dias atuais, servindo de base ao desenvolvimento da pesquisa propriamente dita.

Para realizar a pesquisa, fez-se o levantamento de todos os locativos extraídos do material cartográfico, da seguinte maneira: 1) os tipos de acidentes: humanos, como as ruas, os bairros, os becos, os engenhos, os portos, praças, fontes, igrejas etc; ou físicos, como rios, valo, outeiro, barra, cachoeira, morro etc; 2) a origem do topônimo, se de origem portuguesa, do léxico brasílico, africano ou outro; 3) a classificação do topônimo de acordo com as vinte e sete taxes propostas por Dick (1980). Por léxico brasílico, entendemos todas as línguas de origem indígena faladas no Brasil, da época da colonização até os dias atuais, e que

contribuíram para a formação do português brasileiro e para a nomenclatura geográfica nacional.

Em resumo, o objetivo de nossa pesquisa é o estudo toponímico dos nomes que se encontram ainda hoje nas ruas, praças e demais acidentes físicos ou humanos de Iguape, procurando, tanto quanto possível, estabelecer as causas que determinaram o aparecimento dos topônimos, se a denominação se deu de maneira espontânea ou sistemática, oficial; sua significação e ressemantizações, seguido de sua correspondente classificação.

Mais do que verificar a permanência do nome em vista do referente que, muitas vezes, já não existe ou foi modificado pelo homem, como a rua da Palha ou a rua do Campo, este estudo objetiva assinalar a importância da Toponímia no sentido de preservar a memória da terra, bem imaterial do patrimônio histórico e cultural de um lugar.

Para cumprir nosso propósito, a tese foi estruturada em sete capítulos, alinhados da seguinte maneira:

Na *Introdução*, Capítulo 1, apresentamos o que é a Toponímia, suas características e a explicação do que vem a ser um estudo toponímico e de microtoponímia. Também esclarecemos os objetivos da tese, assinalamos sua relevância e justificamos a escolha de Iguape como foco da pesquisa. Por fim, discorreremos brevemente sobre a metodologia adotada para a pesquisa.

O Capítulo 2, *Universo da pesquisa*, trata da caracterização geográfica do *topos* escolhido, Iguape. Caracteriza-se, também, o ambiente cultural e a área cultural caçara. Por fim, o município de Iguape é apreendido do ponto de vista histórico, incluído como uma das vilas da capitania de São Vicente, e pertencente à atual região administrativa de Registro, compartilhando o espaço e a história com Registro, Eldorado e Cananeia.

No Capítulo 3, *Fundamentação teórica*, faz-se uma introdução à disciplina toponímica, explica-se a relação Léxico e Toponímia, considerando que a língua, por meio de um complexo de símbolos, reflete o quadro físico e social em que se acha inserido o grupo social e registra seu interesse social, que determina a natureza do léxico. O embasamento teórico quanto ao signo linguístico e ao léxico em geral buscamos em Saussure, Pottier e Sapir; quanto a

considerar a Toponímia uma linguagem de especialidade, Dick apoiou-se na teoria terminológica de Cabré. O modelo de análise é de Dauzat, com o seu “método das áreas”, e a classificação dos topônimos é a que Dick adaptou à nossa realidade, engendrando uma taxionomia apropriada à pesquisa toponímica em geral, com base na obra *A classification of place-names*, de Stewart (1954). Mostramos um panorama geral da toponímia no Brasil, ressaltando que, para a apreensão do sistema toponímico brasileiro, deve-se proceder à pesquisa da natureza linguística dos topônimos (português, indígena, africano) e à análise da motivação ou da natureza semântica dos nomes (tipologias dominantes em cada área). Abordamos a motivação toponímica, partindo do pressuposto de que o topônimo é um caso especial de signo linguístico porque, no momento da nomeação, ele passa de arbitrário a motivado, graças à funcionalidade de seu emprego. De acordo com os ensinamentos de Dick (1992), ressaltamos que a motivação toponímica apresenta dois aspectos: a intenção do denominador, que pode ser subjetiva ou objetiva; e a etimologia da denominação, que pode ser transparente ou opaca.

No Capítulo 4, *Método e procedimentos*, explicam-se os objetivos dos Projetos ATB e ATESP, sua importância para o estudo da diversidade do português brasileiro (PB), sua metodologia e as taxionomias toponímicas idealizadas por Dick. Justifica-se a escolha do local, o município de Iguape, localizado no litoral sul do estado de São Paulo, e aponta-se o critério para o estabelecimento do *corpus* de análise.

No Capítulo 5, *Dados para uma análise da motivação toponímica em Iguape*, aborda-se a religiosidade do iguapense, herança ibérica, e sua relação com a toponímia, relatando a origem dos cultos cristãos de N. Sra. das Neves e do Bom Jesus de Iguape e outras manifestações religiosas; a importância da natureza, representada em Iguape, em grande parte, pela toponímia de origem brasílica, e a estreita relação que o indígena mantinha com o meio; o homem branco, cujos nomes batizaram grande parte das ruas, com seus títulos; a escravidão e os bairros de remanescentes de quilombolas, descendentes de negros escravos; a história, os ciclos econômicos e as manifestações culturais.

No Capítulo 6, *Análise da produção de informações*, apresenta-se o levantamento toponímico de Iguape, os locativos de origem indígena (tupi), as fichas lexicográfico-toponímicas do léxico brasílico, adaptadas do modelo idealizado por

Dick (2004). Em seguida, passa-se à análise das informações coletadas, começando pela análise quantitativa, acompanhada de gráficos que apresentam os dados da pesquisa. Logo após apresenta-se a análise qualitativa.

Por fim, no Capítulo 7, procedeu-se às *Considerações finais*, enfatizando os resultados obtidos, a caracterização da microtoponímia de Iguape, seu desenho onomástico, concentrando nomes de origem portuguesa no Centro e relegando os nomes de origem indígena para os bairros periféricos.

Ainda constam desta tese as *Referências*, em que se listam as obras de referência da Toponímia, da história de Iguape, as teses e dissertações consultadas, publicações de artigos e jornais, além dos *sites* acessados.

Para finalizar, nos *Anexos* constam documentos sobre a história do município, como carta de Diogo Garcia, de 1527; documentos pesquisados por Ernesto Guilherme Young; Atas da Câmara em que se propõe trazer água para a Vila, faz-se a descrição dos terrenos da Marinha, propõe-se abrir o canal do Valo Grande e conta-se a história da vila de Subauma e da Colônia Katsura. E algumas fichas lexicográfico-toponímicas do léxico português e uma do africano.

2 UNIVERSO DA PESQUISA

2.1 Introdução

Definiu-se o local da pesquisa em Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo, por ser uma cidade histórica que teve muita importância no período colonial, situada em uma região de natureza exuberante, de Mata Atlântica preservada, cortada por grandes rios e que, sabe-se, abrigou em seu passado mais longínquo, cerca de 6.000 anos atrás, grupos de silvícolas, nômades, que deixaram nos inúmeros sambaquis que ainda existem em seu entorno marcas de sua passagem pela região.

Para um estudo toponímico, a escolha do espaço é fundamental, não apenas em termos físicos, mas principalmente em termos humanos, socioculturais. Como parte da metodologia prática, fizemos um levantamento pontual das características do lugar, aspectos físicos gerais, como a morfologia urbana e aspectos demográficos, em termos das camadas étnicas envolvidas na composição da população. Ou seja, a relação do homem com o meio em que ele vive são os principais interesses do toponimista, uma vez que o traço espacial ganha existência pelo recorte da linguagem. A Toponímia e a Antroponímia são corresponsáveis, também, pela preservação dos fatos culturais em uma dada área geográfica, funcionam como “memória” do núcleo. Assim, além do espaço, deve-se considerar também o tempo.

O oekúmeno dos antigos era todo e qualquer espaço em que as condições naturais possibilitassem a organização da vida em sociedade. Hoje, segundo Santos (1997, p.17), o espaço humano mudou, além de *espaço biológico*, ele faz parte da rede de relações econômicas e políticas; não só as relações efetivas, mas também as potenciais. Podem existir espaços vazios, mas não existem mais espaços neutros.

Santos (1997, p.37) exemplifica o que é paisagem e comenta:

Uma região produtora de algodão, de café ou de trigo. Uma

paisagem urbana ou uma cidade de tipo europeu ou de tipo americano. Um centro urbano de negócios e as diferentes periferias urbanas. Tudo isto são paisagens, formas mais ou menos duráveis. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações.

A paisagem compreende dois elementos: os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele, e os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente. Segundo Santos:

Espaço e paisagem transformam-se para se adaptar às novas necessidades da sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. (1997, p.37)

O espaço não pode ser analisado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação. Como analisar a relação entre estrutura e forma, a sociedade e a paisagem?

Stephan Hales, citado por Santos (1997, p.10), diz que: “com um esforço encontramos as coisas que estão diante de nós”. O que se acha diante de nós é o *agora* e o *aqui*, a atualidade em sua dupla dimensão espacial e temporal.

Ainda segundo afirmação de Santos (1997, p.10),

[...] a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como “tempo”, não porém como “espaço”; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social.

“Todavia, estamos acostumados a pensar que o passado está morto, e que nada do passado pode ser também presente”, escreveu Bertrand Russell (apud SANTOS, 1997, p.10).

Segundo Le Goff (2003, p.13), “a oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência de tempo. Para a criança, ‘compreender o tempo

significa libertar-se do presente' (Piaget), mas o tempo da história não é nem o do psicólogo nem o do linguista”.

Todavia o exame da temporalidade nestas duas ciências reforça o fato de que a oposição presente/passado não é um dado natural, mas uma construção. [...] Com efeito, o interesse no passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente (método regressivo de Bloch).

Observou Sorre (1957) a familiaridade dos povos “primitivos” com o seu espaço, sua percepção do espaço, confundindo-se com o espaço social necessário à reprodução de sua vida. Segundo ele, “quando a economia se complica, uma dimensão espacial mais ampla se impõe, e o espaço do trabalho é cada vez menos suficiente para responder às necessidades globais do indivíduo”. (apud SANTOS, 1997, p.18)

As alterações por que passa a paisagem são apenas parciais. De um lado alguns dos seus elementos não mudam – ao menos em aparência – enquanto a sociedade evolui. São as testemunhas do passado. [...] uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade, continua Santos (1977, p.37) sua explanação. E conclui:

É por isso que a sociedade não se distribui uniformemente no espaço: essa distribuição não é obra do acaso. Ela é o resultado de uma seletividade histórica e geográfica, que é sinônimo de necessidade. Esta necessidade decorre de determinações sociais fruto das necessidades e das possibilidades da sociedade em um dado momento. (SANTOS, 1977, p.42)

Segundo Claval (1973, p.33), não se deve definir as cidades como conjuntos ocupados por construções contínuas, mas “pode-se tentar compreendê-las enfatizando os processos e os mecanismos econômicos ou políticos que tornaram indispensável a concentração dos seres humanos”.

Entre as duas grandes guerras, começa-se a discutir as funções das cidades e a mapear as áreas que elas dominam e organizam. Claval (1973, p.35) define o papel das cidades nesse novo contexto assim:

O papel das cidades é de facilitar ao máximo a comunicação entre os seres humanos, minimizando os custos de conexões. Para desfrutar plenamente das vantagens que nascem da multiplicidade dos parceiros à disposição, é necessário viver na proximidade dos lugares onde se desenrolam as trocas: as cidades se estruturam em torno de quarteirões centrais dedicados à política, à administração ou

aos negócios. Ao redor, os habitantes das zonas rurais podem usufruir das vantagens da cidade somente de maneira intermitente, em consequência de um deslocamento.

Ainda segundo Claval (1973, p.36), é a partir da análise dos processos de comunicação que é possível interpretar as formas construídas, embora o traçado das ruas, a concepção das construções, seu significado vá além dessa explicação. “Convém, portanto, analisar também os ritmos de vida da cidade, descrever sua existência no cotidiano e evocar sua fisionomia durante o fim de semana e suas transformações no momento das festas”.

A premissa básica da pesquisa toponímica é entender a cultura como um complexo sistema de comunicação. Língua e sociedade humana são paralelas: língua e cultura mantêm uma relação constante.

Nos grupos tradicionais é através da comunicação de uma memória compartilhada que o corpo social se afirma. As formas tradicionais de identidade se impõem pela sua presença ou pela presença dos símbolos que a representam nos espaços públicos, como sua gastronomia, seu folclore, sua cultura.

2.2O ambiente físico e as diversidades geográficas

No Brasil, as fases ou tipos de atividade econômica correlacionam-se com o desenvolvimento social, numa sequência que representou a marcha do povoamento em diversas direções. Esse desenvolvimento social ocorreu de acordo com as condições do meio físico e do tipo de economia implantado, criando um ambiente ecologicamente integrado.

A diversidade dos fatores físicos e geográficos como o clima, o solo, a vegetação e os demais recursos naturais levaram a colonização a seguir o processo de utilização do meio, ou do que se encontrava nesse meio e o que ele proporcionava, para fixação dos grupos humanos. Desse modo, o meio físico foi de fundamental importância para a colonização do Brasil, uma vez que apresentava grande diversidade face à imensa extensão territorial.

Segundo Mussolini (1980, p. 220):

Em virtude da política colonial portuguesa, que se caracterizou, quanto ao povoamento, pela dispersão, organizou-se ao longo da costa uma série de configurações espaciais distintas, de diferentes significações. Contudo, de modo geral e até o século XIX, observa-se um marcante desequilíbrio entre o povoamento litorâneo e o do interior do Brasil, perpetuando-se aquela situação que fez com que Frei Vicente do Salvador, no século XVI, acusasse os colonos de se contentarem em “andar arranhando as costas do mar como caranguejos” sem tentar nenhuma penetração importante para além de seus limites.

O solo foi importante para a fixação do homem, criando uma sociedade estável. O relevo, dividido em três regiões, a das planícies, a dos planaltos e a montanhosa, teve papel relevante na nossa formação social e econômica.

O povoamento cresce horizontalmente à faixa marítima, e somente toma direção vertical, ao encontro das áreas mediterrâneas, à proporção que os contactos com os primitivos donos da terra facilitam o conhecimento dos recursos que permitem essa penetração. (Diegues Jr., 1960, p.37)

A água, seja a do rio ou a do mar, foi de inestimável valor no processo de ocupação humana no Brasil. A do mar facilitou o contato entre os vários povoamentos ao longo do litoral, favoreceu o intercâmbio com o exterior, fixou os núcleos demográficos costeiros. A do rio promoveu a ocupação do interior, possibilitou a aglutinação da população, serviu como caminho de penetração, meio de acesso para entrar no sertão, ajudou nas caminhadas, ao lado das veredas primitivas dos indígenas, para que se conhecessem as direções a seguir.

O litoral, a princípio, em todo o século XVI, é o ambiente físico da ocupação humana. Na segunda metade desse século, começam as tentativas de penetrar para o interior, no propósito de alcançar os planaltos; e estes são como que dominados a partir dos fins daquele século.

O litoral constituía-se a atração do português, e isso não somente como uma decorrência da necessidade de defender a terra, se não ainda como uma fixação de sentido ecológico: o caráter talássico do português da época. (Diegues Jr., 1960, p.37)

A beira do mar queria dizer também aproximação das matas, e ambos – mar e floresta – eram elementos econômicos de valor: “perto do mar para os índios se poderem manter com as suas pescarias e perto das matas para poderem fazer os seus mantimentos”, como afirma Capistrano de Abreu. (apud Diegues, 1960, p. 38)

As condições do clima, da vegetação e do solo – e não apenas essa proximidade do mar ou do rio – facilitaram a ocupação do colonizador ainda na primeira metade do século XVI. O panorama da colonização no primeiro século foi esse: absolutamente litorâneo.

2.3 O ambiente cultural

O lusitano, a princípio, não pôde ir além, nem chegou mesmo a promover um povoamento interior. Somente quando a mestiçagem com o indígena começou a dar os primeiros frutos é que foi possível a formação, no interior, de ilhas humanas. O mestiço, ou de maneira particular o mameluco, é que abre essa penetração, intensificada no segundo século da colonização, quando da descoberta das minas e da expansão dos currais de gado.

Muitos eram os fatores que concorriam para que não fosse possível a unidade brasileira, mas, para surpresa de todos, verificou-se o milagre da unidade nacional. Milagre esse possível graças à cultura portuguesa, ao português do séc. XVI, com sua capacidade de adaptação e de assimilação.

O que, de modo geral, sucedeu no Brasil foi justamente isto: a aplicação, com as suas adaptações, os seus recuos, os seus avanços, de experiências colonizadoras adquiridas ao contacto com asiáticos ou africanos; com mouros principalmente. (DIEGUES Jr., 1960, p. 54)

A sociedade portuguesa dos “quinhentos” caracterizava-se, segundo retrata a literatura da época, por três traços: a repugnância pelo trabalho; a fidalguia; e a liberalidade dos costumes. O colonizador português mostrava seu desprezo pela agricultura e o apreço por uma vida nobre; abandonava o trabalho manual para viver uma vida de ócio, advinda da exploração do trabalho escravo. Daí surgiu a mania de ostentação, de que haveria de nascer o segundo daqueles traços.

A fidalguia, a procura de títulos, o interesse pelas comendas, eis aspectos peculiares dessa fidalguia que se forma em Portugal e que se projeta no Brasil. Não apenas no Brasil, Estado integrante do Reino Português do séc. XVI ao XVIII, mas ainda, e principalmente, do Brasil tornado independente, com o Império criando barões e

condes, distribuindo títulos e comendas, inventando uma nobreza da terra. (DIEGUES Jr., 1960, p. 55)

Esta fidalguia que se inventava no Brasil era aquela mesma de massapé, do período colonial, a que ironicamente se referia Gregório de Matos; de massapé e, mais tarde, também de terra roxa, com o predomínio econômico do café, no século XIX.

Reflexo dessa fidalguia, vamos encontrar em Iguape, no início do século XIX, como um afã de auferir e ostentar títulos, muitos axiotopônimos, nomes de pessoas precedidos de títulos honoríficos, consubstanciados nos nomes de ruas que encontramos ainda hoje: são títulos, a maioria da Guarda Nacional, distribuídos a Tenentes, Capitães, Coronéis, Majores.

Assim como em outras áreas de colonização portuguesa, a liberalidade de costumes se instalou no Brasil. De acordo com Washington Luís (2004), Portugal passava por dificuldades e cita:

E Alexandre Herculano descreve (...) um quadro negro e entristecedor, que abrange todas as classes, chegando a concluir que irremediável era “a decadência moral e material do país naquela triste época, decadência que explica sobejamente o próximo termo que teve a nossa independência” (p. 157).

À fraqueza e à miséria, então reinantes, associava-se a dissolução dos costumes. (p. 159).

Dessa “moral” nada católica, nasceu uma mestiçagem fruto das relações pecaminosas do colonizador com as índias brasileiras, as negras africanas ou as asiáticas. Situação que os padres da Companhia de Jesus se apressaram em regularizar.

A ocupação humana do Brasil, em relação ao contato do português com o indígena, aconteceu de acordo com a tradição que Gilberto Freire chamou “política pan-social de colonização”, quer dizer, uma variação ou diferenciação do modo de ser, mas nunca uma posição unilateral ou exclusivista.

A transigência, a acomodação, a aceitação, e nunca a repulsa violenta, marcaram os contactos entre lusitanos e indígenas, como igualmente entre lusitanos e africanos em terras do Brasil, ou ainda entre lusitanos e africanos ou lusitanos e asiáticos, nos seus respectivos territórios. (DIEGUES Jr., 1960, p. 56)

Esses fatores permitiram que a ocupação humana se desenvolvesse com

base em fundamentos da cultura portuguesa, em seus legítimos valores culturais. O português compreendeu e acolheu a cultura indígena, que desse modo frutificou e gerou uma importante contribuição social e cultural. A participação do indígena no processo de ocupação humana foi fundamental:

O indígena conhecia os segredos da terra, sabia traduzi-los e utilizá-los; são os indígenas canoeiros e remeiros, onde é preciso usar os rios; são guias e mateiros, onde é preciso desbravar o mato e abrir caminhos; são eles que ensinam o uso das árvores nativas, raízes ou frutos, para a alimentação, e sabem as plantas onde se conserva água para dessedentar os viajantes; são eles que transmitem técnicas de caça e de pesca, logo aceitas pelo colonizador; são eles ainda que perscrutam os caminhos, descobrem os segredos da mata, atentam contra os perigos de feras ou de inimigos. (DIEGUES Jr., 1960, p.57)

Do aproveitamento do indígena, tanto no trabalho como na mestiçagem, o português passou a “gastar” o negro trazido da África para ser escravo, como prefere definir Ribeiro (2012). Resumindo, a escravidão seja do indígena seja do negro africano, foi a técnica de trabalho adotada pelo português. Ele transferiu para esse escravo o esforço de trabalho, uma vez que acreditava que era fidalgo, que tinha ascendência aristocrática.

A participação de indígenas e negros na formação brasileira foi tão efetiva que gerou uma população de mestiços, mulatos e mamelucos, na sua maioria, que logo foram aceitos pela metrópole. A família formada desses elementos foi um dos mais importantes meios de solidificar a colonização.

Na região do Vale do Ribeira, a mão de obra escrava passou a ser utilizada pelos grandes fazendeiros depois da decadência da exploração dos garimpos. Se nas fazendas maiores, onde havia as fábricas de pilar arroz, era crescente a dificuldade em manter os plantéis de negros, os pequenos fazendeiros, que também plantavam arroz, diversificaram suas culturas para seu próprio consumo e para suprir o comércio local.

No apogeu da monocultura do arroz, foi necessária a ampliação da contratação de mão de obra escrava. Foi essa população que, com a decadência dessa monocultura, em finais do século XIX, passou a formar os quilombos existentes na região. Segundo pesquisa de Murillo (2013, p.45).

as ruínas das fazendas, distribuídas na extensa zona rural dessa

vasta região, o casario urbano dos núcleos de Iguape, Iporanga e Cananeia, o canal do Valo Grande, a população quilombola e seu modo de vida são alguns dos testemunhos presentes na paisagem desse momento de riqueza e auge, mas também do papel da região na economia do Brasil Império.

2.4 A área cultural caiçara

A ocupação do litoral sul paulista deu origem a certas características culturais, sociais e linguísticas que contribuem para diferenciá-lo de outros grupos tradicionais como os caipiras, os ribeirinhos e os caboclos.

O termo caiçara, de origem tupi-guarani (*caá-içara*, a estacada, o tapume, o cercado, a trincheira, segundo Sampaio (1987, p.212), indica todo um sistema de proteção e de sobrevivência. Era assim que os indígenas chamavam as cercas colocadas em volta da aldeia e outros sistemas de proteção das plantações e de utensílios de pesca. Iguape, município do litoral sul do Estado de São Paulo, faz parte dessa região litorânea, habitada por descendentes da união de índios, mulatos, negros e dos diversos tipos de colonizadores que por lá viveram.

Segundo Araújo (*apud* DIEGUES, 2005b, p.35), pesquisador do espaço caiçara, a área cultural litorânea da “ubá” (canoa) vai desde Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, até Paranaguá, no sul do Paraná. Para a definição da área cultural são levadas em conta as técnicas de subsistência; no caso da caiçara, a agricultura e a pesca.

Encarnação (2006), em sua pesquisa de mestrado, define: “chama-se caiçara, o agricultor-pescador que sobrevive de uma agricultura de subsistência, da pesca artesanal e de algumas relações comerciais para a venda de seu pescado”. (...) Essa estreita ligação com o meio natural permitiu-lhe a criação de um saber específico, transmitido de geração a geração. Segundo a pesquisadora, “eles se declaram caiçaras como uma forma de resistência, como um fortalecimento de territorialidade com relação àquele espaço que lhes pertence. (...) como uma forma de garantir a sua identidade, de produzir e reproduzir a sua cultura”.

O modo de vida caiçara na faixa litorânea desenvolveu-se em consonância

com os grandes ciclos econômicos por que passou Iguape, a saber, no século XVI e XVII, o ciclo do ouro; no século XVIII, o da construção naval, no séc. XIX, início do século XX, o ciclo do arroz e, até mais recentemente, as atividades de pesca e turismo, conforme esclarece Fortes Filho (2005, p.19), estudioso da história de Iguape.

Muitos dos costumes dos portugueses, indígenas e negros forjaram o estilo de vida caiçara, que combinou as várias práticas culturais, adotando-as para sua vida e rotina. A agricultura de subsistência tem como base o cultivo da mandioca, o seu principal produto. A pesca e todas as técnicas de caçar o peixe, em grande parte, é herança da tradição indígena.

O isolamento do caiçara, cujo espaço ocupado era limitado pela faixa litorânea e pelos contrafortes da Serra do Mar, no litoral sudeste brasileiro, propiciou, ao mesmo tempo, sua independência e afirmação cultural e econômica. Segundo Fortes Filho (in Diegues, 2005b, p. 23), “ao longo do tempo, o caiçara foi adquirindo conhecimentos e técnicas de europeus e indígenas, e aproveitando-se dos recursos naturais da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, mangues, restingas, lagoas, cursos d’água”.

Observando-se o litoral brasileiro, com raras exceções, à primeira vista tem-se a impressão de que a vida ali parou ou se resume a seus elementos culturais básicos. Na comparação com o passado, o aspecto de decadência é o que mais impressiona. É como se se vivesse da lembrança do que restou, patinando na mesmice do que foi.

O modo de vida isolado que o homem do litoral adotou, sem comunicação pelo mar com outros portos nem com o planalto, sem deles receber influências ou produtos, por falta em ambos os casos de condições financeiras, fez com que ele estreitasse a relação com seu *habitat*, e explorasse quase à exaustão os recursos do meio ambiente, vivendo só do que plantava e pescava. O caiçara sabe muito bem as propriedades das plantas medicinais, da madeira para construções, para canoas, para jangadas e conhece os fenômenos naturais ligados à terra e ao mar e “que o norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para venda (...)”, segundo analisa Mussolini (1980, p. 226)

No Brasil, segundo Fortes Filho (2005, p.24), a afirmação das identidades socioculturais, como a do caiçara, é recente, tanto nos estudos antropológicos quanto na ação política, a partir do autorreconhecimento dessas populações como portadoras de uma cultura e um modo de vida diferenciado de outras populações.

2.5 Iguape/SP: diagnóstico da área de estudo

Iguape está localizada no litoral sul paulista, na região do Vale do Ribeira, na latitude 24° 42' sul e longitude 47° 33' oeste, numa altitude de 3 metros acima do nível do mar. Sua área territorial é de 1.977, 957 km², sendo o maior município do Estado de São Paulo em extensão territorial. A população residente, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE/2010 é de 28.841 e a população estimada para 2014 é de 30.259 habitantes. Na zona rural, contam-se 4.154 habitantes e, na zona urbana, 24.687. As principais atividades econômicas do município são o turismo, a pesca, a agricultura e o comércio.

Iguape pertence à região administrativa de Registro, integra-se à Bacia Hidrográfica do Ribeira e situa-se no corredor do Mercosul, entre duas importantes capitais: São Paulo e Curitiba. O acesso a ela é fácil, devido à duplicação quase total da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116, seja por São Paulo (208 km) ou pelo Paraná (Curitiba - 260 km).

Os municípios que se limitam ao norte são Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo; ao sul, Cananeia e Pariqueira-Açu; a leste, Ilha Comprida; a oeste, Miracatu, Juquiá e Pedro de Toledo.

A via de acesso de São Paulo ou de Curitiba a Iguape é a Rodovia Federal Régis Bittencourt, a BR-116; depois pega-se a Rodovia Estadual Prefeito Casimiro Teixeira, a SP-222 ou a Rodovia Estadual Prefeito Ivo Zanella, SP-222, vindo de Pariqueira-Açu para Iguape.

Figura 1 - Distâncias de Iguape

Fonte: <http://www.guiadoturista.com.br>

O clima é o tropical úmido, a amplitude térmica é de 22 a 28° C, com expressivas quedas de temperatura nos meses de inverno, devido à sua localização já próximo à região sul do país. A distribuição das chuvas é irregular, o período mais chuvoso é de outubro a março. A umidade é alta e a nebulosidade é frequente. O relevo é constituído de áreas planas e baixas, formadas pelas margens do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes, áreas típicas de formação litorânea, com alguns pontos de morros e ondulações e encostas de serra. A vegetação é variada, típica de litoral, com áreas de mangue e de restinga e faixas de encosta da Mata Atlântica.

A Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananeia e Paranaguá possuem uma área de 2.830.666 hectares (28.306 km²), sendo 1.119.133 hectares no Estado do Paraná e 1.711.533 hectares no Estado de São Paulo. Ou seja, é uma imensa área que se divide em treze sub-bacias e abrange trinta e dois municípios, sendo nove no Estado do Paraná e vinte e três no Estado de São Paulo.

Os principais rios que atravessam ou fazem fronteira com Iguape são o rio Ribeira de Iguape, rio Peroupava, rio Una do Prelado (rio Comprido), rio das

Pedras, rio Una da Aldeia, rio Itimirim e rio Pequeno. O rio Ribeira de Iguape é o principal da região, atravessando o município e desaguando no mar, no bairro Barra do Ribeira, localizado a dezoito quilômetros do centro. Os principais lagos e represas são a Lagoa do Itacolomim (Jureia) e o Estuário Lagunar do Mar Pequeno (Lagamar). Entre as praias, destacam-se Praia do Leste e Praia da Jureia. A hidrografia é dominada pela Bacia do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes e pelos mares internos.

A Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Iguape foi criada com esta denominação em 1635. Não se sabe a data exata em que a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, estima-se que anteriormente a 1638, com a denominação de Nossa Senhora das Neves de Iguape. Benedito Calixto (1927) anota que povoações como Iguape e Cananeia só receberam o predicamento de vila no início do século XVII. Tornou-se cidade com a denominação de Bom Jesus da Ribeira, por Lei Provincial nº 17, de 3 de abril de 1849.

No ano seguinte, foi restabelecida a denominação de Iguape ou tomou a denominação de Bom Jesus de Iguape, por Lei Provincial nº 3, de 3 de maio de 1850, assim ficando até hoje. O Diploma Legal que altera a denominação anterior para a atual não foi encontrado.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município de Iguape se apresenta composto de 4 Distritos: Iguape, Juquiá, Jacupiranga e Prainha. A Lei Estadual nº 2253, de 29 de dezembro de 1927, desmembra do Município de Iguape o Distrito de Jacupiranga. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o Município de Iguape permanece com 4 Distritos: Iguape, Alecrim, Juquiá, e Prainha.

Em divisões territoriais datadas de 1936 e 1937, o Município de Iguape compreende o único termo judiciário da comarca de Iguape, sendo que em 1936, o Município de Iguape se compõe de 5 Distritos: os mesmos citados em 1933, e mais o de Registro, e em 1937, o Município se compõe de 5 Distritos: os mesmos de 1936 e mais o de Pedro de Toledo (Ex-Alecrim).

O Decreto-lei nº 9073, de 31 de março de 1938, em seu quadro anexo, diz que ao Município de Iguape compreende o único termo judiciário da comarca de Iguape e se divide em 5 Distritos: Iguape, Juquiá, Pedro de Toledo, Prainha e Registro.

Pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, o Município de Iguape perdeu os Distritos de Prainha, Juquiá e Pedro Toledo para o novo Município de Prainha. Em 1939-1943, o Município de Iguape é composto dos Distritos de Iguape e Registro e é termo único da comarca de Iguape, termo este formado por 3 Municípios: Iguape, Jacupiranga e Prainha.

Decreto-Lei nº 14334, de 30 de novembro de 1944, desmembra do Município de Iguape o Distrito de Registro. Em virtude do Decreto-lei Estadual nº 14334, de 1944, que fixou o quadro territorial para vigorar em 1945-48, o Município de Iguape ficou composto de 1 único Distrito, Iguape, e constitui o único termo judiciário da comarca de Iguape formada pelos Municípios de Iguape, Jacupiranga e Registro.

Iguape permanece composto apenas de 1 Distrito, Comarca de Iguape, nos quadros territoriais fixados pelas Leis Estaduais nºs 233, de 24/12/1948 e 2456, de 30/12/1953 para vigorar, respectivamente, nos períodos 1949-1953 e 1954-1958.

Em divisão territorial datada de 1/07/1960, o município é constituído do Distrito Sede. E assim permanece em divisão territorial datada de 15/07/1999.

2.5.1 Aspectos históricos do município de Iguape/SP e região

Os documentos abaixo foram extraídos do livro *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1914), em que ele relata a volta de S. Vicente à condição de sede da capitania e lista as cidades e vilas que lhe pertenciam, incluindo a Vila de Iguape:

Pois d'este sétimo donatario Luiz Carneiro, conde da Ilha do Principe, lhe succedeu em dita capitania seu filho Francisco Luiz Carneiro de Sousa, conde da Ilha do Principe. Este oitavo donatario Francisco Luiz Carneiro de Sousa, obtendo do principe regente o Senhor D.Pedro II confirmação das cem léguas da doação feita ao primeiro donatario d'ellas Martim Affonso de Sousa, fez restituir à villa de S. Vicente o antigo character de cabeça da dita capitania, e d'ella tomou posse na camara da dita villa.

Em 1679, toma posse o oitavo donatário da capitania de S. Vicente,

Francisco Luiz Carneiro de Sousa, conforme documento que Paes Leme anexa:

“Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1679 annos, aos 28 dias do mez de Abril do dito anno, n’esta villa de S. Vicente, cabeça d’esta capitania, em o senado da camara d’ella, estando em vereação os juizes ordinários (...)”

No trecho abaixo, Paes Leme lista as vilas que faziam parte da capitania do donatário da Capitania de S. Vicente, segundo apurou:

N’esta posse se conservou este oitavo donatario, e com tal conhecimento das villas e lugares da sua dita capitania, que provendo em 22 de Março de 1694 de seu procurador bastante ao capitão Thomé Monteiro de Faria, declara no seu alvará de procuração que é donatario da capitania de S. Vicente e da de N. Senhora da Conceição de Itanhahen, villa de Santos, de S. Paulo, de Paranaçuá, de Iguape, de Cananéa, da Ilha Grande, e das mais annexas, &c. (LEME, 1914, p.114)

A seguir, o mesmo detalha as cidades e vilas pertencentes à Capitania de São Vicente, uma das duas donatarias que coube a Martim Afonso:

Cidades e villas que existem dentro das quarenta e cinco leguas de costa, que principiam do rio de São-Vicente, braço do norte, e por outro nome barra da Bertioga, e acabam doze leguas ao sul da ilha de Cananéa, e por outro nome barra de Parnaguá; e com estas quarenta e cinco leguas se ajustam as cem da capitania de São- Vicente, e doação do primeiro donatario Martim Affonso de Sousa.

Villa de Santos; Villa de S. Vicente; Villa de Conceição de Itanhahen; Villa de Iguape; Villa de Cananéa; Villa de Parnaguá; Villa de Curitiba. (LEME, 1914, p.114)

O Vale do Ribeira, nas proximidades de Iguape, foi onde se descobriram os primeiros veios auríferos em nosso país. No final do século XVI, foi encontrado ouro de aluvião, favorecendo o desenvolvimento de Iguape e Cananeia. Sobre a Vila de Iguape, no final do século XVII, anota Leme:

Villa de Iguape

A Villa de Iguape tem só a igreja matriz e casa da camara, com um tabellião do judicial e notas, que serve de escrivão do senado, e um escrivão de orphãos, e ambos servem por donativo que pagam annualmente. A esta villa são sujeitas as minas de ouro de lavagem chamadas da Ribeira, e tão antigas que já em 1690 renderam de

quintos com as de Parnaguá mil e duzentas e setenta e nove oitavas.
(LEME, 1914, p.140)

Oficialmente, Iguape foi fundada em 3 de dezembro de 1538. A data de fundação atual foi firmada em 1938, quando o então prefeito Manoel Honório Fortes incumbiu uma comissão de historiadores paulistas, presidida pelo ilustre Afonso d'Escragnolle Taunay, para estabelecerem a data provável da fundação, baseados em documentos históricos que usam como referência a data de separação de Iguape e Cananeia. A real data da fundação do município é desconhecida. Alguns historiadores chegam a afirmar que já havia europeus vivendo na região mesmo antes do descobrimento do Brasil, por Pedro Álvares Cabral.

Remonta a 1577 a data em que o povoado foi elevado à categoria de freguesia, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora das Neves da Vila de Iguape, quando foi aberto o primeiro livro do tombo da Igreja de Nossa Senhora das Neves, construída no local conhecido por "Vila Velha", no sopé do morro chamado de "Outeiro do Bacharel", defronte à Barra do Icapara. Não se sabe, ao certo, a data de elevação a vila, porém acredita-se que tenha sido entre 1600 e 1614. Neste último ano, foi iniciada a construção da antiga Igreja Matriz, no centro urbano, após a mudança da então freguesia para o local onde se encontra até hoje. A vila foi elevada a cidade com o nome de Bom Jesus da Ribeira, mas, no ano seguinte, o sintagma toponímico voltou a figurar com o termo Iguape, do léxico brasílico, marca de territorialidade, ficando batizada como Bom Jesus de Iguape. Posteriormente, o costume popular simplificou-o para Iguape.

Em 1494, o Tratado de Tordesilhas fixaria os limites territoriais de portugueses e espanhóis, inclusive nas terras americanas. O acordo entre Portugal e Espanha estabelecia a exata dimensão de suas posses nas terras recém-descobertas. A partir daí, ficou definido como linha de demarcação o meridiano 370 léguas a oeste da Ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde, o qual passava sobre Iguape. Ao sul, o limite era o Rio da Prata; a leste, o Oceano Atlântico, e a oeste a Província de Tucumán, atualmente pertencente à Argentina.

O pouco que se sabe sobre as origens de Iguape, segundo historiadores que pesquisaram sua história, é que chegou à região, por volta de 1502, provavelmente trazido pela expedição de Américo Vespúcio, uma figura obscura da

história brasileira, o degredado português Cosme Fernandes, conhecido como "Bacharel de Cananeia". O Bacharel tornou-se uma figura poderosa na região, vindo a possuir muitos escravos e não prestando obediência à coroa portuguesa. Por esses tempos - possivelmente desde 1498 - também ali vivia o aventureiro espanhol Ruy Garcia Moschera, a quem é oficialmente atribuída a fundação do município.

Moschera vivera anteriormente no Rio da Prata e se instalara ali em Icapara- Iguape possivelmente por ser aquela uma região de disputa entre Espanha e Portugal, visto que o povoado se encontrava próximo à linha do Tratado de Tordesilhas, que havia sido ratificado havia poucos anos e cuja demarcação correta ainda não estava estabelecida.

Em 1532, segundo consta de documentos históricos, pouco depois de chegar ao Brasil, Martim Afonso de Sousa ordenou a desocupação de Iguape, que pertencia à coroa portuguesa, inclusive pelo castelhano Moschera e pelo bacharel Cosme Fernandes, que lá viviam e haviam se unido contra Portugal. Não sendo atendido, ordenou que uma expedição chefiada por Pero de Góis executasse a desocupação à força. A essa altura, informados sobre a expedição, Moschera e o bacharel, apoiados por duzentos indígenas flecheiros, capturaram um navio corsário francês que, pouco antes, aportara em Cananeia em busca de provisões, apoderando-se de suas armas e de suas munições.

Em seguida, emboscaram os portugueses e, com a ajuda dos índios e das peças de artilharia do navio francês, eliminaram os inimigos.

Anos depois, entre 1534 e 1536, foi a vez de as forças de Moschera e do bacharel atacarem a vila de São Vicente. Destruíram a vila e mataram a maior parte da população, libertando os prisioneiros e incendiando o cartório onde estavam os registros oficiais do município, levando inclusive o Livro do Tombo, fonte oficial de informação sobre a região de Iguape e sobre seus fundadores. Esse episódio ficou conhecido como a Guerra de Iguape. Após os ataques, os dois teriam fugido para a Ilha de Santa Catarina, tendo Moschera retornado ao rio da Prata e o Bacharel Fernandes para Cananeia.

A povoação de Iguape teve sua primeira igreja construída em homenagem a Nossa Senhora das Neves, em 1537. Após alguns anos de existência onde hoje está a vila de Icapara, entre os anos de 1620 e 1625 a falta de água potável, a falta

de espaço para expansão e eventuais ataques piratas levaram à transferência da então Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Iguape do seu local original para outra área alguns quilômetros ao sul, por ordem do fidalgo português Eleodoro Ébano Pereira. Atualmente, o centro urbano do município situa-se em uma sesmaria cedida pelo donatário Francisco Álvares Marinho, tendo sido o termo de doação assinado em 2 de julho de 1679 por Francisco Pontes Vidal e Manoel da Costa, herdeiros de Cosme Fernandes, documento que consta dos Anexos..

Ainda no século XVI, foram descobertos os primeiros sinais de ouro na região. Devido à sua abundância, a procura logo se intensificou e rapidamente a exploração do ouro de aluvião se tornou a principal atividade econômica do município. Conta-se que, nesse período, a riqueza era tamanha que as mulheres enfeitavam seus cabelos com ouro em pó. Para evitar o contrabando e intensificar a cobrança de impostos pela coroa portuguesa, foi fundada, por volta de 1630, a Casa de Oficina Real de Fundição de Ouro, que é considerada por alguns historiadores como a primeira do gênero no Brasil. No casarão onde funcionava a fundição, hoje está o museu do município. Outros casarões que, hoje, fazem parte do centro histórico do município, também são dessa época.

Com o esgotamento das minas e com o descobrimento de ouro no interior do Brasil, especialmente em Minas Gerais, o município rapidamente entrou em declínio, voltando depois a crescer com o desenvolvimento da indústria de navegação e com a plantação de arroz.

A lavoura do arroz se impôs como atividade econômica a partir do final do século XVIII. “No litoral sul, particularmente em Iguape, as plantações de arroz tiveram peso considerável na economia local após 1790”, segundo Diegues (2004, p.51), consolidando-se efetivamente a partir do início do século XIX, quando milhares de sacas desse cereal passaram a ser exportadas pelo porto de Iguape para os centros consumidores de Santos, Rio de Janeiro e sul do país. (Dados do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga – IHGGB, Diegues (2004) e de Fortes (2000)

Por estes dois primeiros documentos, que constam do livro de Benedito Calixto, conhecemos os limites das capitanias de Martim Afonso e de seu irmão Pero Lopes de Souza:

A donataria de Martim Afonso de Souza primitivamente chamou-se Capitania de São Vicente e abrangia cem léguas de costa e sertão ilimitado, divididas em duas partes, uma das quais começava na Barra de Bertioga e terminava doze léguas ao Sul de Cananeia, no lugar denominado Ilha do Mel, na barra do Lagamar de Paranaguá. A parte da donataria de Pero Lopes de Souza, denominada mais tarde Capitania de Santo Amaro, composta de cinquenta léguas de costa, estava assim dividida, conforme determinava o Foral de doação, passado pelo mesmo rei D. João III: “uma parte, ao Sul, que se compunha de quarenta léguas de costa, que começarão, de doze léguas ao Sul da Ilha de Cananeia, e acabarão na terra de Santa Anna (Santa Catarina), que está na altura de vinte e oito graus e um terço, e na dita altura se porá um padrão, e se lançará uma linha, que só correrá a l’Oeste”.

Aqui o autor traz à luz o motivo de tal divisão:

A razão desta extravagante e caprichosa divisão das duas donatarias, de Martim Afonso e de Pero Lopes, em seções intercaladas umas nas outras, já foi dada pelo Dr. Theodoro Sampaio e baseia-se no fato de já ser conhecida nessa época, pelos dois irmãos, a notícia da existência de minas de metais preciosos no interior desses sertões. A divisão, assim feita, viria evitar a possível injustiça de ficarem essas minas incluídas em uma só donataria.

Neste trecho, Benedito Calixto lista as vilas da Capitania de São Vicente, em fins do séc. XVI, e cita Iguape:

A donataria de S. Vicente, não obstante os esforços de Martim Afonso e de seus loco-tenentes, não fez também notáveis progressos nesses primeiros tempos. Em fins do século XVI, só existiam nela quatro vilas pouco prósperas, que eram S. Vicente, Santos, S. Paulo e Conceição de Itanhaém, cujos predicamentos datam de 1532, 1546, 1560 e 1561. Algumas dessas povoações, como a de S. Paulo e Itanhaém, que foram elevadas a vila em 1560 e 1561, já haviam sido povoadas em 1532 e 1533, tempo em que o donatário aqui se achava. Outras povoações, como Iguape, Cananeia, que só receberam o predicamento de vila no começo do século XVII, já existiam também nessa época.

Neste trecho, Calixto relata a expedição à procura de ouro e prata pela capitania de Martim Afonso e o encontro com Tibiriçá:

Daqui (do Rio de Janeiro), diz o Diário de Pero Lopes, mandou o capitão irmão quatro homens pela terra a dentro; ali foram e vieram em dois meses, e andaram pela terra em cento e quinze léguas; e as sessenta e cinco delas foram por montanhas mui grandes, e as cinquenta foram por um campo mui grande; e foram até darem com um grande rei, senhor de todos aqueles campos (talvez Tibiriçá?)

que lhes fez muita honra e veio com eles até os entregar ao Capitão irmão. E lhes trouxe muito cristal, e deu novas como no Rio de Paraguai havia muito ouro e prata.

Aqui, conta a decisão de ir direto para Cananeia, à procura dos metais preciosos, que fez Martim Afonso:

E foi por isso, por terem de antemão boas notícias dessa famosa região, onde Antonio Rodrigues e João Ramalho possuíam já uma feitoria, a qual era “o fito principal – ou a meta – da expedição dos povoadores de 1531” – foi por isso, como íamos dizendo, que a armada de Martim Afonso, ao sair do Rio de Janeiro, depois de fazer escala pelos Alcatrazes, passou ao largo sem tocar em S. Vicente, dirigindo-se para Cananeia, onde fundeou “no dia de Santa Clara – 12 de agosto de 1531” – conforme escreve Pero Lopes de Souza em seu Diário.

Ao tratar da estadia da frota em Cananeia, relata o Diarista de Bordo o que deve ter sido a primeira expedição à procura de ouro e prata:

Por este rio arriba (mar pequeno, ou lagamar que vai a Ararapira e a Ribeira de Iguape), mandou o capitão irmão um bergantim e a Pedro Annes Piloto que era língua da terra (N.E.: língua = tradutor de idiomas) que fosse haver fala com os índios. Quinta-feira dezessete dias do mês de agosto, veio Francisco de Chaves, e o bacharel (mestre Cosme) e cinco ou seis castelhanos. Este bacharel havia trinta anos que estava degredado nesta terra, e o Francisco Chaves era mui grande língua desta terra. Pela informação que dela deu ao capitão irmão, mandou a Pero Lobo com oitenta homens, que fossem descobrir pela terra dentro; porque o dito Francisco de Chaves se obrigava – que em dez meses tornaria ao dito porto de Cananeia, com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro.

Toda a região da Ribeira de Iguape, com seus numerosos afluentes, distribuídos em todas as direções, foi a região que mais atraiu a cobiça dos povoadores e principalmente dos primeiros aventureiros, interessados no ouro e em aprisionar escravos.

São também conhecidos os caminhos de penetração que se dirigiam para o sertão, por Juquiá, até as vertentes do Paranapanema. As vias fluviais e as veredas indígenas levavam a Xiririca, atual cidade de Eldorado, Iporanga e Apiaí, que já eram muito cobiçadas pelas notícias da existência de ouro, que se ouviam desde os primeiros dias do povoamento, atraindo lusitanos e castelhanos.

O mar pequeno de Cananeia, ligando-se com o estuário de Superagui (Paranaguá), era também, nesse tempo, um ponto do litoral de muito interesse para os “caçadores de tesouros e de índios”.

Figura 3: Mapa da Capitania de São Vicente – séc. XVI - Yguá

Fonte: www.novomilenio.inf.br/santos/mapa17a.htm

No mapa acima, do século XVI, da Capitania de São Vicente e arredores, constam as quatro vilas: São Vicente, Itanhaém, Santos e São Paulo de Piratininga, com as povoações de Bertioga, Yguá (Iguape), Cananéia, Ararapira e aldeamentos indígenas dos Tupinaquis, Guaianás, Muiramomis e Tamoyos, sob a catequese dos padres jesuítas de 1552-1597. Como se vê, a região era bem conhecida dos portugueses logo no início da colonização.

A estrada que teria sido percorrida pela expedição de Pero Lobo e Francisco das Chaves, sob as ordens de Martim Afonso de Souza, em 1531, era uma trilha que se interligava com o “Peabiru”, a qual os colocou em contato direto com a tribo dos Guaranis, que mataram os oitenta homens, na altura de Foz do Iguaçu. Continua narrando Calixto (1927):

Ali, segundo reza esse documento irrefutável, o futuro donatário confabulou com castelhanos e lusitanos residentes no local, procurando ainda ter notícias do sertão e das sonhadas minas de ouro e, principalmente, dos caminhos e veredas que ligavam ou se ligariam, mais tarde, com o Paraguai e mesmo com o Peru, cujos tesouros já estavam em evidência.

“Partiram desta ilha (para não mais voltarem) ao primeiro dia de setembro de mil quinhentos e trinta e um, os quarenta besteiros e os quarenta espingardeiros ...”.

O “Caminho do Peabiru” era uma estrada de terra que existia na América do Sul e que era utilizada pelos antigos indígenas, antes do descobrimento e da colonização europeia, para interligar os oceanos Pacífico e Atlântico. O termo “peabiru”, na língua tupi significa “grama amassada”.

O Caminho atravessava o Peru, Paraguai, Bolívia e Brasil. Historiadores acreditam que a estrada era milenar e que, no Brasil, além de São Paulo, atravessava os atuais estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, estendendo-se por três mil quilômetros, aproximadamente.

Em território brasileiro, um de seus troços ou ramais era a chamada Trilha dos Tupiniquins, no litoral de São Vicente, que passava por Cubatão e por São Paulo, em lugares posteriormente conhecidos como Pátio do Colégio e rua Direita, cruzava o Vale do Anhangabaú, seguia pelo traçado que hoje é o das avenidas Consolação e Rebouças e cruzava o rio Pinheiros; outro partia de Cananeia; troços adicionais partiam do litoral dos atuais estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Um fato que pode corroborar a existência do caminho do Peabiru foi o encontro de uma estatueta. Nos primeiros anos deste século, ao pesquisar o sambaqui do Morro Grande, situado entre o Rio das Pedras e o Rio Comprido, no santuário ecológico da Jureia, em Iguape, Ricardo Krone encontrou uma curiosíssima estatueta de pedra de 9 cm de altura, 3,2 cm de largura e 8 cm de comprimento, que ficou conhecida nos meios científicos como o Ídolo de Iguape. O ídolo original, que está exposto atualmente no Museu do Ipiranga, em São Paulo, tem uma única cópia no Museu Histórico de Iguape, é uma escultura em pedra gnaiss, de estranha forma humana. Foi submetida a uma série de exames na França, chegando-se à conclusão de que é peça única no mundo, ligada à origem do homem americano e com mais de 25 mil anos de existência.

Essa figura teria chegado a Iguape através do caminho de Peabiru, conhecida como a grande estrada terrestre dos indígenas, que fazia a ligação com os Andes, cortando o Paraguai, entrando no Brasil na altura do Rio Piqueri, atravessando os rios Ivaí e Tibagi e bifurcando no alto do Vale do Ribeira, na região de Apiaí. O tronco principal seguia até São Vicente, enquanto as outras ramificações se dirigiam a Cananeia e Iguape.

Localizada na Jureia, sobre o antigo caminho indígena do Peabiru, temos a Trilha do Imperador: era uma ramificação desse caminho que passava pelo litoral de Iguape. Os moradores de Iguape a utilizavam e conservavam. No tempo do Império, ela passou a ser bem mais cuidada para dar segurança aos viajantes e para a implantação dos fios do telégrafo nacional. Para a instalação do telégrafo, vieram postes de ferro fundido da Inglaterra, que foram fincados no solo pedregoso da Jureia. No entanto, uma violenta tempestade, ocorrida em 1983, destruiu trechos do pavimento histórico, sendo impossível sua recuperação na atualidade.

Depois do Rio Verde, a trilha e os fios telegráficos seguiam acompanhando a praia até a Barra de Una e dali para diante. Esse telégrafo permitia a comunicação entre o norte e o sul do país, tendo sido de grande utilidade e importância durante a Segunda Guerra Mundial. Não há registro de que o Imperador tenha passado por essa trilha nesse trecho litorâneo, justificando-se o topônimo como um marcador linguístico de uma época, portanto, um historiotopônimo.

À medida que os colonizadores iam conhecendo, a princípio o litoral, iam aos poucos tomando posse da terra, tornando o não-lugar, para eles ignoto, um lugar. Pelo recorte da linguagem, ao dar nome aos lugares, davam vida a paisagens antes desumanizadas, desprovidas de alma, imprimindo seus valores ao local.

Nas décadas do achamento, descoberta ou invasão do Brasil, surgiram descrições cada vez mais minuciosas das novas terras. Assim, elas iam sendo apropriadas pelo invasor também pelo conhecimento de seus rios e matas, povos, bichos e duendes. Em princípio, pela absorção da copiosíssima sabedoria indígena, que nos milênios anteriores se familiarizara com o que era a natureza circundante, classificando e dando nomes aos lugares e às coisas, definindo seus usos e utilidades. Depois, por sucessivas redefinições, umas vezes retendo os antigos nomes, outras, rebatizando, mas nos dois casos compondo um novo corpo de saber, voltado para valores e propósitos diferentes. (RIBEIRO, 2012, p.52)

O estudo toponímico de Iguape retrata o processo de formação por que passou o Brasil para constituir o povo brasileiro, amálgama que é de várias etnias e culturas. Primeiro, a presença de nomes de base indígena, a começar pelo nome do município; depois, os nomes de lugar de origem portuguesa, antropotopônimos, na sua grande maioria; nomes de origem africana, reflexo da presença de escravos outrora na região; e, por último, os nomes de lugares que remetem aos imigrantes.

Muito antes de 1500, a região de Iguape era habitada por grupos que

viviam da pesca e da coleta de recursos marítimos, principalmente de moluscos. Segundo a pesquisadora Scatamacchia (2004), as ocupações mais antigas datam de 6.000 anos atrás e, prova disso, é a presença de sítios arqueológicos conhecidos por sambaquis.

Na região de Iguape-Cananeia encontra-se uma das maiores concentrações destes vestígios de atividade humana, descritos por vários cronistas desde o séc. XVI. Os sambaquis foram formados por resíduos “das espécies faunísticas” utilizadas para a sobrevivência dos grupos; são depósitos de conchas, ossos de peixes e mamíferos, além de sementes e caroços de frutos.

Sabemos que os topônimos de origem indígena, encontrados em nossa pesquisa, não são todos de primeira geração, ou seja, vinculados diretamente ao denominador e às situações originais que condicionaram a denominação primitiva. No caso de Iguape, nossa impressão é a de que ainda se encontram ali muitos nomes de origem indígena referidos à natureza por nossos primeiros habitantes.

É o caso, concluímos, de uma rua denominada Sapocoitava. Tivemos dificuldade em chegar ao étimo da palavra, principalmente porque o tupi é uma língua aglutinante e, provavelmente, dois ou três radicais de origem indígena foram aglutinados para formar esta lexia. Mas o interessante é que encontramos num mapa histórico do séc. XVI o topônimo Sapucoytava, referente a um morro em Itanhaém, no litoral sul paulista, próximo a Iguape.

Na figura 4, abaixo, temos um mapa da Vila de Itanhaém em que, ao sul, na margem esquerda do “antigo leito do Rio Itanhaém”, há uma formação rochosa denominada Morro do Sapucoytava, indicado pela seta. O interessante é que o topônimo se mantém até hoje, com pequenas alterações fonéticas. Trata-se de um *fóssil linguístico*, que sobreviveu no tempo e encerra em si a história do lugar, apesar de que seu significado é opaco. Procurando no *Google*, encontramos o Morro do Sapucaitava como atração turística de Itanhaém. Foi tombado pelo CONDEPHAAT e considerado de utilidade pública desde 15 de março de 1962.

Figura 4: Mapa da Vila de Itanhaém onde se vê o Morro do Sapucoytava

Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtoch05g.htm>

2.6 Iguape e sua relação com o Vale do Ribeira

Iguape está localizada no Baixo Vale do Ribeira, na região litorânea, ao nível do mar. É uma das zonas de assentamento mais antigas de populações indígenas que por aqui passaram, muito antes da vinda dos colonizadores portugueses. É chamada de a “Princesa do Litoral”.

Iguape sempre ocupou uma posição de destaque no Vale do Ribeira, desde a descoberta dos primeiros vestígios da existência de ouro de aluvião em seu território. Foi em Iguape que se construiu a primeira Casa de Fundição do Ouro, que era quintado e levado para a metrópole. Em Registro, o ouro era registrado e, dizem, era levado para Iguape em lombo de burro, sete barras de cada vez, daí o nome do município vizinho Sete Barras.

2.6.1 Região Administrativa de Registro

Figura 5: Mapa da região administrativa de Registro

Fonte: PerfilRARRegistro.pdf (Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Economia e Planejamento)

A Região Administrativa (RA) de Registro é formada por 14 municípios, que ocupam uma área de 12.129 km² ou 4,9% do território paulista. Os 14 municípios que compõem a RA de Registro são: Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras.

Diferentes ecossistemas formam ali o maior patrimônio de cobertura vegetal preservada do Estado. Grande parte do território é coberto pela Mata Atlântica, protegida por parques, reservas e áreas de proteção ambiental. Em função disso, a Unesco concedeu ao Vale do Ribeira, que também abrange municípios da RA de Sorocaba, o certificado de patrimônio de Reserva Natural da Humanidade.

O município de Registro formou-se de um pequeno povoado situado às margens do Rio Ribeira de Iguape. Recebeu este nome por sua responsabilidade em registrar todo ouro explorado na região. Havia um agente de Portugal

encarregado de cobrar o quinto destinado à Coroa Portuguesa, antes que o ouro fosse levado a Iguape para ser fundido e vendido.

Além dos habitantes locais, muitos deles dedicados a plantações de feijão, arroz e outros produtos, Registro recebeu muitos imigrantes japoneses que, a princípio, não tinham a intenção de se fixar definitivamente no Brasil, mas pretendiam enriquecer e assim retornariam a seu país de origem. Mas a eclosão da Segunda Guerra Mundial obrigou os imigrantes a mudar o plano inicial.

As dificuldades encontradas na região, como as construções rústicas, o Rio Ribeira de Iguape como única via de transporte, a economia decadente em virtude da exploração do ouro, quase em extinção, indicavam a necessidade de um projeto mais ousado para o desenvolvimento da região e para a fixação dos imigrantes. Foi então que o governo brasileiro fez a doação de terras devolutas para serem distribuídas a esses imigrantes japoneses recém-chegados, onde então se deu a instalação da Ultramarina de Implementos S.A (KKKK- Kaigai Kogyu Kabushiki Kaisha), autorizada a funcionar no Brasil pelo decreto 13.325, de 11 de dezembro de 1918. Mesmo com dificuldades, eles conseguiram iniciar várias culturas para teste, como arroz, café, cana, fumo, feijão, junco, abacaxi, laranja e também trabalharam na criação do bicho-da-seda. Entretanto, notaram que o diferencial seria o cultivo da banana e do chá preto, por melhor se terem adaptado às condições da região.

Em 30 de novembro de 1944, através do Decreto-lei 14.334, Registro emancipou-se de Iguape, tornando-se município, cuja instalação deu-se em 1º de janeiro de 1945.

Conhecida como a “Capital do Vale” ou “Capital do Chá”, este município tornou-se oficialmente o Marco da Colonização Japonesa no Estado de São Paulo, conforme Decreto nº 50.652, de 30 de março de 2006, por ter sido a primeira localidade a receber imigrantes japoneses interessados em investir em produção própria neste Estado.

2.6.2 Eldorado

Segundo Sampaio (1987, p.138), “denominavam [os tupis] à cachoeira com água impetuosa, itupeva ou ycirica, e, dada a especial pronúncia do primeiro c, que é antes chiado, se formou a variante Yxirica, de que procede Yxiririca ou Xiririca, por aférese do y inicial”. Água ligeira, veloz, a corredeira, portanto. Nome de rio, ribeirão Xiririca, situado próximo à cidade de Eldorado e antigo nome da cidade.

Originário de um aldeamento indígena, de nome Xiririca, a povoação se formou no fim do século XVI, com a migração de exploradores de ouro por toda margem do Ribeira do Iguape, entre eles, Maria Furtada, e os irmãos Capitão Romão, Severino, Antônio e Faustino Pereira Varas, que doaram, em 1757, no sítio Jaguari, atual distrito de Itapeúna, duas casas para construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Guia.

Em 1807, ocorreu a primeira grande enchente, repetindo-se dois anos depois. Como medida cautelar, a capela foi transferida em 1916, para um local mais protegido, tendo Romão de França Lisboa doado o terreno que ficava acima da ilha de Formosa, destinado à construção da nova matriz e residência dos moradores. Nessa época, a descoberta de outras jazidas de ouro em Minas Gerais e Goiás atraíram os aventureiros para lá, causando uma retração no progresso de Xiririca, como era então conhecida a povoação. Mais tarde iniciaram-se as atividades agrícolas, destacando-se a rizicultura. Contudo as dificuldades de comunicação com os centros consumidores não permitiram um grande desenvolvimento, que somente começou após a construção da Rodovia Regis Bittencourt - BR-116, apesar de que a estrada não passou pela sede municipal. Também contribuiu de forma efetiva para o seu progresso a imigração japonesa que se verificou na região.

Segundo Murillo (2013, p.180), quanto ao nome do município, “tal mudança se deu pelo desconforto que o topônimo Xiririca causava na população. Essa mudança de nomes denota aspectos importantes da relação do homem com o meio ambiente. Enquanto o denominativo Xiririca referencializa um aspecto da natureza que denota o íntimo convívio do indígena com o ambiente à sua volta, (...) o topônimo Eldorado revela uma relação mais material, e até mítica com o ambiente, a exploração do ouro”.

A origem do topônimo refere-se à riqueza mineral que atraiu os primeiros povoadores, numa alusão à lenda do Eldorado, o país imaginário da América do Sul, procurado por inúmeros exploradores europeus após o descobrimento.

A Freguesia foi criada com a denominação de Xiririca, por lei de 19-01-1763, subordinando-se ao município de Iguape. Por lei nº 28, de 10-03-1842, foi elevada à categoria de vila com a denominação de Xiririca, desmembrada de Iguape. Sede na vila de Xiririca. Constituído do distrito sede. Instalado em 02-05-1845.

Pela lei provincial nº 66, de 02-04-1887, a vila de Xiririca adquiriu da vila de Iguape o distrito de Sete Barras. Foi elevada à condição de cidade com a denominação de Xiririca, pela lei nº 10, de 24-05-1895.

Pela lei estadual nº 752, de 14-11-1900, é criado o distrito de Jaguari e anexado ao município. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Xiririca é constituído de 3 distritos: Xiririca, Sete Barras e Jaguari.

Pela lei estadual nº 924, de 29-10-1915, o distrito de Jaguari passou a denominar-se Itaúna. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Xiririca é constituído de 3 distritos: Xiririca, Itaúna (ex-Jaguari) e Sete Barras. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 14334, de 30-11-1944, transfere o distrito de Sete Barras do município de Xiririca para o de Registro. O mesmo decreto altera a denominação de Itaúna para Itapeúna, e ainda pelo referido decreto é criado o distrito de Braço com terras desmembradas do distrito de Itapeúna e anexado ao município de Xiririca.

Pela lei estadual nº 233, de 24-12-1948, o município de Xiririca passou a denominar-se Eldorado. Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Eldorado, Braço e Itapeúna.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

2.6.3 Cananeia

Cananeia é uma cidade histórica e polêmica desde os seus primórdios. Por ela passava a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, que dividia o mundo conhecido (e desconhecido, o tratado foi firmado antes do Descobrimento do Brasil), entre as duas maiores potências do mundo na época, Portugal e Espanha, fora a Inglaterra. Cananeia foi disputada pelos dois reinos e pela cobiça de aventureiros e piratas, devido a suas riquezas.

O bacharel português Mestre Cosme Fernandes, um homem ilustre que as autoridades portuguesas desterraram para o Brasil em 1501, em nome de El-rei D. Manoel, foi quem deu início à vila de Cananeia, em 1502.

Mestre Cosme Fernandes, o bacharel, era um dos muitos judeus de grande cultura, que por conveniência religiosa e política e em consequência de uma lei de expulsão de 1447, saíram de Portugal com destino certo e determinado, inscrito no Livro dos Degredos. No caso de Mestre Cosme, o destino era 25 graus de “ladeza” na costa do Brasil, o que coincidia com a ponta sul da ilha do Meio, onde surgiria o primeiro povoado da futura Capitania de São Vicente. Naquele tempo, os índios tupiniquins nunca tinham visto um navio tão grande e o chamaram de ‘mutupapaba’ (coisa maravilhosa).

O bacharel de Cananeia, como ficou conhecido, provavelmente foi conduzido na expedição comandada por Gaspar de Lemos, que partiu de Lisboa em maio de 1501, chegou em Cananeia em 24 de janeiro de 1502, para reivindicá-la à coroa portuguesa, e retornou em setembro de 1502, sendo posto em terra na região de Iguape-Cananeia. A viagem foi realizada por ordem da Coroa portuguesa e descrita em *Mundus Novus*, sendo Américo Vespúcio o cosmógrafo da expedição. Este explorou a costa do Brasil, batizando os acidentes geográficos com os nomes dos santos do dia, conforme artigo de A Tribuna de Iguape (setembro de 2004). Atribuiu topônimos a baías, cabos e enseadas e deu o nome de Barra de Cananor à atual Cananeia.

Em Cananeia, o bacharel fez fortuna e história. Conta-se que negociava lotes de 800 escravos, e dava guarida e aguada a quem lhe pagasse e lhe prestasse

obediência, financiando expedições à bacia do Prata e ao interior da futura capitania em busca de ouro, prata e captura de índios, para comercializar como escravos.

Uma laje no Museu dos Descobrimentos, na Torre do Tombo, em Portugal, traz a inscrição: “Porto Seguro 1500 – Cananeia -1502 – Bacia do Prata 1514”.

Assim terminamos este capítulo, em que situamos o universo de nossa pesquisa em Iguape, na região administrativa de Registro, vizinha de Eldorado e Cananeia. Caracterizamos o ambiente físico e cultural de Iguape, que se enquadra na área cultural caiçara. Para melhor conhecer e justificar o interesse pelo passado de Iguape e, conseqüentemente, por sua toponímia, contamos a história do município desde seu surgimento na capitania de São Vicente, passando por seus ciclos econômicos, até chegar aos dias de hoje.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Introdução

Remonta à gramática grega o interesse dos homens pelo fato linguístico. Os estoicos faziam distinção entre forma e significado². Eram na sua maioria anomalistas, que viam falta de correspondência entre palavras e coisas. Quanto ao discurso, os mais antigos viam nele quatro partes distintas: substantivo, verbo, conjunção, artigo. Os mais novos, acreditavam que eram cinco: substantivos comuns e substantivos próprios, além dos outros três citados.

No período medieval, os estudiosos introduziram na língua pressupostos filosóficos. Reduziram a gramática a uma série de proposições cuja verdade poderia ser demonstrada conclusivamente por dedução. Os filósofos escolásticos, como os estoicos, estavam interessados na língua como um instrumento para analisar a estrutura da realidade.

A gramática científica ou especulativa³ tinha por tarefa descobrir os princípios pelos quais a palavra, como signo, relacionava-se, de um lado, à inteligência humana e, de outro, à coisa que ela representava, ou “significava”. Presumia-se que esses princípios eram constantes e universais. Esses ideais serão retomados, no séc. XVII, pelos gramáticos de Port-Royal.

No séc. XIX, os fatos da língua começam a ser investigados cuidadosa e objetivamente e explicados por hipóteses indutivas.

A leitura de Lyons (1976, p. 1-18), a partir da qual se fez este retrospecto, aponta que a questão do nome e sua relação com aquilo que ele nomeia sempre intrigou os filósofos, primeiramente, e os linguistas até hoje. Também muitos estudiosos, em diferentes épocas, se debruçaram sobre a questão do estatuto do nome próprio, suscitando ainda hoje discussões sobre este tema.

Nas ciências onomásticas, que compreendem as disciplinas toponímicas e

² Muito mais tarde Saussure (2006) iria consagrar como as partes do signo linguístico, o significante e o significado.

³ *Speculum* – espelho - que reflete a realidade subjacente aos “fenômenos” do mundo físico.

antroponímicas, a discussão relativa ao ato de nomear é crucial, uma vez que os designativos são nomes do léxico comum que passam a nomes próprios, ressemantizados no ato do batismo de um lugar ou pessoa.

Como vimos, a relação nome e coisa ou objeto extralinguístico já era discutida pelos filósofos gregos.

Considerando que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra⁴, mas um conceito e uma imagem acústica”, e que entre eles não há nenhum laço natural, Saussure (2006) retoma a tradição aristotélica do convencionalismo dos signos e inaugura a linguística moderna, o estudo científico da língua. “Ou a investigação da língua por meio de observações controladas e verificáveis empiricamente e com referência a uma teoria geral de sua estrutura”, como define Lyons (1979, p.1). A base da teoria de Saussure é a teoria dos signos.

O signo linguístico, entidade de duas faces, é a união de um conceito, que Saussure (2006) chama de *significado*, e uma imagem acústica, que ele chama de *significante*, impressão psíquica dos sons. Segundo o linguista, “Os termos implicados no signo linguístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação”.

Nosso pensamento é uma massa amorfa e indistinta. Sem o recurso dos signos, não conseguiríamos distinguir duas ideias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua. (Saussure, 2006, p.130)

O vínculo entre a ideia (ou conceito ou significado) e o som (ou imagem acústica ou significante) é radicalmente arbitrário, segundo Saussure. “A língua é um sistema de valores puros, que funciona quando acionados esses seus dois elementos: as ideias e os sons”. A coletividade é necessária para estabelecer os valores para o uso e o consenso geral, pois “a língua é um fato social”, de tal modo que, por si só, pode criar um sistema linguístico. Por outro lado, não basta unir certo som a um certo conceito, e assim sucessivamente, para se chegar a um sistema. “A língua não é uma nomenclatura, uma lista de termos”, conclui Saussure.

O signo representaria a realidade extralinguística e, em princípio, é por

⁴ Para Saussure, o termo palavra é o que mais se aproxima de unidade linguística; para ele, equivale aos termos reais de um sistema sincrônico.

meio dele que podemos conhecê-la. O signo não é a realidade que ele designa, mas a sua representação. Mas o referente, por ser extralinguístico, não interessa à Linguística? Segundo entendimento de Blikstein (1983, p.39), ele está situado antes ou atrás da linguagem, numa dimensão da percepção-cognição, que condiciona o evento semântico.

A atividade linguística é uma atividade simbólica, o que significa que as palavras criam conceitos e esses conceitos ordenam a realidade, categorizam o mundo. As palavras formam um sistema autônomo que independe do que elas nomeiam, o que significa que cada língua pode categorizar o mundo de forma diversa. Na Linguística moderna, considera-se a língua como organizadora da estrutura conceitual do universo.

Os nomes próprios geralmente são definidos como meras etiquetas, como marcas de identificação. Segundo pesquisa de Zamariano (2010) sobre o nome próprio, a autora destaca importante filósofo do séc. XIX, John Stuart Mill, autor da teoria da referência direta dos nomes. Ela pontua que “parece consensual que a teoria dos nomes de [Stuart] Mill contempla a intuição básica de que os nomes próprios são palavras sem significado que servem, apenas, para denotar”. E ainda que “os nomes próprios para Mill ‘estão vinculados aos objetos em si e não dependem da permanência de qualquer atributo do objeto’”.

Mas os topônimos, os nomes próprios de lugar, diferentemente dos demais signos linguísticos, cuja relação significado/significante é arbitrária, segundo Saussure, perdem essa condição porque “o signo em função locativa passa, necessariamente, pela intermediação motivadora do enunciador/denominador”, segundo Dick. A autora sustenta que o signo em função locativa, ainda que configure uma unidade lexical, também recobre uma unidade cultural, aqui entendida como referente, que envolve um processo posterior de motivação.

A passagem da unidade do léxico comum (a expressão geográfica) para uma unidade terminológica, em função de uma nova atribuição (a de nome próprio), em outro âmbito de ideias e conhecimentos (o linguístico), torna o topônimo um caso especial de signo linguístico. O que se verifica é que o signo em função locativa perde o seu caráter arbitrário e, além de denotar, conota.

Nomear é distinguir por suas peculiaridades uma coisa de outra, um ser de

outro. O nome próprio, de lugar ou de pessoa, segundo Dick (2001, p.80), conjuga vários fatores para uma sequência comunicativa: apreensão do objeto no espaço, percepção-cognição de seus detalhes ou constituintes, representatividade linguística do traço percebido, manifestação denominativa. No caso do nome próprio de lugar, trata-se de individualizar os acidentes físicos ou humanos por meio de suas características, fazendo uso de uma terminologia específica.

Entende Dick (2007, p.468) os topônimos e os antropônimos como *unidades terminológicas* pertinentes às disciplinas onomásticas, consideradas como forma de “organização conceptual de uma especialidade”, em que “os *termos*, segundo Mattoso Câmara, ‘em sentido gramatical estrito, são considerados como vocábulos que correspondem a uma unidade de significação ou de função’, necessários para a ‘inteligibilidade do que se enuncia’”.

O topônimo, em sua funcionalidade, são marcadores linguísticos de tempo e de lugar. Enquanto marcador linguístico de tempo, o topônimo remete à época em que se deu a nomeação. Por exemplo, a Trilha do Imperador, em Iguape, remete a um caminho usado na época do imperador Pedro II, em que foram instaladas as linhas do telégrafo. Nesse caso, promove a ancoragem temporal. No caso do topônimo marcador linguístico de lugar, podemos citar Enseada de Iguape ou Beira Rio, por exemplo; o primeiro marcando a territorialidade e, o segundo, situando o referente no espaço.

Os topônimos, por serem marcadores linguísticos, promovem a identificação, denotativa ou descritiva, da rede de pontos importantes para a mobilidade do grupo. Os seres humanos sempre tiveram necessidade de se orientar, de avaliar o meio no qual eles viviam ou que eles percorriam para obter os recursos que lhes eram indispensáveis a sua sobrevivência e de se inserir no emaranhado de relações das quais surge toda coletividade humana.

Assim sendo, a análise do levantamento toponímico de uma localidade, com a devida classificação de seus designativos, pode nos levar a inferir sobre o modo de vida de seus habitantes, suas tradições, crenças ou funcionar como registro de suas características mais evidentes.

Segundo Sapir,

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e

social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; (...) poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado. (SAPIR, 1961, p. 45)

Os topônimos distribuem-se em áreas toponímicas de maior ou menor concentração de nomes de origem indígena, ou portuguesa ou outra, e ainda revelam aspectos da cultura do povo, como sua religiosidade, relação estreita com o meio ambiente, etc, o que pode ser registrado em cartas, da mesma forma que os atlas geolinguísticos registram as formas dialetais presentes num determinado espaço.

Como diz Aguilera (2005, p. 222),

Os linguistas, em particular os dialetólogos, sempre reconheceram os vários papéis de um atlas linguístico, seja como retrato vivo, sincrônico, dos falares de determinado espaço geográfico, seja como fonte de estudo para a reconstrução da história social que se desenvolveu em determinado território ou, ainda, como repositório das múltiplas vozes do presente e do passado que se entrelaçam ou se excluem mutuamente.

Os atlas toponímicos diferem dos atlas linguísticos, pois estão voltados basicamente para a cartografia oficial e não estão preocupados com o levantamento e registro das realizações fonológicas de sujeitos selecionados de acordo com critérios sociolinguísticos, em pontos determinados. No atlas toponímico, procura-se investigar a escolha de lexias da língua ou variantes dialetais ou falares brasílicos reconhecidos e incorporados à nomenclatura geográfica brasileira. Além disso, conforme explica Dick (1996, p.44), as situações geográficas ou ambientais, históricas e sociológicas que caracterizam as regiões administrativas também fazem parte do estudo toponímico, porque podem explicar, até com detalhes, as escolhas feitas pelos denominadores, coincidindo neste ponto com os atlas linguísticos.

A Onomástica, o conjunto de conhecimentos sobre os nomes próprios, estuda os nomes de lugar e de pessoas. A Toponímia e a Antroponímia, respectivamente, são os seus dois ramos disciplinares distintos, definidos no séc. XIX. Por muito tempo foram entendidas como métodos e instrumentos de análise de línguas antigas ou de formas de linguagem cristalizadas na língua padrão. A reconstituição das formas era privilégio de poucos iniciados, pesquisadores de história e arqueologia, como Leite de Vasconcelos, por exemplo, em Portugal.

Havia a necessidade de localizar no espaço o próprio homem e os objetos. O deslocamento da população deu início à trajetória dos nomes e a um maior contato interétnico. A princípio, os nomes dos logradouros eram funcionais: rua que leva à Igreja, por exemplo. Enunciados expandidos, contendo a ideia básica do traço enfatizado, como “rio descoberto em janeiro”, como exemplifica Dick (2001, p.81).

A Onomástica, a partir de então, passou a ser encarada como um “repertório semântico” relativo ao significado dos nomes próprios, e não apenas como um recurso etimológico. A Toponímia, como um de seus ramos, volta-se não apenas para análises etimológicas, mas incorpora o estudo léxico-semântico de seu objeto de estudo, o topônimo.

É o simbolismo das formas linguísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais. A configuração de um local só acontece a partir do nome; antes dele o que há é o não-lugar, o vazio. Do mesmo modo, é o nome que dimensiona a pessoa e caracteriza o humano e o animado, polarizando sua atividade sociolinguística. (DICK, 2001, p.79)

O homem sempre exercitou sua faculdade de nomear os lugares, desde tempos remotos, apesar de que nem sempre o processo denominativo tenha sido o mesmo que se tem modernamente. No passado e por toda a Antiguidade, sabe-se que os lugares recebiam os nomes de seus proprietários, valorizando a posse da terra por meio de seu dono.

Os primeiros registros de deslocamentos dos homens de seu lugar de origem para outros sítios, nomeando para sua orientação os acidentes geográficos por onde passavam, constitui riquíssimo material para se entender o processo de comunicação hoje utilizado. Tendo em vista as circunstâncias em que foram criados, devem ser encarados como “vivências humanas” dos grupos que, por uma questão de sobrevivência, mudavam frequentemente de *habitat*. São os primeiros registros de uma organização nominativa que, depois, se transformaria numa terminologia geográfica em que os locativos não eram nomes propriamente ditos, mas a designação do próprio objeto.

O emprego do designativo do acidente em função denominativa para referencializá-lo, como se fosse um nome, ainda hoje utilizado, constituiu o que Dick chamou de *toponimização do fator geográfico*. O vocabulário da Toponímia, em seu início, era de origem terminológico-geográfica. Esse dado já significava uma *terminologização* específica.

Um termo geográfico genérico como [rio] ou [praça], acrescido de um termo específico, por exemplo, [do peixe] ou [Castro Alves], forma um sintagma toponímico que passa a designar um rio em particular, uma praça específica: o Rio do Peixe ou a Praça Castro Alves. O termo específico é o topônimo propriamente dito. O topônimo singulariza um aspecto do ambiente que o identifica entre muitos. Um e outro exemplo se encaixam em categorias diferentes: de acordo com a taxionomia de Dick (1980), o primeiro é um zootopônimo e o segundo, um antropotopônimo. A língua é um princípio de classificação.

Os topônimos têm a função de distinguir os acidentes geográficos - eles delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas. São importantes fatores de comunicação e permitem a referência da entidade por eles designada.

O indivíduo é, também, desde o início, inserido nas redes de relações sociais: ele comunica e recebe informações; ele estabelece trocas; ele se desloca. Sua vida se insere nos circuitos que dão aos grupos humanos sua estrutura e permissão para seu funcionamento. É destes grupos que o indivíduo recebe a língua e os sistemas de códigos e, graças a eles, *é que pode compreender os outros e aprender as atitudes, os savoir-faire*, os conhecimentos e os valores que lhe permite agir e se integrar na vida em grupo. (CLAVALL, 1973, p.20)

Foi Sapir (1961, p.44) quem, considerando a língua como um complexo de símbolos que reflete todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, definiu “ambiente” como um termo que compreende tanto os fatores físicos como os sociais. Entendeu por fatores físicos os aspectos geográficos, como costa, vale, planície, chapada, montanha, a fauna, a flora, o solo etc; e, por fatores sociais, as várias forças da sociedade como religião, padrões éticos, a forma de organização política, a arte etc.

Hoje os topônimos, ou os nomes próprios de lugares, avultam ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de pesquisa, retratando os diferentes sistemas culturais. O estudo do significado desses topônimos é o ponto de partida para pesquisas de natureza linguística, geográfica, antropológica, ou seja, da cultura em geral. Por meio deles, busca-se compreender a mentalidade do denominador, não apenas sua motivação como indivíduo, mas o reflexo da projeção de seu grupo social.

Os topônimos definem e precisam o perfil da paisagem terrestre. Mas vão além da função de meros designativos para serem fontes de conhecimento e informação tão ricas quanto as fontes documentais. São, praticamente, verdadeiros registros do cotidiano, manifestações das atitudes e posturas sociais. Muitas vezes, primeiramente por meio deles, tem-se acesso a informações que só mais tarde e depois de ampla pesquisa se confirmam. Segundo Gonzalo Navaza (2002, p.137), no artigo *Dialectoloxía e toponímia*:

A toponímia, ao contrário do que acontece com a fala, que tende a substituir as formas minoritárias por outras mais comuns, resiste a essa tendência, é muito mais conservadora e contém vestígios de épocas históricas distintas, informação sobre estágios anteriores da geografia linguística.

Os topônimos são capazes de preservar a memória coletiva, notadamente em sociedades que não contam com outras fontes documentais de análise. Mas há limitação da toponímia para o estudo dos diferentes aspectos da dialetologia. A contribuição da toponímia para o léxico nem sempre é significativa. Quando se registra uma forma determinada na toponímia de um território só se pode afirmar que em algum momento da história essa forma estava presente na fala dos habitantes desse território, mas não autoriza a pensar na inexistência de outra forma alternativa para denominar o mesmo conceito nessa área. E o mesmo podemos afirmar acerca da ausência de certos temas léxicos na toponímia de determinadas áreas, pois do caudal léxico presente na fala dos habitantes de uma região ao longo do tempo, só uma mínima parte fica fixada na toponímia, pondera Navaza (2002, p.137).

3.2 Léxico e Toponímia

O léxico de uma língua natural, como vimos, consiste no repositório de toda experiência humana acumulada por meio do conhecimento do mundo e da experiência de categorizar os dados.

Como nosso objeto de trabalho é a unidade lexical, os fundamentos teóricos são os preceitos da Lexicologia e da Terminologia atuais.

Nosso trabalho se insere no plano do código, em que se situam as *lexias*,

as unidades lexicais por excelência. As *lexias* constituem as unidades de significação estereotipadas (lexicalizadas), que, em um estado de língua delimitado sincronicamente, e em um determinado universo sociocultural, permitem nomear um objeto, uma noção, uma qualidade ou uma ação. As *lexias* são os elementos do léxico, a soma organizada de todas as unidades da língua, conjunto sincronicamente estruturado por subconjuntos específicos, diassistemicamente marcados.

Segundo Greimas e Courtés (1979, p.254), Pottier escolheu o termo *lexia* para designar as unidades do conteúdo que têm dimensões variáveis, indo de simples *lexemas* (“cão”) aos sintagmas fixos (“pé-de-moleque”), e para tentar assim substituir o termo palavra, ao qual parece impossível se dar uma definição suficientemente geral. Ele propõe a distinção de três tipos de *lexias*: *lexias* simples (*lexemas* e *lexemas* afixados, como “cavalo” e “anticonstitucional”), *lexias* compostas (“couve-flor”, “guarda-roupa”) e *lexias* complexas (“pé-de-moleque”, “Maria-vai-com-as-outras”). A lexicologia, um dos ramos da linguística, tem por objeto as unidades do universo lexical, isto é, as *lexias*, vistas como unidades memorizadas disponíveis para atualização. Distribuem-se as *lexias* em três grandes classes semânticas de: designação, relação e formulação.

Os topônimos são *lexias* da classe de designação que representam linguisticamente o mundo dos objetos biofísicos e socioculturais e são, ao mesmo tempo, geradoras e reflexo da “realidade” sócio-linguístico-cultural, ou seja, do mundo construído de uma comunidade humana, segundo Barbosa (1978, p. 81).

Entendemos, no entanto, que entre o nome e a coisa designada, desenvolve-se toda uma rede ou sistema de relações, já discutidas por muitos linguistas e filósofos. Pottier (1978, p.29) desenvolve a noção dos *semas* genéricos e dos *semas* específicos. Os *semas* são as unidades mínimas de significação, capazes de diferenciar as *lexias*.

A língua comum ou geral representa um subconjunto da língua entendida em sentido global. Ela se compõe de um conjunto de regras, unidades e restrições, do conhecimento da maioria de seus usuários. As unidades da língua comum são utilizadas em situações que podem ser classificadas como “não marcadas”. Por outro lado, a linguagem de especialidade designa um conjunto de subcódigos – parcialmente coincidentes com o subcódigo da língua comum – que se caracterizam por particularidades, próprias e específicas de cada um deles. As linguagens de

especialidade são utilizadas em situações ditas “marcadas” (CABRÉ, 1993, p.128).

O conjunto das unidades da linguagem de especialidade de uma determinada disciplina e também de um âmbito de atividade específica constituem a terminologia própria dessa especialidade. Os termos, que são a unidade de base da terminologia, designam os conceitos próprios de cada disciplina especializada (CABRÉ, 1993, p.128).

Assim, em relação ao acervo lexical disponível no sistema de uma língua determinada, a Toponímia utiliza-se de uma pequena parte dele para efeito de nomeação dos acidentes geográficos e humanos, mesmo porque nem todas as classes gramaticais servem ao ato de nomear.

As palavras geradas por esse sistema ordenado e estruturado de categorias léxico-gramaticais são mais que rótulos, por meio dos quais o homem interage com o seu meio. Além de receber das gerações passadas os signos lexicais, o homem também herda uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras. Portanto, os modelos formais dos signos linguísticos já existem à disposição do indivíduo.

Por outro lado, cada agrupamento humano possui uma percepção própria do espaço que ocupa, e, segundo Lévi-Strauss (1962), o léxico reflete o “interesse” por determinado aspecto do ambiente, subvertendo a relação utilitarista homem-meio.

Lévi-Strauss (1962) estudou os bororos da região centro-oeste do Brasil e constatou que o meio circundante é capaz de influir na caracterização de um determinado grupo humano e se refletir no seu léxico. Os bororos tinham “gosto pela caça”, motivação essa que fez com que nomeassem os acidentes físicos do seu entorno com nomes de animais, registrando a presença, por exemplo, de onça(s) pintada(s), no Morro a que eles denominaram Adugori (onça pintada); e, em outro, a presença de macaco(s), no Morro denominado Jukori (macaco).

Segundo Cardoso (1961, p.36), três fatores primordiais enriqueceram o léxico do Português Brasileiro: 1) o mais importante foi a inúmera contribuição amerígena, a grande corrente léxica dos linguajares indígenas veio do tupi, indiscutivelmente; 2) a contribuição alienígena: os africanismos e 3) os brasileirismos, ou seja, as modificações semânticas. Segundo Artur Neiva:

Não é possível, somente com o vocabulário que herdamos dos portugueses, descrever coisas da nossa vida e representar exatamente um mundo diferente de fatos, plantas e animais de um outro clima, utilizando somente a linguagem empregada pelos clássicos. (apud CARDOSO, 1961, p.36)

Os tupis apresentavam um sistema léxico muito diversificado, reflexo de uma sociedade complexa, de economia mista. Eles tinham muitos interesses, como a fauna, a flora, o relevo, a agricultura, por isso ofereceram uma gama muito variada de contribuição linguística ao português, em especial ao léxico.

Desse modo, o léxico de uma língua natural, da qual os topônimos são um subconjunto, pode ser considerado como patrimônio lexical de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Esse patrimônio constitui um verdadeiro tesouro cultural abstrato, imaterial, um verdadeiro legado de signos lexicais e de modelos categoriais para gerar novas palavras, no caso das línguas de civilização.

Segundo Dick (2007, p.464) utilizando o método da Geolinguística pode-se mapear as áreas de extensão ou os pontos principais de dispersão dos fatos linguísticos relativos às línguas faladas no território, ou aos seus resíduos lexicais, presentes nos nomes, principalmente aqueles resultantes de modelos extintos como ocorre com os grupos indígenas brasileiros já desaparecidos. Exemplos do Tupi: ybirá >ibirá = madeira; ybyrá-pitanga = madeira vermelha, o pau-brasil; paranapiacaba >paraná-epiak-(h)aba = o lugar de onde se vê o mar; ybytyra-una >ybyturuna = a serra negra.

Mais avançados que os estudos sobre os nomes das pessoas, os nomes de lugares foram tema de pesquisas bem detalhadas e de trabalhos gerais notáveis em todo o mundo.

Não se trata de uma disciplina nova, principalmente se levarmos em conta que a primeira obra que merece ser citada, a de Houzé, data de 1864. À parte os primeiros estudiosos de toponímia, que são lembrados mais por serem precursores desta ciência do que pela importância de suas obras, o verdadeiro fundador da toponímia francesa foi Auguste Longnon. Além do Atlas Histórico da França, seu curso chamado “*Les noms de lieu de la France*”, publicado postumamente, sempre será uma referência para os estudos de nomes de lugares habitados. Ressalte-se a integridade científica do autor, a riqueza de sua documentação e a precisão e

clareza de sua forma de ensinar, que eram muito apreciadas.

Longnon, cujo ensinamento foi amplamente seguido, não teve nenhum discípulo, e seus estudos desapareceram após sua morte (em 1912) por falta de uma sequência imediata.

Na Bélgica, posteriormente, foi importante a obra *Toponymie de La France*, de M. Auguste Vincent (1937). Na Holanda, M. J. Winkler tratou dos nomes de lugares e de pessoas. Enfim, em Portugal, M. Leite de Vasconcellos publicou seus *Opúsculos* em 1931, em que divide os estudos onomásticos (que ele chama de Onomatologia) em estudo do nome de pessoas, estudo de nomes geográficos e estudo de nomes vários: Antroponímia, Toponímia e Panteonímia, respectivamente, além de algumas notas toponímicas na Revista Lusitana.

Mas foi com Albert Dauzat que a toponímia científica teve ampla repercussão e passou a ser conhecida no mundo inteiro. *La Toponymie Française* (1939) estuda a formação e a constituição dos nomes de algumas regiões da França. *Les noms de lieux* (1926) reúne quase todos os topônimos franceses e é a base teórica de toda a Toponímia moderna.

3.3 A Toponímia do Brasil – panorama geral

De modo geral, o sistema toponímico brasileiro apresenta generalidade temática proporcionada pelas condições do meio. Ele se baseia nos princípios geo-histórico-sociais do país, a partir da microvisão dada pelas áreas de cultura regionais. Essas áreas se caracterizam por “diversidades” georregionais, por acolherem determinado tipo de atividades materiais, em um determinado momento histórico, segundo salienta Diegues Jr.(1960).

A partir de 1500, com o descobrimento ou “achamento” do Brasil, brasileiros e portugueses passamos a participar de um processo comum de formação, tanto de natureza espiritual como de natureza material: o processo de expansão portuguesa no mundo.

A princípio, na Carta que Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei de Portugal, D. Manuel I, relatando o ocorrido, a preocupação dos portugueses ainda não era tomar posse da terra, mas oficializar a “descoberta”. Tanto é que na Carta aparecem poucos topônimos: *Neste dia, a horas de véspera, havemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e terra chã, com grande arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra de Vera Cruz.* (OLIVIERI & VILLA, 1999, p. 20).

Posteriormente, a primeira expedição colonizadora comandada por Martim Afonso de Souza, em 1531, percorreu todo o litoral brasileiro, nomeando os acidentes costeiros segundo os padrões lusitanos. Assim, por desconhecerem a nomenclatura indígena básica ou por deliberadamente ignorarem os nomes pagãos, sobrepuseram a religiosidade do povo português, expressa em designativos, aos nomes já existentes, gerando hierotopônimos e hagiotopônimos.

A toponímia religiosa que aí se verifica faz parte de um quadro imaterial, consequência de um pensamento coletivo: a expansão da fé cristã no novo continente. Além da conquista espiritual, é claro, o outro objetivo eram as trocas comerciais.

Formou-se, então, essa grande área cultural luso-cristã que é o Brasil, fruto da fusão do elemento lusitano e do cristianismo, integrados de tal modo que podemos encontrar aqui, assim como em Portugal, na Ásia ou na África, regiões culturais com características semelhantes.

Imbuídos do duplo propósito de estender a fé cristã ao Novo Mundo e expandir o seu comércio ultramarino, os colonos portugueses chegaram ao Brasil e começaram por nomear os acidentes geográficos com nomes dos santos do dia. A nomeação dos lugares face à nomenclatura preexistente configura superposição toponímica.

Sobre essa compulsão de dar nomes de santos aos acidentes geográficos que iam descobrindo, Washington Luís comenta que isso não ocorreu na segunda povoação fundada por Martim Afonso, só depois chamada de São Paulo de Piratininga.

A outra vila, feita a nove léguas do litoral para o sertão, à borda de um rio que se chamava Piratininga, mencionada por Pero Lopes de

Sousa, nem sequer se lhe indicou o nome, nem foi ela posta sob invocação religiosa, numa época em que o intenso fervor católico dava nome de “santos” a todos os acidentes geográficos do litoral e do interior nos descobrimentos feitos. (LUÍS, 2004, p.100)

“Logo compuseram uma teologia alucinada e messiânica, que via na expansão ibérica, com a sucessiva descoberta de dilatadas terras ignotas e de incontáveis povos pagãos, uma missão divina que se cumpria passo a passo”, comenta Ribeiro (2012, p.53).

Segundo Ribeiro (2012, p.113), o nome *Brazil* geralmente identificado com o pau-de-tinta é na verdade muito mais antigo. “Velhas cartas e lendas do mar-oceano traziam registros de uma ilha Brasil referida por pescadores ibéricos que andavam à cata de bacalhau (cf Gandia,1929)”. Mas ele foi quase imediatamente referido à nova terra, “ainda que o governo português quisesse lhe dar nomes pios, que não pegaram”.

No processo cultural que se iniciou, então, o substrato cultural e humano, de início, é o mesmo: em Portugal ou no Brasil, o colonizador é o mesmo homem, com os mesmos valores. Depois ele vai se adaptando às diferentes condições do ambiente material (a natureza) e humano (os índios) e, mais tarde, a aculturação é cada vez maior. Já o processo de ocupação humana que o colonizador português empreendeu para o interior do Brasil vai resultar na formação das regiões culturais.

Da miscigenação do português com o elemento indígena, o primeiro contribuiu com a capacidade de adaptação e de acomodação, esse espírito de tolerância e não apenas de solidariedade humana. Antes de ser um dominador, o português foi um difusor de valores. A unidade na diversidade deu-se graças ao lastro português. O segundo, o mameluco, contribuiu para

a penetração interior, sobretudo aquela que venceu a serra do Mar ou atravessou os rios nordestinos, a partir do São Francisco, ou ainda a que dominou as águas e as florestas amazônicas, essa penetração só se tornou possível quando o segundo elemento, mestiço – e, no caso, o mameluco – facilitou o estreitamento cada vez mais íntimo das relações entre o colono português e o aborígene; quando as primeiras gerações de mamelucos começaram a aproximar menos timidamente e mais solidariamente os seus antepassados brancos e indígenas. (DIEGUES Jr., 1960, p. 16)

Segundo Ribeiro (2012, p. 86), “simultaneamente à substituição da mão-de-obra do indígena pela do negro africano, surgiu no Nordeste açucareiro uma nova formação de brasileiros”. Eram os mamelucos, mestiços de europeus com índios,

que logo se multiplicaram com a vinda cada vez mais maciça de escravos africanos. “Surge, assim, a área cultural crioula, centrada na casa- grande e na senzala, com sua família patriarcal envolvente e uma vasta multidão de serviçais”.

Quanto à língua falada por portugueses e mamelucos, de acordo com Ribeiro (2012, p.109):

O idioma tupi foi a língua materna de uso corrente desses neobrasileiros até meados do século XVIII. De fato, o tupi, inicialmente, se expandiu mais que o português como a língua da civilização (...). Com efeito, a língua geral, o *nheengatu*, que surge no século XVI do esforço de falar o tupi com boca de português, se difunde rapidamente como a fala principal tanto dos núcleos neobrasileiros como dos núcleos missionários.

A língua tupi dominou imensa porção do novo continente. A sua notável expansão aconteceu graças aos próprios conquistadores europeus e aos seus descendentes, às numerosas expedições ou *bandeiras* que penetraram nos sertões para capturarem escravos índios e para a pesquisa do ouro; deveu-se principalmente à catequese que tornou *geral* esse idioma bárbaro e o cultivou. Sampaio (1955, p.69) comenta que:

As levas, que partiam do litoral, a fazerem descobrimentos, falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam os novos descobrimentos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo.

A catequese, iniciada e desenvolvida pelos jesuítas, foi também um importante fator de difusão da língua dos indígenas. Os padres falavam a língua dos aborígenes, apreendiam sua gramática e seu vocabulário, e ensinavam e pregavam nesse idioma, segundo relata Sampaio (1955, p.69).

“Fazia-se a conquista, tendo por veículo a própria língua dos vencidos, que era a língua da multidão”, conforme Sampaio (1955, p.70).

Já Câmara Jr. (1976, p.31) analisa que:

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivência de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial.

As *bandeiras* quase só falavam o tupi. E se, por toda a parte onde

penetravam, estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual, só mais tarde, se introduzia com o progresso da administração, com o comércio e os melhoramentos.

Recebiam, então, um nome tupi as regiões que se iam descobrindo e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nelas jamais tivesse habitado uma tribo de raça tupi. E assim é que, no planalto Central, onde dominam povos de outras raças, as denominações dos vales, rios e montanhas e até das povoações são pela mor parte da língua geral. (SAMPAIO, 1955, p.71)

Tomando uma carta do Brasil e observando a nomenclatura geográfica, percebe-se logo o predomínio do tupi em todo o litoral, “nota-se que ele penetra fundo nos sertões pelo vale dos grandes rios, onde se tornou fácil o acesso do lado do mar (...)”, comenta Sampaio (1955, p.71).

A língua geral cumpre primeiro a função de língua de comunicação dos europeus com os Tupinambá de toda a costa brasileira, logo após o descobrimento. Depois, a de língua materna dos mamelucos da Bahia, Pernambuco, Maranhão e São Paulo. Mais tarde, se expande juntamente com a população, como língua corrente tanto das reduções e vilas que os missionários e os colonos fundaram no vale amazônico, como dos núcleos gaúchos que se fixaram no extremo sul, frente aos povoadores espanhóis. (RIBEIRO, 2012, p.109)

A substituição da língua geral pela portuguesa como língua materna dos brasileiros só se completaria no curso do século XVIII. Mas há muito vinha se processando, onde era maior a concentração de escravos negros e de povoadores portugueses. Foram os negros africanos e seus descendentes, sua presença maciça e participação efetiva na vida colonial brasileira, urbana e rural, os principais vetores de difusão do português no território brasileiro.

Mas foi ao colonizador europeu, que tantas vezes alterou a toponímia de origem brásilica, substituindo-a por denominações lusas que ora refletiam a saudade da terra, prestando-lhe homenagem, ora o louvor aos santos católicos, que se deve a preservação e manutenção de muitos topônimos que, até hoje, constituem a memória toponímica do país, e se multiplicaram graças à aceitação do povo.

Por fim, temos que a nomenclatura geográfica brasileira resulta das diversas matrizes étnicas e culturais que formaram o português do Brasil; além da língua do colonizador, as línguas indígenas, as africanas e as de imigração.

A toponímia brasileira teve na pessoa de Theodoro Sampaio o primeiro estudioso a dar a devida importância ao tupi como elemento formador do léxico brasileiro. Seu livro *O Tupi na Geografia Nacional* (1901) teve várias edições e abriu caminho para uma série de estudos do gênero. Também Levy Cardoso e Plínio Ayrosa se dedicaram aos estudos da toponímia brasileira, deixando obras importantes sobre o léxico indígena.

A obra *Contribuição do bororo à toponímia brasileira* (1965), tese de doutoramento do Prof. Carlos Drummond, da Universidade de São Paulo, veio se somar ao acervo documental do léxico indígena, trazendo qualidade ao estudo das línguas não tupis que, apesar de serem em menor número, também deram sua contribuição à formação do léxico brasileiro.

Dando continuidade aos estudos de seu mestre e orientador, a Prof^a Dr^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick aprofundou os estudos de toponímia e, inclusive, alargou seus horizontes. Com base nos fundamentos teóricos da toponímia francesa de Dauzat, nos estudos de Leite de Vasconcelos e nas teorias de George Stewart, formulou princípios teóricos, adaptou a metodologia existente e criou uma taxionomia compatível com a realidade brasileira, tornando-se referência para os estudos onomásticos, toponímicos e antroponímicos, no Brasil.

É iniciativa de Dick a elaboração do Atlas Toponímico do Brasil (ATB), projeto que a professora lançou na Universidade de São Paulo (USP). O objetivo do ATB, explica Dick (1998, p.2), é registrar e analisar as ocorrências

(...) dos vocábulos da língua e ou dos padrões dialetais ou falares brasileiros reconhecidos e incorporados à toponímia brasileira, (...) mas as situações geográficas ou ambientais, históricas e sociológicas que conformam as regiões administrativas, (...) porque podem explicar, até com detalhes, as escolhas feitas pelos denominadores.

A pesquisa teve início com a análise da nomenclatura dos municípios de cada região e, posteriormente, seguiu-se o estudo dos acidentes municipais, físicos ou antrópicos. A partir de 1989, os estudos toponímicos começaram a ser desenvolvidos de forma mais sistemática, figurando como linha de pesquisa de cursos de pós-graduação de diversas universidades. Várias dissertações de mestrado e teses de doutorado foram apresentadas e formaram um corpo de pesquisadores aptos para dar sequência ao projeto.

3.4 A motivação toponímica

Como já demos a entender, o ato designativo corresponde ao registro da “assimilação do mundo”. Ao ato de conhecer, segue-se o de denominar.

Segundo Whorf,

A percepção do real, em sua categorização plena, subordina-se aos recortes que os padrões linguísticos das comunidades falantes realizam, a seu modo, na imensa massa amorfa que constitui a substância de conteúdo propriamente dita de cada sistema idiomático. (apud DICK, 1980, p.2)

Ou seja, os homens são membros de um grupo, não criam, mas recriam e reproduzem um pensamento coletivo. Por meio da atividade linguística, elaboram “campos conceituais”, baseados nos fatos culturais que se dividem em biofactos, manufactos, sociofactos e mentefactos.

A representação do real por meio das palavras ou “formas significativas” é resultado de um complexo biopsíquico que traduz aspectos da cultura de cada povo. Nesse ponto, como acredita Sapir (1961), a linguagem, experiência singular da cultura, dela não se separa nem segue paralela, mas se interpenetram.

Tratando do léxico especializado, como entendemos que é o topônimo, Sapir (1961, p. 46-47), comenta:

No caso dos léxicos especializados, é importante assinalar que não são propriamente a fauna e os aspectos topográficos da região, em si mesmos, que a língua reflete, mas antes o interesse da nação nesses traços ambientais.

O interesse social determina a natureza do léxico, depende do ponto de vista. A presença ou ausência de termos genéricos [*hiperônimos*] depende em grande parte do caráter positivo ou negativo do interesse que despertam os elementos ambientais correspondentes.

Quanto mais primitivo o meio social, mais estreita será a correspondência entre *palavra* e *coisa*. “No grupo social primitivo, na aurora dos tempos, as formas saíam da estrutura social quase sem mediação”. (SANTOS, 1997, p.40)

No entanto, desde Saussure e o surgimento da Linguística moderna, entendemos que o signo linguístico é arbitrário, que não há uma motivação que ligue significante e significado. Acontece que em Toponímia, “o elemento linguístico comum, revestido de função onomástica ou identificadora de lugar,

integra um processo relacionante de motivação”, conforme ensina Dick (1990, p.34). O signo linguístico, no ato da nomeação, perde seu caráter arbitrário porque passa, necessariamente, pela intermediação motivadora do denominador.

A Toponímia é o estudo interdisciplinar de fatos do sistema das línguas humanas. Acontece que, nas disciplinas onomásticas, o emprego dos signos linguísticos torna-se especial porque o exame da nomenclatura geográfica revela características internas, que são a filiação linguística dos topônimos e sua etimologia, e externas ou semânticas, ou seja, a motivação toponímica.

O topônimo é um caso singular de signo linguístico, pois, no momento da nomeação, ele passa de arbitrário a motivado, graças à funcionalidade de seu emprego. Segundo Dick, a motivação toponímica contém dois aspectos: a intencionalidade que anima o denominador e a origem semântica da denominação. De acordo com Dick (1990, p.49), para a análise da motivação do denominador deve-se levar em conta:

1 Primeiro, a intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, em um verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele lugar;

2 A seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas.

O topônimo é formado por um termo ou elemento genérico relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e por outro elemento ou termo específico, ou topônimo propriamente dito, que particulariza a noção espacial, formando o sintagma toponímico. Os termos genérico e específico figuram no sintagma toponímico de forma justaposta ou aglutinada.

Ocorre com frequência a transformação de um termo geográfico em topônimo. É quando ocorre, também, a sua mudança de categoria gramatical, que de substantivo comum passa a substantivo próprio, como rio, quando passa, por exemplo, a Rio de Janeiro. Pode acontecer de termos, ainda, quanto à formação do topônimo, apenas o elemento específico, simples, como Jairê; elemento específico composto, como Barra do Ribeira, ou elemento específico híbrido, como Ribeira (léxico português) + do Iguape (léxico brasileiro).

Sintagmas toponímicos como Ilha Comprida, Rio Pequeno, Rio Negro evidenciam outra característica do onomástico toponímico: a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contidos na denominação. São topônimos descritivos.

Por outro lado, topônimos há que são verdadeiros *fósseis linguísticos*, usando a expressão tomada ao geógrafo francês Jean Brunhes, uma vez que o designativo se apresenta ou permanece mesmo na ausência do motivo determinante ou concorrente de sua formação. É o caso, em Iguape, do designativo Bacio, atribuído a uma rua: a origem da palavra é portuguesa e se refere a bacia, penico ou urinol; e o bairro Prelado, palavra também de origem portuguesa, que quer dizer “título honorífico de alguns dignitários eclesiásticos”. Ou seja, o designativo permaneceu, ainda que o referente tenha se perdido ou se tornado opaco para a comunidade.

Já os nomes de origem indígena encerram em si a possibilidade de reconstrução de uma geografia já alterada. São referidos, na sua maioria, a acidentes físicos permanentes, como os nomes de rios, cachoeiras, montanhas, montes, grutas, etc. Mesmo após a mudança do ambiente, a “tradução” do topônimo revela características do ambiente físico motivador e, conseqüentemente, aspectos étnicos do povo que denominou a localidade ou o acidente físico ou antropocultural, conforme esclarece Dick.

Tanto os topônimos quanto os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam em sua estrutura imanente uma significação precisa. Mas que por vezes se torna opaca, devido a sua distância no tempo ou no espaço. É o caso do antropotopônimo e do topônimo, encontrados em Iguape, rua Major Ricardo Krone e o Rocio (Bairro), respectivamente; o primeiro é um alemão, naturalista e espeleólogo, que descobriu o “ídolo de Iguape”, em 1887; e o segundo, palavra de origem portuguesa que se dizia, antigamente, recío, e quer dizer praça.

Como foi visto, o arcabouço teórico da Toponímia são as teorias do signo linguístico, as teorias sobre o nome próprio e o constructo da própria Toponímia, respaldadas pela Terminologia e pela Lexicologia.

4. MÉTODO E PROCEDIMENTOS

4.1 Introdução

Esclarecemos a seguir o método utilizado em nossa pesquisa para análise dos dados coletados, a saber, a identificação da procedência ou origem dos topônimos de Iguape e sua filiação linguístico-semântica às taxionomias estabelecidas por Dick (1980). Na sequência, detalhamos os procedimentos necessários por parte da pesquisadora para atingir tais objetivos.

A narrativa a seguir traça a trajetória dos Projetos ATB e ATESP, modelos desta e da maioria das pesquisas toponímicas desenvolvidas no Brasil, hoje.

4.2 Os Projetos ATB e ATESP

Com a evolução dos estudos onomásticos no Brasil, tornou-se necessária a realização de um atlas toponímico, há muito pensado por Dick, que registrasse a nomenclatura geográfica brasileira. O Projeto do Atlas Toponímico do Brasil (ATB) representa a sistematização léxico-toponímica dos nomes de lugar brasileiros, muitas vezes distribuídos em áreas de concentração de topônimos de um mesmo estrato étnico-linguístico dentre os que conformaram nossa nomenclatura onomástica, sendo ora de ocorrências do português, das línguas indígenas, das africanas e das de imigração. Relativo aos estados e municípios do país, a princípio está voltado para a leitura da cartografia oficial, constituindo-se em um meio de análise da ocorrência de denominações dos acidentes físicos e culturais.

O método de registro dos topônimos de cada região é o mesmo dos atlas geolinguísticos. Como nos mapas de Geolinguística, pode-se mapear as áreas de extensão ou os pontos principais de dispersão dos fatos linguísticos relativos às línguas faladas no território, ou registrar os resíduos lexicais, presentes nos nomes de lugar de matrizes étnicas extintas, conforme ocorre com os grupos indígenas brasileiros já desaparecidos.

O projeto, de início, enfrentou dificuldades, como comenta Dick (1998, p. 3), em razão das condições iniciais de realização e do pequeno número de pesquisadores envolvidos, além, principalmente, da extensão territorial do país e da quantidade de municípios a ser mapeada. Em vista dessas condições, a idealizadora do ATB, Prof^a Dr^a Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, viu a necessidade da realização de trabalhos de pesquisa em unidades menores, estados, regiões e municípios, a que ela chamou de “variantes regionais”. A partir daí, foram elaborados em diferentes universidades várias teses e dissertações, assim como vários atlas estaduais e regionais, como o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul (ATEMS), o Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), o Atlas Toponímico do Tocantins (ATT), entre outros.

O Projeto do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP) é uma das derivações do ATB, mas ainda não foi concluído, estando sua continuidade na dependência de equipes que abracem o Projeto e deem a versão final, incluindo o levantamento toponímico dos mais de cem municípios que foram criados nos últimos anos no estado de São Paulo, de acordo com o último censo do IBGE. A pesquisa, iniciada pela análise da nomenclatura dos municípios regionais, deverá ser completada, em seguida, pelo estudo dos acidentes intramunicipais, objetivando duas linhas básicas: a - influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos), durante o período formativo; b - padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas como já expusemos, línguas indígenas, africanas e de imigração, além da língua portuguesa. (Dick, 1996)

Esta nossa pesquisa faz parte do Projeto ATESP e pretende contribuir para o detalhamento do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo e para o Atlas Toponímico do Brasil (ATB), ambos em andamento.

4.2.1 Metodologia do Projeto ATESP

A base material em que se assenta o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo) são os mapas cartográficos do Instituto Geográfico e

Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC) e as cartas municipais, além de outros recursos ou ferramentas de apoio como o *Google Maps*. Da leitura desse material resulta o levantamento dos topônimos da região estudada. No caso de um trabalho de microtoponímia, como é o nosso, listam-se todos os nomes de acidentes humanos e físicos intramunicipais, como ruas, avenidas, praças, rios, lagoas, portos, morros, etc. Esses dados são lançados em fichas para posterior análise.

A seguir, processa-se a pesquisa lexicográfica em dicionários de língua geral e dicionários de especialidade, ou de tupi, como foi o nosso caso, preservando a sincronia do processo. Isto quer dizer que o topônimo é estudado verificando-se os semas de seu semema, para a posterior classificação de acordo com a taxionomia adotada.

A metodologia do Projeto ATESP é a mesma que foi utilizada no Projeto ATB, ou seja, o método das áreas idealizado por Dauzat. O modelo operacionaliza-se pelo reconhecimento das camadas dialetais presentes na língua padrão, em áreas de distribuição distintas. Segundo Dick (1996, p.44), a identificação linguística dos nomes dos então 573⁵ municípios paulistas gerou uma carta única com as áreas de distribuição identificadas por índices cromáticos e já permitiu visualizar a situação etnográfica dos assentamentos indígenas nas zonas de colonização mais antigas do Estado, a sudeste e a sudoeste.

O outro passo da metodologia é a aplicação das vinte e sete taxionomias elaboradas por Dick (1980) aos nomes dos acidentes físicos e antropoculturais, podendo-se gerar cartas específicas para cada categoria toponímica, como a dos hidrotopônimos, fitotopônimos, zootopônimos, e assim por diante. Nesse segundo momento, foram geradas quarenta cartas. A mesma metodologia está sendo aplicada às ocorrências intramunicipais. Para esse estudo, elaborou-se um outro projeto vinculado ao ATESP, com apoio do CNPq, que previa a elaboração de um banco de dados com sistema de consulta. Para esse estudo, a primeira providência foi a criação de um modelo padrão de fichas lexicográficas com os respectivos campos da pesquisa. As ocorrências intramunicipais constituem a microtoponímia da cidade.

De acordo com os semas presentes no semema do topônimo, ele é

⁵ 573 era o número de municípios do estado de São Paulo à época da pesquisa de Dick (1996). No último censo (2010), o IBGE contabilizou 645 municípios paulistas.

classificado com base nas taxionomias toponímicas estabelecidas por Dick (1980). Classificados por sua etimologia e por sua filiação linguístico-semântica, os topônimos coletados fornecem subsídios para a geração de gráficos que abordam diferentes pontos de vista, de acordo com o recorte observacional que se quer.

O modelo taxionômico brasileiro adaptado por Dick (1980) à nossa realidade, veio em resposta a uma necessidade sentida pela autora.

Foi com a percepção do que é socialmente relevante para uma comunidade, sob a ótica dos *nomes* [...] – que elaboramos um primeiro processo classificatório dos indicadores linguísticos *gerais* (categorias) e *específicos* (ocorrências linguísticas), que estruturam o sistema onomástico brasileiro (toponímico e antroponímico)”. (DICK, 1992, p.31)

Esse modelo de processo classificatório do sistema onomástico brasileiro foi buscado para ordenar a disciplina e para ser aplicável, em qualquer contexto, à classificação de vários conjuntos de topônimos, em agrupamentos macroestruturais.

A obra que melhor se aproximava dessa necessidade de sistematização da nomenclatura geográfica era a do americano George R. Stewart (1954), que procurava classificar os nomes de lugares em categorias distributivas, baseadas na própria nomeação, resultando em nove mecanismos. Segundo Stewart (1954), são eles: “1. *Descriptive names*; 2. *Possessive names*; 3. *Incident names*; 4. *Commemorative names*; 5. *Euphemistic names*; 6. *Manufactured names*; 7. *Shift names*; 8. *Folk etymologies*; e 9. *Mistake names*”. (apud Dick, 1986, p.31)

O pesquisador americano estabeleceu a diferença entre “mecanismos” da nomeação e “motivos” do denominador, referindo-se os primeiros à origem das designações tópicas as quais, para ele, seriam o campo de trabalho essencial do toponimista; enquanto que os motivos estariam relacionados a “processos psicológicos”.

Desse modo, as técnicas sugeridas por Stewart (1954) nem sempre se adequavam aos exemplos brasileiros. Meios ou mecanismos denominativos relacionam-se aos impulsos que levam o denominador a colocar um nome específico em um acidente geográfico; era a história desse nome que iria determinar, porém, o seu enquadramento em um dos itens propostos pelo autor.

Já Dick (1980) apostou no estreito vínculo entre o objeto denominado e o seu denominador, do qual resulta o topônimo, buscando as motivações da

nomenclatura geográfica nas próprias motivações do denominador. Aceitando a divisão de ambiente concebida por Sapir (1961) em fatores físicos e antropoculturais, a autora transpôs essa divisão para o enquadramento dos topônimos. Dick (1980) procurou identificar as modalidades particularizantes de cada ordem por meio de uma terminologia técnica composta do elemento “topônimo”, antecedido de um elemento genérico, definidor da respectiva taxa onomástica. Este elemento, um radical grego, explica claramente a substância e a consequente classificação do topônimo.

Os topônimos cujos sememas contenham semas relativos a plantas ou recursos hídricos foram classificados como fitotopônimos e hidrotopônimos, respectivamente. Em Rio Negro, por exemplo, o primeiro elemento do sintagma toponímico define a classe genérica e, o segundo, o topônimo propriamente dito, o campo de estudo específico – trata-se de um cromotopônimo.

De acordo com essa metodologia, o processo de pesquisa desenvolve-se em um nível sincrônico de análise, bastando apenas fazer a interpretação linguística de seus elementos formadores para se chegar ao significado do topônimo.

A princípio foram sistematizadas por Dick dezenove taxas na proposta de 1975, mas não abrangiam todas as possibilidades da nomenclatura geográfica brasileira. A reformulação aconteceu em 1980, passando o quadro completo a conter vinte e sete taxas. O modelo elaborado por Dick deve ser interpretado como um instrumento de trabalho objetivo para a aferição das causas motivadoras dos topônimos, de modo a conferir maior rigor à pesquisa toponímica.

A metodologia que apresentamos foi seguida rigorosamente em nossa pesquisa, como forma de dar uniformidade aos vários trabalhos de pesquisa toponímica que vêm sendo desenvolvidos em todo o Brasil e para tornar fidedignos os resultados alcançados, graças ao rigor dos procedimentos.

Há ainda que se relatar que foi feito um diagnóstico pontual do município e da região estudada antes do início dos trabalhos.

4.3 Escolha do local e estabelecimento do *corpus* de análise

O município de Iguape foi o local escolhido para nossa pesquisa por conservar as tradições de um passado riquíssimo. Localiza-se no litoral sul paulista, local onde se deu o início da colonização portuguesa e onde viviam milhares de habitantes nativos, espalhados pela costa. Com certeza, Iguape é depositária da memória desses povos e de uma parte importante da história do Brasil, registrada e preservada nos topônimos que revestem os acidentes geográficos e humanos do município.

De antemão já sabíamos que Iguape encontra-se numa região de assentamentos indígenas muito antigos, no sudeste do Estado. Procuramos confirmar, com nossa pesquisa, dados já levantados por Dick (1996, p.44) no estado de São Paulo, quando da pesquisa do ATESP.

Várias matrizes culturais deram forma à toponímia da região, desde os primeiros habitantes nativos, os indígenas; em seguida, o elemento europeu; o negro africano, trazido para servir como escravo no engenho, nas minas e depois nas fazendas de arroz; e, por último, os imigrantes italianos e japoneses, entre outros. Desse caldo cultural resultou uma toponímia rica e diversificada, de acordo com variáveis culturais como a alta espiritualidade do colonizador português e sua sede de títulos e ostentação, por exemplo.

Como afiança Dauzat (1926, p.7), « La toponymie, conjuguee avec l'histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonisation, les régions où tel ou tel groupe linguistique a laissé ses traces ».

Os topônimos coligidos foram analisados de uma perspectiva sincrônica, na busca da origem etimológica e de sua motivação semântica, a significação do nome do lugar que ainda hoje figura na toponímia iguapense e, no caso de alguns topônimos, numa perspectiva diacrônica, ou melhor, histórico-linguística, para entender as transformações por que passou o topônimo, sejam elas substituições ou alterações fonéticas ou semânticas ao longo do tempo.

Para compor o corpus de nossa pesquisa, catalogamos os termos-ocorrência diretamente das cartas Iguape I, II e III do Instituto Geográfico e

Cartográfico (IGC), escala 1:10.000, 1ª edição, 1989, e como Mapa Municipal Estatístico do IBGE, 2007.

Apesar de ser o maior município do estado de São Paulo em termos territoriais, Iguape tem uma população urbana relativamente pequena, concentrada em alguns bairros, e grandes vazios demográficos, pontilhados aqui e ali por campos e propriedades rurais, bananais na sua maioria, como podemos ver no Mapa Municipal Estatístico, IBGE/2007, reproduzido na Figura 6.

Para o estudo da etimologia dos topônimos de origem indígena tupi, valemo-nos basicamente da obra *O tupi na geografia nacional*, de SAMPAIO (1955 e 1987); para os topônimos de origem portuguesa, o dicionário eletrônico de SILVA (1789) e o de HOUAISS (2009). A investigação lexicográfico-toponímica, de caráter linguístico-semântico, partiu da entrada lexical dos dicionários para o conceito, num processo semasiológico.

Como já observara Dick (1996, p.44), nem todos os indigenismos presentes no extremo sul paulista, incluída aí Iguape, vinculam-se diretamente ao denominador originário, até porque muitos bairros e ruas, e outros acidentes humanos, mais recentes, não poderiam ter sido nomeados pelos nossos primeiros habitantes, falantes monolíngues do tupi ou do guarani. Devem ser interpretados como virtualidades do léxico, que de tempos em tempos se reinventa.

Para catalogar os dados colhidos sobre a toponímia de Iguape, utilizamos as fichas lexicográfico-toponímicas, cujo modelo foi idealizado por Dick (2004, p.131). As fichas foram importantes instrumentos de trabalho para a análise dos dados, para a pesquisadora ter uma visão do todo e para gerar os gráficos dos vários recortes observacionais.

O mapa abaixo mostra o Centro de Iguape, o bairro do Rocio e entre eles o canal do Valo Grande. Acima no mapa, pode-se ver a inscrição “Banana”, referente a uma das muitas fazendas de banana do município. A área urbana está concentrada nos dois bairros citados, e o mais são fazendas, campos e bananais.

Figura 6 – Mapa Municipal Estatístico/2007 – Iguape/SP

Fonte: mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases.../mapas-municipais.html

4.4 As taxionomias toponímicas

As taxionomias foram desenvolvidas por Dick (1980) a partir das taxes dos termos específicos, os topônimos propriamente ditos, buscando captar a motivação do denominador no ato do batismo do acidente físico ou antrópico, por meio dos semas de seus sememas. A ordenação ou classificação dos topônimos de uma dada região deve partir, segundo a autora citada, do produto gerado e não do denominador.

Num primeiro momento é, pois, o homem quem preside a escolha do nome, permitindo a averiguação de todos os impulsos que sujeitaram o ato nomeador; num segundo momento, é a denominação que irá condicionar e determinar os rumos dos estudos toponímicos. (DICK, 1986, p. 32)

Dessa forma, foram adaptadas à realidade brasileira e estabelecidas vinte e sete taxionomias. São elas, segundo Dick (1986, p.38):

A. Taxionomias de natureza física

- 1) Astrotopônimos: nomes de lugar que se referem aos astros, estrelas, corpos celestes em geral. Ex.: serra da Estrela (PT), Saturno (AH/ES)⁶
- 2) Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex.: Santa Bárbara do Oeste (SP), praia do Leste (PR).
- 3) Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex.: rio Pardo (SP), serra Azul (SP)
- 4) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex.: ilha Comprida (SP), morro Alto (GO).
- 5) Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (arroio Pinheiro, RS), em conjuntos da mesma espécie (Pinheiral, AH/RJ), ou de espécies diferentes (morro da Mata, MT), além de formações não espontâneas individuais (ribeirão Café, ES) e em conjunto (Cafezal, AH/PA)
- 6) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas: elevações (montanha- Montanhas, AH/RN; monte- Monte Alto, AH/SP; morro- Morro Azul, AH/RS; colina- Colinas, AH/GO; coxilha- Coxilha, AH/RS) e depressões do terreno (vale- Vale Fundo, AH/MG; baixada- Baixadão, AF/AH-MT) e às formações litorâneas (costa- Costa Rica, AH/MT; cabo- Cabo Frio, AH/RJ; angra- Angra dos Reis, AH/RJ; ilha- Ilhabela, AH/SP; porto- Porto Velho, AH/RO).
- 7) Hidrotopônimos: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: água- serra das Águas (GO), Água Boa, AH/MG; rio- Riozinho, AH/PI, Rio Preto, AH/SP; córrego- Córrego Novo, AH/MG; ribeirão- Ribeirão Preto, AH/SP; braço- Braço do Norte, AH/BA; foz- Foz do Riozinho, AH/AM.
- 8) Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos (barro- lagoa do Barro (BA); barreiro- córrego do Barreiro (AM); tijuco- Tijuco Preto, AH/SP;

⁶ Os exemplos toponímicos foram coletados por Dick no Índice dos Topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1.000.000. IBGE, S. Paulo, Ed. FAPESP, 1968. As siglas em miúsculas referem-se aos Estados da Federação, esclarece a autora, e para a designação dos acidentes geográficos, adotou-se a convenção seguinte: AF= acidente físico e AH= acidente humano ou aglomerado humano.

ouro- arroio do Ouro (RS), conjunto da mesma espécie (córrego Tijucal, SP) ou de espécies diferentes (Minas Gerais, AH/MG; Cristália, AH/MG; Pedreiras, AH/MG)

- 9) Metereotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: vento- serra do Vento (PB); Ventania, AH/SP; neve- riacho das Neves (BA); chuva- cachoeira da Chuva (RO); trovão- Trovão, AH/AM; cachoeira Trovoada (PA).
- 10) Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex.: Curva Grande, AH/AM; ilha Quadrada (RS); lagoa Redonda (BA); Triângulo, AH/MT.
- 11) Zootopônimos: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (boi- rio do Boi, MG), e não domésticos (onça- lagoa da Onça, RJ), e da mesma espécie em grupos (boiada- ribeirão da Boiada, SP; Vacaria, AH/RS).

B. Taxionomias de natureza antropocultural

- 12) Animotopônimos ou nootopônimos. Topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria-prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex.: vitória- Vitória, AH/CE; triunfo- Triunfo, AH/AC; saudade- cachoeira da Saudade (MT); belo- Belo Campo, AH/BA; feio- rio Feio (SP).
- 13) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: prenome- Abel, AH/MG, Benedito (igarapé, MT), Fátima, AH/MT; hipocorístico- Bentinho, AH/MG, Chiquita (ilha, MT), Nico- (igarapé, AC); prenome+alcunha- Fernão Velho, AH/AL, Joaquim Preto (igarapé do, PA), Jorge Pequeno (ribeirão, MG), Maria Magra (serra da, MG), Pedro Ligeiro, AH/GO; apelidos de família- Abreu, AH/RS, Barbosa (arroio, RS), Silva, AH/PA, Tavares (rio, SP); prenome+apelido de família- Antonio Amaral, AH/MG, Francisco Dantas, AH/RN, Manuel Alves (rio, GO).
- 14) Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente, AH/SP, Doutor Pedrinho, AH/SC, Duque de Caxias, AH/RJ.
- 15) Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, estados,

países, regiões e continentes. Ex.: Brasil, AH/AM, Europa, AH/AC, Amazonas, AH/BA, Uruguai, AH/MG.

- 16) Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha. Ex.: rio Novo Mundo (GO), Nova Viçosa (AH/BA), Velha e Nova Emas, AH/SP.
- 17) Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há Mais Tempo, AH/MA; Valha-me Deus, AH/MA; Vai quem quer (igarapé, AM), Deus me Livre, AH/BA.
- 18) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex.: Casa da Telha, AH/BA, Sobrado, AH/BA.
- 19) Ergotopônimos⁷: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: flecha- córrego da Flecha (MT); jangada- Jangada (MT); relógio- Relógio, AH/PR.
- 20) Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Guarani, AH/PE; ilha do Francês (RJ); rio Xavante (MT); Chavantes, AH/SP; Árabe (arroio, RS)
- 21) Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc. Ex.: Cristo Rei, AH/PR; Jesus (rio, GO); Alá (lago, AM); Nossa Senhora da Glória, AH/AM; às efemérides religiosas: Natividade, AH/GO; Natal, AH/AC; às associações religiosas: Cruz de Malta, AH/SC; aos locais de culto: igreja- serra da Igreja (PR); capela- Capela, AH/AL; Capelazinha, AH/MG. Os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões:
 - 21a) Hagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano. Ex.: São Paulo, AH/SP; Santa Tereza, AH/GO; Santana da Boa Vista, AH/RS.
 - 21b) Mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: saci- ribeirão do Saci (ES), curupira- Curupira (lago, AM); jurupari- Jurupari, AH/AM; anhangá- Anhangá, AH/BA.

⁷ Entre os ergotopônimos será possível, também, a inclusão dos manufaturados como: farinha- rio das Farinhas (ES); pinga- riacho da Pinga (PI); vinho- córrego do Vinho (MG); óleo- Óleo, AH/SP; azeite- morro do Azeite (MT).

- 22) **Historiotopônimos**: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex.: Independência, AH/AC; 7 de Setembro (rio, MT), Inconfidência, AH/RJ; Inconfidentes, AH/MG, Vinte e Um de Abril (rua, SP).
- 23) **Hodotopônimos**: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex.: Estradas, AH/AM; Avenida, AH/BA; córrego do Atalho (GO); Trabessa, AH/BA; Rua de Palha, AH/BA; Ladeira, AH/MA.
- 24) **Numerotopônimos**: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex.: Duas Barras, AH/BA; Duas Pontes, AH/RO; Três Coroas, AH/RS.
- 25) **Poliotopônimos**: topônimos constituídos pelos vocábulos “vila”, “aldeia”, “povoado”, “cidade”, “arraial”. Ex.: rio da Cidade (RJ); serra da Aldeia (PB); Arraial, AH/BA.
- 26) **Sociotopônimos**: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, pátio, praça). Ex.: Sapateiro (serra do, SP); Pescador, AH/MG; serra dos Tropeiros (MG); córrego Engenho Novo (MG), Oficina, AH/MG.
- 27) **Somatotopônimos**: topônimos em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Cotovelo, AH/MG; Pé de Boi, AH/SE; Pé de Galinha, AH/BA; rio da Mão Esquerda (AL); lagoa da Mão Quebrada (PI); igarapé do Dedo (RR); córrego do Dedo Cortado (GO); Dedo Grosso, AH/SC.

Essas são as taxas utilizadas nesta pesquisa, embora não recubram a diversidade encontrada na nomenclatura geográfica local. Não encontramos classificação para ruas denominadas por letras A, B, C, que sugerimos chamar de leteratopônimos.

4.5 As fichas lexicográfico-toponímicas

Para registrar os topônimos a serem estudados, preparando um banco de dados informatizado para futuras consultas, foi elaborado um modelo de ficha

lexicográfico-toponímica padrão (Dick, 2004, p.131), com o intuito de uniformizar as diversas pesquisas toponímicas em andamento, de modo que se pudesse anotar, em campos pré-impressos, os dados da pesquisa.

Figura 7: Modelo de ficha lexicográfico-toponímica.

Topônimo:		Taxionomia:
Tipo de acidente:		
Localização:		
Entrada lexical:	Origem:	
Estrutura morfológica:		
Etimologia:		
Histórico:		
Contexto		
Informações enciclopédicas:		
Fonte:		
Pesquisador:	Data da coleta:	
Revisor:		

Neste capítulo, abordamos a gênese do Projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB) e do Projeto do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP) e de estudos de microtoponímia e atlas regionais. Justificamos a escolha do local e esclarecemos como foi estabelecido o *corpus* de nosso trabalho.

Demos a conhecer as taxionomias de Dick, que foram utilizadas para classificar os topônimos. Também apresentamos as fichas lexicográfico-toponímicas usadas para armazenar os dados da pesquisa e auxiliar na classificação dos locativos.

5 A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA EM IGUAPE

5.1 Introdução

Neste capítulo da tese, antes de passar para a análise qualitativa, vamos abordar as principais motivações do denominador no momento da denominação, perceber de que modo ele recortou “na massa amorfa” do seu universo de conhecimento o nome do lugar. Levando em conta que, após a coleta dos dados, nesta abordagem, consideramos a religiosidade, o homem, a natureza, a história e as manifestações culturais como as principais motivações subjacentes às escolhas dos topônimos.

5.2 A religiosidade

Os hagiotoipônimos fazem parte de um grupo de nomes ligados ao devocionário popular. O designativo Bom Jesus de Iguapec é de gosto popular, formado por expressão qualificativa que localiza a devoção no lugar, determinando sua procedência indígena; aliás, o uso do determinante geográfico, o termo específico do topônimo, *Iguapec*, é uma recorrência linguística distintiva e modalizante dos grupos sintáticos, como o nome do rio mais importante da região, o Ribeira de Iguapec ou o bairro Enseada de Iguapec.

Os topônimos que pertencem ao referencial hiero-hagiotoiponímico que apuramos somam treze nomes de santos, santas, religiosos e papa. Os hagiotoipônimos em Iguapec são: São Miguel (rua, porto), São João (rua, praça) e São Teodoro (rua). Também temos São Benedito (Praça, de). Além dos hierotopônimos: Prelado (rua, bairro, porto), Cônego Braga (rua), Padre Magno (rua), Padre Matias Writz (rua), D. Idílio José Soares (rua), Monsenhor Crescente (rua), Frei Sampaio (rua), padre Roma (rua) Papa João XXIII (rua), Matriz (largo, da) e Rosário (rio, largo, do).

Os topônimos que trazem títulos honoríficos da hierarquia da Igreja Católica Romana, como frei, cônego, padre, dom e papa também poderiam ser considerados axiotopônimos, mas de acordo com a classificação de Dick, estão incluídos entre os hierotopônimos, porque se referem a “particularidades da identificação do sagrado, como as designações dos templos religiosos, títulos eclesiásticos ou de congregações, por exemplo”.(Dick, 2007 p. 466)

Avenida Nossa Senhora do Rocio e Alameda Nossa Senhora de Copacabana: segundo Dick (1990, p.321), o topônimo Nossa Senhora, seguido ou não de determinativo de procedência ou origem não é muito frequente na toponímia brasileira, apesar da grandeza da devoção popular a Nossa Senhora. Nos dois casos, eles vêm acompanhados de determinativo de origem: o primeiro, do local estudado e o segundo, de local transplantado e de origem indígena (quéchua).

No entorno do local onde hoje está construída a Igreja de São Benedito, antigamente existiam apenas algumas casinhas, bastante rústicas e acanhadas. Por esse motivo, o local era conhecido pelo nome genérico de *Pátio das Casinhas*. Apenas a título de curiosidade, observamos que Dick (1997), em seu livro *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo, 1554-1897*, comenta que fenômeno semelhante aconteceu no centro da cidade de São Paulo, comprovando que o mesmo processo de nomeação ocorreu no início de muitos aglomerados urbanos. Somente no dia 26 de maio de 1827 é que a Câmara de Iguape decidiu demarcar esse pátio e, a partir de então, as casas passaram a ser construídas com maior critério.

Mais tarde, o local passou a ser chamado de Largo de São Francisco. Por volta de 1866, a Câmara iniciou a construção do chafariz que ainda hoje ornamenta a praça, inaugurado no dia 8 de dezembro de 1876. Até poucas décadas atrás, era costume a população iguapense ir buscar água nesse chafariz. O local chamou-se Largo de São Francisco até o dia 26 de novembro de 1916, quando a Câmara de Iguape decidiu alterar-lhe o nome para Praça Dr. João Carlos Greenhalgh, numa homenagem ao ilustre engenheiro que durante muitos anos viveu na cidade. Por ocasião da Revolução de 1930, o logradouro passou a ser chamado de Praça João Pessoa, até que finalmente a tradição passou a chamá-lo simplesmente de Praça de São Benedito.

Não pudemos deixar de notar, também, que um povo tão religioso como o

iguapense, além de acolher a imagem do Bom Jesus de Iguape, tornou sagrada a fonte em que se banhou essa imagem e transformou-a em lugar de reverência, passeios, encontros com música no coreto, atração turística e religiosa. A Fonte do Senhor encarna a sacralização da água, que acontece em muitos lugares, em muitas culturas.

No Livro do Tombo, com data de 8 de setembro de 1819, o padre João Chrysóstomo de Oliveira Salgado Bueno escreveu as seguintes linhas sobre a Fonte do Senhor:

Há hũa fonte, chamada com grande alegria a Fonte do Senhor na vizinhança de hum monte sobranceiro a esta Villa, onde a dita Imagem do Senhor Bom Jesus, antes de ser collocada nesta Igreja [antiga Igreja das Neves], foi posta sobre hũa pedra, para se lavar do salitre do mar. Esta pedra tem crescido prodigiosamente, e faz já hũa grandeza considerável apesar da imensidade de pedaços, ou lascas, que della se tira quasi diariamente, e se conserva em hũa casa de abobada redonda feita de pedra e cal, em cujo frontispício se vê o dístico seguinte: INTUS AQUO DULCES, VOVO QUE SEDILIA SAXO, IN QUO EST LOTUS, QUI MALA NOSTRA LAVAT. (A Fonte do Senhor e a Pedra que cresce - Trechos do texto de Waldemiro Fortes, em A Tribuna de Iguape, 1919)

Como relata o Padre, antes de levarem a imagem do Bom Jesus para o interior da igreja, os fiéis a lavaram naquela que passou a ser chamada a Fonte do Senhor, sobre uma pedra que dali por diante passou a ter poderes milagrosos.

No fim da década de 1940, o escritor Albert Camus (Prêmio Nobel de Literatura) visitou o Brasil e incluiu no roteiro a Festa do Bom Jesus, em Iguape, por sugestão de Oswald de Andrade, que o acompanhou. No conto "A Pedra que Cresce", publicado em 1957, Camus narra a festa e as manifestações religiosas presenciadas em sua visita. A cena que o impressionou, além da procissão, e que é o tema do conto foi a visão de centenas de fiéis em fila, diante de uma pequena gruta, tentando conseguir lascas de uma pedra que teria poderes curativos, milagrosos. Além de curar doenças, teria a fantástica propriedade de continuar crescendo de acordo com a fé do crente, bastando colocá-la na água.

Também anotamos aqui a presença religiosa no nome de uma das ruas mais antigas e importantes do centro, a Rua das Neves, que faz referência à padroeira de Iguape, Nossa Senhora das Neves, ainda que só o determinativo da santa conste do locativo, talvez abreviado pelo próprio uso do povo. Ou talvez o nome se refira ao antigo Caminho do Porto, frente às terras de Joana Neves, que

assim ficou conhecida, a rua, por passar em frente à propriedade dessa senhora. Na primeira hipótese, que preferimos, teríamos um hierotopônimo: Nossa Senhora das Neves tem uma história em Iguape. Na segunda hipótese é um antropotopônimo.

O iguapense é, por natureza, religioso, deixando transparecer essa característica nas festividades religiosas, das quais ele participa ao longo do ano, de acordo com o calendário cristão. É mais uma herança que deixou o colonizador europeu, tanto o português quanto o espanhol, que para cá vieram desde antes do Descobrimento.

As imagens de uma Santa e do Bom Jesus foram importantíssimas para os moradores e para a toponímia de Iguape. Antes de falar sobre as manifestações religiosas do iguapense, cumpre mostrar a organização da igreja católica no Brasil, a partir do Descobrimento, na Capitania de São Vicente.

A Diocese de Santos foi criada em 4 de julho de 1924. Faziam parte desta Diocese várias paróquias em Santos, a de São Vicente e a de Conceição de Itanhaém. Ainda compreendia as paróquias de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião, no litoral norte. Também a ela pertenciam as paróquias da região do Ribeira de Iguape, no litoral sul: Apiaí, Iporanga, Xiririca (atual Eldorado Paulista), Iguape, Cananeia, Jacupiranga, Juquiá, Prainha (atual Miracatu),

A participação de padres e religiosos em geral foi muito importante na vida dos habitantes de Iguape, não só na espiritual, como também na material. Há vários topônimos que se referem a esses religiosos, por sua participação na construção da Basílica ou pelo empenho em fazer construir um cais, conforme se lê numa nota antiga, resgatada pelo jornal Tribuna de Iguape, de setembro/2004.

Encabeçada pelo padre João Alves Carneiro, surgiu a ideia de se construir um cais. (...) Nessa altura, o povo designava o cais como “**o porto do vigário**”.

5.2.1 Origem dos cultos de N. Sra. das Neves e do Bom Jesus de Iguape

Em 1534, houve uma histórica desavença entre os habitantes de Iguape (naquela época, Icapara) e os de São Vicente, conforme conta o cronista espanhol

Ruy Diaz de Guzmán, em seu livro *La Argentina*. Nesse ano, os castelhanos que viviam em Iguape, liderados por Ruy Garcia de Moschera, depois de desobedecerem à ordem do padre Gonçalo Monteiro, capitão-mor de São Vicente, de obediência à Coroa Portuguesa, caso em que deveriam deixar a região sob pena de morte e perda de seus bens, voltaram a enfrentar os portugueses de São Vicente. Seguiram para lá, roubaram e saquearam. Nessa invasão, perdeu-se o Livro do Tombo de S. Vicente, provavelmente levado pelos castelhanos.

Conta-se que foi nesse período, mais provavelmente em fins de 1534, que surgiu na freguesia de Yguá-Icapara a imagem de Nossa Senhora das Neves. No Livro do Tombo da Paróquia de Iguape consta o seguinte apontamento:

Um brigue português que se dirigia para o sul, mas não proveniente de São Vicente, sentiu-se acossado por uma caravela pirata de maior potência de fogo, bem como de maior capacidade de deslocamento. Como a tal caravela se aproximava facilmente, teve o brigue necessidade de adentrar a Barra de Icaapara, para despistar a formidável caravela. Se o comandante do brigue sabia ou não da existência da pequena vila de Icaapara, nada podemos afirmar.

Enfim, surtiu o efeito desejado, e o brigue escapou de cair em mãos de hereges.

Esse brigue, ou melhor, o comandante do brigue, trazia em seu camarote uma imagem de família, de sua devoção e achou por bem erigir-lhe uma pequena capela para que outros a adorassem, e também com o intuito de mantê-la a salvo dos piratas.

A imagem ali deixada é a imagem padroeira da cidade. É a imagem de Nossa Senhora das Neves. (FORTES, 2000)

Segundo Fortes (2000), é pouco provável que a imagem de Nossa Senhora das Neves tenha aparecido no início da fundação do povoado, já que havia muitos castelhanos entre os primeiros habitantes e eles, com certeza, não adorariam uma santa de origem portuguesa. A imagem deve ter aparecido mais tarde, quando então o povoado era composto na sua maioria por portugueses.

No ano de 1647, outro fato importante aconteceu na vida do povo da então Vila Nossa Senhora das Neves. Trata-se do encontro da imagem do Senhor Bom Jesus de Iguape.

Com certeza a imagem do Bom Jesus foi feita em Portugal, numa das muitas oficinas de esculturas lá existentes. O relato do que aconteceu foi recuperado por narrativa oral, registrada por dois religiosos, em 1730.

Com efeito não se pode julgar que foi mero acaso a vinda desta Santa Imagem. E sendo que as circunstâncias della, pello que tinham de prodigiosa eram dignas de imortal memória; ellas já estarão e toda no esquecimento, se o Reverendo Christovam da Costa Oliveira, Vigário da Vara da Comarca de Paranaguá, então Visitador das Villas do Sul e o Reverendíssimo senhor Dom Frei Antonio D'Goadelupe, Bispo do Rio de Janeiro, não deixassem como deixaram, em o ano de mil e setecentos e trinta, uma autêntica narração de toda as que pode adquirir dos homens mais antigos, para perpetuar aqui a memória de TAM maravilhoso aparecimento.

Entre os moradores da Vila de Iguape, conservava-se por tradição oral a história de uma imagem achada no mar, até que os dois padres citados acima resolveram anotá-la e a partir daí surgiu o culto ao Bom Jesus de Iguape.

Dizem que dois índios ainda não convertidos, indo à Vila de Conceição (Itanhaém) a mando de seu patrão, pelas areias da praia da Jureia, encontraram algo que rolava no mar, deixado pelas ondas. Recolheram uma imagem de santo e, com ele, botijas de azeite e um caixão de cera. Deixaram a imagem de pé, na praia, onde o mar não a pudesse alcançar. E foram embora.

Na volta, viram que a imagem continuava no mesmo lugar, só que voltada para o sul, na direção de Iguape, coisa improvável de ter sido feita por alguém, já que não havia rastros. Como a Vila de Conceição de Itanhaém era a sede da capitania, resolveram levar a imagem para lá. No entanto, não conseguiram transportá-la, porque a imagem parece que pesava muito mais do que eles podiam aguentar.

Quando, por fim, resolveram seguir na direção de Iguape, a imagem voltou a ter seu peso normal e, assim, resolveram deixá-la em Iguape. Jorge Serrano, sua mulher Anna de Goiz, seu filho Jorge Serrano e sua cunhada Cezilia de Goiz, souberam pelos vizinhos o que estava acontecendo e foram ao encontro da imagem. Lavaram-na do sal do mar na fonte que, a partir de então, passou a ser conhecida como a Fonte do Senhor.

Concluídas as disposições necessárias para a sua entronização, a imagem do Bom Jesus foi colocada na Igreja de Nossa Senhora das Neves, começando todos a render-lhe o devido culto.

5.2.2 Outras manifestações religiosas

Também os negros tinham a sua Igreja, a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída no século XVIII. Conforme consta do censo de 1872, Iguape contava nessa época com 1184 escravos, 13,5% da população. Esses números demonstram a importância da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos para a região. No trecho abaixo, a caracterização da igreja:

A da Senhora do Rozario dos pardos, e pretos, creada em 1724, e approvada pelo Ordinario em 1750, tem Compromisso sem Confirmação Regia: manda dizer doze Missas pelos Irmaons vivos, e defunctos, as quaes se devem dizer nos primeiros Domingos de cada mez: tem diferentes annuaes, dá sepultura, e tumba aos Irmaons fallecidos; e pela alma de cada hum destes manda dizer trez Missas: faz a Festa na Segunda feira do oitavário da Páscoa. (FORTES, 2000, p.52)

Young (apud DIEGUES, 2005b, p. 90) apresenta dados de uma informação remetida ao bispo, em 5 de setembro de 1825, pelo vigário de Iguape:

Comprehendendo toda a Freguezia pelo Rol de Desobriga de 1824, 910 Fogos com 3,974 Pessoas de Confissão a saber, 2791 Brancos e libertos entre maiores e menores incluindo já neste numero 1246 homens e 1545 mulheres; 1183 Escravos entre maiores e menores, incluindo-se neste numero 692 homens e 491 mulheres, os quaes todo fazem a Somma de 3974, n'satisfazem aos preceitos. Porém, a população toda entre todos os sexos, idades, estados e condições monta a 5573 pessoas como se vê melhor dos Mappas incluzos.

A Igreja foi reintegrada à comunidade como mais uma igreja regular da Paróquia, depois de ter abrigado o Museu de Arte Sacra de Iguape até o ano de 2012.

Na época a expressão *fogos* designava cada casa, cada família. O Rol de Desobriga era o registro, por casa, do nome e da idade das pessoas. Se elas se confessaram e comungaram, se apenas se confessaram e ainda as ausências na quaresma.

Como já foi dito, é observando o ritmo de vida de uma cidade, descrevendo seu cotidiano, o fim de semana e, principalmente, sua movimentação nas festas, que se conhece o local. Em Iguape, a festa de Agosto mobiliza toda a população e muda a fisionomia da cidade, atraindo grande parte da população católica da zona urbana e da zona rural do município. Também acorrem à festa os moradores da região sul e

centro-oeste do estado de São Paulo, bem como dos estados do Paraná e Santa Catarina. É um acontecimento que muda a rotina da cidade de Iguape, pois durante os dias de festa, a cidade recebe milhares de romeiros e peregrinos. Os romeiros do Senhor Bom Jesus começam a aparecer a partir o dia 28 de julho, data do início da festa e permanecem na cidade até o dia 6 de agosto, dia do Santo, o último dia da festa. As pessoas se deslocam para Iguape nos mais variados tipos de condução. Muitos vêm em caravanas, outros de barcos, ônibus, carros, canoas, cavalo e até mesmo a pé, a fim de cumprirem promessas que fizeram anteriormente.

As festividades têm caráter religioso e também profano. A parte religiosa conta com a celebração das novenas, missas, procissões e comunhão comunitárias; já na parte profana, destacam-se os bailes, todas as noites após as novenas, os espetáculos circenses, os parques de diversão e a grande feira que se estende ao longo da Baixada do Mercado. E é na grande feira que os moradores da cidade, os romeiros e, em especial, os caíçaras, tomam conhecimento das novidades dos grandes centros e fazem as compras para uso pessoal e para abastecer as suas casas.

O caráter religioso das festividades é comprovado pelo grande afluxo de pessoas nos cultos e pela fila do “beijamento” da imagem e pelo acompanhamento das procissões.

5.3 A natureza

Leite de Vasconcelos anotou em seus *Opúsculos* (1931) que Portugal é terra banhada de inúmeras e variadíssimas correntes de água, o que se reflete em sua toponímia, de uma grande riqueza de expressões para designar cursos d'água como arroio, barranco, barranca, barroca, barroco, corgo, corga, ribeira, ribeiro, ribeirão, rio, riacho, rego, regueiro, regueira, regalheira, levada, vala, enxurro e outras.

Em Iguape, num momento de transplantação dos topônimos portugueses para o Brasil, a palavra ribeira ("do latim *riparia*, adjetivo derivado de *ripa*, significou

primeiro em português 'borda de rio', depois água que corre entre duas ripas, ribas, ou margens altas, por fim corrente de água de certo volume") deu nome ao mais importante rio da região, o Ribeira do Iguape, compondo um sintagma toponímico misto de etimologias portuguesa e indígena.

É o principal rio da região. Nasce na Serra de Paranapiacaba, Paraná, e deságua no Oceano Atlântico, no Estado de São Paulo, percorrendo uma extensão de quatrocentos e setenta quilômetros, sendo cerca de cento e vinte quilômetros em terras paranaenses.

Formado pelos rios Ribeirão Grande e Açungui, que nascem no Estado do Paraná, a noroeste da Região Metropolitana de Curitiba, a uma altitude de aproximadamente mil metros, o rio desce, inicialmente, rompendo as escarpas das serras, num perfil acidentado até perto de Itapeúna, onde apresenta um desnível de mais de novecentos metros em cerca de duzentos e noventa quilômetros e de noventa metros nos noventa quilômetros seguintes, ficando, na altura da cidade de Registro, ainda a setenta quilômetros da foz, com apenas cinco metros acima do nível do mar.

Sua foz localiza-se no município de Iguape, no local denominado Barra do Ribeira. Desde a conclusão do Valo Grande, no entanto, parte de suas águas não deságua diretamente no mar, mas no Mar Pequeno ou Mar de Dentro.

O Complexo estuarino lagunar de Iguape, Cananeia e Paranaguá é um dos mais importantes ecossistemas costeiros, reconhecido por cientistas, ecologistas e organizações internacionais como um dos mais produtivos do planeta, apresentando uma considerável reserva de mangue pouco degradada.

Junto a este complexo ainda se localiza o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, visitado periodicamente por diversos segmentos da sociedade, servindo de palco para um aprendizado sobre a natureza como realmente ela é, com a Mata Atlântica quase que intocada e deslumbrantes fauna e flora.

As populações tradicionais caiçaras dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência e qualquer ameaça ao complexo ecossistema ali verificado pode colocar em risco a sustentabilidade socioambiental da região.

Iguape abriga cerca de 85% da área total da Estação Ecológica Jureia-Itatins, considerada um dos maiores tesouros do país. Abriga ainda a Estação

Ecológica dos Chauás e diversos ecossistemas associados, como praias, rios, cachoeiras, montanhas e manguezais, ao lado do celeiro marinho do Estuário Lagunar do Mar Pequeno, integrando a região do Lagamar. Em termos da fauna e da flora, o que podemos encontrar são espécies animais e vegetais típicos de Mata Atlântica, com toda a sua riqueza e diversidade.

Uma natureza tão rica e variada em espécies vegetais e animais, em formas de relevo, não poderia ter deixado de impressionar os nossos primeiros habitantes, os indígenas. Além do mais, o silvícola contava com os recursos da natureza para sua sobrevivência. A água, para tudo ele usava, e só se fixavam próximo a um rio, e também perto do mar. A água era o seu meio de comunicação com as outras tribos e também o meio de locomoção, “os caminhos que andam” para ir guerrear com seus inimigos ou pescar o peixe para se alimentar. Tanto no rio como no mar, eles pescavam e moqueavam o peixe, para as épocas menos fartas, como nos conta Hans Staden (1974). A água era também para o banho que os indígenas tomavam no rio, várias vezes por dia, hábito de asseio que passou para nós, seus descendentes, como conta Sílvio Elia (1979).

Os vegetais, plantas de todas as espécies, eram usadas pelos índios para fazer sua linha de pescar, por exemplo, da fibra do tucum, muito comum na mata atlântica. A melhor madeira para fazer suas canoas, seus arcos e flechas, tudo a natureza lhe cedia. Os índios conheciam a propriedade das plantas medicinais para cada doença, cada chá para o que servia. Os viajantes naturalistas, como Gabriel Soares de Souza, Pe. Fernão Cardim, Hans Staden, todos eles descreveram os tipos de plantas e animais que existiam no Brasil e que tinham nomes dados pelos indígenas.

Os animais, é redundante falar, os índios conheciam muito bem, todos os tipos de pássaros cujas penas eles usavam para enfeitar seu cocar, as peles para protegê-los do frio; todos os tipos de peixe eles sabiam a época de pescar e como preparar o pescado. Como caçar as onças, o veado, a capivara, o jacaré etc.

E a terra? O silvícola conhecia as cavernas, os montes, as planícies, os campos, todas as formas do relevo e deu nome à serra dos Itatins, a pedra branca ou o monte de prata; chamou de Sorocaba, o rasgo no chão, etc.

A natureza, ou os elementos da natureza são os maiores motivos dos

topônimos de origem indígena, hidrotopônimos como Iguape, no seio d'água; Icapara, braço de rio; Itimirim, riozinho branco; Jairê, o redemoinho etc. Fitotopônimos como Peropava, a madeira amarga, e Tucum, fibra da árvore, resistente, boa para fazer linha de pescar. Zootopônimos como Guaricana, o macaco falso; Momuna, a cobra preta. Geomorfotopônimos como Sorocabinha, a fenda no chão; Itatins, o monte de prata, são alguns exemplos.

5.4 O homem

Para falar do homem como motivo da denominação, sendo ele mesmo o denominador, nada mais apropriado do que a citação de Dick:

O século XX tornou-se, portanto, marco significativo no campo experiencial dos saberes ao ampliar os estudos a outros setores como o da antropologia física, no início, a cultural e social, depois. Foi assim que a nova antropologia coloca o homem no centro do seu interesse, não apenas como experimentador, ele mesmo, das experiências aplicadas, mas como um manipulador, observando, fazendo, construindo, enfim, a fórmula de entendimento sobre suas próprias razões comportamentais. Estas podem ser pensadas ou refletidas ou espontaneamente reveladas, quando o homem passou, como dissemos, de observador a elemento observável, podendo ser dimensionado por outros e a eles tendo de se mostrar por inteiro, ou quase.

O fato é que ocorreu um fenômeno de massificação antropotoponímica em todo o país, formando verdadeiras áreas toponímicas dessa tipologia.

Os antropotopônimos predominam também em Iguape, é um dos motivos mais fortes do denominador, principalmente o oficial, atribuindo denominações sistemáticas a ruas por Atos da Câmara de Vereadores. Outros topônimos que podem ser considerados também antropotopônimos são os designativos de pessoas reconhecidas por sua profissão, os sociotopônimos, como professores e maestros. E os logradouros batizados com nomes de pessoas, as quais ostentam um título, e que chamamos axiotopônimos, somam-se aos dois anteriores.

Como já argumentamos no corpo desta tese, os portugueses que vieram para colonizar o Brasil se achavam fidalgos, por isso mesmo precisavam de muitos

escravos para servi-lo e também para ostentar. Quanto mais escravos tivesse o senhor, mais importante ele era. E queria títulos de nobreza, mas a nobreza da terra era, segundo Gregório de Matos, uma nobreza de “massapé”, que ele criticava em suas sátiras. Com a criação da Guarda Nacional, proliferaram os títulos honoríficos pelo país.

Ocorreu durante o período regencial a eclosão de vários levantes que questionavam a autoridade exercida pelos novos mandatários do poder. Ao manter a estrutura política centralizadora do governo imperial, os regentes apenas fizeram vir à tona a forte insatisfação contra o autoritarismo da época. Nessa época, os quadros do exército brasileiro eram bastante limitados e não podiam controlar todas as situações de conflito.

Buscando uma solução, os dirigentes da regência autorizaram a criação de um novo organismo armado para assegurar a estabilidade política do país. Em agosto de 1831, a Guarda Nacional foi criada com o propósito de defender a Constituição, a integridade, a liberdade e a independência do Império Brasileiro. Além disso, pelo poder a ela concedido, seus membros deveriam firmar o compromisso de zelar pela paz e pela ordem pública.

Para formar esse novo braço armado, as autoridades oficiais estipularam que todo o brasileiro, entre 21 e 60 anos de idade, que tivesse amplos direitos políticos, deveria compor os quadros dessa instituição. Ao limitá-la somente aos chamados “cidadãos ativos”, eleitores e elegíveis, o governo excluía a participação de pessoas de origem popular. Por aí vemos quais os interesses que a Guarda Nacional deveria proteger.

Outra prova dessa perspectiva era a maneira pela qual se compunham os quadros dirigentes dessa instituição. A maior parte dos dirigentes da Guarda comprava o seu título de “coronel” junto ao Estado Brasileiro. Com isso, vários proprietários de terra adquiriram esta patente e foram responsáveis pela organização local das milícias que deveriam, teoricamente, apenas manter a ordem.

Na prática, os membros da Guarda Nacional representaram mais uma situação de abuso das instituições públicas para fins estritamente particulares. Com o passar do tempo, os “coronéis” valiam-se de suas tropas armadas para simplesmente preservar seus interesses pessoais, econômicos e políticos. Além

disso, serviram como instrumento de repressão contra uma população que não se via representada por líderes políticos provenientes das elites.

Segundo Ary de Moraes Giani, que estudou a história da Guarda Nacional em Iguape, desde a criação da célebre *Companhia dos Homens Casados e dos Reformados*, inspirada na organização então existente em Paranaguá, o fato de ser oficial de uma corporação militar era verdadeiro orgulho e ponto de honra; e, para a população, demonstração de prestígio.

Mas o que ocorria, na verdade, é que a maioria das organizações de cunho militar com sede na Vila, distribuía as “patentes”, que não passavam de um título honorário. E daí o cuidado dos “chefes” políticos para a escolha dos candidatos às vagas de oficiais. Por vezes, a indicação de nomes para o preenchimento dos quadros das chamadas Guardas Nacionais gerava disputas políticas.

Entre as atribuições da Oficialidade da Guarda, estava a de comparecer, em farda de gala, às cerimônias religiosas especialmente “*durante as festividades de agosto*”. Esse fato emprestava, principalmente às procissões, um caráter grandioso, pelo grande número de oficiais em vistosos uniformes.

5.4.1 A escravidão em Iguape

Desde pelo menos 1655, o negro era utilizado na mineração de ouro na região, segundo pesquisa publicada na imprensa local. O artigo “A escravidão em Iguape”, publicado na Tribuna de Iguape de maio de 2010, p.14, conta como era a vida do negro escravo nessa época e na era do arroz. Transcrevemos alguns trechos.

O historiador Ernesto Guilherme Young transcreveu um documento datado desse ano, em que consta que o minerador Domingos Rodrigues Cintra e seu irmão e sócio Antônio Rodrigues Cintra, compraram naquele ano uma lavra de ouro em Ivaporunduva, que pertencia a Antonio Soares de Azevedo. Nessa lavra, Domingos trabalhou arduamente durante um ano inteiro, auxiliado por dez escravos de sua propriedade. O próprio Domingos, ao mesmo tempo em que garimpava, ainda

feitorizava seus negros. Foi a citação mais antiga sobre a utilização de escravos na região.

Terminada a fase do ouro, que entrou em declínio a partir de princípios do século XVII, quando foram descobertas as Minas Gerais, mas que se manteve intensa em Apiaí, Iporanga e Ivaporunduva até meados do século XVIII, o negro passou a ser utilizado na lavoura do arroz, que começou a se firmar em fins desse século. Já no ano de 1806, essa era a principal atividade econômica da Vila de Iguape, existindo numerosas fazendas, onde os arrozaes se perdiam de vista. O arroz era plantado em terreno charcoso, o que, segundo escreveu o alferes José Innocência Alves Alvim, em 1845, “era fatal à saúde dos trabalhadores, especialmente dos escravos”.

Essas fazendas geralmente possuíam “engenhos de pilão movidos à roda de água” e estes eram numerosos. Em 1836, quando a Vila de Iguape vivia o auge da era do arroz, existiam nada menos que 82 desses estabelecimentos.

As fazendas de arroz mais importantes desse período se localizavam na extensão da antiga estrada que ia ao Costão dos Engenhos, passando pelas fraldas do Morro da Espia, principalmente no Bairro dos Engenhos, e também no Porto do Ribeira. (Tribuna de Iguape, maio de 2010)

Era comum a venda e compra de escravos, “peças” que eram anunciadas nos jornais da época, em anúncios como estes, a seguir, extraídos do Jornal do Comércio, de 1844.

- *Vende-se na rua do Hospício nº234, dois lindos moleques de 18 anos sendo hum, perfeito cozinheiro.*
- *Vende-se huma mocamba recolhida de elegante figura de 18 annos de idade sabendo perfeitamente coser, engomar, cozinhar, fazer doces, pentear e pregar huma senhora, e fazer todo o serviço pertencente a uma mocamba particular, o seu último preço He 800\$000 rs. Na rua do Porto 102.*
- *Aluga-se huma amma de leite, na Rua Direita nº221.*
- *Fugiu no dia 7 do corrente, pelas 7 horas da noite, huma preta por nome de Joaquina, de nação benguela idade 17 annos pouco mais ou menos com os sinais seguintes:
Cara redonda, altura regular, cheia de corpo, tem as costas com sarna, pés finos e compridos e a metade do cabelo cortado; levou vestido encarnado e outro branco, e hum lenço amarelo com rodela; consta que foi seduzida por hum preto carpinteiro por nome de*

Nazário, e protesta-se contra quem a tiver recolhida. Alguma notícia na rua da Prainha 26, quem a recolher e entregar, receberá boas alviçarias.

- *Vende-se huma família que se retira, os escravos seguintes:*

Huma bonita mocamba de 18 annos de idade, a qual sabe coser, engomar, lavar, vestir huma senhora e fazer todo o mais serviço de porta adentro, huma linda pretinha de 11 annos de idade, que já cose, hum preto de bom boleiro e dous pretos de roça, sendo hum delles, serrador. Rua do Rosário 444.

- *Vende-se na Rua do Fogo, casa 30 hum preto moço, sendo bom sapateiro, boleiro e cozinheiro, bem como huma cadeirinha huma prensa de fazer geléia, huma secretária de mogno e outros trastes, tudo em muito bom uso. Quem pois, precisar de qualquer desses objetos, pode dirigir à referida casa. (Revista do IHGGB, p.79).*

Estes anúncios servem para o objetivo desta tese, principalmente por registrarem topônimos espontâneos que não mais existem, pois foram substituídos por serem obsoletos, por não mais existirem os referentes que eles nomeiam, como a Rua do Hospício e a Rua do Fogo. Por outro lado, pode ser constatado o *continuum toponímico* em locativos como Rua do Rosário e Rua do Porto, em que os termos específicos permanecem até hoje e são produtivos. Quanto à Rua Direita, é um topônimo comum em um grande número de cidades, um dêitico por natureza, referindo-se em Iguape à rua que se posiciona à direita da Basílica. Manteve-se o nome da rua até o início do século passado, quando foi substituída pela atual Rua 9 de julho, um historiotopônimo referente à Revolução Constitucionalista de 1932.

5.4.2 Bairros de remanescentes de quilombolas

Segundo pesquisa de Murillo (2013, p.45), a historiografia do Vale do Ribeira de Iguape confunde-se com a história da formação das comunidades negras que participaram dos grandes ciclos econômicos de maneira marginal, porém articulada com os ocupantes brancos da região:

A presença autônoma ou relativamente autônoma das comunidades negras na região durante o período escravagista brasileiro permitiu configurações de territorialidades tradicionalmente constituídas, que se redefiniram ao longo do tempo, consolidando-se como os inúmeros bairros rurais habitados predominantemente por negros do vale do rio Ribeira do Iguape. (ITESP, 2000, p.65)

São as chamadas populações tradicionais, aquelas comunidades caracterizadas por Antônio Carlos Diegues (1994, p.79), a partir dos seguintes elementos culturais:

1. dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um 'modo de vida';
2. conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
3. noção de 'território' ou de espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
4. moradia e ocupação deste 'território' por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
5. importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de 'mercadorias' possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
6. reduzida acumulação de capital;
7. importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
8. importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
9. a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
10. fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
11. autoidentificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras.

Uma dessas comunidades de remanescentes de quilombolas é a de Peropava, localizada no Vale do Ribeira, onde se concentra a maioria das populações tradicionais do estado de São Paulo.

A comunidade de Peropava encontrou no reconhecimento jurídico de seu território pelo Estado, a maneira de garantir a propriedade coletiva da terra, bem como a reprodução do modo de vida tradicional, segundo Silva e Suzuki (2010).

As comunidades quilombolas estão incluídas no modo de produção que Diegues (1994, p.79) define como "da pequena produção mercantil".

(...) culturas tradicionais, dentro desta perspectiva, são aquelas que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil. Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho

como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria).

A comunidade de Peropava estabelece práticas produtivas essencialmente rurais, relacionadas à economia do excedente, característica do modo de vida tradicional.

A formação dos territórios quilombolas explica-se, historicamente, a partir da organização de comunidades de negros escravizados fugidos, tendo sido terras doadas pelos antigos “senhores” escravagistas, na sua maioria:

Os escravos (...) fugiam para o interior, para as matas, organizavam quilombos onde voltavam à vida que levavam na África. (...) a mortandade muito grande entre eles, devido à má acomodação das senzalas, alimentação, ao excesso de trabalho e à aclimatabilidade, como também à alta percentagem de fugas para o interior, onde se reuniam em quilombos, bastante numerosos, e frequentes em todo o território nacional. O de Palmares, devido a sua longa duração e à área de influência que abrangeu, conseguiu romper a 'cortina-de-silêncio' que os nossos historiadores estenderam sobre as reações negras contra o cativeiro no Brasil. (ANDRADE, 1998, p. 65).

Na luta pelo reconhecimento jurídico do seu território, que já existe como prática social, de remanescente de quilombo, a comunidade busca a construção da identidade quilombola como unidade, como forma de garantir a posse da terra.

Além de Peropava, ainda temos em Iguape os bairros, remanescentes de quilombolas, Morro Seco e Aldeia, cujo histórico consta das fichas lexicográfico-toponímicas.

5.5 A história e as manifestações culturais

Os aspectos históricos de microtoponímia, como vemos no estudo dos topônimos do município de Iguape, estão presentes no cotidiano dos próprios fatos que os designativos revelam. Alguns já nascem assim, “enriquecidos pelas circunstâncias que designam, de repercussão generalizada; são os portadores do que se poderia chamar de ‘espírito coletivo’. São potencialmente carismáticos e trazem consigo uma carga histórico-social bastante ampla”, como expõe Dick:

Quantos deles não se fazem presentes em todos os tipos de

comunidades e acidentes, desde as pequenas vilas até as grandes metrópoles, em simples becos e travessas ou em monumentos públicos, nos pequenos cursos d'água ou nos caudais mais volumosos. Neste emprego reiterado de topônimos idênticos, está evidenciada, acredito, a razão direta de sua própria capacidade funcional, a transmissão de conhecimentos, realizando, então, dessa forma, a Toponímia, os seus objetivos informativo-educacionais, e atingindo um número considerável de pessoas. A maior ou menor difusão de um termo, dentro desses padrões, dá-lhe um caráter de uso eminentemente nacional, já que pertence à história do país onde se inscreve. (DICK, 1986, p.122)

Essa é uma tendência que não fugiu à regra em Iguape, como vemos no estudo dos topônimos de origem portuguesa do município, em relação aos nomes dos movimentos da Independência, da Revolução Constitucionalista e da Proclamação da República, momentos importantes da história do Brasil, que marcam presença na toponímia local: temos então, lembrando esses fatos, os acidentes humanos rua 7 de Setembro, rua 9 de Julho e a rua XV de Novembro. O mesmo acontece com o nome de presidentes brasileiros que nomeiam, de diversas formas, vários acidentes humanos pelo Brasil. Em Iguape, podemos citar o historiotopônimo rua 24 de agosto, que registra a data do episódio histórico trágico da morte de Getúlio Vargas, e remete a ele. Não se deixou de fazer homenagem a outros personagens históricos brasileiros, como a Princesa Isabel, Tiradentes, Carlos Gomes, Ademar de Barros e o General Câmara, que dão nome a ruas do centro de Iguape.

Ainda com relação aos movimentos da história política brasileira, surgiram em vários municípios brasileiros, ruas que homenageiam os heróis republicanos, como em Iguape, que fez homenagem a Saldanha Marinho, que se notabilizou por, na sua gestão como presidente da Província de São Paulo, ter acalmado as lutas políticas entre Liberais e Conservadores. Tal fato foi decisivo para a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, já que envolvia o interesse dos fazendeiros necessitados de transportes para suas mercadorias.

Há que se considerar, no entanto, que um nome pode funcionar num logradouro, se enraizar nele, sem nunca ultrapassar, na prática, os limites geográficos da sua região ou, menos ainda, do seu bairro ou município. Mas nem por isso perde o caráter histórico de que se reveste. Esses topônimos já nascem como designativos meramente locais, homenageiam pessoas e fatos minimamente

conhecidos do grande público, apesar de elas terem feito, com certeza, alguma coisa de louvor e destaque em seu meio, o que lhes conferiu um *status* e condição toponímica para serem lembrados pela toponímia local. Podemos citar quanto a essa toponímia particular a rua Júlio Franco, rua Adélio Fortes, rua Sinhô Rollo, por exemplo.

As primeiras manifestações culturais caiçaras aparecem por volta das décadas de 40-60. Segundo Maynard de Araújo (1973), existem seis áreas culturais homogêneas no Brasil, e a do caiçara é uma delas. Uma área cultural se distingue de outra pela manifestação da cultura, normalmente pelo folclore, ramo da etnografia.

Segundo Mussolini (1980), o trabalho de campo mostrou que eles se declaram caiçaras como uma forma de resistência, como um fortalecimento de territorialidade com relação àquele espaço que lhes pertence. Essa dominação do espaço não é entendida pelo caiçara numa visão capitalista, do empreendedor, mas sim como uma forma de garantir a sua identidade, de produzir e reproduzir a sua cultura. O sentimento de propriedade, para o caiçara, existe com relação ao fruto do trabalho - pesca, plantações - mas não com relação à terra, por isso, cercas dividindo propriedades eram desconhecidas.

O caiçara diz: “Aqui estão minhas plantas, aqui está minha rocinha”, mas não aqui está minha terra.

As festas de beira-mar são uma necessidade dos agricultores de agradecer a natureza e entidades supraterrêneas pelas colheitas, ou suplicar-lhes proteção e condições favoráveis à sua roça. Elas são vistas como parte do processo produtivo, uma poderosa força de coesão social; são distribuídas ao longo do calendário agrícola. Principais festas do litoral sudeste: do Divino, a Folia de Reis e as festas dos negros, de S. Benedito e Nossa Sra. do Rosário.

A Festa do Divino Espírito Santo teve início em 1323, em Portugal, quando o país enfrentava uma crise devastadora. A fome era tanta, a ponto de a Rainha mandar abrir as portas do estoque de comida do próprio palácio para dar o que comer ao povo. Foi quando, não sabendo mais o que fazer, D. Izabel de Aragão pegou o cetro e a coroa e entregou ao Espírito Santo, dizendo que daquele dia em diante entregava o país em suas mãos e pedia que ele salvasse o seu povo. A crise

em breve se findou. A Festa foi trazida para o Brasil pelos colonizadores portugueses e esta expressão religiosa se espalhou por várias regiões no Brasil. Hoje poucas são as cidades que a mantêm. Iguape está entre estas.

Antigamente espetáculo tradicional do município, a Marujada de Iguape foi encenada pela última vez em 1980 e 1981, mas deve voltar em meados deste ano a ser levada ao público.

Alceu Maynard Araújo, estudioso do folclore nacional, assim descreve essa festa tradicional da cultura caiçara:

A Marujada é um bailado popular muito antigo, originário de Portugal. Talvez a transcrição de ideias tradicionais da época das grandes conquistas náuticas pelo bravo povo luso e que, tecidas num ambiente novo, nos deram o auto, certamente escrito por eruditos ou semi-eruditos, o qual sofre na linguagem dos homens simples que o representam as mais variadas deturpações. Nota-se na Marujada a fusão de várias tradições ibéricas. Tais festejos rememoram a vitória das armas sobre o mouro invasor. É também a comemoração de uma vitória do catolicismo romano sobre o maometanismo, tese encontrada nas Congadas que temos estudado em Atibaia, Nazaré Paulista, Socorro, Piracaia, São Sebastião, Ilhabela, Santa Isabel, nas Cavalhadas de São Luís do Paraitinga, São Pedro de Catuçaba, Cachoeirinha e Santa Isabel. Oitenta pessoas tomam parte na Marujada: General ou General-Almirantado, Capitão Inglês, Padre Capelão, Rei Mouro que também é o Embaixador, Príncipe ou Infante de Marrocos, Capitão de Mar e Guerra, Ajudante de Ordens do Capitão Inglês, Piloto, (...). Tocador de Caixa, de Tambor, de Rabeca (dois rabequistas), vassalos (Irira e Delerário), etc. (CORREIO PAULISTANO, SP, 12/03/1950 _ “Correio folclórico” nº 6)

5.5.1 Os ciclos do ouro, da construção naval e do arroz

Os ciclos econômicos que se seguiram em Iguape, como parte de sua história e constituição de sua identidade, forjaram um cidadão orgulhoso do seu passado, atento às riquezas de seu ambiente natural e cultural e cioso de suas origens. O iguapense convive bem com a diversidade étnica, com seu passado que mistura portugueses, espanhóis, indígenas e africanos, com a cultura desses povos, haja vista os nomes de bairros, a maioria de origem indígena, que ele conservou, e mesmo os bairros de remanescentes de quilombolas que há no município.

Os ciclos econômicos, que citamos a seguir, geraram locativos relativos a

eles, como o bairro Engenhos, que preserva a memória da época de ouro do arroz. São, portanto, motivação do denominador que apreendeu essa realidade e a fixou por meio dos nomes de lugares.

Muito antes de as vilas das Minas Gerais conhecerem a corrida do ouro, já o Vale do Ribeira vivia o brilho de seu primeiro ciclo econômico, ligado à exploração do cobiçado metal. Como já dissemos, e citamos documento que o comprova, em 1531 Martim Afonso dirigiu-se direto a Cananeia, sem parar em São Vicente, e de lá mandou uma expedição à procura de ouro e prata, que os primeiros colonizadores já sabiam ou tinham notícia de que existia na região. Depois voltou e fundou São Vicente, em 1532.

Realmente, no ano de 1667 foram descobertas minas de ouro em Cananeia, à época, São João Batista de Cananeia.

Mas ainda no século XVI foram encontrados vestígios de ouro na região de Iguape, conforme citação abaixo, de Elian Alabi Lucci:

Os primeiros registros da existência de ouro no Brasil datam de aproximadamente 1551-1552 (Vale do Ribeira de Iguape e arredores de São Paulo). Durante o século XVI, os moradores de São Vicente e São Paulo já tinham encontrado algumas amostras de ouro, pois apesar de se dedicarem à preação do índio, tinham também interesse em descobrir riquezas minerais. Assim, no final do século XVI, encontraram ouro de aluvião nas proximidades de Iguape, fato este que propiciou o desbravamento da área compreendida entre Paranaguá e Curitiba. (apud Fortes 2000, p.53)

Com o posterior esgotamento das minas e com o descobrimento de ouro no interior do Brasil, especialmente em Minas Gerais, o município rapidamente entrou em declínio, voltando depois a crescer com o desenvolvimento da indústria de navegação e com a plantação de arroz.

Antigamente, para se chegar a Iguape, existiam três caminhos possíveis, um pelo Rio Ribeira; outro, pela barra do Icapara, ou ainda pela barra de Cananeia, através do Mar Pequeno. Ou seja, todos os acessos eram por rio ou mar.

Iguape só passaria a ter um porto correspondente a sua importância comercial a partir da segunda metade do século XVIII, quando se intensificaram na vila as atividades ligadas à construção naval, ocasião em que inúmeros estaleiros se instalaram em Iguape. Principalmente a partir do início do século XIX, quando a

lavoura do arroz passou a exportar milhares de sacas desse produto para os mercados consumidores do país.

Em homenagem a sua participação na Guerra do Paraguai (1865-1870), o Porto Grande passou a ser chamado de Porto do General Osório, nome que até hoje conserva o beco que, saindo da Praça da Basílica, vai dar na Baixada do Mercado. Esse beco era também conhecido por Beco do Cais ou Beco do Porto. Na extensão da Baixada do Mercado, outros becos, partindo da Praça da Basílica, ali desembocavam, como o Beco do Padre Roma e o Beco do General Câmara; na frente desses becos existiam portos de canoas. As ruas que desembocavam no Mar Pequeno eram chamadas de porto: Porto das Dores, Porto do Rosário, Porto São Miguel, numa demonstração, registrada por estes topônimos, da importância que a navegação, quer marítima ou fluvial, tinha nessa época para a economia da região e para o deslocamento do povo, em geral.

Como dissemos, em meados do século XVIII intensificaram-se em Iguape e Cananeia, principalmente nesta última, as atividades ligadas à construção naval. Em fins desse século, existiam em Iguape seis estaleiros, que se localizavam: um à margem direita do rio Subauma; outro do lado esquerdo da Vila de Iguape; outro à margem esquerda do rio Ribeira, em frente à antiga lagoa ou furado do Pasto; outro na foz do rio Peroupava; e dois nas margens do rio Una da Aldeia, o primeiro à margem esquerda, na embocadura, e o segundo à margem direita, além da barra do rio das Areias.

Em Cananeia, a construção naval decaiu a partir de princípios de 1800, ao passo que em Iguape manteve-se até meados do século XIX, principalmente devido à lavoura do arroz, uma vez que os agricultores necessitavam de muitas embarcações para levar seus produtos aos centros consumidores, como Santos e Rio de Janeiro. Nas duas primeiras décadas do século XIX, a construção naval em Iguape ainda era muito significativa.

Em 1825, contam os pesquisadores da história de Iguape que, na Vila, eram construídos de três a quatro navios por ano, em estaleiros situados às margens do rio Ribeira. A construção naval em Iguape manteve-se como atividade econômica até meados do século XIX, quando começaram a operar grandes companhias que faziam as navegações fluvial e marítima.

Já a lavoura do arroz se impôs como atividade econômica a partir do final do século XVIII. “No litoral sul, particularmente em Iguape, as plantações de arroz tiveram peso considerável na economia local após 1790”, segundo Silva (in DIEGUES, 2004, p. 51), consolidando-se efetivamente a partir do início do século XIX, quando milhares de sacas desse cereal passaram a ser exportadas pelo porto de Iguape para os centros consumidores de Santos, Rio de Janeiro e sul do país.

No início do século XIX, a região consolida-se como produtora e exportadora de arroz. A elite local promove a abertura do Valo Grande, mas, o que pretendia ser um benefício ao escoamento da produção, evitando-se o transporte por terra, do Porto do Ribeira até o porto marítimo, foi a causa do seu colapso: a intervenção do homem no complexo e equilibrado sistema hídrico natural alterou o destino da vila. O estreito canal entre o rio Ribeira e o Mar Pequeno, aberto por escravos, cedeu suas margens de solo arenoso à fúria das águas do rio, que encontraram caminho mais curto para o desnível natural da marinha. A dragagem progressiva das margens assoreou em poucos anos o porto marítimo natural da vila, inviabilizando-o para sempre.

A partir de meados do século XIX, o litoral paulista entrou no declínio profundo que o caracterizou até recentemente. As lavouras do arroz, localizadas principalmente no entorno da cidade de Iguape tenderam igualmente a entrar em declínio, pois novos centros produtores desse gênero, situados no planalto, passaram a competir com os produtores do litoral, oferecendo melhores preços e maior produtividade. Além de que, em Iguape, no final do século XIX, o arroz ainda era colhido “cortando cacho por cacho com canivete”, segundo declaração de um contemporâneo citado por Silva (in DIEGUES, 2004, p.54). Ou seja, a produção estava atrasada em termos tecnológicos.

Em 29 de abril de 1911, o município de Iguape, representando o Brasil na Europa, conquistou o diploma de honra internacional de melhor produtor de arroz do mundo, disputado em Turim, Itália.

Trata-se de uma placa de bronze, em alto relevo, conseguida na Primeira Exposição Internacional de Turim, realizada entre os meses de abril e outubro de 1911, em comemoração ao cinquentenário do Reino de Itália, em um evento extraordinário que atraiu milhares de visitantes, com presença do rei Vítor Emanuel III, das mais altas autoridades do reino e dos representantes de vários países,

inclusive do Brasil, que possuía dois pavilhões na exposição, localizada às margens do rio Pó.

No diploma, vê-se escrito em italiano: *Diploma d'onore, Torino MCMXI, Esposizione Internazionale delle Industrie e del Lavoro* (Diploma de honra, Turim, 1911, Exposição Internacional da Indústria e do Trabalho). O prêmio está assinado pelo escultor Edoardo Rubino, e encontra-se exposto no Museu Municipal.

6 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

6.1 Levantamento toponímico de Iguape

O levantamento toponímico de Iguape reuniu 412 topônimos. Na tabela abaixo, temos todos eles, na seguinte sequência: numeração, termo genérico, termo específico e classificação do topônimo.

Tabela 1- Levantamento toponímico de Iguape

1	Município	Iguape	hidrotopônimo
2	Rua	Ten. Cel. Zacarias	axiotopônimo
3	Rua	Cel. Rollo	axiotopônimo
4	Rua	7 de Setembro	historiotopônimo
5	Rua	Cap. Dias	axiotopônimo
6	Rua	Augusto Rollo	antropotopônimo
7	Rua	Cap. M. de A. Rollo	axiotopônimo
8	Rua	Prof. Bento P. da Rocha	sociotopônimo
9	Rua	D. Idílio José Soares	hierotopônimo
10	Rua	Carlos de Souza Castro	antropotopônimo
11	Rua	Cap. Oliveira	axiotopônimo
12	Rua	Cônego Braga	hierotopônimo
13	Rua	Pe. Magno	hieropotopônimo
14	Rua	Edson Arantes do Nascimento	antropotopônimo
15	Rua	XV de Novembro	historiotopônimo
16	Rua	Paulo Moutinho	antropotopônimo
17	Rua	Saudade, da	animotopônimo
18	Rua	Ana Cândida Sandoval Trigo	antropotopônimo
19	Rua	B. A. Correa	antropotopônimo
20	Rua	Adélio Fortes	antropotopônimo
21	Rua	Major Ricardo Kronne	axiotopônimo
22	Rua	Cap. Floramante	axiotopônimo
23	Rua	Ten. Ascelino Cunha	axiotopônimo
24	Rua	João Bonifácio da Silva	antropotopônimo
25	Rua	Ver. L. de Lima	sociopotopônimo
26	Rua	Sinhô Rollo	antropotopônimo
27	Rua	Maestro Aquilino	sociotopônimo
28	Rua	Rogério Graciotti	antropotopônimo
29	Rua	24 de Agosto	historiotopônimo

30	Rua	Saldanha Marinho	historio/antropotopônimo
31	Rua	Maestro Serra	sociotopônimo
32	Rua	Peixe, do	zootopônimo
33	Rua	São João	hagiotopônimo
34	Rua	Pe. Matias Writz	hierotopônimo
35	Av.	Princesa Isabel	axio/historiotopônimo
36	Rua	Papa João XXIII	hierotopônimo
37	Rua	Cel. Jeremias	axiotopônimo
38	Rua	Major Rebello	axiotopônimo
39	Av.	Ademar de Barros	antropo/historiotopônimo
40	Praça, Porto	Gal. Câmara	axio/historiotopônimo
41	Rua	Guarujá	corotopônimo
42	Av.	Eduardo Ébano. Pereira	antropotopônimo
43	Al.	Bento Neto	antropotopônimo
44	Rua, Porto	São Miguel	hagiotopônimo
45	Rua	Estudantes, dos	sociotopônimo
46	Rua	Antonio Ferreira Aguiar	antropotopônimo
47	Rua	David Koda	antropotopônimo
48	Rua	Monsenhor Crescente	hierotopônimo
49	Rua	Latif Correa	antropotopônimo
50	Rua	Tiradentes	historiotopônimo
51	Rua	9 de Julho	historiotopônimo
52	Rua	Senador Feijó	sociotopônimo
53	Rua	Gal. Marcondes Salgado	axiotopônimo
54	Rua	Neves, das	hierotopônimo
55	Rua	Trilho, do	ergotopônimo
56	Rua	Projetada C	animotopônimo
57	Porto	Frei Sampaio	hierotopônimo
58	Porto	Pe. Roma	hierotopônimo
59	Porto	Gal. Osório	axiotopônimo
60	Al.	Ipanema	corotopônimo
61	Al.	N. Sra. De Copacabana	hierotopônimo
62	Al.	Rio de Janeiro	corotopônimo
63	Al.	Minas Gerais	corotopônimo
64	Al.	Goiás	corotopônimo
65	Al.	Gaúchos, dos	etnotopônimo
66	Rua	João Pio de Lima	antropotopônimo
67	Rua	1, 2, 3 a 26	numerotopônimo
93	Av.	Júlio Franco	antropotopônimo
94	Av.	N. Sra. do Rocio	hierotopônimo
95	Av.	João Simões Xavier	antropotopônimo
96	Rua	Vitoriano Ribeiro	antropotopônimo

97	Rua	José Rodrigues Alves	antropotopônimo
98	Bairro, Morro	Vamiranga	não encontrada
99	Rua, Bairro, Porto	Prelado, do	hierotopônimo
100	Rua, Serra, Rio, Bairro, Barra, Rio Braço	Momuna, da	zootopônimo
101	Rua, Rio, Bairro, Córrego, Lagoa	Tucum, Tucunzal, Tucunduva	fitotopônimo
102	Rua, Rio, Bairro	Espraiado, do	geomorfotopônimo
103	Rua, Rio	Pequeno	dimensiotopônimo
104	Rua	Itapamirim	litotopônimo
105	Rua	Jipuruva	geomorfotopônimo
106	Rua	Sorocabinha	geomorfotopônimo
107	Rua	Ayrton Santana de Moraes	antropotopônimo
108	Rua	Antônio Filadelfo Collaço	antropotopônimo
109	Rua, Rio, Bairro	Itimirim, do	hidrotopônimo
110	Rua, Bairro	Columbina	zootopônimo
111	Rua, Bairro	Ilha Grande	geomorfotopônimo
112	Rua, Bairro	Colônia Central	sociotopônimo
113	Rua, Bairro, Morro	Aldeia, da	poliotopônimo
114	Rua	Itapema	litotopônimo
115	Rua, Bairro, Porto, Rio, Morro	Engenho(s), do(s)	sociotopônimo
116	Rua, Rio	Bucuí, Bocuí	dimensiotopônimo
117	Rua	Boiquara	zootopônimo
118	Rua, Serra, Bairro	Itatins, dos	litotopônimo
119	Rua, Rio	Suá Mirim	zootopônimo
120	Rua, Rio, Lagoa	Brejaituva, do	fitotopônimo
121	Rua	Vila dos Parentes	poliotopônimo
122	Rua	Ver. Benedito Aquino Veiga	sociotopônimo
123	Rua	Piunduva	zootopônimo
124	Rua	Bacio	ergotopônimo
125	Rua, Bairro, Ribeirão	Subauma	fitotopônimo
126	Bairro	Caetê- Mirim	fitotopônimo
127	Rua, Estrada, Bairro	Jairê	hidrotopônimo
128	Rua, Bairro, Escola	Lagoa, da; Lagoa dos Carvalhos	hidrotopônimo
129	Rua	Embu	fitotopônimo
130	Rua; Rio; ---; Morro, Bairro	Pedrões, dos; Pedras, das; Pedrão; Pedra, da; Morro das Pedras, do	litotopônimo
131	Rua, Bairro; Estrada; Rua	Barra do Ribeira; Barra, da; São José da Barra	hidrotopônimo; hidrotopônimo; hagiotopônimo

132	Alameda	dos Bandeirantes	historiotopônimo
133	Alameda, Córrego	Ipiranga	cromotopônimo
134	Alameda	Terraças	geomorfotopônimo
135	Avenida	Com. Ricardo Abrão	axiotopônimo
136	Avenida	Rainha Elizabeth	axiotopônimo
137	Rua, Córrego, Bairro	Quatinga	ergotopônimo
138	Bairro	Guaricana	zootopônimo
139	Rua, Rio	Capivari	zootopônimo
140	Rua, Lagoa	Cambiciú	ergotopônimo
141	Rua, Rio, Bairro	Peropava; Peropava, Alto do	fitotopônimo
142	Rua, Rio	Nhangará	geomorfotopônimo
143	Rua, Rio	Saputanduva	fitotopônimo
144	Rua	Guaviruva	fitotopônimo
145	Rua	Pedro Branco	antropotopônimo
146	Rua	Sapocoitava	fitotopônimo
147	Rua	Vila Nova	poliotopônimo
148	Rua	Folha Larga	fitotopônimo
149	Rua	Beira Rio	geomorfotopônimo
150	Rua	Panamá	corotopônimo
151	Alam.	1 a 20	numerotopônimo
171	Trav.	1 a 15	numerotopônimo
186	Av.	São Teodoro	hagiotopônimo
187	Bairro, Farol, Estrada, Rua, Morro	Icapara, de	hidrotopônimo
188	Av.	Júlio João de Camargo	antropotopônimo
189	Rua	Natalino de Souza	antropotopônimo
190	Av.	Pinheiros, dos	fitotopônimo
191	Av.	Ipês, dos	fitotopônimo
192	Avenida, Rio	Cedro(s), do(s)	fitotopônimo
193	Av.	Jacarandás, dos	fitotopônimo
194	Av.	Maracás, dos	fitotopônimo
195	Av.	Jussaras, das	fitotopônimo
196	Av.	Figueiras, das	fitotopônimo
197	Al.	Perdizes, dos	zootopônimo
198	Al.	Mainás, dos	zootopônimo
199	Al.	Sabiás, dos	zootopônimo
200	Al.	Tangarás, dos	zootopônimo
201	Al.	Faisões, dos	zootopônimo
202	Al.	Cotovias, das	zootopônimo
203	Rua	Garças, das	zootopônimo
204	Rua	Gaivotas, das	zootopônimo
205	Rua	Gaviões, dos	zootopônimo

206	Estádio	João Trudes Pereira-Macau	antropotopônimo
207	Rua	Irene	antropotopônimo
208	Rua	Lucy	antropotopônimo
209	Rua	Cleide	antropotopônimo
210	Rua	Elisa	antropotopônimo
211	Rua	Doroty	antropotopônimo
212	Rua	Mônica	antropotopônimo
213	Rua	Cida	antropotopônimo
214	Rua	Viviane	antropotopônimo
215	Av.	Gabriel Rolo	antropotopônimo
216	Av.	Tapari	litotopônimo
217	Av.	Varela	antropotopônimo
218	Av.	Brasil	corotopônimo
219	Av.	Portugal	corotopônimo
220	Av.	Dornelas	antropotopônimo
221	Rua	Noemar	antropotopônimo
222	Rua	Plínio Fortes	antropotopônimo
223	Rua	Ferreira Penteado	antropotopônimo
224	Rua	Carlos Gomes	historiotopônimo
225	Rua	Katsuichiro Katayama	antropotopônimo
226	Rua	Renê Coimbra	antropotopônimo
227	Rua	Rev Ragi	antropotopônimo
228	Rua	Rubens de Aguiar	antropotopônimo
229	Rua	Goiás	corotopônimo
230	Rua	Bahia	corotopônimo
231	Rua	São Paulo	corotopônimo
232	Rua	Minas Gerais	corotopônimo
233	Rua	Argentina	corotopônimo
234	Rua	Suíça	corotopônimo
235	Rua	Inglaterra	corotopônimo
236	Rua	Rússia	corotopônimo
237	Rua	Holanda	corotopônimo
238	Rua	Áustria	corotopônimo
239	Rua	Equador	corotopônimo
240	Rua	Canadá	corotopônimo
241	Rua	França	corotopônimo
242	Rua	A, B, C, D	sem classificação
243	Rua	1 a 47	numerotopônimo
290	Outeiro	Bacharel, do	axiotopônimo
291	Canal	Valo Grande, do	hidrotopônimo
292	Rod.	Pref. Casemiro Teixeira	sociotopônimo
293	Rod.	Ivo Zanella	antropotopônimo

294	Largo	Matriz, da	hierotopônimo
295	Porto, Rio, Largo	Rosário, do	hierotopônimo
296	----; Córrego	Morrete(s)	geomorfotopônimo; corotopônimo
297	----	Pastinho	fitotopônimo
298	----	Limoeiro	fitotopônimo
299	Rua	Glicínias	fitotopônimo
300	Rua	Gardênias	fitotopônimo
301	Rua	Jasmins	fitotopônimo
302	Rua	Narcisos	fitotopônimo
303	Bairro	Centro	cardinotopônimo
304	Bairro	Vila Garcez	poliotopônimo
305	Bairro	Rocio	sociotopônimo
306	Bairro	Porto do Ribeira	sociotopônimo
307	Bairro, Córrego	Coveiro, do	sociotopônimo
308	Bairro	Areias, das	litotopônimo
309	Bairro	Prainha, da	litotopônimo
310	Bairro	Serrinha, da	geomorfotopônimo
311	Bairro, Lagoa	Bacô, do	ergotopônimo
312	Bairro	Estaleiro, do	sociotopônimo
313	Faz., Escola	Cerro Azul, do	geomorfotopônimo
314	Bairro	Jaguacaém, do	zootopônimo*
315	Bairro	Monte Alegre	animotopônimo
316	Bairro	Pico Alto, do	geomorfotopônimo
317	Bairro	Paraíso Mirim	hierotopônimo
318	Bairro	Glória, da	animotopônimo
319	Serra, Morro, Ponta	Jureia, da	geomorfotopônimo
320	Bairro, Córrego	Umbeva, da	ergotopônimo*
321	Bairro	Morro Seco	geomorfotopônimo
322	Bairro	Patrimônio	sem classificação
323	Bairro	Pavoa	zootopônimo
324	Bairro	Pé da Serra	somatotopônimo
325	Bairro	Retiro	sem classificação
326	Bairro	Sete Belo	numerotopônimo
327	Bairro	Tabaquara	poliotopônimo
328	Bairro	Umbu	fitotopônimo
329	Lagoa	Apara, do	sem classificação
330	Lagoa	Negra ou Cambuçu	cromotopônimo
331	Lagoa	Jataituba	zoo/fitotopônimo
332	Morro	Caiobá, do	fitotopônimo
333	Morro	Barreiro, do	litotopônimo
334	Bairro	Campo Largo	fitotopônimo

335	Ribeirão, Córrego	Arataca, da	ergotopônimo
336	Ribeirão	Galo, do	zootopônimo
337	Morro	Inglês, do	etnotopônimo
338	Córrego	Bateçaria, da	não encontrada
339	Córrego	Aguapé, do	fitotopônimo
340	Ribeirão	Braço Preto, do	hidrotopônimo
341	Morro	Maciel, do	antropotopônimo
342	Córrego	Caracol, do	zootopônimo
343	Córrego	Covuçu	fitotopônimo*
345	Rio	Cordeiro, do	antropotopônimo
346	Córrego	Cantagalo	dirrematotopônimo
347	Córrego	Barro Branco, do	litotopônimo
348	Morro	Botujuru, do	meteorotopônimo
349	Córrego	Fonte, da	hidrotopônimo
350	Porto	Pinheiro, do	fitotopônimo
351	Rio	Acaraú	zootopônimo
352	Rio	Pindu, do	antropotopônimo*
353	Rio	Mirim	dimensiotopônimo
354	Ribeirão	Sambaqui, do	zootopônimo
356	Ilha	Papagaios, dos	zootopônimo
357	Ilha	Nanaú, do	fitotopônimo
358	Morro	Espia, do	sociotopônimo
359	Morro	Cristo Redentor, do	hierotopônimo
360	Ilha	Enseada, da	hidrotopônimo
361	Ilha	Coroa Nova, da	geomorfotopônimo
362	Córrego	Guacaúva, da	não encontrada
363	Ribeirão	Braço, do	hidrotopônimo
364	Ribeirão	João Bento	antropotopônimo
365	Córrego	Esteiro, do	sem classificação
366	Bairro	Rio Branco	hidrotopônimo
367	Ribeirão, Córrego	Cachoeira, da (ou Batalha, da)	hidrotopônimo
368	Rio	Novo	cronotopônimo
369	Rio	Vermelho	cromotopônimo
370	Morro	Boa Vista, da	animotopônimo
371	Córrego	Ipiranga	cromotopônimo
372	Morro	Dedo de Deus	somato/hierotopônimo
373	Rio	Branco da Serra	cromotopônimo
374	Ribeirão	Tijuca	litotopônimo
375	Ribeirão	Meio, do	cardinotopônimo
376	Rio	Cauvi	ergotopônimo*
377	Ribeirão	Serra, da	geomorfotopônimo
378	Ribeirão	Grota Funda, da	geomorfotopônimo

379	Morro, Cachoeira	Grande	dimensiotopônimo
380	Ribeirão	Limeira, da	fitotopônimo
381	Morro	Mazília, da	antropotopônimo
382	Rio	Itinguçu	cromotopônimo
383	Rio	Una da Aldeia	cromotopônimo
384	Rio, Morro	Preto	cromotopônimo
385	Córrego, Morro	Cambicho, do	etnotopônimo*
386	Morro	Quilombo, do	etnotopônimo
387	Morro	Ermo, do	sem classificação
388	Ribeirão	Piraçununga	zootopônimo
389	Estirão	Miguel, do	antropotopônimo
390	Rio	Pequeno	dimensiotopônimo
391	Morro	Recreio, do	animotopônimo
392	Morro	Araraquara	zootopônimo
393	Escola	Profª Cecília Fortes	antropotopônimo
394	Ribeirão	Casqueiro	zootopônimo
395	Rio	Ribeira do Iguape, da	geomorfotopônimo
396	Morro	Três Pontes, das	ergotopônimo
397	Ribeirão	Itinga, Itinga Grande ou Itinguçu	cromotopônimo
398	Morro	Cara-de-gato	somatotopônimo
399	Córrego, Morro	Maceno, do ou Itinguinha	antropotopônimo
400	Córrego, Ribeirão	Palhal, do	fitotopônimo
401	Córrego	América	corotopônimo
402	Rio	Canela, da ou Cacunduva	fitotopônimo
403	Morro	Pai-João, do	antropotopônimo
404	Ribeirão	Mineiros, dos	sociotopônimo
405	Barra, Porto, Praia; Rio	Una, do; Una do Prelado ou Comprido	cromo/dimensiotopônimo
406	Serra	Bezerra, da	zootopônimo
407	Morro	Araújo, do	antropotopônimo
408	Morro	Ribeirão, do	hidrotopônimo
409	Ribeirão, Pedra	Boguçá, do	zootopônimo*
410	Ribeirão, Morro, Ponta	Grajaúna, do	não encontrada
411	Rio	Paiçauína	hierotopônimo*
412	Rio	Verde	cromotopônimo

Os termos-ocorrência foram analisados e classificados de acordo com as taxinomias do modelo metodológico adotado. Verificou-se a origem etimológica dos nomes e pesquisou-se em dicionários de língua geral e de língua tupi o seu significado, mas nem todos os topônimos constavam dos dicionários. Ou porque são

formas aglutinadas da língua brasílica e sofreram alterações ou porque foram “criadas” pelo denominador, provavelmente a voz popular. São exemplos do que acabamos de apontar, Vamiranga, Bateçaria, Guacaúva, Cacunduva e Grajaúna. Quanto aos topônimos Saputanduva, Paiçaúna, Boguçá, Cambicho, Cauvi, Pindu, Umbeva e Jaguacaém, marcados com asterisco, receberam classificação baseada em hipóteses da pesquisadora, conforme constam nas fichas lexicográfico-toponímicas, pois também não conseguimos encontrar esses verbetes nos dicionários pesquisados.

Outro problema encontrado foi quanto à classificação de alguns topônimos como Ermo, Esteiro, Apará, Patrimônio e Retiro, que não se enquadram em nenhuma das taxionomias, ficando sem classificação. Também as ruas A, B, C e D não se enquadram em nenhuma das classificações.

Sem dúvida, ainda é grande o número de topônimos de origem tupi em Iguape, notadamente nos bairros periféricos, e chama a atenção, merecendo um tratamento à parte. Destacamos do universo de topônimos de Iguape, para analisar mais de perto esses nomes de lugar de origem indígena, as fichas com as informações que colhemos. Reservamos o próximo subtítulo a eles.

6.2 As fichas lexicográfico-toponímicas: léxico brasílico

De acordo com as informações coletadas e anotadas nas fichas lexicográfico-toponímicas, principalmente a pesquisa em dicionários de língua tupi, foi possível chegar à motivação do denominador, classificando os topônimos com base na taxionomia de Dick. As fichas com as informações vêm a seguir.

LÉXICO BRASÍLICO (INDÍGENA)

1-Topônimo: Iguape	Tipo de acidente: AH_ Município	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Estado de São Paulo / Brasil – Geocódigo: Distrito 362030106		
Estrutura morfológica: substantivo <i>yguá</i> + preposição <i>pe</i>		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1987, p. 248), define: IGUAPE <i>corr.</i> Yguá-pe , no lagamar, na baía fluvial. Bahia, São Paulo.		
Histórico: Iguape< Bom Jesus da Ribeira<Freguesia de Nossa Senhora das Neves< Villa de Nossa Senhora das Neves de Iguape< [Yguá]		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

2-Topônimo: Quatinga	Tipo de acidente: AH_ Rua, Bairro; AF_Córrego	Taxionomia: ergotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo <i>quâ</i> + adjetivo <i>tinga</i>		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 271), define: “ Quá s. a atadura, cinta; a trama do tecido; o golpe, a pancada; o tiro, o estampido”. Tinga , adj., branco, alvo, claro. <i>Alt.</i> Ti, Tin.		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

3-Topônimo: Sorocabinha	Tipo de acidente: AH - Rua, AF - Córrego	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo sorocaba + sufixo - inha		Origem: léxico brasílico (indígena) +português

<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 277), define: Sorocaba s. çorocaba, a ruptura, o rasgão, em alusão às rasgaduras naturais do solo, em torno da cidade. S.Paulo. V. Bossoroca. Bossoroca, corr. yby-soroca, a terra rasgada ou fendida; o rasgão no solo. Alt. Ubussoroca, Bussoroca, Bossoroca, Vossoroca.132. S. Paulo, Paraná, Minas Gerais”. (SAMPAIO, 1955, p. 183)</p>
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

5-Topônimo: Gipuvura / Jipovura/ Jipuruva	Tipo de acidente: AH - Rua, Bairro; AF_ Morro do	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: Gipuvu'ra, corruptela de Cy-pi-ii-ro		Origem: léxico brasílico (indígena)
<p>Etimologia: cy=liso, pi=pé, ii=resvalar, que significa: “tão liso que se põe escorregadio”. Assim Gipuvura ou Jipovura é o “nome de um morro ou cerro que se torna liso, escorregadio, resvaladiço, naturalmente no tempo das chuvas ou quando chove; e daí o nome irradiando sobre toda aquela antiga propriedade agrícola”, segundo o erudito João Mendes de Almeida. (Tribuna de Iguape, nº34 – Ano VIII, p. 8, novembro de 2003)</p>		
<p>Histórico: A primeira colônia japonesa no Brasil foi fundada em 9 de novembro de 1913, no Bairro Jipovura, em Iguape, com o nome de <i>Colônia Katsura</i>. Foi uma homenagem ao primeiro-ministro do Japão Dr. Taro Katsura. O Governo do Japão recebeu da Câmara de Iguape – presidida pelo coronel José de Sant’Anna Ferreira, e tendo como prefeito o coronel Jeremias Júnior - uma área de aproximadamente 400 alqueires, adquirida pelo preço de 22 contos de réis. Os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil pelo porto de Santos, em 1908, no navio Kasato Maru. Vieram cerca de 700 famílias, que foram trabalhar em fazendas no interior de São Paulo. As famílias tinham de cumprir um contrato de cinco anos, conforme o sistema já adotado nos países europeus. Muitos dos que haviam terminado seus</p>		

contratos saíram dessas fazendas e foram para Iguape, pelo porto de Santos. Do Porto Grande, seguiram no vapor *Vicente de Carvalho* até a *Colônia Katsura*, onde já encontraram as primeiras famílias de colonizadores em atividade, na construção das acomodações. A *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K.K.K.K.), empresa colonizadora ultramarina, já havia montado na *Colônia Katsura* uma serraria, o que tornou viável as construções da sede e das acomodações. Pouco mais tarde, chegaria à *Colônia Katsura* para administrar a serraria e instalar a Cooperativa de Produtores de Arroz, o Sr. Kishiro Yanaguisawa. Após a instalação da cooperativa, o produto (arroz) era remetido para a K.K.K.K., em São Paulo, para ser vendido em consignação. A carga era levada, por via marítima, até o porto de Santos, pelo barco *Iguapense*, e de Santos, por via férrea, até São Paulo. Depois de instalada a Cooperativa Agrícola, o Sr. Kishiro Yanaguisawa desvinculou-se da K.K.K.K., e iniciou o plantio de arroz e também da cana-de-açúcar, para produzir aguardente de cana. A colonização japonesa trouxe grande desenvolvimento agrícola à região. Na *Colônia Katsura* foram instalados, além da agroindústria, agência do Correio, Escola Mista Japonesa e Brasileira, açougue, restaurante e pensão. Também existiam vários comerciantes. E o porto de Jipovura passou a ser parada obrigatória do vapor da *Fluvial*. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, houve perseguição aos japoneses e aos seus negócios. A Cooperativa Agrícola Katsura sofreu liquidação. A produção foi diminuindo, pois os cooperados não tinham como vender seus produtos no mercado, uma vez que a cooperativa era quem dava suporte para o desenvolvimento local. Por este motivo, as famílias foram mudando para outros municípios, e até outros Estados. Em decorrência da falta de mercadorias, cargas e passageiros, a *Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista*, que fazia transporte via fluvial no rio Ribeira, também retirou os seus vapores de circulação. Hoje, na Colônia Katsura, permanecem poucas famílias de descendentes dos primeiros colonizadores japoneses no Brasil. (Tribuna de Iguape, nº34 – Ano VIII, p. 8, novembro de 2003)

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989

5-Topônimo: Pianduva	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		

Estrutura morfológica: substantivo pium + substantivo tyba	Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 268), define: Pium , corr. pi-u o que pica ou morde derreado, agachado. É o mosquito miúdo de mordedura mui acre. Tyba , o sítio, o lugar. Piunduva seria o sítio dos mosquitos.	
Histórico:	
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989	

6-Topônimo: Capivari	Tipo de acidente: AH – Rua; AF_ Rio	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo capivara + substantivo y	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 190), define: Capivary , corr. Caapiuar-y , o rio das capivaras. Bahia, S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. Alt. Capibary . 75, 109.		
Histórico:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		
7-Topônimo: Cambiciú	Tipo de acidente: AH – Rua; AF_ Lagoa	Taxionomia: ergotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: Substantivo cambucy + substantivo u	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 188) define: Cambucy , corr. <i>cambu-chi</i> , o vaso d'água, o pote, cântaro. Alt. Camucy, Camucim, Camotim, Camoti . S. Paulo. Pode proceder, ainda, de caá-mbocy , significando – fruto de duas partes juntas. 70". “ U , corr. y, s., a água, o líquido, o rio. A pronúncia difícil da vogal gutural y deu origem às formas u, hu, gu , que aparecem com afixos ou sufixos na composição dos vocábulos. Como adjetivo, u equivale a u ou un , significando negro, preto. Como verbo, u e muitas vezes hu, gu cu , significa comer, beber, aspirar, tragar. (SAMPAIO, 1987, p. 336)		

Histórico:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

8-Topônimo: Brejaituva	Tipo de acidente: AH –Rua; AF – Rio, Lagoa	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo (brejaúva)		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 183), define: Brejaúva , <i>corr.</i> de ybirayá-yba , árvore de madeira rija. É uma palmeira de cuja madeira se serviam os índios para fazerem os seus arcos. Alt. Barajaúba , Brajauba , Brejauba (<i>Astrocaryum ayri</i>). Minas, Rio de Janeiro.		
Histórico:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

9-Topônimo: Momuna	Tipo de acidente: AH – Rua, Bairro; AF_ Serra, Rio, Barra da, Rio Braço da	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo mboy + adjetivo una		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 182), define: <i>corr.</i> mboy-una , a cobra preta.		
Histórico:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

10-Topônimo: Peropava/Peroupava	Tipo de acidente: AH - Rua, Bairro Alto do; AF_ Rio	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: subst. ypê+		Origem: léxico brasílico (indígena)

adj. roba+ sufixo ava	
<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 221) define: Iperoba, corr. ypê + roba, a casca amargosa. <i>Alt. Peroba</i> (Aspidosperma). <i>Alt. Iperó. Abá</i> s. o homem, a gente, a pessoa; o macho. No tupi amazônico, auá. Na língua geral, altera-se, por vezes, em avá e assim entra na composição de muitos vocábulos. (SAMPAIO, 1987, p. 188)</p>	
Histórico:	
<p>Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.</p>	

11-Topônimo: Tucum, Tucunzal, Tucunduva	Tipo de acidente: AH – Rua, Bairro; AF_ Córrego, Rio, Lagoa	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
<p>Estrutura morfológica: substantivo tucum + sufixo –al (coletivo) ou tyba/tuba/duva(brasílico)</p>		<p>Origem: léxico brasílico (indígena) + português</p>
<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 293) define: Tucum c. tu-cû, o espinho alongado, a pua. É o nome da palmeira <i>Astrocaryum tucumã</i>, cuja haste é guarnecida de espinhos, e de que se tira uma fibra das mais resistentes para linha de anzóis e para fabrico de cordas e redes. Tucunzal, coletivo de espinhos alongados.</p>		
Histórico:		
<p>Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.</p>		

12-Topônimo: Nhangará	Tipo de acidente: AH – Rua; AF_ Rio	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
<p>Estrutura morfológica: adjetivo anhá+ subst. guara</p>		<p>Origem: léxico brasílico (indígena)</p>
<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 171) define:</p>		

Anhangara , s.c. anhã-guara ; a cova ou caverna do diabo.
Histórico:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

13-Topônimo: Saputanduva	Tipo de acidente: AF_ Rio	Taxionomia: fitotopônimo*
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica:		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: por analogia a Sapocoitava, concluímos que é fitotopônimo.		
Histórico:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

14-Topônimo: Umbu	Tipo de acidente: AH - Bairro	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo imbu		Origem: léxico brasílico (indígena)
<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 219) define: Imbu, <i>corr. y-mb-ú</i>, a árvore que dá de beber; alusão aos tubérculos grandes desta planta (<i>Spondias uberosa</i>), que, nas raízes, segregam água e matam a sede aos viajantes do sertão em tempo de secca. <i>Alt. Umbú, Ombú, Ambú</i>. Norte do Brasil”.</p>		
<p>Informações enciclopédicas: “[A tradição Umbu] é caracterizada pela presença de pontas de projétil e de uma indústria lítica com lascas retocadas. O retoque é frequentemente feito com cuidado, podendo ocupar toda a superfície de uma ou de ambas as faces da lasca. Os portadores desta indústria parecem ter ocupado as regiões menos arborizadas; realizando raras incursões nas encostas do planalto, chegaram até o litoral em pelo menos dois pontos. Tardamente, parece que se espalharam por vários vales, influenciando no Rio Grande do Sul portadores da outra tradição (Humaitá), que adotaram as pontas de flecha. (Prous, p.149)”</p> <p>Essa tradição procurava abrigar-se nos terraços do planalto meridional e também</p>		

aproveitavam alguns abrigos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As escavações que renderam uma melhor explanação sobre a vida dos nativos brasileiros foi feita no sítio Cerrito Dalpiaz, com as escavações de E. Miller, pois permitiram estabelecer uma ordem cronológica e de materiais arqueológicos que estabeleceram uma melhor precisão sobre a tradição Umbu. Nos sítios há grande quantidade de pontas de projétil bifaciais e os demais artefatos também costumam ser lascados nas duas faces. A ocupação começa ao redor de 11.000 anos e perdura até o segundo milênio de nossa era. A chamada Tradição Umbu não deve ser considerada uma cultura, mas uma tecnologia, que podia ser usada por populações de línguas e etnias diferentes. Disponível em www.historiaehistoria.com.br/...

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989;

15-Topônimo: Guaviruva	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo guabi + adjetivo iroba		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 207) define: Guabiroba , c.o comestível amargo, ou fruto que trava. No Rio Grande do Sul é a <i>Eugenia variabilis</i> ou <i>xanthocarpa</i> , no Pará é a <i>Eugenia myrobalana</i> . <i>Alt. Guaviroba, Guabirova, Guamiroba</i> ".		
Histórico:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989		

16-Topônimo: Baecô/Baicô	Tipo de acidente: AH – Bairro; AF_ Lagoa do	Taxionomia: ergotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: mbaé (substantivo) + cô (adjetivo)		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 247) define: Mbaé , s., a coisa, o objeto, bens, haveres, prefixo para formar verbos absolutos e substantivos abstratos. <i>Alt. Mãe, mã, baé, ba.68</i> ". " Cô , a roça, a colheita, a		

plantação, a limpa. 118. Como adjetivo det. – este, esta, estes, estas”. (SAMPAIO, 1955, p. 196)
Histórico:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

17-Topônimo: Jairê, do	Tipo de acidente: AH – Rua, Bairro, Estrada	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo y + adj. erê		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 303) define: Yerê , c. y-erê , a água em giro, o redomoinho. ¹⁰⁴		
Informações enciclopédicas: Às margens do imponente rio Ribeira, e distante 27 km do centro da cidade, encontra-se o Jairê. O bairro concentra a técnica da confecção da cerâmica utilitária de Iguape, conhecida por painéis pretos, herança cultural deixada por tribos indígenas, provavelmente gês, que habitavam aquela área. As painéis, bem como os potes e outros utensílios, são feitos à base de argila e, durante a queima, tingidas com um extrato retirado da casca do jacatirão, uma árvore nativa de Mata Atlântica e muito abundante na região.		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

18-Topônimo: Subauma	Tipo de acidente: AH – Rua, Bairro; AF_ Ribeirão	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo çama + adjetivo yba		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 274) define: Sumaúma , corr. çama-yba , a árvore de corda, ou que tem fibras que dão corda. (<i>Eriodendrum Samauma</i> , Mart.). Alt. Samayba , Samauba , Samauva , Sumauma ,		

Subauma.
Histórico:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

19-Topônimo: Icapara, do	Tipo de acidente: AH – Rua, Bairro, Estrada, Farol; AF_ Morro	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo yg + adjetivo apára		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 217) define: Icapara , corr. yg-apára , água, rio ou canal torto; braço curvo do rio. 117. S. Paulo”.		
Histórico: Em 1554, é certo que existia no Icapara uma pequena povoação. Por se localizar à beira-mar e ser de fácil acesso, o povoado foi vítima do assédio de piratas. Além disso, a falta de água potável, os fortes ventos e o pouco espaço forçaram a mudança do povoado para as margens do Mar Pequeno. Essa mudança foi gradual, até a vila estabelecer-se em terras do capitão Francisco Álvares Marinho, em data incerta.		
Informações enciclopédicas: Aos canais, ou braços de rio, quando consideráveis, denominam Ygapára , donde procede o conhecido nome Ycapára , que designa a entrada do lagamar de Iguaçu. (SAMPAIO, 1987, p.136)		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

20-Topônimo: Embu	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: subst. em + adj.bó		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 203) define:		

Embu <i>corr.</i> em-bó , o que tem vazio, oco; a cana, a virga. <i>Alt.</i> Embú .
Histórico:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989

21-Topônimo: Itatins, dos	Tipo de acidente: AH – Rua, Bairro; AF_ Serra	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo itá + adjetivo ti (<i>tinga</i>)		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 229) define: Itatins <i>corr.</i> itá-ti , a ponta ou nariz de pedra, o pico. 82. Como contracção de ita-tinga, quer dizer pedra branca, mármore; a prata ou metal branco. 107. <i>Alt.</i> Itati .		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: O vocábulo itatim conservou-se, porém, inalterado, e com essa denominação se conhece, no território paulista, na sua zona marítima, uma alta serra, a dos Itatins , que é como se se dissesse: a serra dos picos , pelos muitos e bem caracterizados que, nessa montanha, se descobrem. (SAMPAIO, 1955, p. 105)		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

22-Topônimo: Bucuí, Bocuí	Tipo de acidente: AH – Rua; AF_ Rio	Taxionomia: dimensiotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: adjetivo mbucú + substantivo y		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: o rio comprido. Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, pp. 183 e 303)) define: Bucuí <i>corr.</i> mbucú , o comprido, o longo, extenso. Pernambuco. Y , água, rio.		
Histórico:		

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

23-Topônimo: Itapema	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: IGUAPE/SP		
Estrutura morfológica: substantivo itá + adjetivo pema		Origem: léxico brasílico (indígena)
<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 227), define: Itapema c. <i>itá-pema</i>, ou <i>itá-pemba</i>, a pedra esquinada, ou angulada, à semelhança de parede. Bahia, S. Paulo.</p> <p>Itapema: do tupi <i>ita</i> (pedra), <i>pê</i> (quebrar, torcer, dobrar) e o sufixo <i>ma</i> (breve) para formar o supino (como ensina João Mendes de Almeida), com o significado de “morro quebrado mais de uma vez ou pedra muito quebrada”. (SANTOS, 1986, p.321)</p>		
Histórico:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989		

24-Topônimo: Itapamirim	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: Iguaçu/SP		
Estrutura morfológica: subst. Ita +apé + adj. mirim		Origem: léxico brasílico (indígena)
<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 227) define: Itapamirim c. <i>itapé-mirim</i>, a lage pequena, a lagingha. Espírito Santo, Bahia, S. Paulo.</p>		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Contexto:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989		

25-Topônimo: Guarujá	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: corotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo guarú + substantivo yá		Origem: léxico brasílico (indígena)
<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 211) define: Guarujá <i>corr. guarú – yá</i>, o viveiro dos guarús. S. Paulo. Guarú, guar-ú, o indivíduo que come, o comedor, alusão ao ventre volumoso e desproporcional que tem o peixinho deste nome, também conhecido como <i>barrigudinho</i>. <i>Alt. Arú</i>. “Segundo João Mendes de Almeida, corruptela de gu-ár-yyâ “abertura de um lado a outro”, gu –recíproco – ár “ladear”, yâ “abrir, gretar, fender, rachar”, precedido de y – relativo. Os verbos Ár e Yâ, estando no infinitivo sem caso, significam a ação geral: “lado” e “abertura””. (apud SANTOS, 1986, p. 321)</p>		
<p>Histórico: Guarujá < guarujá corotopônimo < zootopônimo</p>		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989		

26-Topônimo: Sapocoitava	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo içapó +subst. cô+ subst. yba		Origem: léxico brasílico (indígena)
Entrada lexical: cipótuba		
<p>Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i>, SAMPAIO (1955, p. 196) define: Cipótuba <i>corr. içapótyba</i>, donde procedem <i>içapotuba, çapotuba, cipótuba</i>, que significam: o sítio dos cipós, cipoal, lugar onde essas plantas sarmentosas abundam. V. Cipó. Cipó, corr. Içá-pó, literalmente – galho-mão, que é o mesmo que dizer – galho apreensor – que tem a propriedade de se prender, de se enlear, de atar. <i>Alt. Icepó, cepó, çapó, sipó. Cô</i>, s., a roça, a colheita, a plantação, a limpa. 118. Como adj. det. – este, esta, estes, estas”. (SAMPAIO, 1955, p. 196)</p>		
Histórico:		

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989

27-Topônimo: Guaricana	Tipo de acidente: AH - Bairro	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: subst. guarí + adj. cana		Origem: léxico brasílico (indígena)
Entrada lexical: guariba		
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 211) define: Guariba , corr. guar-ayba , o indivíduo feio; a gente ruim. Designa uma casta de macacos (<i>Mycetes</i>). <i>Alt.</i> Guariva , Guari . Cana , falso, semelhante a, o que imita. É o falso macaco, o que é semelhante ou imita o macaco.		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989		

28-Topônimo: Itimirim	Tipo de acidente: AH – Rua, Bairro; AF_ Rio	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: subst. y + adj. ting(a) + adj. mirim		Origem: léxico brasílico (indígena)
Entrada lexical: Itinguaçu		
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 229) define: Itinguaçu , corr. y-ting-uaçu , por analogia, <i>y-ting-mirim</i> , a água pequena, o rio branco pequeno.		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

29-Topônimo: Tabaquara	Tipo de acidente: AH - Bairro	Taxionomia: poliotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo taba + substantivo quara		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 279) define: Taba , s., a aldeia, a povoação, o arraial; no tupi-guarani, taba; no tupi amazônico, táua. <i>Alt. Tab, Táuba, Tá, Tap.</i> 112. Quara , s., o furo, a cova, o buraco; o esconderijo, o refúgio. <i>Alt. Quá.</i> (SAMPAIO, 1955, p. 271)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989		

30-Topônimo: Ipanema	Tipo de acidente: AH - Alameda	Taxionomia: corotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: Substantivo y+ adj. panema		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 251) define: Ipanema <i>corr. Y-panema</i> , a água ruim, imprestável; o rio sem peixe, ou ruim para a pesca. São Paulo. <i>Alt. Ipane.</i>		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989		

31-Topônimo: Boiquara	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: Substantivo+substantivo		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1987, p. 282) define: Boiquara s. Mboy a cobra, o ofídio em geral. Pronuncia-se umboí ou ímboú. <i>Alt.</i>		

Boi, Boya, May ou Moya. 68. São Paulo. Quara s. o furo, a cova, o buraco; o esconderijo, o refúgio. <i>Alt. Quá.</i> (SAMPAIO, 1987, p. 308)
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989

32-Topônimo: Suá- Mirim	Tipo de acidente: AH – Rua; AF_ Rio	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: Substantivo suá + adjetivo mirim		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1987, p. 316), define: Suassú <i>corr. Çoó-açú</i> , o animal grande, a caça de mais vulto, o veado ou cervo. 109. <i>Alt. Suaçú, Guaçú, Sussú, Assú.</i> Por analogia, concluímos que se trata de animal pequeno.		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

33-Topônimo: Ipiranga	Tipo de acidente: AH – Alameda; AF_ Córrego	Taxionomia: cromotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: Substantivo y+adjetivo piranga		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1987, p. 302) define: Ipiranga <i>corr. Y-piranga</i> , vermelho, corado, ruivo, rubro, pardo. <i>Alt. Piran, Pirã.</i> Y – s. A água, o líquido; o rio, a corrente. Rio Vermelho. (SAMPAIO, 1987, p. 345)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

34-Topônimo: Apara	Tipo de acidente: AF_ Lagoa do	Taxionomia: sem classificação
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: adjetivo apara		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Apara <i>adj.</i> Curvo, torto, torcido, aleijado. <i>Alt.</i> Apar, Apá. (SAMPAIO, 1987, p. 195)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: é o mesmo adjetivo que vai formar Icapara (Yg-apara).		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

35-Topônimo: Itinga, Itinga Grande ou Itinguçu; Itinguinha	Tipo de acidente: AF_ Ribeirão; Córrego do Morro do Maceno ou	Taxionomia: cromotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: Substantivo+adjetivo ou (+sufixo)		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Itinga <i>corr.</i> Y-tinga , a água branca; o rio branco. <i>Alt.</i> Utinga, Otinga. (SAMPAIO, 1987, p.261)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

36-Topônimo: Negra ou Cambuçu	Tipo de acidente: AF_ Lagoa	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: subst.cambuy+adj. çú		Origem: léxico brasílico (indígena)
Entrada lexical: cambuy		
Etimologia: cambuy – sm arbusto que produz fruta deliciosa, pequenina e redonda. De caá , planta, folha, mboy que se desprende (T. Sampaio) Nome de localidade em MG e SP, segundo Bueno (1983, p. 76)		
Informações enciclopédicas:		

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

37-Topônimo: Jataituba	Tipo de acidente: AF_ Lagoa	Taxionomia: fito/zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo jataí+ sufixo tyba/tuba		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: <i>corr.</i> Yá-atã-yba , contrato em ya-atã-y, a árvore de fruto duro (yá-atã). É a árvore <i>Hymenea Cubaril</i> . <i>Alt.</i> Gitahy, Jutahy . Designa também uma qualidade de abelha, que toma este nome pela predileção de se aninhar nesta árvore. (SAMPAIO, 1987, p.268) Tuba, tyba , o sítio delas, a abundância delas.		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

38-Topônimo: Caetê-Mirim	Tipo de acidente: AH_ Bairro	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substativo caetê+adjetivo mirim		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: <i>corr.</i> Caá-etê , a mata real, constituída de árvores grandes, a mata virgem; a folha larga, 88. Minas Gerais, Pernambuco. <i>Alt.</i> Caheté, Cahité . (SAMPAIO, 1987, p. 212). Mirím <i>adj.</i> Pequeno, breve, pouco, miúdo; <i>adv.</i> um pouco. <i>Alt.</i> Miri, mi, mini, im, i . (SAMPAIO, 1987, p. 283)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

39-Topônimo: Caiobá	Tipo de acidente: AF_ Morro do	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico brasílico (indígena)

caá+substantivo obá	
Etimologia: Caá s. a folha, a planta, a erva, o vegetal em geral; a árvore, o mato, o monte; o mate (<i>Ilex paraguayensis</i>). (SAMPAIO, 1987, p. 210). Oba s. o manto, a roupa. Segundo Bueno (1983, p. 489), s. pico da serra dos Ibatins. SP. Mato aberto.	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.	

40-Topônimo: Vamiranga	Tipo de acidente: AH _Bairro; AF_ Morro do	Taxionomia: sem classificação
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica:	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: não encontrada		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

41-Topônimo: Arataca	Tipo de acidente: AF_ Ribeirão, Córrego	Taxionomia: ergotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: s.c. Ara-taca , o que colhe batendo com estrépito; a armadilha para caça miúda. (SAMPAIO, 1987, p. 200)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

42-Topônimo: Aguapé, Aguapeú	Tipo de acidente: AF_ Córrego, Rio, Morro	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		

Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Aguapehy s.c. Aguapé-y , o rio dos guapés. V. Aguapé. São Paulo, Mato Grosso. (SAMPAIO, 1987, p. 192). Aguapé s.c. Aguá-pe , coisa redonda e chata; a planta vulgarmente chamada guapé, guapéba, guapéva , que cobre a superfície dos lagos e das águas remansadas. (<i>Nymphéa</i>). (SAMPAIO, 1987, p. 191)	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.	

43-Topônimo: Covuçu	Tipo de acidente: AF_ Córrego	Taxionomia: fitotopônimo*
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo cô+adjetivo uçu	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Entrada lexical: Coçú*		
Etimologia: Coçú s.c. Cô-uçu , a roça grande. São Paulo. V. Cô. (SAMPAIO, 1987, p. 223) Cô s. A roça, a colheita, a plantação, a limpa. 118. <i>Como adj. det.</i> este, esta, estes estas. (SAMPAIO, 1987, p.223)		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

44-Topônimo: Botujuru	Tipo de acidente: AF_ Morro do	Taxionomia: meteorotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Botujurú <i>corr.</i> Ybitu-jurú , a boca do vento; garganta ou quebrada por onde sopra o vento. 77. São Paulo. (SAMPAIO, 1987, p. 208)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

45-Topônimo: Acaraú	Tipo de acidente: AF_ Rio	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: s.c. Acará-y , o rio dos acarás. <i>Alt.</i> Acarahú, Acaracú, Carahy. Acará s.c., o cascudo, o escamoso. Nome comum de certos peixes fluviais, no Brasil, cujo mais conhecido é o <i>Geophagus brasiliensis</i> . <i>Alt.</i> cará . (SAMPAIO, 1987, p. 190)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

46-Topônimo: Pindu	Tipo de acidente: AF_ Rio do	Taxionomia: antropotopônimo*
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: Substantivo	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Entrada lexical: pindoba*		
Etimologia: 1 pindobusu (lit. pindoba grande) variedade de palmeira, pindoba. (Léry, Histoire, 377; Sousa, Trat. Descr., 197)) 2 (s. antrop.) nome de índio tupi, de um chefe indígena tamoio do séc. XVI (Anchieta, Cartas, 214), segundo Navarro (2006, p.408)		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

47-Topônimo: Mirim	Tipo de acidente: AF_ Rio	Taxionomia: dimensiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: adjetivo mirim	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: Mirím <i>adj.</i> Pequeno, breve, pouco, miúdo; <i>adv.</i> um pouco. <i>Alt.</i> Miri, mi, mini, im, i. (SAMPAIO, 1987, p. 283)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

48-Topônimo: Sambaqui	Tipo de acidente: AF_ Ribeirão do	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: corr. Tambá-quí ou melhor tambá-kí , a jazida de ostras, depósito de ostras. É o amontoado de cascas de ostras devido às tribos selvagens que viveram à beira-mar, restos de cozinha, o mais das vezes. V. Tambá. Tambá s. A ostra, o mexilhão, o conteúdo da concha; o monte de Vênus. Alt. Sambá, Samá, Tamá. (SAMPAIO, 1987, pp. 311, 320)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

49-Topônimo: Nanaú	Tipo de acidente: AF_ Ilha do	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: subst. naná+ v. comer u		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Nanaú c. Nanã-ú , comer ananás, isto é, onde há ananás. Paraíba. (SAMPAIO, 1987, p. 288). Naná-‘y – nanaú, licor de ananás (Marcgrave, Hist. Nat. Bras., 274; VLB, II, 146), conforme Navarro (2006, p.280)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

50-Topônimo: Tapari	Tipo de acidente: AH_ Sítio, Rua	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico brasílico (indígena)

Etimologia: c. Itá-pari , a tapagem de pedras; a cerca ou fecho de pedras; alusão à corda de recifes que, a distância, mar dentro, se estende em linha, fechando o acesso da costa. <i>Alt.</i> Itaparica . (SAMPAIO, 1987, p.258)
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

51-Topônimo: Guacaúva	Tipo de acidente: AF_ Córrego da	Taxionomia: sem classificação
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica:	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: não encontrada		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

52-Topônimo: Jaguacaém	Tipo de acidente: AH_ Bairro; AF_ Lagoa Volta do	Taxionomia: zootopônimo*
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Entrada lexical: jaguar		
Etimologia: jaguar <i>corr.</i> Ya-guara , aquele que devora ou dilacera, o devorador. 109. Forma primitiva no tupi: yauara . No guarani, yauá . 109. <i>Alt.</i> Jaguá, Jaguara . (SAMPAIO, 1987, p.265)		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

53-Topônimo: Tijuca	Tipo de acidente: AF_ Ribeirão	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		

Estrutura morfológica: substantivo tijuca	Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: Tuyuca <i>corr.</i> Tu-yuca, o brejo, a lama, o charco, a paul. <i>Alt.</i> Tijuca, Tijuco, Tuyu. (SAMPAIO, 1987, p. 336)	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.	

54-Topônimo: Cauvi	Tipo de acidente: AF_ Rio	Taxionomia: ergotopônimo*
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo cauvi	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: Cauim <i>corr.</i> Cauí , o vinho, a aguardente. Amazonas. Pode vir também de acayú-y, a água ou suco do caju de que se fabrica o vinho. (SAMPAIO, 1987, p. 221)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		
55-Topônimo: Una (da Aldeia); Una, do	Tipo de acidente: AF_ Rio; Praia, Porto, Barra	Taxionomia: cromotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: adjetivo	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: Una <i>adj.</i> Negro, preto, escuro. <i>Alt.</i> Um, U, Huna, Um, Pixuna. (SAMPAIO, 1987, p. 339)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

56-Topônimo: Cambicho	Tipo de acidente: AF_ Morro do, Córrego do	Taxionomia: etnotopônimo*
Localização – Município: Iguape/SP		

Estrutura morfológica: substantivo+sufixo	Origem: léxico brasílico (indígena)
Entrada lexical: cambá-î(nasal)	
Etimologia: s.c. cambá-î , o negrinho, do guarani. Paraguai. (SAMPAIO, 1987, p.213)	
Informações enciclopédicas:	
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.	

57-Topônimo: Piraçununga	Tipo de acidente: AF_ Ribeirão	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: subst. pirá+ adj. cynynga	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: Pirassununga <i>corr.</i> Pirá-cynynga , o peixe rumborito, ou o ronca-peixe. 109. São Paulo. <i>Alt.</i> Piracininga, Piracinunga . (SAMPAIO, 1987, p. 303)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

58-Topônimo: Umbeva, da	Tipo de acidente: AB_ Bairro; AF_ Córrego	Taxionomia: ergotopônimo*
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico brasílico (indígena)
Entrada lexical: u'peba*		
Etimologia: (lit. far. achatada) s. farinha delicada e de melhor qualidade preparada a partir da mandiopuba. (Piso, Da Med. Bras., 62), segundo Navarro (2006, p.408)		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

59-Topônimo: Araraquara, do	Tipo de acidente: AF_ Morro	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico brasílico (indígena)	

Etimologia: Araraquara s.c. Arara-quara , o refúgio ou paradeiro das araras. São Paulo. É também uma árvore alta, entre as leguminosas, no Amazonas. (SAMPAIO, 1987, p.199)
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

60-Topônimo: Cacunduva	Tipo de acidente: AF_ Rio	Taxionomia: sem classificação
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica:	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: não encontrada		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

61-Topônimo: Bogueça	Tipo de acidente: AF_ Ribeirão, Pedra do	Taxionomia: zootopônimo*
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Entrada lexical: boyguassuguaba*		
Etimologia: s. De mboy, cobra; guassú, grande; guaba, bebedouro: o bebedouro das cobras grandes, segundo Bueno (1983, p.486)		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

62-Topônimo: Grajaúna	Tipo de acidente: AF_ Ribeirão, Morro Ponta do	Taxionomia: sem classificação
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico brasílico (indígena)
Etimologia: não encontrada		

Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

63-Topônimo: Paiaúna	Tipo de acidente: AF_ Rio	Taxionomia: hierotopônimo*
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Entrada lexical: payabuna*		
Etimologia: pay-abuna. De pay-oba-una: padre de roupa preta, o jesuíta que trajava batina preta. Bueno (1983, p.222)		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

64-Topônimo: Jureia	Tipo de acidente: AF_ Serra, Morro, Ponta da	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: substantivo jureia	Origem: léxico brasílico (indígena)	
Etimologia: Juréa Antigamente yuré , <i>corr. cur-é</i> (pronunciado chur-é), a saliência distinta, a ponta notável. É nome de um promontório na vizinhança da Ribeira de Iguape. São Paulo. (SAMPAIO, 1987, p. 271)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Assim, com base nas fichas lexicográfico-toponímicas, verificando os semas presentes nos sememas das lexias encontradas, pesquisando nos dicionários de tupi, pudemos classificar os topônimos de acordo com a taxionomia de Dick. Apesar de todo nosso esforço, como já mencionamos, nem todos os topônimos de origem indígena foram encontrados, razão pela qual seguem sem classificação. Outros

foram marcados com asterisco para indicar hipótese da pesquisadora, enquanto outros topônimos como Apara, por exemplo, que significa “curvo, torto, torcido, aleijado”, segundo nosso entendimento não se enquadra em nenhuma das taxionomias, assim como outros.

6.3 Análise quantitativa dos registros toponímicos

Tabela 2- Léxico brasílico

1	Iguape	hidrotopônimo
2	Tucum/Tucunzal	fitotopônimo
3	Itapamirim	litotopônimo
4	Jipuruva/Jipovura/Gipuruva	fitotopônimo
5	Sorocabinha	geomorfotopônimo
6	Itimirim	hidrotopônimo
7	Itapema	litotopônimo
8	Bucuí	dimensiotopônimo
9	Boiquara	zootopônimo
10	Suá Mirim	zootopônimo
11	Brejaituva	fitotopônimo
12	Piunduva	zootopônimo
13	Subauma	fitotopônimo
14	Icapara	hidrotopônimo
15	Jairê	hidrotopônimo
16	Embu	fitotopônimo
17	Ipiranga	cromotopônimo
18	Quatinga	ergotopônimo
19	Capivari	zootopônimo
20	Cambiciú	ergotopônimo
21	Peropava	fitotopônimo
22	Nhangará	geomorfotopônimo
23	Saputanduva	fitotopônimo*
24	Guaviruva	fitotopônimo
25	Sapocoitava	fitotopônimo
26	Guarujá	corotopônimo
27	Ipanema	corotopônimo
28	Guaricana	zootopônimo
29	Baecô	ergotopônimo
30	Itatins	litotopônimo

31	Momuna	zootopônimo
32	Tabaquara	poliotopônimo
33	Umbu	fitotopônimo
34	Vamiranga	não encontrada
35	Caetê-Mirim	fitotopônimo
36	Tapari	litotopônimo
37	Jaguacaém	zootopônimo*
38	Umbeva	ergotopônimo*
39	Apara	sem classificação
40	Cambuçu	fitotopônimo
41	Jataituba	fito/zootopônimo
42	Caiobá	fitotopônimo
43	Arataca	ergotopônimo
44	Aguapé	fitotopônimo
45	Covuçu	fitotopônimo*
46	Botujuru	meteorotopônimo
47	Acaraú	zootopônimo
48	Pindu	antropotopônimo*
49	Mirim	dimensiotopônimo
50	Sambaqui	zootopônimo
51	Nanaú	fitotopônimo
52	Guacaúva	não encontrada
53	Tijuca	litotopônimo
54	Cauvi	ergotopônimo*
55	Una	cromotopônimo
56	Cambicho	etnotopônimo*
57	Piraçununga	zootopônimo
58	Araraquara	zootopônimo
59	Itinga, Itinguçu	cromotopônimo
60	Cacunduva	não encontrada
61	Boguça	zootopônimo*
62	Grajaúna	não encontrada
63	Paíçaúna ⁸	hierotopônimo*
64	Jureia	geomorfotopônimo

O léxico brasílico, em relação ao total de topônimos encontrados em Iguape, é relativamente pequeno, em torno de 15% das ocorrências, mas é um número elevado em relação a outras regiões do estado de São Paulo e do Brasil.

Encontramos, ainda, com relação ao léxico brasílico, formações híbridas de

⁸ Este topônimo e todos os demais marcados com asterisco tiveram sua classificação processada com base em hipótese da pesquisadora.

português mais indígena (P+I), ou de indígena mais português (I+P), comprovando as primeiras conclusões do ATESP.

Tabela 3 – Léxico brasílico híbrido

	Topônimo	Léxico híbrido
1	Alto do Peropava	P+I
2	Paraíso Mirim	P+I
3	Una da Aldeia	I+P
4	Ribeira do Iguape	P+I
5	Itinga Grande	I+P
6	Una do Prelado	I+P
7	Enseada de Iguape	P+I

Os topônimos híbridos relacionados acima interessam apenas do ponto de vista das camadas linguísticas. Sendo lexias compostas, fica até difícil determinar o elemento predominante para determinar sua classificação.

Os gráficos a seguir dão a ideia do panorama geral da situação do léxico brasílico em Iguape.

Vamos tecer algumas considerações quanto a este léxico brasílico, de origem tupi, primeiro. Encontramos sessenta e quatro (64) topônimos indígenas representados por lexias simples e sete (07) híbridos de léxico português e indígena, ou vice-versa, na formação (P+I ou I+P), e cinco (05) acidentes com dois nomes coexistentes: Negra ou Cambuçú (Lagoa); Itinga Grande ou Itinguçu (Ribeirão); Maceno ou Itinguinha (Córrego do); Canela ou Cacunduva (Rio da) e Una do Prelado ou Comprido (Rio). Como se percebe, a origem de um dos nomes do sintagma toponímico é do léxico português e a do outro, do brasílico.

Das 64 lexias de origem brasílica, não conseguimos encontrar 4 delas nos dicionários consultados. Quanto a outras 9 lexias, levantamos hipóteses de que tenham sofrido aglutinação ou alterações fonéticas, hipotetizamos um percurso denominativo e em seguida as classificamos de acordo com a taxionomia adotada. Dos topônimos com dois nomes, somente Itinga Grande ou Itinguçu são correspondentes, têm os mesmos radicais *y+tinga*, rio branco. A diferença é que um manifesta o grau aumentativo com o acréscimo do adjetivo português grande, sob

forma analítica, e o outro o mesmo adjetivo de origem brasílica, *guaçu* ou *çu*, de forma sintética.

Gráfico 1: Motivação do léxico de origem brasílica (indígena)

No que tange aos motivos das denominações neste universo de termos de origem brasílica, constatamos que a maioria é de fitotopônimos (13), em seguida vêm os zootopônimos (12), litotopônimos e ergotopônimos (5 cada), hidrotopônimos, geomorfotopônimos e cromotopônimos (4 cada) e outros em menor número, conforme o gráfico acima.

Como podemos verificar pelo gráfico 2, os modelos toponímicos presentes na nomenclatura geográfica dos municípios paulistas, segundo dados iniciais do ATESP mantêm-se nos acidentes geográficos de Iguape, predominando nas categorias taxionômicas de natureza física, os semas genéricos relativos à vegetação (fitotopônimos), a animais (zootopônimos), à constituição do solo (litotopônimos) e, em Iguape, diferentemente da pesquisa apontada, aparecem com destaque os ergotopônimos, depois os relativos à água (hidrotopônimos) e outros.

Esse léxico brasílico, como de praxe se constatou em todo estado de São Paulo por meio da pesquisa do ATESP, contempla as taxionomias de ordem física com maior incidência do que as antropoculturais. São, também, os nomes mais resistentes no tempo, que indicam a motivação do denominador: a natureza

representada pelas águas dos rios, ribeirões e córregos; pelos espécimes vegetais, úteis para o indígena; pelas formas do relevo, que o indígena ao nomear descrevia e o ajudava a se localizar no espaço e os animais, muito importantes para a vida e a sobrevivência nas matas. Provavelmente esses nomes, como já dissemos, eram usados pelos indígenas que habitavam a região e se conservaram como nomes de ruas ou bairros onde existiam e ainda existe determinada planta, como o tucum, ou aquele aspecto do relevo, como o Itatins.

O topônimo Iguape, que dá nome ao município, é produtivo e aparece no nome do santo de devoção dos iguapenses, o Bom Jesus de Iguape, e no nome do rio mais importante de todo o Vale do Ribeira, que inclusive recebe este nome por sua causa, o rio da Ribeira do Iguape; e em mais logradouros, de forma híbrida (P+I), como o bairro Enseada de Iguape. É um topônimo que marca a territorialidade e situa a identidade do local. Mas há topônimos muito mais produtivos, como Momuna, Tucum, Peropava, Icapara, Jureia e Una.

Hidrotopônimos como Iguape, Icapara e Jairê revelam a cumplicidade do homem primitivo com o meio circundante. É o que se observa pelos nomes que foram atribuídos às águas, ‘traduzidos’ por ‘no seio d’água, no lagamar’; ‘canal ou braço curvo do rio’ e ‘redemoinho’, respectivamente.

Como diz Dauzat a respeito da designação originária de lugar:

La désignation originaire des lieux, qui fera l’objet d’une étude particulière, est un curieux chapitre de psychologie sociale. Sous une variété très grande de détail, l’esprit humain a eu recours toujours et partout à un petit nombre de types de désignation, qui se répètent identiquement à travers les modalités des diverses civilisations et langues.⁹ (DAUZAT, 1926, p.6)

Com outras palavras, Marcelo Leite (2015), articulista da *Folha de São Paulo*, comenta a mesma “economia” da língua quanto aos designativos de lugar:

(...) rios que alimentam os reservatórios, como o Juqueri, o Atibainha, o Camanducaia, o Jacaré e o Jaguari. (Não confundir os dois últimos rios com os de mesmo nome em outros lugares. Eles são uma espécie de “José da Silva” fluvial, com muitos homônimos, pois os nomes querem dizer “rio de jacarés” e “rio de onças”, respectivamente, em tupi).

Esses topônimos são o que Dick (1992, p.8) chama de “arquetipos

⁹ Tradução livre da pesquisadora: “O espírito humano tem recorrido hoje e sempre a um pequeno número de tipos de designação, que se repetem identicamente através das modalidades de diversas civilizações e línguas”.

toponímicos”, expressões-padrão que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo em relação à caracterização dos acidentes geográficos. Assim, os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam, em seu universo onomástico, o mesmo fato, ou traduzem uma condição semelhante.

Os fitotopônimos, como Subauma, a árvore que dá cordas; Tucum, a fibra da palmeira; Brejaituva, a madeira rija boa para fazer os arcos dos indígenas, tudo leva a crer que são topônimos de primeira geração, ligados ao lugar que denominam e preservados através do tempo. Os zootopônimos, mais marcadamente ainda, atestam a presença, há muito tempo, de animais que havia na região, embora hoje ninguém se lembre mais disso. São topônimos como Capivari, o rio das capivaras; Momuna (Rua; Serra; Rio; Bairro; Barra; Rio Braço da), a cobra preta; Boiquara (Rua), o refúgio das cobras; Suá Mirim (Rua, Rio), animal pequeno; Guaricana (Bairro), o falso macaco ou mesmo Piunduva (Rua), o sítio dos mosquitos.

Os geomorfotopônimos são, normalmente, os nomes de lugar que mais permanecem inalterados. O pico dos Itatins, o pico de pedra ou a pedra branca, ou montanha de prata para os indígenas que não conheciam esse metal e, portanto, não tinham palavra para designá-lo; Nhangará, nome indígena para a caverna do diabo; Itapema, a pedra esquinada, quebrada; Sorocabinha, o rasgão na terra, etc.

Em seguida, vamos apresentar os gráficos gerados a partir do total dos dados de todos os topônimos coletados em Iguape. Foram analisados 412 topônimos, entre ruas, bairros, alamedas, avenidas, rios, morros, córregos e outros.

Gráfico 2: Origem do léxico toponímico de Iguape/SP

A nomenclatura geográfica de Iguape é formada na sua maioria por lexias do léxico português (81%), sendo que nesse percentual estão incluídas uma grande quantidade de ruas identificadas por números e algumas por letras. O léxico de origem brasílica representa 15% do total de topônimos encontrados, o que é relativamente um número pequeno, tendo em vista que o litoral paulista concentrava várias tribos indígenas à época do Descobrimento do Brasil. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, é um número elevado de registros, dada a sistemática substituição que os topônimos de origem brasílica sofreram por locativos de origem portuguesa, antropotopônimos na sua maioria, seguindo uma tendência universal.

Topônimos híbridos de nomes de origem portuguesa com nomes de estrangeiros constituem 4% dos registros, devendo-se esse número ao afluxo de imigrantes, japoneses, italianos e outros, à região estudada. Já os nomes de lugar de origem africana representam menos de 1% das ocorrências, ou seja, não tem representatividade na formação da microtoponímia de Iguape, tratando-se de apenas um topônimo.

Quanto à contribuição das línguas africanas para o português do Brasil, considera-se que ela se restringiu a pequena parte do léxico e à fonologia. Segundo Silva Neto (1960, p.27) “Os negros africanos trazidos para o Brasil já vieram, na sua

grande maioria, falando o português, o seu português simplificado e deturpado”. “A sua língua nunca foi ideal linguístico”, completa o autor.

Nessa mesma linha, Sílvia Elia fala a respeito da influência das línguas africanas no português do Brasil:

Foi, portanto, a superioridade axiológica e pragmática da cultura ocidental que levou à vitória da língua portuguesa no Brasil sobre as suas concorrentes indígenas e africanas. Não há nenhum sentido, por conseguinte, em estimular o fortalecimento dessas falas populares em detrimento da língua nacional brasileira. (...) Não tenho conhecimento de nenhum grupo linguístico entre nós que prefira manter o seu falar socialmente desprestigiado em vez de esforçar-se por adquirir o domínio da língua padrão. (ELIA, 1979, p.18)

Não é sem motivo, portanto, que apesar de Iguape abrigar milhares de negros africanos trazidos para trabalhar na lavoura do arroz, apenas um topônimo de origem africana tenha ficado para nomear um acidente geográfico: o topônimo Quilombo (Morro do). Isso se justifica, em termos sociais, porque o negro era o escravo, o ocupante da senzala; enquanto o branco era o senhor, o dono de tudo e de todos, o morador da casa grande. Segundo BORBA (2004, p.1159) quilombo é africanismo, significando refúgio de escravos fugidos; conjunto de escravos refugiados. O topônimo remete à história do país, à escravidão do negro, e resgata a memória dos quilombos e justifica a existência de comunidades quilombolas na região. (Ver citação à p.102 sobre os quilombos)

No gráfico abaixo, destacamos os três tipos de topônimos predominantes no município de Iguape como um todo. Os números são: o primeiro, 108 registros; o segundo, 54 (mais os axiotopônimos são 70); o terceiro, 42. Em quarto lugar estão os zootopônimos (29); em quinto, os corotopônimos (23); em sexto, os hagiohierotopônimos (20); em sétimo, os geomorfotopônimos (17) etc.

Os numerotopônimos, como se pode constatar no levantamento geral dos topônimos de Iguape, são devidos a ruas sem um nome específico, identificadas por números. Provavelmente, seguindo uma tendência que se verifica em todo o Brasil, essas ruas receberão nomes de munícipes ou outros nomes, pois não é esse o modelo onomástico do município.

Gráfico 3: Taxionomias toponímicas predominantes em Iguape/SP

No gráfico 4, abaixo, podemos ver a comparação entre a quantidade de acidentes humanos (AH) e acidentes físicos (AF). Os acidentes humanos, como as ruas, bairros, alamedas e avenidas são, sem dúvida, os mais numerosos na comparação. Os rios e morros predominam quando se trata de acidente físico, depois temos os córregos e em seguida os ribeirões.

Gráfico 4: Acidentes humanos (AH) e acidentes físicos (AF) - geral

Grande é a quantidade de fitotopônimos, de variadas espécies, usados para batizar acidentes geográficos, tanto humanos quanto físicos, desde o Tucum

(Rua, Rio, Bairro, Córrego, Lagoa) e seus derivados, Brejaituva (Rua, Rio, Lagoa), Peropava (Rua, Rio, Bairro), Guaviruva (Rua), Sapocoitava (Rua), Caiobá (Morro do), Campo Largo (Bairro), Pinheiro ((Porto do), Canela (Rio da), Limeira (Ribeirão da), até Palhal (Córrego, Ribeirão) e Nanaú (Ilha do).

Muitos zootopônimos designam acidentes físicos, como Galo (Ribeirão do), Caracol (Córrego do), Papagaios (Ilha dos), Bezerra (Serra da), além do somatotopônimo Cara-de-gato (Morro). Sobressaem, ainda, os topônimos descritivos relativos a cores, os cromotopônimos, como Vermelho (Rio), Branco (rio) e Branco da Serra (Rio), Preto (Rio, Morro), Negra (Lagoa) e Verde (Rio). E os dimensiotopônimos Grande (Morro, Cachoeira), Pequeno (Rio).

Merece destaque o grande número de topônimos referentes a pedra(s), os litotopônimos, bem de acordo, é lógico, com uma região de serras e morros. São eles: Pedrões (Rua dos), Pedras (Rio das), Pedrão (sem termo específico), Pedra (Morro da), Morro das Pedras (Bairro do), além de vários outros litotopônimos.

O levantamento toponímico realizado na região central de Iguape e nos demais bairros, com o objetivo de verificar as tendências motivadoras dos nomes, focalizou principalmente os nomes de ruas. Foram as ruas que, emprestando seus nomes para a análise, serviram de base para se instrumentalizar os referenciais teóricos ligados aos campos físico e antropocultural. O primeiro grupo foi formado por topônimos classificados de acordo com as taxionomias de Dick (1986) como hidrotopônimos, geomorfotopônimos, litotopônimos e fitotopônimos; no segundo grupo, temos os referenciais hiero-hagiotoponímicos, antropotoponímicos, animotoponímicos e historio/sociotoponímicos.

Comparando a ocorrência de denominativos relativos a um e outro grupo, em termos quantitativos, fica evidente a preponderância do segundo grupo, o dos acidentes antropoculturais.

Como se percebe pelo gráfico 5, abaixo, a nomenclatura geográfica do Centro de Iguape se compõe na sua quase totalidade de lexias do léxico português.

Gráfico 5: Origem do léxico - Centro de Iguape

Apenas dois termos-ocorrência são de origem brásilica e, ainda assim, trata-se de termos transplantados como Guarujá e Ipanema. Temos, também, alguns topônimos híbridos de léxico português com léxico estrangeiro.

A rua David Koda é o único nome de rua que lembra a imigração japonesa no centro de Iguape. Quanto a outros imigrantes, temos os alemães Ricardo Krone, homenageado com nome de rua, a Major Ricardo Krone e a rua Padre Matias Writz. Ainda temos o nome italiano Rogério Graciotti (rua) e a rua Nossa Senhora de Copacabana, híbrido de léxico português mais quéchua.

O predomínio do léxico português no centro de Iguape se faz sentir pela grande quantidade de nomes de pessoas comuns, na sua quase totalidade de homens, personagens da história do Brasil, eclesiásticos, profissionais, santos e números que identificam ruas, avenidas, alamedas, portos e praças. A única rua, no centro, a ter nome de uma mulher é a rua Ana Cândida Sandoval Trigo. Há também muitos nomes de homens públicos que nomeiam ruas, antecidos de títulos e que chamam a atenção. São títulos, na sua maioria, conferidos a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do município, ou adquiriram a patente para demonstrar poder.

Outros nomes do léxico português são topônimos que foram atribuídos por

meio de um processo espontâneo pela voz popular, que os consagrou, e eles permaneceram nos logradouros, como é o caso da rua da Saudade, da rua do Peixe, da rua dos Estudantes e da rua do Trilho, no centro.

Por outro lado, encontramos uma grande quantidade de ruas e alamedas identificadas por um número, esperando que o denominador encontre um nome que melhor as identifiquem, uma vez que, parece, esse não constitui o modelo de nomeação do município. O mesmo acontece com as ruas A, B, C e D. Carecem de um projeto de nomeação que identifique a característica marcante de cada rua. Como classificá-las? Literatopônimos? Essa classificação não existe na taxionomia de Dick, mas bem que poderia ser adotada.

Gráfico 6: Taxionomias – Centro de Iguape

Quanto à motivação dos topônimos de origem portuguesa selecionados pelo denominador, no centro de Iguape, a preferência foi por antropotopônimos e axiotopônimos, nomes de iminentes cidadãos iguapenses, homenageados com nomes de ruas, alamedas ou outros logradouros e só menores em quantidade do que os nomes de ruas identificadas por números. Os numerotopônimos são atribuídos a vinte e seis ruas do centro. Em seguida, vêm os hierotopônimos, também bastante numerosos em Iguape, como as ruas Cônego Braga, D. Idílio José

Soares, Padre Roma, etc, e os nomes de lugar que assinalam datas e personagens históricas de cunho nacional, como as ruas 7 de Setembro, 24 de agosto, Tiradentes, etc, na sequência. Sociotopônimos, como ruas maestro Serra e Prof. Bento P. da Rocha, e corotopônimos, como rua Guarujá e alameda Ipanema vêm depois, seguidos por poucos hagiotopônimos, rua e praça São João, por exemplo. Seguem-se as demais taxionomias que aparecem no gráfico, com baixa frequência.

À primeira vista, tivemos a impressão de que os axiotopônimos fossem a taxionomia mais recorrente na toponímia de Iguape. Realmente, eles estão concentrados no centro e avultam sobre os demais, impondo seus títulos (tenente coronel, major, capitão, etc.), em relação a uma cidade tão pequena. A maioria dos hierotopônimos encontrados em Iguape também está concentrada no centro do município.

Em relação ao critério de nomeação, encontramos uma única rua no centro de Iguape, a rua Ana Cândida Sandoval Trigo, que recebeu esse nome em homenagem a uma educadora ilustre, que alfabetizou várias gerações de estudantes iguapenses. Inexplicável é o fato de esse antropotopônimo não vir precedido da atividade profissional, como em outro caso de professor homenageado foi feito, caracterizando-o também como sociotopônimo, taxionomia a que realmente pertenceria o nome da rua.

De acordo com as taxionomias que apontamos no gráfico anterior, constatamos o predomínio das de ordem antropocultural, quanto à natureza ou ordem das motivações dos nomes. Quanto aos acidentes geográficos que elencamos e classificamos no centro de Iguape, todos são acidentes humanos, ruas, avenidas, alamedas, praças e portos. Dentre eles, a rua do Peixe foge à regra, é um zootopônimo, o único representante de uma taxionomia de ordem física.

Gráfico 7: Origem do léxico (menos o centro)

Nos bairros periféricos de Iguape também predomina o léxico de origem portuguesa, ainda que seja consideravelmente grande o número de topônimos de origem brasílica, dado o grande número de acidentes geográficos de ordem física como rios, morros, córregos, ribeirões, etc., como já comentamos no item 6.3. Também aparecem nomes híbridos de formação P+I ou I+P, como apontamos na Tabela 3 e outros de português mais léxico estrangeiro, como os axiotopônimos Comendador Ricardo Abrão (Avenida) e Rainha Elizabeth (Avenida), os antropotopônimos Ivo Zanella (Rodovia), Katsuichiro Katayama (Rua) e Rev Ragi (Rua).

É nessa zona rural, região de Mata Atlântica preservada e próxima a praias intocadas, que há registros de topônimos de origem indígena os mais diversos, atribuídos a plantas, rios, lagoas, ribeirões, morros, serras, etc. São lexias como Jataituba, Caiobá, Arataca, Aguapé, Covuçu, Botujuru, Acaraú, Nanaú e muitas outras.

Registramos ainda a ocorrência de acidentes geográficos que mantêm dois nomes, como Cachoeira ou Batalha (Ribeirão da e Córrego da); Negra ou Cambuçu (Lagoa); Itinga Grande ou Itinguçu (Ribeirão); Maceno ou Itinguinha (Córrego do); Canela ou Cacunduva (Rio da) e Una do Prelado ou Comprido (Rio). Talvez um seja o nome oficial do acidente e, o outro, o paralelo. Ou podem ser duas formas concorrentes, uma querendo se impor à outra, e esta em fase de extinção.

A única lexia do léxico africano presente na toponímia de Iguape, encontramos nessa região. Nem poderia ser de outra maneira, porque os negros fugidos procuravam se esconder de seus senhores e se internavam no sertão para formar os quilombos. O Morro do Quilombo registra a presença, outrora, de escravos em Iguape e representa uma das camadas etnolinguísticas que forjaram o português falado no Brasil.

Gráfico 8: Classificação dos topônimos (menos o Centro)

Afora o centro de Iguape e o bairro do Rocio, que fazem parte da zona urbana, os demais bairros de Iguape encontram-se na zona rural e têm, por conseguinte, um maior número de acidentes físicos como rios, morros, córregos, ribeirões, cachoeiras, etc. Consequentemente, abundam os topônimos de ordem física (fitotopônimos, zootopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, etc.). Se contarmos, como se vê no gráfico acima, os topônimos identificados por números ou letras, aí, sim, os topônimos de ordem antropocultural predominam, tendo em vista a grande quantidade de numerotopônimos. E também de antropotopônimos.

Na sua grande maioria os antropotopônimos referem-se a acidentes humanos como ruas, avenidas, alamedas, etc. Mas também podem referir-se a acidentes físicos, como encontramos nos bairros periféricos de Iguape: Maciel (Morro do), Cordeiro (Rio do), João Bento (Ribeirão), Mazília (Morro da), Miguel (Estirão do), Maceno (Córrego), Pai-João (Morro do) e Araújo (Morro do).

Interessante esse acidente físico, estirão: segundo Borba (2004, p. 558), estirão é passeio; caminhada, longo percurso; caminho ou trecho em linha reta.

Concluindo, a análise quantitativa da microtoponímia de Iguape revela um grande número de logradouros identificados por números. Não fosse esse dado, diríamos que hoje predominam os antropotopônimos e axiotopônimos, sendo que, como vimos, eles estão concentrados no Centro. Os topônimos relativos à natureza, que também se apresentam em boa quantidade, são na sua maioria do léxico brasílico, e ficaram restritos aos demais bairros de Iguape, como também vimos. Apesar de ser uma cidade muito religiosa, constatamos que os hagio e hierotopônimos não são mais muito produtivos. O léxico africano está representado no município por apenas um topônimo.

6.4 Análise qualitativa dos registros toponímicos

Em nossa pesquisa, projetamos a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Esta pesquisadora procurou entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, o denominador, a motivação no momento da enunciação e os nomes de lugares resultantes, atribuídos aos bairros, ruas, rios e, a partir daí, situar a interpretação dos fenômenos estudados.

Consideramos o ambiente natural como fonte direta de dados; imprimimos um caráter descritivo e um enfoque indutivo à pesquisa, arrolando documentos para depois concluir quanto à visão de mundo do denominador. Por fim, comentamos, não todos, mas alguns dos principais mecanismos de nomeação colocados em prática em Iguape.

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte tempo-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. No nosso caso, esse recorte definiu o campo e a dimensão em que o trabalho seria desenvolvido, a saber, os locativos do município de Iguape numa perspectiva sincrônica e, quando necessário, histórica.

Iguape, assim como todo o litoral brasileiro, antes da chegada dos portugueses era habitada por indígenas que haviam nomeado os acidentes geográficos importantes para sua orientação no espaço, sobrevivência e movimentação, uma vez que eram seminômades. Os invasores europeus, ao lado dos nomes de origem indígena, batizaram com nomes do hagiolégio romano ruas, praças, avenidas, etc, como se verifica com o próprio nome do município. Primeiramente em Icapara nasceu Yguá, ambos nomes indígenas, depois passou a ser chamada de Vila de Nossa Senhora das Neves, já em outro lugar, separada de Icapara; depois Bom Jesus de Iguape e finalmente Iguape. Ou seja, o nome original é indígena, depois a vila é rebatizada com hagiotopônimo português, em seguida com nome híbrido de português mais indígena, e por fim predomina o topônimo indígena, que é uma subversão da tendência de o nome indígena ser suprimido do sintagma toponímico. É o que se costuma chamar de *continuum* toponímico, ou seja, a permanência de um nome em um local, com ou sem alterações, por muito tempo.

Os topônimos podem deslocar-se, ou por transplantação ou por “mimetismo toponímico”, impulsionados por seu próprio prestígio. Em Iguape, esse é o caso de vários nomes que compõem a microtoponímia da cidade. Podemos citar as ruas Equador, São Paulo, Goiás, Guarujá, Panamá; o bairro Morretes; a Avenida Portugal; as Alamedas Ipanema e Nossa Sra. de Copacabana. São corotopônimos, nomes de cidades, estados ou países transplantados para outros lugares, de origem moderna, desvinculados de um fluxo migratório, e que caberiam melhor numa análise taxionômica dedutiva, na categoria americana dos nomes eufemísticos ou mesmo miméticos, segundo a classificação desenvolvida por George Stewart (1954), do que no conjunto de deslocamentos toponímicos motivados pela saudade da terra que deixaram.

Ocorrem, na Toponímia, dois mecanismos ordenadores da nomenclatura: a espontaneidade e a sistematização dos batismos. No primeiro caso, ressalta-se a expressividade das formas (cor, forma, grandeza); no segundo, uma política administrativa de nomeação, do agir consciente da comunidade ao eleger certos padrões de designação como seu paradigma. Os topônimos gerados por ambos os mecanismos de nomeação se submetem, também, ao enquadramento nas taxionomias toponímicas.

Curiosamente, em Iguape encontramos o mecanismo objetivo de

nomeação de ruas, cujo motivo designativo sistemático, ou oficial, contempla topônimos de uma mesma categoria ou tipologia classificatória, como os etnotopônimos Rua dos Chineses, dos Alemães, dos Holandeses, dos Franceses, dos Ingleses, dos Italianos e dos Japoneses. Trata-se de um loteamento intitulado Jardim dos Imigrantes. De acordo com a pesquisa que fizemos, somente imigrantes japoneses se fixaram em Iguape.

Outra concentração de topônimos de uma mesma tipologia, por força de um mecanismo de nomeação sistemática ou oficial, são os topônimos Avenida dos Pinheiros, dos Ipês, dos Cedros, dos Jacarandás, dos Maracás, das Jussaras e das Figueiras, no bairro do Rocio, todos fitotopônimos. Também há uma área formada por zootopônimos, aves; outra constituída de antropotopônimos, todos nomes de mulher; outra com nomes de países, corotopônimos, e mais uma com nomes de flores, fitotopônimos. Esse tipo de nomeação sistemática pressupõe uma lógica deliberada, formando áreas toponímicas artificiais. Temos nesses casos o poder público como denominador, um denominador coletivo.

Em contraposição, os nomes de lugar espontâneos, embora em número reduzido, aparecem em Iguape, como em quase todas as cidades, para indicar os caminhos ordinariamente trilhados pela população. São topônimos descritivos puros como a rua do Mar (ou Beira-mar), rua Beira Rio e a rua do Peixe, existentes nas cidades do litoral e ribeirinhas; a rua da Saudade, que é a rua do cemitério; a rua da Lagoa, em Iguape há várias lagoas; a rua do Trilho, que pode ser a rua do trilho do trem ou do caminho, da picada aberta no mato. Temos, também, a rua dos Pedrões, aumentativo plural de pedra, substantivo comum que passa a próprio para designar a característica marcante da rua que leva seu nome.

Também consideramos nomes espontâneos e toponimizações de acidentes geográficos os nomes de logradouros Limoeiro, Morrete e Pastinho. Esses topônimos não apresentam termo específico, só o termo genérico. Eles devem ser únicos e para referenciá-los, o povo usa simplesmente o termo genérico: “Vou até o Pastinho”.

Às vezes, ocorre que um topônimo se torne opaco, ou seja, sua significação não seja facilmente decodificada pelo cidadão comum. Dizemos que, embora siga como signo geográfico, o topônimo sofreu uma cristalização semântica, como é o caso de muitos topônimos de origem indígena, cujos elementos

componentes permanecem indecifráveis, como Boguça (Ribeirão, Pedra do) e Paiçaúna, por exemplo. Talvez Boguça seja a lexia Boyguassuguaba alterada, em que *mboy*, cobra; *guassu*, grande e *guaba*, bebedouro, se aglutinaram para significar ‘o bebedouro das cobras grandes’, conforme Bueno (1983, p.487). E Paiçaúna quem sabe tenha a entrada lexical Payabuna, de pay-oba-una: padre de roupa preta, o jesuíta que trajava batina preta. (Bueno, 1983, p.222)

Quanto à estrutura dos topônimos, foram encontrados alguns topônimos de origem indígena derivados, acrescidos de sufixo diminutivo ou coletivo de origem portuguesa -inha e -al do português, como Sorocabinha, Itinguinha e Tucunzal. O acréscimo do sufixo coletivo -al, em Tucunzal, abrevia a expressão “lugar onde os espinhos alongados abundam”, que evoluíram de uma forma analítica para uma forma mais sintética. Devem ser topônimos de uma época posterior à nomeação primeira dada pelos indígenas. Já tucum, o substantivo primitivo, é o nome de uma planta da qual se retira uma fibra muito resistente com a qual os índios faziam linha para pescar. Pode ser mais antigo. Até há poucos anos, havia em Iguape uma fábrica desse tipo de linha.

O topônimo Gipovura, também grafado Jipovura, apresenta ainda a forma Jipuruva, provavelmente corruptela da primeira, por um processo de inversão das duas últimas sílabas. Deve ser efeito de alterações fonéticas produzidas pelos falantes de Iguape ao longo do tempo, que mudaram a pronúncia do topônimo.

Os nomes de rua Itapamirim e Itimirim utilizam-se do recurso da justaposição do termo *mirim*, em português ‘pequeno’, para melhor descrever e dimensionar o acidente humano, *itapé-mirim* é a laje pequena e, por analogia a *y-ting(a)-uaçu*, *y-ting-mirim* seria o rio branco pequeno, segundo Sampaio. Ainda temos Suá-Mirim, Caetê-Mirim e Paraíso Mirim.

Não conseguimos desvendar a etimologia do topônimo Saputanduva. Assim como em Sapocoitava, calculamos que tenha havido a aglutinação de *ică-pó*, vocábulo tupi que se traduz por *cipó*, em português, com outro ou outros radicais. Fica difícil recompor os elos da cadeia etimológica, uma vez que o verdadeiro sentido do topônimo encontra-se cristalizado na sua forma atual. Já mencionamos que em Itanhaém, em mapa do século XVI, consta o Morro do Sapucaitava, denominação que permanece até os dias de hoje. De qualquer jeito, nossa hipótese é de que se trata de um fitotopônimo, dadas as características do local que se

conserva como reserva ecológica.

Os motivos da nomenclatura geográfica de origem indígena retratam a relação estreita entre o homem primitivo e a natureza, a interinfluência entre eles, predominando consequentemente os topônimos de ordem física, que têm como referentes as plantas, a água, os animais, a terra etc. Para Teodoro Sampaio, o léxico brasílico tem “caráter descritivo admirável”, atestando vinculação toponímica aos traços ambientais.

O fato de não haver nenhum acidente humano batizado com o nome do fundador da cidade, que parece não haver mais dúvida foi o Bel. Cosme Fernandes, ao que parece não é do conhecimento da população. Ficou, assim, o nome do fundador de Iguape circunscrito, como designativo, a um monte denominado Outeiro do Bacharel, e à história da região. Por outro lado, o controvertido personagem Eleodoro Ébano Pereira dá nome a uma Avenida no centro de Iguape, ainda que erroneamente seu nome seja grafado Eduardo Ébano Pereira, para o que já alertaram vários pesquisadores. Com certeza recebeu a homenagem por ter ordenado a mudança de Iguape para o local onde está hoje.

De acordo com pesquisa de Young em documentos antigos, escrituras de vendas, etc., acredita-se que havia nesta planície, próximo ao lugar cedido para a vila, dois estabelecimentos que remontavam a um tempo anterior à mudança da vila há pelo menos uns oitenta anos. Escreve Young:

Um destes estabelecimentos achava-se situado na proximidade do lugar onde existe atualmente a igreja de São Benedito, em terreno que no ano de 1840 pertencia a Da. Francisca de Chaves Alvim, descendente de Francisco de Chaves que encontrou com Martim Afonso de Sousa em 1531. O outro se erguia em terreno do lado NO da atual Praça Duque de Caxias, no fim do valo que está aberto ao lado do cemitério. Esse valo foi aberto para facilitar a chegada de canoas do Mar-pequeno até o estabelecimento. Ambos estes lugares são citados em diversos documentos velhos pelo nome de “Tapera”, e não podemos ainda decidir qual dos dois estabelecimentos fosse o primeiro edificado; todavia, nos parece que a precedência cabe ao mais afastado do pé dos morros. (apud DIEGUES, 2005b, p.87)

Até 1679, apesar de toda a riqueza gerada pelo ouro, existiam poucas casas na Vila de Iguape. Até que o donatário da Capitania de São Vicente, o capitão-mor e ouvidor Luiz Lopes de Carvalho obrigou os moradores que tivessem condições a construir suas casas, sob pena de pagar multa. Dessa época em diante a Vila cresceu muito. A partir do século seguinte, muitas famílias lusitanas vieram

para Iguape, principalmente dos Açores, estabelecendo-se como negociantes, abrindo vendas de secos e molhados e outros comércios.

O local escolhido para se erguer a igreja matriz foi, logicamente, o mais próximo ao Mar-pequeno, para assim facilitar o transporte das pedras que vinham em canoas e balsas, como consta do Livro do Tombo da igreja.

O edifício para servir de Casa de Câmara e Cadeia foi construído atrás da matriz, a oitenta metros de distância e foi posteriormente demolido em 1827, para dar lugar à conclusão da matriz atual, como assegura Young. (apud Diegues, 2005b, p.87)

As primeiras casas foram edificadas sem que os respectivos proprietários cogitassem de alinhamento, como sucedia em todas as localidades daquela época, sendo em geral destacados os edifícios uns dos outros, porém, achegados o mais possível à matriz e à casa da câmara. Com o aumento do número dos moradores da vila, estes foram levantando seus prédios, intercalando-os aos outros e escolhendo de preferência a margem do Mar-pequeno, por causa da facilidade de comunicação entre a vila e seus sítios. A casa mais antiga da atual cidade é a hoje geralmente designada pelo nome de “Cadeia velha”, que foi edificada por ocasião da mudança da vila, com o fim de ser ocupada com oficinas para a fundição de ouro. Há outras muito antigas entre as quais uma pertencente ao Sr. Francisco Firmino Pontes de Oliveira, situada em terras que foram de Bernardo de Chaves, ao lado da igreja de São Benedito, a qual casa, segundo tradição popular, foi edificada pelos jesuítas. Outra, na esquina do Largo da Matriz e porto do General Osório, que em 1688 pertencia ao Reverendo Padre Vigário da Vara e fazia parte dos bens deixados no seu testamento à câmara. Outra casa antiquíssima, ultimamente consertada e situada no Largo da Matriz ao lado da Pharmacia Popular, pertencia em 1690, ao Reverendo Padre Antônio Barbosa de Mendonça, o mesmo que em 22 de janeiro de 1696 comprou os terrenos do lugar chamado Ypiranga, os quais hoje pertencem à municipalidade, sem que pudéssemos esclarecer a transferência. (idem, p. 88)

No capítulo *Evolução e Decadência* do livro de Fortes (2000), lemos que, segundo a história das edificações, resgatada por Young,

ao ser estabelecida a vila às margens do Mar Pequeno, foram edificadas a Igreja de Nossa Senhora das Neves, a Casa da Câmara e Cadeia e a Casa da Fundição do Ouro. A atual Rua das Neves (também chamada de *Funiil*) teve a maioria de suas casas construídas no século XVII. As casas da Rua Tiradentes (outrora Rua da Palha), também datam desse século e, pode-se dizer, nessas duas ruas encontram-se os prédios mais antigos da cidade.

Como foi citado, a atual Rua das Neves era e é ainda conhecida pela voz

popular como Funil, num processo de designação espontânea paralelo ao nome oficial da rua. O fato é que, ladeando a Basílica, as duas ruas se transformam numa só, afunilando o caminho. A rua que desce da Basílica em direção ao Mar Pequeno é o Funil de Baixo; em sentido contrário, subindo para a Basílica, temos o Funil de Cima. Trata-se de um mecanismo de descrição de lugar associativo, uma interpretação subjetiva, nesse caso, de um denominador coletivo, que interpretou o formato da rua como um funil: é uma metáfora, portanto. Acrescente-se o caráter descritivo relativo dado pelos termos de Baixo e de Cima, posicionando o sentido da rua em relação à Praça da Basílica.

Figura 8: Rua das Neves antigamente (Funil de Baixo e Funil de Cima)

Fonte: www.forum-numismatica.com

Roberto Fortes, em seu blog na seção Alfarrábios, de 06/10/2011, reproduz trechos do diário inconcluso de Ary Giani, cidadão iguapense, onde se percebe a convivência da forma espontânea, Funil de Cima, paralela à forma Rua das Neves. E das formas concorrentes Rua Tiradentes e Rua da Palha: a primeira, a nova denominação e, a segunda, em vias de substituição, também denominação espontânea, ainda seguindo paralela.

Da esquina da **Rua Capitão Dias** para o **Funil de Cima** e voltando até a esquina da **Rua Tiradentes, antiga da Palha**, e desta fechando o cerco da **Paulo Moutinho**, tinha a loja de papai [Francisco Giani], Antônio Collaço, residência do Cordeiro, açougue, tabelião J. Santos [etc]. (...).

Em outro momento em seu blog, Roberto Fortes fala da Rua das Neves, e pelo que comenta, a sua hipótese é que Neves fosse um homem:

A rua que passava detrás da igreja era chamada de "Rua do Campo" (atual 7 de Setembro), e a rua que passava em frente à Cadeia Velha, e que é a continuação da XV de Novembro, era conhecida por "Rua do Neves" (quem seria esse Neves?...).

Figura 9: Rua das Neves hoje

Fonte: www.viajeaqui.abril.com.br

Nossa hipótese é de que a rua das Neves faça referência a Nossa Senhora das Neves e seja, portanto, um hierotopônimo.

Outra presença marcante na norma lexical de Iguape, além, é claro das lexias de origem indígena, ambas tratadas em nossa dissertação de mestrado *Estudo sociogeolinguístico do município de Iguape: aspectos semântico-lexicais* (SILVEIRA, 2009), são os arcaísmos, que se impregnaram na fala popular e, eventualmente “funcionam” como designativos, uma vez que os topônimos fazem parte do sistema da língua. Exemplo dessa característica do mecanismo de nomear

de Iguape, destacamos os topônimos Rocio e Bacio. Segundo Silva (1789), o primeiro é um substantivo masculino que se emprega hoje no sentido de a praça, o rocio, e se refere por mimetismo a uma praça de Lisboa, embora a ortografia segundo essa motivação seja recio ou reccio. Na entrada Recío, Silva apresenta abonação de Duarte Nunes de Leão, segundo o qual “se deve dizer recío por praça, e rocio do orvalho, ou borrifo; outros escrevem Ressio; e rocio por orvalho conforme a motivação latina”. É o nome do bairro mais populoso de Iguape, nascido às margens do Valo Grande, do lado do continente, considerando-se que hoje, depois da abertura do canal do Valo Grande, Iguape é uma ilha. É um arcaísmo trazido pelos portugueses e conservado em Iguape e em outras cidades nascidas nos primeiros anos do Brasil ou no período colonial, como é o caso também do Rocio no Rio de Janeiro, e que revelam o quanto um topônimo guarda a identidade de um local.

Já Bacio é o nome de uma rua do bairro Rocio, cujo significado remete a um referente no mínimo estranho, ao substantivo masculino prato covo, fundo; como na expressão “em um *bacio* de prata”; o mesmo que bacia, como atesta Silva (1789). Em outra acepção da mesma entrada, mais estranha ainda, “vaso onde se lançam os excrementos grossos inferiores”. Provavelmente os moradores dessa rua não sabem o significado de seu nome, que ficou opaco e, inclusive, foi substituído, de acordo com recente atualização do *Google Maps*. Também é um arcaísmo de origem portuguesa, provavelmente exclusiva de Iguape, pelo menos no seu emprego como topônimo.

Outro nome de lugar que encerra em si parte da história de Iguape, é o topônimo Engenhos, atribuído a um bairro em que se encontram ruínas e vestígios de muitos dos engenhos de pilar arroz que funcionaram em Iguape. Após o ciclo do ouro, os negros passaram a ser utilizados na lavoura do arroz, que começou a se firmar por volta do fim do século XVIII. No auge da era do arroz, em 1836, a Vila de Iguape tinha 82 “engenhos de pilão movidos à roda de água”, segundo pesquisa de Fortes (2000). Estabelecimentos que se localizavam, a sua maioria, na extensão da antiga estrada que ia ao Costão dos Engenhos, passando pelas fraldas do Morro do Espia, principalmente no Bairro dos Engenhos, e também no Porto do Ribeira.

Da mesma forma, o topônimo Prelado, atribuído a uma rua e a um bairro, remetem a um passado remoto, em que um eclesiástico se fixou na região. É dessa

forma que a toponímia de uma região registra e resgata para o presente o passado dos povos, funcionando como uma autêntica memória toponímica. Dauzat (1926, p.7) ensina que “La toponymie, conjugée avec l’histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonisation, les régions où tel ou tel groupe linguistique a laissé ses traces ».

Outros topônimos interessantes estão nos becos. O Porto Grande foi chamado de Porto do General Osório, nome que até hoje conserva o beco que, saindo da Praça da Basílica, vai dar na Baixada do Mercado. Esse beco era também conhecido por Beco do Cais ou Beco do Porto. O Porto do General Osório ficava na descida desse beco. Na extensão da Baixada do Mercado, outros becos, partindo da Praça da Basílica, ali desembocavam, como o Beco do Padre Roma, e o Beco do General Câmara; na frente desses becos existiam portos de canoas. É curioso notar que as ruas que desembocavam no Mar Pequeno eram chamadas de porto: Porto das Dores, Porto do Rosário, Porto São Miguel, etc.

Em uma Ata da Câmara, datada de 14/07/1832, encontramos referências aos mesmos becos, provavelmente, com outros designativos:

Alem destes sahem ao Mar dentro da Villa quatro Bêcos denominados: do Mejor, Porto grande, de Dona Úrsula e Dores; outros trez da Praça do Rocio, chamados, de Joze Dias, Hespanhol, e Saloio.

Os nomes de origem portuguesa impressionam por sua quantidade e pela importância em relação aos logradouros que recobrem: são topônimos que homenageiam personagens, homens quase todos, que fizeram parte da história do município. Dividem-se, os topônimos encontrados em duas categorias: a dos antropotopônimos e a dos axiotopônimos.

Os antropotopônimos fazem parte de um grupo de nomes comemorativos, os *commemorative names* da taxionomia de Stewart (1954), em torno de personalidades públicas formadoras do pensamento político e cultural do país. Os antropotopônimos referem-se: 1) a vultos ligados à imprensa de Iguape, a maioria jornalistas de projeção regional e alguns reconhecidos em Santos e em São Paulo, Capital, como é o caso do jornalista que dá nome a uma rua do centro, a rua João Bonifácio da Silva. Outros jornalistas, donos de jornal e editores também foram homenageados, refletindo a importância desse meio de comunicação para a municipalidade. Citamos as ruas Major Moutinho (antiga rua Gal. Glycerio), Cap.

Floramante e Cel. Jeremias; 2) a professores, pesquisadores e naturalistas, retratando a importância que se dá à educação e, principalmente ao patrimônio histórico- cultural de Iguape, também o patrimônio natural, consubstanciada nos nomes das ruas Prof. Bento Pereira da Rocha e Major Ricardo Krone, naturalista que descobriu o "ídolo de Iguape"; e 3) a maestros, músicos, revelando a reverência a esses profissionais e à música. São homenageados com nomes de ruas os Maestros Aquilino e Serra.

Os axiotopônimos chamam a atenção em Iguape. São títulos da Guarda Nacional, na sua maioria, conferidos a personalidades que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento do município, ou tiveram condições financeiras para adquirir a patente, numa demonstração de fidalguia, de poder e da necessidade de ostentação. São os seguintes os nomes de ruas que encontramos para prestar-lhes homenagem: ruas Cap. Augusto Rollo, Ten. Cel. Zacarias, Cel. Rollo, Cap. Dias, Cap. Mário de A. Rollo, Cap. Oliveira, Major Moutinho, Major Ricardo Krone, Cap. Floramante, Ten. Ascelino Cunha, Cel. Jeremias e Major Rebello.

6.4.1 As substituições

Um dado lugar não conserva para sempre a mesma denominação. Como as designações originais, as mudanças de nome podem ser espontâneas ou sistemáticas. O topônimo Subauma, *çama-yba*, árvore de corda, ou que tem fibras que dão cordas, já comentamos anteriormente, sofreu um processo de substituição espontânea: Rio Subauma> rio do Cordeiro> rio Cordeiro. Conforme explica Dauzat (1926, p.43), em sua obra *Les noms de lieux*: "La source la plus abondante des substitutions spontanées est fournie par le développement des surnoms, qui arrivent parfois à supplanter le nom originaire ».

Por esse trecho do Diário inacabado do Sr. Ary Giani, publicado no blog de Roberto Fortes, vemos um exemplo:

Sempre fui um péssimo jogador de futebol. O treinador do "Esperança Futebol Club" era o Satyro [de Oliveira], funcionário da oficina Matarazzo, que a esse tempo mantinha em Iguape uma filial e uma indústria de beneficiamento de arroz. O campo era ali perto, **na Praça do Rosário (Duque de Caxias)**, em frente ao campo do

“Iguape F. Club”. Certa tarde, fui chamado pelo Satyro para treinar entre os componentes do primeiro time. (...)

A Praça do Rosário, depois Praça Duque de Caxias, não existe mais, o referente desapareceu e o nome, conseqüentemente, também. Em seu lugar hoje existem as ruas do Estudante, Latif Correa, Papa João XXIII e partes da Major Rebello, Jeremias Muniz, Monsenhor Crescente e Tiradentes. A rua Major Rebello, por sua vez, tomou o lugar da antiga rua Dr. Oliveira Bueno. A rua Tiradentes, já dissemos em outra ocasião, é o nome da antiga rua da Palha. E a rua Cel. Jeremias é, hoje, a antiga Travessa do Comércio.

As antigas ruas Direita e Lavapés, são atualmente as ruas 9 de Julho e Dom Idílio José Soares, respectivamente.

O Largo da Misericórdia, hoje inexistente, deu lugar às ruas Benedito Alves Carneiro, Adélio Fortes, Padre Magno Lara e trechos da Ricardo Krone, 24 de Agosto e Ana Cândida Sandoval Trigo.

Em outro trecho de *O acendedor de lampiões*, em Alfarrábios, do blog de Roberto Fortes, lemos:

Terminado o serviço no Largo da Matriz, seguiu para a rua da Palha, dali para a rua do Campo, de onde desembocou no Largo do Rosário; voltou pela rua da Glória e dali foi para o Beco dos Quatro Cantos e Largo de São Benedito. A noite já caíra por completo.

No próximo capítulo vamos fazer as considerações finais.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa a que nos propusemos fazer, conforme explicitado na Introdução deste trabalho, pautou-se pelo levantamento dos acidentes geográficos do município de Iguape, no litoral sul paulista, no final do século XX e início do XXI, conforme os documentos que utilizamos. O objetivo de nosso trabalho foi o estabelecimento dos motivos dos denominadores, que resultaram na toponímia local, registrada nesse período e nessa área delimitada.

Apesar dessas restrições, procuramos compreender e explicar a permanência ou a substituição de alguns topônimos, recorrendo aos documentos de que dispúnhamos ou fazendo a pesquisa de campo, diretamente com os moradores daquela rua ou outro qualquer logradouro, que nos pudessem fornecer informações sobre o ocorrido.

Observamos que a nomenclatura geográfica predominante é de origem portuguesa, sendo que os topônimos dessa origem estão concentrados majoritariamente no centro de Iguape. Apesar de os antropotopônimos e axiotopônimos serem numerosos, a maior incidência é de nomes de ruas identificadas por números, uma prática sistemática ou oficial.

Os antropotopônimos, hoje, constituem-se numa forte tendência da nomenclatura geográfica e apresentam-se sob duas formas, segundo Dick (1997): uma proveniente de uma motivação “caseira” ou doméstica, que requer um conhecimento mais próximo da história do bairro ou dos fatos que motivaram a designação, como a rua Maestro Serra ou rua Sinhô Rollo; e outra, referindo-se a personagens mais distantes da população, personalidades nacionais (políticos em geral, homens públicos).

Nesse rol entram os axiotopônimos, categoria classificatória que, na taxionomia de Dick (1980) engloba os topônimos “cujo sintagma antroponímico é antecedido por um título personalíssimo, de ordem civil, política, militar ou nobiliárquica”, como as ruas Senador Feijó, Major Rebello e Gal. Macondes Salgado, por exemplo.

Em razão disso, pois envolvem uma gama muito ampla de possibilidades, a

categoria dos antropotopônimos, se somados aos axiotopônimos, constituem o maior número de termos-ocorrência onomásticos estudados em Iguape, e provavelmente o mesmo ocorra em toda toponímia nacional.

O tupi, a língua geral adotada na colônia para a missão da conversão do gentio, era bastante difundida na Capitania de São Vicente, o que leva a crer que os nomes de origem indígena que ainda se encontram em Iguape, como o próprio nome do município, já o português os encontrou aqui, associados aos nomes dos rios, dos caminhos e da vila.

A pesquisa mostrou que apenas na periferia da vila é que se concentraram indigenismos em acidentes geográficos. Os topônimos aí encontrados refletem o forte apelo da natureza, o motivo ambiental como a exuberante vegetação circundante, a rica fauna da região, os rios e cachoeiras e os contornos do relevo. São topônimos como Boiquara, Peropava, Itatins, Sapocoitava, Boguçá, Acaraú, etc.

Nos logradouros do centro de Iguape, não encontramos topônimos de origem indígena; o que há de mais antigo, preservado, são alguns topônimos que a tradição conservou, um modo de nomear feito pela voz popular, espontâneo, como rua do Mar, rua da Saudade, rua do Peixe, rua dos Estudantes e rua do Trilho. As ruas Guarujá e Ipanema devem ser caso de topônimos transplantados. Outros topônimos que retratam uma maneira espontânea de nomear, estão nos becos, como o beco do Contramestre ou o beco do Padre Roma. O primeiro inexistente hoje, e o segundo, referente ao padre que lutou para se ter um porto ao final desse beco. Aliás, os becos davam no seu final em portos para o Mar Pequeno.

Em Iguape encontramos duas tipologias básicas de nomes, seguindo o mesmo padrão denominativo que encontramos no ATESP:

- 1) Os arquétipos toponímicos, presentes em toda toponímia brasileira, como o modelo indígena, de modo geral, consignados em nomes como Tucum, planta que fazia parte do dia a dia do silvícola e é nome de bairro em Iguape. Schmidt (2005, p.150) anota observação de Jean de Léry, cronista do século XVI, descrevendo os costumes dos tupinambás do Rio de Janeiro :

Também acomodam espinhas à feição de anzóis, segundo o seu antigo método, fabricam linha de uma planta chamada *tucum*, que se desfia como o cânhamo, e é muito mais forte, e, com isso pescam de

cima das ribanceiras e margem das águas.

Ou nomes descritivos como Rio Vermelho, Valo Grande, etc. e

- 2) a outra tipologia, a dos nomes que dizem respeito às variáveis culturais de cada lugar, cada região.

No caso estudado, destaca-se a grande religiosidade do povo, que segundo os pesquisadores dessa área cultural não era uma característica do caíçara, mas que em Iguape se mantém com a tradição das romarias e procissões em homenagem aos santos e ao Bom Jesus. Também a ostentação de títulos, denotativo de poder, reflete-se no grande volume de axiotopônimos, é outra variável cultural, aproximando Iguape do Nordeste dos grandes latifundiários, “os coronéis”, por exemplo.

A partir do encontro da imagem do Bom Jesus de Iguape, no século XVII, e da construção da nova igreja, a Basílica, a religiosidade do povo passou a gerar muitos hagiotopônimos e a girar em torno dela. Posteriormente, uma fórmula mais direta de nomeação substituiu, por exemplo, nomes como rua de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para fixar uma fórmula mais sintética, abreviada, como a nova rua do Rosário.

Muitas outras ocorrências vieram se sobrepor e ocasionar a mudança de nomes tradicionais e consagrados pelo uso, como o advento da libertação dos escravos, que elevou a Princesa Isabel a nome de avenida e a proclamação da República, trocando os nomes monárquicos pelos de republicanos que tiveram participação no processo.

No século XIX, muitos nomes de rua foram alterados e substituídos por antropotopônimos, em homenagem a cidadãos iguapenses.

A religião, como já reiteramos diversas vezes, teve um papel muito importante na história da cidade. A religião católica trazida pelo colonizador, de tradição ibérica e medieval, aqui se aclimatou perfeitamente, sendo assimilada pelos iguapenses e reinando absoluta até o início do século XX, quando é fundada, em 1929, a primeira Igreja Presbiteriana de Iguape. Mas, a essa época, a tradição da Festa de Agosto e a devoção ao Bom Jesus de Iguape já se haviam firmado, revertendo a fé do povo em topônimos como Av. São Teodoro, rua Cônego Braga, rua Papa João XXIII, rua São Miguel, etc.

Todos os acontecimentos sociais da cidade ocupavam a Praça da Basílica, no Largo da Matriz. O que cumpre ressaltar é que as igrejas funcionavam como referenciais visíveis para o deslocamento e posicionamento das pessoas, dentro do núcleo do povoado desde o início dos aglomerados urbanos, impondo suas torres sobre as casinhas e assenhoreando-se de espaços, os largos, onde o povo se reunia. A Basílica de Iguape, notadamente, se sobressai do conjunto arquitetônico da cidade e pode ser vista a distância: o homem, perto dela, é um ser pequeno, diminuto. Atualmente, os nomes religiosos não apresentam a mesma vitalidade, não são tão produtivos como eram até o início do século passado. Muitos foram substituídos por antropotopônimos, que se reconhece como a sistemática mais produtiva de nomeação, no momento.

Também vimos que os topônimos históricos e sociais, referentes a acontecimentos relativos à história do município e do Brasil têm seu lugar na nomenclatura geográfica de Iguape. Os sociotopônimos revelaram a reverência a maestros e professores, ainda que, como assinalamos, a única mulher a dar nome a uma rua em Iguape, reconhecida por sua profissão, não foi batizada Prof^a Ana C. Sandoval Trigo, mas simplesmente rua Ana C. Sandoval Trigo. Fica registrado nesses topônimos o amor à música e à cultura, de modo geral, no município.

Considerando a toponímia da cidade de Iguape, observamos alguns pontos em comum com a cidade de São Paulo, apontados por Dick (1997) na sua obra *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo/1554-1897*. Um pequeno parêntese no presente e uma volta ao passado para mostrar fatos toponímicos universais: a rua dos Estudantes e a rua da Palha, existe ou existiu nos dois municípios; o beco do Porto Geral (o adjetivo se explica, em São Paulo, pelo fato de ser ele o mais importante do rio; em Iguape, o adjetivo é Grande, por ser o mais importante do Mar Pequeno); o beco dos Quatro Cantos (nome descritivo, existiu em ambos os municípios). O beco das Casinhas era assim conhecido em São Paulo; em Iguape, tivemos o Pátio das Casinhas. Topônimos espontâneos e expressivos.

Alguns animotopônimos se destacam em Iguape: Monte Alegre (Bairro), Glória (Bairro da), Recreio (Morro do) e Espia (Morro do). São nomes de lugar subjetivos, fruto da *anima* do denominador. O Morro do Espia fica no início da estrada para Icapara, e dele se divisa o Mar Pequeno. É nas fraldas desse morro que fica o outeiro do Bacharel.

Deixamos por último o Outeiro do Bacharel, por ser este um topônimo emblemático. Apesar de não nomear nenhuma rua ou avenida, o Bacharel Cosme Fernandes dá nome a um acidente geográfico importante em Iguape. O título honorífico “bacharel”, abstrato, metonimicamente remete ao personagem, concreto e enigmático, da História do Brasil. Ou, por ter sido o único notório bacharel da história de Iguape, não se sentiu a necessidade de especificar o topônimo, bastando apenas o título que ostenta para identificá-lo. O fundamental é que, ligado atavicamente ao outeiro que leva o seu nome, do qual ele é o proprietário, como denota a preposição *de*, o outeiro está acima da cidade e de lá o bacharel contempla o mar que o separa de sua terra natal, Portugal. Como o Gigante Adamastor, em *Os Lusíadas*.

O inglês Ernest Guilherme Young também mereceria ser homenageado com nome de rua ou praça pela grande contribuição que deu a Iguape como jornalista, político e historiador. No entanto, não encontramos logradouro com o seu nome, ou será que o etnotopônimo Morro do Inglês presta homenagem a ele?

O estudo da microtoponímia de Iguape reflete bem a sistemática de designação adotada tanto no Estado de São Paulo, como em todo o Brasil. Trabalhamos com um *corpus* amplo e diversificado, de procedência interna, com o léxico brasílico; e de procedência externa, primeiro com os portugueses, depois com os africanos e, por último, os imigrantes.

Por fim, verificamos que realmente Iguape conservou alguns nomes de lugar denominados por nossos primeiros habitantes, que batizaram os lugares de acordo com sua visão do referente, mostrando que a ideologia do grupo privilegiava a vida: a água, as plantas, os animais, a terra, o homem. E que havia uma interinfluência do homem e do meio físico, permeados pela língua. O topônimo Pindu (Rio do) e Umbeva (Bairro, Córrego) atestam essa simbiose: se nossa hipótese estiver correta, o primeiro é alteração de *pindobusu* (pindoba grande), uma variedade de palmeira. (Léry, *Histoire*, 377; Sousa, *Trat. Descr.*, 197). Mas pode ser o antrotopônimo Pindu, nome de índio tupi, de um chefe indígena tamoio do séc. XVI (Anchieta, *Cartas*, 214), segundo Navarro (2006, p.332). E o segundo, provavelmente alteração de u’peba (lit. farinha achatada), s. far. delicada e de melhor qualidade preparada a partir da mandiopuba (Piso, *Da Med. Bras.*, 62), segundo Navarro (2006, p. 408).

Não pretendemos com este trabalho esgotar o assunto. Haveria muito

ainda a pesquisar, muitas histórias a contar a partir dos topônimos, relacionadas com a vida do município e com a de seus habitantes. Muitos topônimos, hoje para nós sem significado, opacos, poderiam ser esclarecidos, ganhar vida com o testemunho de alguém que participou direta ou indiretamente do processo de nomeação do logradouro. Como o Sr. Benedito Machado, morador de Iguape e autor de um *blog* sobre a cidade e sobre variedades, que nos ajudou com os nomes de ruas, numa pesquisa de campo por *e-mails*.

Outras abordagens poderão enriquecer o estudo dos topônimos de Iguape, como a análise da estrutura morfológica dos designativos, um aprofundamento da análise dos hagio e hierotopônimos, por exemplo, ou de outro tipo classificatório qualquer. Fica ainda a possibilidade de se mapear o município, assinalando a frequência e distribuição dos topônimos num atlas toponímico.

O estudo da microtoponímia de Iguape, de seus acidentes humanos e físicos, confirmou a sua inserção na área cultural caiçara, de antigos assentamentos indígenas, estrato étnico-linguístico que se conservou presente em muitos topônimos.

Da terra ao mar foi o movimento que impeliu, praticamente obrigou o caiçara de Iguape e de todo litoral de São Paulo, sul do Rio de Janeiro e norte do Paraná a vender suas terras, a abandonar sua roça, pressionado pelo *boom* imobiliário dos anos 70, e se lançar ao mar para pescar o peixe que seria consumido nos grandes centros urbanos.

Da terra ao mar: um estudo de toponímia caiçara em Iguape é complementar ao Estudo sociogeolinguístico do município de Iguape: aspectos semântico-lexicais que fizemos em nível de mestrado (SILVEIRA, 2009) sem, contudo, esgotar o estudo do léxico do município. Nossa intenção sempre foi colaborar com o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo e com um maior conhecimento do português do Brasil.

E, principalmente, ressaltar a importância da Toponímia enquanto disciplina que resgata a história, preservando a memória e a cultura de um povo.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. **A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer.** Londrina: Eduel, 2005.

ANDRADE, M. C. de **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** Recife: Universitária da UFPE, 1998.

ARAÚJO, A. M. **Cultura popular brasileira.** São Paulo [Brasília] Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro, 1973.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo.** São Paulo: Global, 1981.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1983.

BORBA, F. S. (org.) **Dicionário UNESP do Português Contemporâneo.** São Paulo: UNESP, 2004

BUENO, F. S. **Vocabulário tupi-guarani português.** São Paulo: Editora Gráfica Nagy, 1983.

CABRÉ, M. T. **La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones.** Barcelona: Antártida/Empunes, 1993.

CALIXTO, B. **Capitanias Paulistas.** São Paulo: Casa Duprat e Casa Mayença, 1927. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixtoch05.htm>, acesso em 12 de maio/2014.

CÂMARA JR., J. M. **Princípios de Linguística Geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa.** 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.

CARDOSO, A. L. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1961 e 1996.

CHIARADIA, c. **Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena**. São Paulo: Limiar, 2008.

CLAVAL, P. Geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da terra. Trad. De Lorena Francisco de Souza e revis. por Maria Geralda de Almeida. In ALMEIDA, M. A.; CHAVEIRO, E.F. ; BRAGA, H. C.(orgs.) **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia, GO: Vieira, 1973.

CORREIO PAULISTANO, SP, 12/03/1950 – Correio Folclórico nº 6. Disponível <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=tematico&pagfis=25239&pesq> = Acesso em 2 de abril/2015

CUNHA, C. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris, Delagrave, 1926.

DICK, M.V.P.A. **A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos**. Tese de doutoramento. USP, 1980.

_____. **Aspectos históricos de microtoponímia no Brasil**. Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/61359/67998, 1984. Acesso em janeiro/2014.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/ Arquivo do Estado, 1986 e 1990.

_____. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

_____. Atlas toponímico: um estudo de caso. In: **Acta Semiotica et Lingvistica**. SBPL. São Paulo: Ed. Plêiade, v.6, 1996, p. 27- 44.

_____. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo, 1554- 1897**. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. Atlas Toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro, v.10, p. 61- 69, 1998.

_____. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações. Linguística e Teoria Literária**. Recife, v.9, 1999, p. 119-148.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, A.M.P.P.; ISQUERDO, A.N. (orgs.) **As Ciências do Léxico**. Lexicologia. Lexicografia. Terminologia. 2ª ed., Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na Onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (orgs.) **As Ciências do Léxico**. Lexicologia. Lexicografia. Terminologia. Vol. II., Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

_____. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: O Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, A.N; ALVES, I. M. (orgs.) **As Ciências do Léxico**. Lexicologia. Lexicografia. Terminologia. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

DIEGUES, A.C.(org.) **Enciclopédia Caiçara, vol. I, O olhar do Pesquisador**. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004.

_____. **Enciclopédia Caiçara, vol.2, e FILHO, P. F. Falares caiçaras**. São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB/CEC, 2005a.

_____. **Enciclopédia Caiçara, v. 4. História e Memória Caiçara**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB: CEC/USP, 2005b.

_____. **Enciclopédia Caiçara, v. 5.** São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2006.

DIEGUES JR., M. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) / Ministério da Educação e Cultura, 1960.

ENCARNAÇÃO, M. R. T. **Estudo geolinguístico de aspectos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do Município de Ilhabela**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2006.

ELIA, S. **A unidade linguística do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria Editora Ltda, 1979.

FORTES, R. **Iguape ... Nossa História**. Iguape: Editora Aa, 2000.

_____. **Fotoblog**. Disponível em <<http://www.robertofortes.fotoblog.com.br>>. Acesso em jun/ 2012.

FORTES FILHO, P. Falares Caiçaras. In: DIEGUES, A. C. (org.) **Enciclopédia Caiçara**, v. 2, São Paulo: Editora Hucitec, NUPAUB:CEC/USP, 2005a.

GUIA DE IGUAPE. Disponível em: <<http://www.guiadeiguape.com.br>>. Acesso em 11 dez. 2013.

GREIMAS, A. J. ; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979 e 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**/Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar, Francisco Manuel de Mello Franco [editores]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 e 2009

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA (**IBGE**): Iguape - Mapa Municipal Estatístico, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/SINTESE.php?nomemun=iguape&codmun=3>> Acesso em 18 de agosto/ 2014.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO do Estado de São Paulo (**IGC**) – cartas Iguape I, II e III, 1989.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et alii. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, M. A ressurreição do volume morto. In: **Folha de São Paulo**, Ciência, p. C12, publicado em 08/02/2015

LEME, Pedro Taques de A. P. **História da Capitania de São Vicente**. S. Paulo: Ed. Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1914.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 1962.

LUÍS, W. **Na Capitania de São Vicente**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 24, 2004. Disponível em www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a5.pdf Acesso em 7 de janeiro/2015.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MADRE de DEUS, Frei G. da. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**. Brasil: Senado Federal, 2010. Disponível em <https://archive.org/details/memoriasparahist00gasp>. Acesso em 11 de outubro/2013.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de antropologia indígena e caçara**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

MURILLO, E. P. **Estudo Toponímico do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, Petar: historicidade e etnicidade nos aspectos conceituais dos nomes de lugar**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo a língua indígena clássica do Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006.

NAVAZA, G. Dialectoloxía e toponímia. In: ÁLVARES, R., GARCÍA, F.D., FERNÁNDEZ, X.S. (editores). **Dialectoloxía e léxico**. Santiago de Compostela: Conselho da Cultura: Instituto da Língua Galega, 2002.

OLIVIERI, A.C.& VILLA, M.C.(org.) **Cronistas do Descobrimento**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

POTTIER, B. **Linguística geral: teoria e descrição**. Tradução e adaptação portuguesa de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença: Universidade Santa Úrsula, 1978.

REVISTA nº13 e nº14 do I.H.G.G.B. (Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga), Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, com a colaboração do CONDEPHAAT de Cananeia, Iguape e Iporanga, 1981/1982.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. Introdução e notas do Prof. Frederico G. Edelweiss. Bahia: Câmara Municipal do Salvador, 1955 e 1987.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. Editora Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, F. M. dos. **História de Santos**. São Vicente: Caudex, 1986.

SAPIR, E. **Linguística como ciência: ensaios**. Seleção-tradução-notas de J. Mattoso Câmara Jr.. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 2006.

SCHMIDT, C.B. Alguns aspectos da pesca no litoral paulista. In: DIEGUES, A, C. **Enciclopédia caiçara, vol.4**, História e Memória Caiçara. São Paulo: Hucitec, NUPAUB: CEC/USP, 2005b.

SILVA, A. M. **Dicionário da língua portuguesa (1789)**. Disponível em *ieb.usp.br/online*. Acesso em 22 de agosto/2013

SILVA, A. M. ; SUZUKI, J. C. **A construção da identidade quilombola: o caso da comunidade de Peropava**. Porto Alegre: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010.

SILVA NETO, S. **A língua portuguesa no Brasil. Problemas**. Lisboa: Acadêmica, 1960.

SILVEIRA, R. **Estudo sociolinguístico do município de Iguape: aspectos semântico-lexicais**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2009.

STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. Trad. de Guiomar Carvalho Franco. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

STEWART, G. R. A classification of place names. In: **Names**. Tradução: Prof. Erasmo de Almeida Magalhães. Berkeley, v. II, Nº 1, 1954.

TRIBUNA DE IGUAPE – exemplares nºs 11/2003, 01/2004, 03/2004, 06/2009, 08/2009, 12/2009, 05/2010, 10/2010, 04/2011, 05/2011, 07/2011, 09/2011, 11/2011, 03/2013, 08/2013, 10/2013, 11/2013. Seção História.

VALE DO RIBEIRA. Disponível em: <<http://www.valedoribeira.gov.br>>. Acesso em 2 de outubro/ 2012.

VASCONCELOS, J. L. **Opúsculos**, V. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

ZAMARIANO, M. **Estudo toponímico no Espaço Geográfico das Mesorregiões paranaenses: metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

Em seguida e por último seguem documentos e fichas lexicográfico-toponímicas nos Anexos.

Selecionamos alguns dos documentos em que pesquisamos a história de Iguape, outros em que constam os nomes de lugares e sua origem e/ou permanência ou substituição. E algumas fichas lexicográfico-toponímicas do léxico português, e uma única do léxico africano, usadas pela pesquisadora para determinar a filiação linguística e a classificação dos topônimos, de acordo com a taxionomia de Dick (1980).

ANEXOS

Anexo A – Documentos históricos:

Restauração Histórica da Villa de Santo André da Borda do Campo - pelo Dr.

Theodoro

Sampaio.

Disponível

em

https://archive.org/stream/revista04paulgoog/revista04paulgoog_djvu.txt) Acesso em

18 de junho de 2013

O bacharel

Não se sabe ao certo em que epocha João Ramalho veio se estabelecer para os campos de Piratininga. Está, porém averiguado que, muito antes da vinda de Martim Affonso, já alguns europeus habitavam o littoral e o famoso aventureiro tinha assentado residência nestes campos.

Sabe-se por Diogo Garcia que, em 1527, vivia, na costa de S. Vicente, um bacharel com alguns outros europeus que eram seus genros e ali mantinham uma espécie de feitoria; vendiam refresco ás naus em transito; abasteciam-nas do que havia na terra; negociavam embarcações pequenas, forneciam interpretes para os navegantes que iam ao rio da Prata; mas principalmente traficavam em escravos, contratando navios para o transporte de uma só vez de cerca de oitocentos delles para a Hespanha. (1)

O bacharel, mui provável é que fosse mestre Cosme Fernandes, que depois foi o fundador de Iguape, e dentre os seus genros uns, parece, que eram castelhanos, e faziam o commercio na costa, entre S. Vicente e Cananéa, commercio irregular e incerto como também o eram, nesse tempo, as communicações com a Europa e com outros portos do Brazil. Na mesma costa de S. Vicente, no logar Tamiurú (Temiurú), visinho do bacharel, residia António Rodrigues, portuguez e talvez sócio e companheiro de negócios de João Ramalho, estabelecido no interior, nos campos de Piratininga, onde parece que era mais fácil o mister de assaltar indios para os remetter para a feitoria como escravos.

(1) Carta de Diogo Garcia, na Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Vol 15.» pag. 6.

Historia de Iouapb (documentos para a) — pelo sr. Ernesto Guilherme Yong

Documento N° 4 - Termo do rocio desta Villa – 1679

Aos dois dias do mez de Julho de mil Seis sentos e settenta e nove annos e nas cazas do Senado desta Villa os officiaes da Camará delia os abaixo assignados requerirão ao Capitão Mor Ouvidor Luiz Lopes de Carvalho que esta Camará não tinha terras medidas nem demarcadas que para se saber o que hera do Conselho lhe mandasse medir o que fosse licito para se fazerem casas indo esta Villa em augmento e pelo dito foram mandado chamar o Capitão Manoel da Costa e o Capitão Francisco de Pontes Vidal por serem os herdeiros de Cosme Fernandez, Pessoa de quem as ditas terras forão, e lhes pedio em nome do Senhor Conde Donatário, que elles quisessem dar terras para o Rocio desta, ao que elles responderão herão cou tentes e davão de suas livres vontades duzentos e cincoentas braças craveiros de terras em quadra para o Rocio desta villa, as quais começão da Barra do Rio 1 piranga da banda do Nordeste e acabaria para a banda do Sudueste, e logo pelos ditos officiaes da Camará em prezença do dito Ouvidor e adoadores forão medidas as duzentas e cincoenta braças, e acbarão acabarão adiante da caza de Francisco Guedes, aonde esta bua Rebuleira de mato alto e outro tanto s» intenderá para a banda do Noroeste e de como assim os ditos adoadores derão as ditas terras para o Conselbo e Rocio desta Vilia de suas livres vontades e os ditos officiais da Camará aceitarão, mandando fazer este termo onde todos assignarão. E eu Jerónimo de Araújo Escrivão da Camará que o escrevy — Valentim Rodrigues

— Francisco de Ponte Vidal — Manoel da Costa — António Franco — Cruz -f- de Belxor Forão — Felipe Perera — Manoel Martins de Miranda — Luiz Lopes de Carvalho.

Documento N. 6 – 1692 (Requerimento para trazer água da Fonte do Senhor para a Vila)

Aos quinze dias do mez de Janr° de mil e seis sentos e noventa e dous annos nesta Villa de nossa Senhora das neues de Igoape nas Cazas do comselho delia

se ai untaram os officiais em Camera Juiz e Briadores e procurador do conselho e pello breador mais uelho foi preguntado ao procurador se tinha q Requerer e por elle foi dito e Requerido que pêra bem Com mu m do Pouo hera nesesario porpor obra trazer a agoa da fonte do Senhor Bom Jezus a esta Villa e pella muita falta que faz aos pobres por ficar longe. Receberam assim e Comcordaram os ditos Offisiais da Camera o d°

Descrição dos Terrenos da Marinha da Villa de Iguape, que servem de Servidão Publica – 1832

No Litoral da Marinha desta Villa de Iguape se achão trez Largos: o primeiro ao Nordeste na extremidade da Villa, junto ao Morro, seguindo o alinhamento demarcado, que tem duzentos e vinte palmos de frente ao mar: o segundo Largo, denominado do Funil no fim da rua do mesmo nome com quatro centos e noventa palmos de frente; e o terceiro, o Largo do Cemeterio noutra extremidade ao Sul com quatrocentos e quarenta palmos.

Alem destes sahem ao Mar dentro da Villa quatro Bêcos denominados: do Mejor, Porto grande, de Dona Úrsula e Dores ; outros trez da Praça do Rocio, chamados, de Joze Dias, Hespanbol, e Saloio, e mais trez da parte do Nordeste que achão alinhados mas que ainda não tem cazas, quazi todos com a largura de Secenta palmos a excepção de quatro que tem largura irregular. Todos estes Largos e Becos mencionados são de Servidão Publica e não devem ser comprehendidos no aforamento a que se tem de proceder. Iguape aos quatorze de Julho de 1832. Manoel Joaquim Martins Secretario da Camará.

Documento n.º 100 – Requerimento para abertura de um canal que ligue as águas do rio da Ribeira do Iguape com as do mar

Recebi com a maior Satisfação o Officio de vosas mercês dactado no primeiro do Corrente e não posso deixar de Louvar- lhes muito o Zelo que mostram pelo bem

publico no projecto que formarão de abrir huma Valia que comunique as Agoas do Rio da Ribeira com as do mar, afim de facilitar o transporte dos efeitos e produçoins do interior para essa Villa, e pôr termo aos prejuizos que o Gado cauza nas plantaçoins dos moradores. Esta Capitania teria prosperado muito se aquelles cujo Cargo está o Governo económico das Povaçoins tivessem hum igual dezejo ao que vosas mercês mostram de remover os Obstáculos que impedem a livre circulação dos Géneros de huns para outros Lugares, e que vem a Ser cauza de Sua Carestia. Conbecida a utilidade geral dessa obra, de que primeiro fui informado por huma Representação de António da Silva Franco, não Só aprovo a factura delia como o detalhe por vosas mercês feito de trabalhar o Povo por Esquadras da maneira que me propuzerão a Cujo fim escrevo ao Capitão Mor dessa Villa para que assim o faça executar, confiando muito da Sua Capacidade e Patriotismo e Certo de que unido com vosas mercês executarão efectivamente hum projecto com que Seus antecessores Se não atreverão. Deus Guarde a vosa mercês. Sam Paulo dezasete do Junbo de mil oito Sentos e Sinco. António Vaz de França e Horta. Senhores Juiz Presidente o mais Officiais da Camará da Villa de Iguape.

Copia da representação de que trata o ofício supra lir*¹ Sen² da Camará Municipal – 1839.** *(Requerimento para a extinção do imposto de vinte reis por alqueire de arroz pillado para as obras do Canal do Valo Grande)* Disponível em https://archive.org/stream/revista04paulgoog/revista04paulgoog_djvu.txt

*Os negociantes, Lavradores, Proprietários de Engenhos e mais Povos deste Municipio honerados de tantos tributos e impuções antigas e modernab, com diíferentes denominações de rendas geraes, e rendas Provinciaes, oneradas tíiobem das impuções Municipaes que por Posturas desta IH*³ Camará se tem estabelecido sobre as cazas de negocio sobre os carros, que conduzem os efeitos do Porto da Ribeira para o porto do mar, como porto de embarque, onerados aínda mais de algumas contribuições prestadas por meio de deliberações Voluntárias para diíferentes obras publicas dentro desta Villa, qu^ suposto não*

sejão forçadas, contudo delia se não negão os recorrentes como a pouco tempo fizerão para ter))riicipio hum atterrado da ma das cazinhas paia do Morro, obra esta que só depois de aprczentada huma Subscriç&o voluntária que minorava as despezas esta Illnstre Camará poz em execuçfto; hua ponte na rua do Funil muito útil e necessária feita a custa de alguns moradores r.os circum vizinhos, que supposta fosse construída de madeira hé contudo forte e durável, e nella gastar&o os recoiTentes taboados, madeira?, pregos, jomaes com os obreiros bastante motivo e justas razões tem para se queixarem da impozicçftc que de mais a mais sobre elles peza com o pagamento ou contribuição de vint«í reis por alqueire de aiToz pillado que exportftto barra fora, applicada para o Canal que communica as agoas da Ribeira com as do mar pequeno, contribuição esta pue em consequência de hua Postura acelerada e nula pela falta de Membros a Illustre Gamara transacta levou a approvação da IIP* Assembleia Provincial para confirmar, como confirmou, e que presentemente tanto peza sobre os recorrentes que encarando outr'ora como ntil e necessária para aquella obra, cujas vistas hoje se torna odiosa. e oppresora, pois que só deste género arroz pagão o antigo Dizimo, e carroto para terra, ao carro que o conduz para o embarque, e a contribuição para o pretendido Canal sem êxito e do qual senão servem e nenbúa esperança tem de Serven»tia em tempo algum por cauza do local de sua edificação ser composto de arêa que continuamente está cahindo e unindo as do mesmo canal desfazendo quazi tudo o que se tem feito a custa de tanto trabalho, despezas e avultada Somma com que os recorrentes em principio contribuirão debaixo de boas esperanças de utilidade commum, alem dos muitos serviços pessoaes prestados por húa grande parte dos moradores com seos escravos. Esta contribuição Senhores, se toma tanto mais pezada quanto hé grande o vexame aos recorrontes e mais habitantes deste Município, para pagarem com ella duas vezes a conducção do artigo arroz. He pois esta a razão que obriga a supplicarem a III"* Assembleia Provincial pela extincção da dita taxa por intermédio desta Illustre Camará e Suplicão se digne levar a prezença dos 111*""* Legisladores e Dignos Deputados da Assembleia Provincial de quem esperão a extincção do dito imposto de vinte reis por alqueire de arroz pillado para o Sobredito Canal de que se não servem, e de cujo pezo esperão ficar aliviados pela Sabedoria, pelo conhecimento da razão, e destas verdades puras, e pela imparcialidade da IIP* Assembleia de quem implorão os recorrentes o alivio e

*Justiça. Iguape 1** de Fevereiro de 1839 — Francisco da Silva Rego — Francisco Carneiro da S* Braga — Joze Ribeiro Satyro — Joze Xavier de Alm<^» e Cruz — Joaquim de Souza Castro — Francisco Carneiro da S* Braga Júnior — Joze Pinto Perreira — Bernardo António Neves— Manoel Marcus Navanos — Fran«> Manoel de Andrade — Silveiro Franco de Medeiros — Manoel Gonçalves Pinheiro — Fran<^ Joze Borges Pirano — Joaquim da S* Barros — Joze Joaq" Cardozo — António Rafnel Carneiro— Joaquim Alves Silva Carneiro — Gregório Joze da Silva — Joze Floriano Chaves — Francisco de Castro Guimarães — Bento Joze Furtado — Joze Ribeiro do Carvalho — Joaquim Enzebio Gonçalves — Joaquim Francisco de Paulo — Bento Duarte Castro— António de Almeida Pinto—Antonio Corrêa da Silveira — Joze Jacintho Peniche — Fran<^ Joseo Nnnes — Miguel GonçaWves da França — José Ant^ Muniz de Onsmáo — Joze Jo&o da Costa — Joze Francisco Cancellia — Jo&o Baptista Muniz — Agost* Gomes Mendes — António Domingues Costa — Fran^ Rodrigues Marques — António Vaz Ferreira - Feliciano Baptista Carneiro— António Fran^ Carvalho — Joze António dos Santos Prado — Martins Ribeiro — Ant* Roiz Per*— -João Maneio da Silva Franco — Gil de Oliveira Duarte — Joze Domingues Barreiros — Joze Ignacio de Oliveira Guimar&es — Ant* Per* Soares de Castro — Florêncio Joze LopesFran<»<> Ferreira Goulart — Belzior Francisco Goulart — Ant* Joaq" Gomes de Oliveira — Jo&o Girai— Manoel: Joaquim Corrêa — Thomas Trudes de Normandia — Manoel Martins Silveira Júnior.*

Anexo B – Os nomes de lugar: origem e contexto histórico

A Vila de Subauma

Bairro situado às margens do Mar Pequeno, quase na divisa com o município de Cananeia, cuja origem remonta aos primeiros anos da colonização portuguesa em Iguape.

Pela carta de data de terras de 1618, El Rey concedeu a Simão Leite e ao padre Francisco da Silva uma sesmaria localizada “*no Rio que de Iguape vae para Cananéa da ponta de uma ilha que está defronte do pouso de Ivatyra da banda do Nordeste cortando pera a banda do Sertão pelo rumo de Noroeste até a ponta do Outeiro de Sobauma, correndo sempre pelo cume da Serra alta athe acabar na ponta do Ririaia (...)*”.

Cerca de vinte anos mais tarde, mais ou menos em 1638, ali chegou e se instalou o capitão Francisco Cordeiro de Rezende, vindo da Vila de Paranaguá. Cordeiro ocupou diversos cargos públicos na Vila de Iguape, sendo nomeado capitão de ordenanças, ficando conhecido por Capitão Cordeiro. Young assegura que Cordeiro já era vereador em 1660 e se estabeleceu à margem direita do Rio Subahuma ou Subahuma-sú. Com o passar dos anos, esse rio passou a ser conhecido pelo nome de Rio do Cordeiro, sendo modernamente chamado de Rio Cordeiro.

Em diversos documentos, desde o séc. XVII até início do XIX, o nome do bairro vem grafado Subauma, com pequenas variações, como Subahuma ou Sobahuma.

Em 7 de janeiro de 1767, o engenheiro Dom Afonso Botelho de Sampaio e Souza, ajudante de ordens do governador da capitania de São Paulo, capitão general Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, apareceu em Iguape com a incumbência de criar novas povoações nas terras dessa vila, que então pertencia à Comarca de Paranaguá.

Escolheram um local ao sul do rio Subauma, no sítio pertencente ao capitão-mor João Baptista da Costa, para que ali fosse instalada uma nova vila, ficando como diretor da mesma Diogo Pereira Paes. As Câmaras de Iguape e Cananeia intimaram a população menos favorecida, os que não possuíam

terras, a povoarem a nova vila. Mas nem todos os vereadores aprovaram o local escolhido. Tanto é que, no dia 28 de junho desse ano, chegou uma ordem do governador da Capitania, pedindo que fossem estudados outros locais para a eventual instalação de uma nova vila. Foram examinados vários lugares, entre os quais a antiga Aldeia dos Indígenas, no Rio de Una; o Bairro dos Engenhos; e o Porto da Laje, na Ilha Comprida, em frente ao Subauma.

A 9 de agosto, em reunião dos vereadores, Dom Afonso Botelho e com a presença do juiz, decidiram a fundação de duas vilas: uma na margem do Ribeira e outra em Subauma.

Três anos depois, Subauma já era freguesia, possuindo grande número de casas, uma igreja (de madeira) e outros edifícios públicos, ainda em construção. Em 31 de julho desse ano, apresentou-se em Subauma o sargento-mor Christovam Pinheiro e França, ouvidor-geral de Paranaguá, acompanhado por Dom Afonso Botelho, com ordens e instruções do governo de elevar a Freguesia de Subauma à categoria de vila.

No local determinado para a praça pública, Dom Afonso Botelho e o ouvidor-geral de Paranaguá mandaram levantar um pelourinho (símbolo de justiça), feito de maçaranduba, bastante grosso, oitavado, com os sinais e termos de ereção à vila. Passou, então, a freguesia a se chamar Vila de Nossa Senhora da Conceição da Marinha de Subauma.

De acordo com o ilustre historiador cananeense Antônio Paulino de Almeida, para a Vila de Subauma foram encaminhados numerosos forasteiros, pessoas sem eira nem beira, que vagavam por todo o litoral e, principalmente, vadios que não possuíam domicílio certo.

Alguns anos depois, sem motivo aparente, foi feita a mudança da vila para a Ilha Comprida, no local hoje conhecido por Vila Nova, passando a ser chamada de Vila Nova da Laje. No entanto, não tardou para que o povo a abandonasse, em virtude de no local faltarem materiais para construção e água potável.

Dessa maneira, em 1779, o governador se viu obrigado a extinguir a Vila de Subauma, sendo devolvidas às vilas de Iguape e Cananeia as suas antigas terras e novamente demarcadas as suas divisas, recolhendo as imagens, ornamentos e demais objetos da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Marinha à Vila de Iguape. (Fonte: Tribuna de Iguape, julho de 2011)

História da Colônia Katsura (texto adaptado do artigo *A Colônia Katsura* - Tribuna de Iguape, novembro/2013)

No dia 18 de junho de 1908, no porto de Santos, chegava o navio Kasato Maru, trazendo a bordo 781 imigrantes japoneses. Era a primeira leva de imigrantes que seria gradativamente fixada em diversas fazendas do Estado de São Paulo, onde se cultivava principalmente o café. Nessas fazendas formaram-se verdadeiros núcleos de colonos, mas pouco apoio recebiam do governo esses imigrantes que deixaram o Japão e para cá vieram em busca de uma vida melhor.

Passados cinco anos, as autoridades brasileiras finalmente perceberam a necessidade de instalar os japoneses adequadamente, dando-lhes condições de trabalho para uma vida digna. A ideia era fundar uma colônia especialmente planejada para receber várias famílias de imigrantes, administrada pelos próprios colonos. O local escolhido foi o Vale do Ribeira, mais precisamente o bairro Jipovura, no município de Iguape, às margens do rio Ribeira.

A colônia recebeu o nome de Katsura, em homenagem ao primeiro-ministro japonês Taro Katsura. A colônia Katsura foi instalada no dia 9 de novembro de 1913, quando ali aportou um grupo de 20 famílias e colonos japoneses liderados pelo Dr. Ikutaro Aoyagui.

Através de contrato assinado entre os governos brasileiro e japonês foram doados à companhia de imigração japonesa Brasil Takushoku Kaisha uma área de 859 hectares. Essa companhia, mais tarde, foi substituída pela Companhia de Imigração Ultramarina S.A. (a Kagai Kogyo Kabushiki Kaisha, a famosa K.K.K.K., ou Kaiko, como era carinhosamente conhecida). A Colônia Katsura era administrada pela Sociedade Katsura Ltda., tendo como diretor o Dr. Ikutaro Aoyagui. Esta sociedade, por sua vez, era administrada pela Kaiko.

A colônia Katsura logo se desenvolveu, transformando-se num dos principais centros produtores do Vale do Ribeira. Sua produção agrícola anual era avaliada em milhares de contos de réis, sendo exportada pelo seu próprio porto, que chegou a rivalizar em importância com o porto de Iguape, à época um dos quatro mais importantes do Estado. Katsura possuía engenhos de arroz, casas de

comércio, agência de correio, escola e muitos outros estabelecimentos. Era comum os habitantes de Iguape irem até a colônia para fazer compras, onde a mercadoria era mais variada e barata.

O Jipovura dista aproximadamente 20 quilômetros de Iguape, e antigamente, para se atingir o local, somente era possível pelo rio Ribeira, servido pelos vapores da Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista. Uma viagem entre Iguape e o Jipovura, pelo rio, às vezes demorava até cinco horas, pois os vapores eram lentos, apesar de a viagem ser muito agradável, principalmente pela beleza do rio e das florestas que o circundavam.

A economia da Colônia Katsura era baseada na cultura do arroz e da cana-de-açúcar para a fabricação da aguardente. Existiam diversos alambiques, entre os quais os mais famosos foram os que produziram as marcas “Bandeirantes” e “Morrão Ribeira”.

Apesar do relativo progresso da colônia, a partir da Segunda Guerra Mundial ela começou a entrar em declínio. A situação era difícil, o país estava em crise e a Katsura também foi envolvida pelo clima de desânimo. A Sociedade Katsura, que era dividida em quotas, e que administrava a colônia, foi finalmente liquidada em 1945, quando foram vendidas todas as quotas dessa sociedade e também uma grande gleba de terras no Jipovura.

A maioria das famílias que ali moravam foram obrigadas a deixar o local e ir para Iguape ou para outras cidades da região, ou do interior do Estado. Após algumas décadas de desenvolvimento, a história da primeira colônia de colonos japoneses que se instalou no país chegava ao fim. Algumas famílias, no entanto, continuaram no local e a Katsura ainda se manteve ativa até o início da década de 1960.

Entre as causas da decadência da Colônia Katsura pode-se listar: a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários; a queda no cultivo e na produção do arroz; as dificuldades de comunicação e transporte, com o fim da navegação fluvial; a crise no comércio em geral; a procura por centros mais desenvolvidos para oferecer um futuro melhor a seus filhos; o assoreamento do porto, que veio dificultar o embarque e desembarque de passageiros e cargas nos vapores e lanchas da linha de navegação.

Em reconhecimento ao pioneirismo da Colônia Katsura, o município de Iguape foi declarado “Berço da Colonização Japonesa no Brasil”, por meio da Lei Federal nº 11.642, de 14 de janeiro de 2008, ano do centenário da imigração japonesa, de autoria do deputado Arnaldo Madeira.

Anexo C – Fichas lexicográfico-toponímicas do léxico português e africano

Topônimo: 9 de Julho	Tipo de acidente: AH- Rua	Taxionomia: historiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: numeral+subst.		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Nove de julho é o dia em que se comemora a Revolução Constitucionalista de 1932. O movimento está entre os maiores conflitos civis e um dos mais importantes acontecimentos políticos da história do Brasil. Ocorrido em São Paulo, o movimento tentou impedir a continuação do governo provisório de <u>Getúlio Vargas</u>, instaurado em 1930. Os revolucionários exigiam uma nova Constituição e eleições presidenciais. Foram três meses de conflito. No início de 1932, Getúlio tentou conter a pressão popular organizando uma comissão encarregada de elaborar um novo Código Eleitoral. Em fevereiro de 1932, o código foi publicado e o civil Pedro de Toledo foi nomeado interventor para o Estado de São Paulo. Em maio, Vargas marcou a data das eleições para dali a um ano. As medidas não foram suficientes para conter a conspiração política. Sociedades civis tramavam secretamente para derrubar o governo. Finalmente, em 9 de julho, o movimento ganhou as ruas da capital e do interior de São Paulo. A revolução recebeu apoio de vários setores da sociedade paulista. Estudantes, intelectuais, políticos ligados à <u>República Velha</u> ou ao Partido Democrático pegaram em armas durante os três meses de luta. O conflito armado ficou restrito ao Estado de São Paulo. Os governos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a princípio simpáticos à constitucionalização, não quiseram enfrentar a força militar do governo federal. Sozinhos, os paulistas não conseguiram manter a revolução e assinaram rendição em outubro de 1932. A revolta civil despertou o governo para a necessidade de acabar com o perfil revolucionário do regime. Isso acabou acontecendo em maio de 1933, quando foram realizadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que mais tarde elaboraria a Constituição de 1934. Disponível em http://educacao.uol.com.br/datas-comemorativas/ult1688u1.jhtm</p>		
<p>Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.</p>		

Topônimo: São Miguel	Tipo de acidente: AH-Rua, Porto	Taxionomia: hagiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: adj.+ nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Existem três iconografias distintas de São Miguel Arcanjo, a primeira e mais popular, é o Arcanjo Guerreiro, General dos exércitos do Senhor, o defensor do povo de Deus, vencedor do espírito maligno. Este é sempre representado com vestes militares, trajando armadura, elmo, espada, lança, escudo, ou estandarte, vestindo sandálias e raramente usando botas ou descalço, geralmente com as asas abertas, numa postura vitoriosa, tendo o diabo derrotado sob seus pés; ocasionalmente trás também uma balança na mão esquerda e raramente na mão direita. Como combate sempre em nome de Cristo, e por Seu poder, jamais é derrotado, sempre alcança a vitória sobre o mal, submetendo-o ao seu grandioso poder, ao qual este lhe fica submetido. A segunda nos apresenta o Pescador de Almas, aquele que faz a psicostasia (pesar das almas) e a psicagogia (guiar as almas pelo melhor caminho) ou seja, faz a passagem das almas da Terra ou do Purgatório para o Paraíso, este traja uma túnica, sempre muito adornada e com grande riqueza de detalhes, capa, cinto, ou faixas que cruzam o corpo, pode também utilizar vestes de sacerdote; tem em uma das mãos (geralmente a direita) uma lança que perfura a boca do diabo e na outra (geralmente a esquerda) uma balança; no prato mais alto, a alma do morto, no prato mais baixo um pequeno demônio, que representa as más ações da alma humana. Antes de a alma entrar no Paraíso, (vinda da Terra ou do Purgatório) ela deve passar pela pesagem. Algumas imagens apresentam o diabo oposto a São Miguel Arcanjo, cumprindo seu papel de acusador dos pecados e revelando sua natureza traiçoeira e enganadora, com uma das mãos tenta levantar o prato da balança com o pequeno demônio, outras vezes, tenta baixar o prato com a alma do morto. Caso a alma seja mais leve que o pequeno demônio, esta será recebida no Paraíso por São Pedro, caso a alma seja mais pesada, esta será lançada no inferno, onde será eternamente torturada e mutilada pelos demônios. São Miguel Arcanjo não disputa as almas com o diabo, sendo justo; sua decisão sempre prevalece. São Miguel Arcanjo é o único santo que abre as portas do purgatório e resgata as almas já purificadas. Todos os outros Santos intercedem por seus fiéis a fim de que estes alcancem o Paraíso. Disponível em http://www.arcanjomiguel.net/historia_sao_miguel.html#ixzz3Y4uLlNa</p>		

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Bacio	Tipo de acidente: AH- Rua	Taxionomia: ergotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico português
<p>Etimologia: bacio, s.m. prato covo, fundo, <i>em um bacio de prata</i>; bacia. Ined. 1, 95. § Vaso onde se lançam os excrementos grossos inferiores. (SILVA, 1789, p.250, v.1)</p> <p>Bacio –s.m. (1279 cf IVPM) 1.recipiente em que se recolhem excrementos humanos, penico, urinol.2.parte do aparelho sanitário que recebe os excrementos.3. ant. prato grande em forma de bandeja GRAM.dim. irreg. <i>bacínico</i> ETIM. lat. vulg. <i>baccinu(m/s)</i>, -lat. <i>ba(c)chinus</i> ‘vaso para água, bacio, bacia’, em Gregório de Toyrs (538-594), <i>bacchínom</i>; doc sXIV; divg. masc. de bacia; ver <i>baci-</i> f. hist. sXIV <i>baciu</i>, sXV <i>bacjo</i>, sXV <i>bacyo</i>. SIN/VAR ver sinonímia de penico. (HOUAISS, 2001, p. 372)</p>		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Tenente Coronel Zacarias	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: axiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título+nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
<p>Histórico: Em 22 de agosto, falecia no Rio de Janeiro o tenente-coronel Zacharias Augusto Teixeira, aos 54 anos, em consequência de uma infecção intestinal.</p>		
<p>Informações enciclopédicas: Era agricultor e industrial, possuindo engenho de arroz no local onde, mais tarde, foi construído o prédio onde atualmente funciona o Banco do Brasil. Ocupou os cargos de vereador, vice-presidente da Câmara Municipal, delegado de polícia e vice-cônsul português em Iguape.</p>		

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Ana C. Sandoval Trigo	Tipo de acidente: AH_Rua	Taxionomia: antropotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico: Rua Ana Cândida Sandoval Trigo < Rua 24 de Outubro		
<p>Informações enciclopédicas: Educadora ilustre, que alfabetizou várias gerações de estudantes iguapenses, vulto dos mais marcantes de nossa história, a professora Ana Cândida Sandoval Trigo nasceu em Caconde (SP), no dia 8 de agosto de 1883. Formou-se pela Escola Normal Secundária da Capital, em 13 de dezembro de 1903. Chegou em Iguape no mês de fevereiro de 1904, onde tomou posse, em 22 desse mês, como professora primária, no Grupo Escolar de Iguape, que então se localizava no atual prédio do “Hotel São Paulo”. Era diretor o prof. José Bueno da Veiga Júnior. Nesse local, Ana Cândida trabalhou até 1916, quando foi inaugurado o novo prédio do Grupo Escolar, em linhas neoclássicas, na esquina das ruas Capitão Dias e Major Rebello. Muito culta, apesar de modesta, todos a viam dirigir-se ao Grupo Escolar levando sob os braços os cadernos dos alunos. Ao passar pelas pessoas, cumprimentava e era cumprimentada com muito respeito. Os alunos a procuravam em sua casa para que a velha mestra lhes desse explicação sobre as disciplinas de Português, História, Geografia ou Matemática. Com sua paciência e dedicação, Ana Cândida ia explicando as lições, e nem nas férias ela descansava. Dedicou-se ainda mais ao magistério depois da doença de seu filho e morte de seu esposo. Só se aposentou compulsoriamente, depois de 50 anos de magistério, porque a lei assim exigia. A Prefeitura de Iguape, em homenagem ao Jubileu de Ouro de Ana Cândida, em 1953, colocou o seu nome na antiga Rua 24 de Outubro. No Ginásio Estadual também lhe foi dedicada uma Sessão Solene. E na Igreja Matriz celebrada uma Missa em Ação de Graças. Casou-se com o capitão Benevides Trigo, (1874-1946), filho de Maximiano Lopes Trigo (1837-1877) e Maria Izabel Trigo (1839-1925). Desse casamento, tiveram um filho, José Estevam Benevides Trigo, que faleceu ainda jovem. Ana Cândida faleceu, em 1964, em Guarulhos. Sobre a professora Ana Cândida, escreveu o ex-prefeito Carlos Fausto Ribeiro (1908- 1997): “De uma vocação e dedicação raríssimas, juntava, ao seu caráter de escol, a paciência e bondade que sempre foram a formosura da sua personalidade. Lidou, nesse transcurso de tempo, com</p>		

todas as castas sociais, as quais receberam a sua instrução sem que nenhuma se sentisse diminuída ou exaltada pela diferença de tratamento recebido. O seu exemplo é um paradigma para todos os vocacionados e um estímulo para os que se propõem a servir, com dedicação, aos altos interesses da coletividade”. (“Justíssima Homenagem”, in “EldoradoPaulista”, nº57, 19/12/1953, pág.1).

Disponível em <http://robertofortes.fotoblog.uol.com.br/photo20050129184901.html>, em 29/01/2005.

Publicada por Roberto Fortes

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Paulo Moutinho	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: antropotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Paulo da Cunha Moutinho nasceu em Iguape no dia 23 de junho de 1895. Era filho do tenente-coronel José Francisco de Paula Moutinho, importante comerciante e político, e de Amerina da Cunha Moutinho, irmã do tenente Acylino Sérvulo da Cunha (1876-1931), prefeito de Iguape de 1925-1928. Desde cedo, Paulo Moutinho já demonstrava inclinação para as letras. Aos dezessete anos, iniciou sua colaboração no semanário <i>Correio de Iguape</i>, assinando seus artigos sob o pseudônimo <i>Paulo Jarbas</i>. Transferindo-se para Santos, passou a estudar na conceituada <i>Escola de Commercio “José Bonifácio”</i>, continuou a colaborar com o <i>Correio</i> e na imprensa local, principalmente em <i>A Tribuna</i>, onde conquistou respeito e estima. Em 1917, é aprovado no exame de admissão à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Teve muito destaque nesse período e, a partir desse ano, começou a colaborar com a imprensa paulistana, usando o mesmo pseudônimo, Paulo Jarbas. Na Capital, Paulo Moutinho colaborou nos mais importantes jornais, entre os quais o <i>Correio Paulistano</i>, o mais influente da época. Participou ativamente das rodas culturais de seu tempo, tornando-se amigo de muitos vultos de destaque das letras nacionais, entre os quais o legendário jornalista Cásper Líbero (1889-1943), proprietário do prestigiado jornal <i>A Gazeta</i>. Escreveu também para o <i>Diário da Noite</i>, <i>Jornal do Commercio</i> e</p>		

São Paulo Imparcial. Seus artigos, alguns de cunho literário e poético, outros que enfocavam o Vale do Ribeira e, em especial a sua terra natal, causavam sensação e eram imediatamente transcritos pelo *Germinal* e pela *Tribuna de Iguape*. Antológica foi a polêmica que Paulo Moutinho travou com o escritor Monteiro Lobato, em maio de 1918. Monteiro Lobato publicou na edição de 15 de maio de 1918 de *O Estado de São Paulo*, um artigo intitulado *O Problema do Saneamento*, onde, além de denunciar o estado crítico da saúde pública em Iguape – motivado pelo descaso do Estado -, ainda teceu duras e injustas linhas sobre a cidade e seu povo. As críticas ferinas de Lobato não ficaram sem o devido troco. Paulo Moutinho, no dia seguinte à publicação do artigo de Lobato, publicou em *A Gazeta* uma longa e vibrante carta-resposta, onde rebateu veementemente as mordazes críticas de Lobato, elucidando cada tópico do artigo do escritor. Em junho de 1919, quando cursava o quinto semestre de Direito, bastante debilitado por uma doença pulmonar, Paulo Moutinho veio descansar alguns dias em sua terra natal. Conforme demonstra seu artigo *Impressões de Viagem* (publicado postumamente no *Correio Paulistano* de 12/07/1919), ficou admirado com as mudanças ocorridas na cidade desde a sua partida em 1913. Muitos dos velhos casarões coloniais iam sendo reformados em estilo *art nouveau* e outros estilos modernos. A cidade se contagiava pela onda modernista que começava a envolver o Brasil. Retornando a São Paulo, a sua doença piorou. Foi a Santos, onde residia a sua família, a fim de se tratar, mas todos os recursos da ciência de então revelaram insuficientes para sua cura. Assim, no dia 30 de junho de 1919, quando mal acabara de completar 24 anos, falecia o grande jornalista, que como ninguém soube defender os anseios da sua Iguape e do Vale do Ribeira. Seu corpo foi enterrado no Cemitério do Paquetá, em Santos. (*Tribuna de Iguape*, março de 2004, p.16)

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Cônego Braga	Tipo de acidente: AH - Rua	Taxionomia: hierotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título+nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		

Informações enciclopédicas: A Basílica do Senhor Bom Jesus de Iguape foi iniciada em 1787, quando era governador da Capitania de São Paulo dom Bernardo José de Lorena. A sua administração ficou aos cuidados do padre Diogo Rodrigues da Silva, que conclamava a população para as obras da nova igreja, e ele mesmo era o primeiro a pegar as pedras, trazidas em canoas e depositadas no Porto Grande, e levá-las até o local das obras. Devido à falta de recursos, as obras prosseguiram e paravam, e somente seriam parcialmente concluídas em 1856, depois de 69 anos, quando, numa festa memorável, o templo foi solenemente inaugurado pelo padre Antônio Carneiro da Silva Braga, o cônego Braga. Em 25 de fevereiro de 1891, estando em Iguape, certamente para descanso de seus afazeres em Campinas, o cônego Scipião deu posse ao novo pároco Celso César da Cunha, que fora nomeado em 16 de outubro de 1890 em substituição ao padre Antônio Carneiro da Silva Braga, que se afastara de suas funções em 13 de setembro de 1890 e veio a falecer em 1º de março de 1891. Junto com o padre Celso, o cônego Scipião celebrou, no dia 2 de março, a missa de réquiem em homenagem ao cônego Braga.

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Major Ricardo Kronne	Tipo de acidente: AH_ Rua	Taxionomia: axiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título + nome próprio	Origem: léxico português+alemão	
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: A história de exploração das cavernas do vale do Ribeira começou com as expedições do naturalista Richard Krone, em 1887. Considerado o descobridor de muitas cavernas da região, Krone fez o primeiro registro espeleológico paulista do qual se tem conhecimento, caracterizando de forma inquestionável a gruta do Monjolinho, no núcleo Caboclo no Petar. Sigismund Ernest Richard Krone nasceu no dia 18 de junho de 1861, em Dresden, Alemanha. Formou-se em Farmácia e Engenharia em 1880. Aos 19 anos alistou-se na Marinha alemã e seguiu viagem por vários países, chegando ao Brasil em 1884, onde aportou em Iguape. Inicialmente trabalhou como agrimensor e engenheiro na então Província de São Paulo. Entre os trabalhos que desempenhou, destaca-		

se a construção da estrada de ferro Sorocabana, da qual foi engenheiro. Atuou também como engenheiro numa companhia agrícola. Ao chegar em Iguape, na época uma cidade essencialmente portuária e ainda exportadora de arroz, Ricardo Krone trabalhou como agrimensor numa importante companhia agrícola, que possuía grande extensão de terras na região. Logo percebeu que pouca vocação tinha para esse ofício. Estabeleceu-se, então, na cidade como farmacêutico licenciado, ocasião em que fundou a *Pharmacia Popular* (atual Bradesco), conquistando, em pouco tempo, a estima de toda a população e projetando-se na sociedade local. Casou-se com d. Thomázia Krone, sendo pai de Ernesto Krone e Ana Maria Krone Martins. Tão logo chegou a Iguape, Krone já demonstrava interesse pelo estudo dos imensos amontoados de conchas e resto de cozinha (sambaquis) dos primitivos indígenas que habitaram a região. Subsidiado pelo Governo, ou por entidades europeias de pesquisa científica, e mesmo com recursos próprios, o incansável naturalista embrenhava-se pelos sertões e rios ainda inexplorados, arriscando a própria vida, arrastado pelo desejo de descobrir, catalogar e pesquisar os amontoados de conchas e demais resquícios arqueológicos deixados pelas tribos que habitaram o Vale do Ribeira em nossa recuada Pré-História. Somente em Iguape descobriu e estudou perto de uma centena de sambaquis. Nos primeiros anos deste século, ao pesquisar o sambaqui do Morro Grande, situado num vargado entre o Rio das Pedras e o Rio Comprido, no santuário ecológico da Jureia, em Iguape, Ricardo Krone encontrou uma curiosíssima estatueta de pedra, que ficou conhecida nos meios científicos como o **Ídolo de Iguape**. O naturalista acreditava que essa peça teria sido esculpida por algum povo indígena dos Andes, vindo parar no sambaqui após longa imigração. Sua descoberta provocou grande efervescência nos meios científicos nacionais e do exterior, pela singularidade da peça e por estar relacionada às origens do homem pré-colombiano, sendo sua idade calculada, pelo Carbono 14, em aproximadamente 25 mil anos. Suas medidas são 9 cm de altura por 3,2 cm de largura e 8 cm de comprimento. O Ídolo de Iguape encontra-se atualmente exposto no Museu do Ipiranga, existindo uma única cópia no Museu Municipal de Iguape. Ricardo Krone faleceu em Iguape no dia 9 de setembro de 1917. Devido a seus feitos pela cidade foi-lhe conferido o título de major da Guarda Nacional. Disponível em <http://robertofortes.fotoblog.uol.com.br/photo20060722134852.html>

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Capitão Floramante	Tipo de acidente: AH-Rua	Taxionomia: axiotopônimo
-------------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título+nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: Floramante Regino Giglio nasceu em Serra Negra/SP a 1/5/1880. Chegou em Iguape com treze anos de idade, logo se destacando como comerciante e homem público. Foi vereador diversas vezes e prefeito de Iguape de 1921 a 1922 e de 1930 a 1933. Destacou-se também como jornalista. Fundou, em 1901, o tabloide <i>A Musa</i> , que circulou por algum tempo. A partir de 1924, foi o redator do semanário oposicionista <i>O Iguape</i> . Faleceu em Iguape a 11/7/1952.		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Dom Idílio José Soares	Tipo de acidente:	Taxionomia: hierotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título+nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: Nascido em Limeira/SP, no dia 26 de outubro de 1887, Dom Idílio José Soares foi ordenado sacerdote em 28 de outubro de 1914. Foi eleito Bispo de Petrolina-PE em 16 de julho de 1932. Após dez anos de pastoreio na difícil e carente Diocese de Petrolina, Dom Idílio veio dar continuidade ao trabalho pastoral na Diocese de Santos-SP, assumindo a missão em 19 de Setembro de 1943. Homem de visão, Dom Idílio olhou para o futuro desta Cidade e Região e, pioneiro, deu início aos Cursos Superiores, com a criação da primeira Faculdade de Direito, a 15 de Julho de 1952, em Santos. Prosseguiu no andamento e conclusão das obras da Catedral, dando por encerrados os trabalhos em março de 1967. Dom Idílio promoveu a Campanha pela Grandeza de Santos, cuja renda foi aplicada na construção da Creche do Menino Jesus (Paróquia de S. Judas Tadeu/Santos); na construção da Capela da Santa Casa/Santos; na construção da Casa de Nossa Senhora e na ampliação dos espaços junto à Catedral para a instalação da Cúria Diocesana. Tendo participado da primeira sessão do Concílio Vaticano II, em 1962, D. Idílio, em dezembro de 1966, entregou		

a Diocese ao seu Bispo Coadjutor, Dom David Picão, retirando-se para Campinas-SP. Ali, veio a falecer no dia 10 de dezembro de 1969, estando seus restos mortais em nossa Catedral, na cripta que ele mesmo construiu. Disponível em [www. diocesedesantos.com.br/](http://www.diocesedesantos.com.br/)

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Papa João XXIII	Tipo de acidente: AH-Rua	Taxionomia: hierotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título+nome+numeral		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Nasceu no dia 25 de novembro de 1881 em Sotto il Monte, diocese e província de Bérgamo (Itália), e nesse mesmo dia foi batizado com o nome de Angelo Giuseppe. Ingressou no Seminário de Bérgamo, onde estudou até o segundo ano de teologia. Ali começou a redigir os seus escritos espirituais, que depois foram recolhidos no "Diário da alma". No dia 1º de Março de 1896, o seu diretor espiritual admitiu-o na ordem franciscana secular, cuja regra professou a 23 de Maio de 1897. De 1901 a 1905 foi aluno do Pontifício Seminário Romano, graças a uma bolsa de estudos da diocese de Bérgamo. Neste tempo prestou, além disso, um ano de serviço militar. Recebeu a Ordenação sacerdotal a 10 de Agosto de 1904, em Roma, e no ano seguinte foi nomeado secretário do novo Bispo de Bérgamo, D. Giacomo Maria R. Tedeschi. Após a morte de D. Giacomo Tedeschi, em 1914, o Pade Roncalli prosseguiu o seu ministério sacerdotal dedicado ao magistério no Seminário e ao apostolado, sobretudo entre os membros das associações católicas. Em 1915, quando a Itália entrou em guerra, foi chamado como sargento sanitário e nomeado capelão militar dos soldados feridos que regressavam da linha de combate. No fim da guerra abriu a "Casa do estudante" e trabalhou na pastoral dos jovens estudantes. Em 1919 foi nomeado diretor espiritual do Seminário. Em 1921 teve início a segunda parte da sua vida, dedicada ao serviço da Santa Igreja. Tendo sido chamado a Roma por Bento XV como presidente nacional do Conselho das Obras Pontifícias para a Propagação da Fé, percorreu muitas dioceses da Itália organizando círculos missionários. Em 1925, Pio XI nomeou-o Visitador Apostólico para a Bulgária e elevou-o à dignidade episcopal da Sede titular de Areopolis. Tendo recebido a Ordenação episcopal a 19 de Março de 1925, em Roma, iniciou o seu</p>		

ministério na Bulgária, onde permaneceu até 1935. Visitou as comunidades católicas e cultivou relações respeitadas com as demais comunidades cristãs. Atuou com grande solicitude e caridade, aliviando os sofrimentos causados pelo terremoto de 1928. Suportou em silêncio as incompreensões e dificuldades de um ministério marcado pela tática pastoral de pequenos passos. Em 1935 foi nomeado Delegado Apostólico na Turquia e Grécia: era um vasto campo de trabalho. Mons. Roncalli trabalhou com intensidade a serviço dos católicos e destacou-se pela sua maneira de dialogar e pelo trato respeitoso com os ortodoxos e os muçulmanos. Em 1944, Pio XII nomeou-o Núncio Apostólico em Paris. Durante os últimos meses do conflito mundial, e logo que foi restabelecida a paz, ajudou os prisioneiros de guerra e trabalhou pela normalização da vida eclesial na França. Foi um observador atento, prudente e repleto de confiança nas novas iniciativas pastorais do episcopado e do clero na França. Distinguiu-se sempre pela busca da simplicidade evangélica, inclusive nos assuntos diplomáticos mais complexos. Procurou agir sempre como sacerdote em todas as situações, animado por uma piedade sincera, que se transformava todos os dias em prolongado tempo a orar e a meditar. Em 1953 foi criado Cardeal e enviado a Veneza como Patriarca, realizando ali um pastoreio sábio e empreendedor e dedicando-se totalmente ao cuidado das almas, seguindo o exemplo dos seus santos predecessores: São Lourenço Giustiniani, primeiro Patriarca de Veneza, e São Pio X. Depois da morte de Pio XII, foi eleito Sumo Pontífice a 28 de Outubro de 1958 e assumiu o nome de João XXIII. O seu pontificado, que durou menos de cinco anos, apresentou-o ao mundo como uma autêntica imagem de bom Pastor. O seu magistério foi muito apreciado, sobretudo com as Encíclicas "[Pacem in terris](#)" e "[Mater et magistra](#)". Convocou o Sínodo romano, instituiu uma Comissão para a revisão do Código de Direito Canônico e convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II. Visitou muitas paróquias da Diocese de Roma, sobretudo as dos bairros mais novos. O povo viu nele um reflexo da bondade de Deus e chamou-o "o Papa da bondade". Sustentava-o um profundo espírito de oração, e a sua pessoa, iniciadora duma grande renovação na Igreja, irradiava a paz própria de quem confia sempre no Senhor. Faleceu na tarde do dia 3 de Junho de 1963.

Disponível

em

http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Coronel Jeremias	Tipo de acidente: AH_Rua	Taxionomia: axiotopônimo
-----------------------------------	------------------------------------	---------------------------------

Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título+nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: Antônio Jeremias Muniz Júnior nasceu em Iguape a 23/12/1872. Destacado homem público iguapense, iniciou-se na vida política como vereador e mais tarde foi intendente municipal. Destacou-se na implantação do sistema de cultura racional. Promoveu a fundação do aprendizado agrícola Bernardino de Campos, a criação de escolas municipais; concluiu as obras do Grupo Escolar Vaz Caminha e foi o responsável pela restauração do hospital Feliz Lembrança. Fundou, em 1913, o semanário <i>Tribuna de Iguape</i> , passando sua direção, em 1916, ao major Domingos de Almeida Santos Júnior, pois os assuntos políticos requeriam sua maior atenção. Recebeu do governo o título de coronel da Guarda Nacional. Faleceu em São Paulo a 24/7/1929. Era prefeito de Iguape desde 1908, eleito nas eleições de 14 de janeiro de 1908, reelegendo-se em 1909, 1910, 1911 e 1913 (as eleições municipais eram trienais, porém a Câmara Municipal elegia anualmente a sua mesa, composta pelo prefeito, vice-prefeito, presidente e vice-presidente da Câmara). A Câmara Municipal, que tomara posse em 15 de janeiro de 1911, era assim constituída: Presidente: Joaquim José Rebello; vice-presidente: Zacharias Augusto Teixeira, além dos vereadores Jeremias Júnior (prefeito), Gentil Moreno Fortes (vice-prefeito), Mário de Andrada Rollo, Sizenando Trigo, Joaquim César da Rosa Peniche e Manoel Lino Alves Vieira (proprietário do antigo Hotel do Comercio).		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Júlio Franco	Tipo de acidente: AH_Avenida	Taxionomia: antropotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: nome próprio	Origem: léxico português	
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: Antes da implantação do serviço de balsas, quando a		

chegada a Iguape se dava somente via Pariquera-Açu, era o “capitão” Júlio Franco quem fazia as travessias no Valo Grande, entre o Rocio e a cidade. A embarcação tinha capacidade para até seis pessoas, além do embarcadouro. E eram feitas tantas viagens quantas fossem necessárias ao transbordo dos que chegavam, sendo certo que, desde então, as autoridades e os endinheirados já reclamavam, nas travessias, o “direito de passar na frente dos outros”. Contam-se muitas histórias dessas travessias, sobretudo quanto à ironia com que o “capitão” Júlio Franco refugava aqueles que, por pretensa autoridade, não lhe dessem maior importância, nem vissem nessa sua atividade qualquer coisa de mais valor do que os cobres pagos. Conta-se que, certa feita, um juiz de direito solicitou ao condutor da “Cabrita” que o levasse até a outra margem do canal. Durante a travessia o juiz demonstrava toda a sua erudição e apertava contra o peito a mala cheia de tratados, códigos, compêndios. Foi então que o “capitão”, que admitira ser analfabeto, perguntou ao juiz se ele sabia nadar. Dada a resposta negativa do juiz, o “capitão” argumentou que, se o batelão virasse, tudo aquilo que ele vinha falando iria direto para o fundo do mar, enquanto que, com duas braçadas sua burrice chegava no outro lado. A que o juiz assentiu, como não havia pensado nisso antes! (Tribuna de Iguape, julho de 2009 – adaptado de artigo de José Rubens de Oliveira Fortes)

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: São Teodoro	Tipo de acidente: AH_Avenida	Taxionomia: hagiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: adj.+nome próprio	Origem: léxico português	
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: São Teodoro foi um soldado que acabou sendo decapitado na Província do Ponto por confessar a fé cristã. Era já venerado no século IV. Achaíta (Tchorum, Turquia), onde se encontra o seu túmulo, atraiu durante muito tempo os peregrinos. A lenda depressa lhe embelezou a memória, atribuindo-lhe toda a espécie de aventuras, em particular, como a São Jorge, ter matado um dragão. Com São Jorge e São Demétrio, é um dos “três grandes soldados mártires”, para os Orientais.		

Disponível em <http://santo.cancaonova.com/santo/sao-teodoro-um-dos-grandes-soldados-martires-para-os-orientais/>

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: João Bonifácio da Silva	Tipo de acidente: AH_Rua	Taxionomia: antropotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Informações enciclopédicas: João Bonifácio da Silva nasceu em Iguape no dia 5 de junho de 1895. Foi jornalista, literato, orador, político e homem público de relevo. Em 1916, publicou muitas crônicas e contos no semanário <i>Tribuna de Iguape</i>, em estilo elegante e culto. No final do mesmo ano, passou a redator do tabloide <i>Germinal</i>, onde publicou diversos trabalhos literários de altíssimo nível. Após a Revolução de 30, que ele apoiou, com a colaboração de vários iguapenses, lançou o jornal <i>O Legionário</i>, em 31 de janeiro de 1931. Em fevereiro de 1919, foi nomeado pelo presidente do Estado de São Paulo para o cargo de escriturário da então Caixa Econômica Estadual, o qual pediu exoneração algum tempo depois. Em 1925, foi nomeado escrivão da Coletoria de Rendas Federais de Iguape, cargo que exerceu até 1929. Nesse mesmo ano, foi nomeado ajudante do procurador da República em Iguape, por ato do presidente Washington Luiz. Em 1932, recebeu o título de contador provisionado. Abriu escritório de contabilidade na Rua Capitão Dias, nº 3, onde já funcionara O Legionário. Em pouco tempo, adquiriu grande conceito como contador. Também passou a defender, junto ao Poder Judiciário, os interesses dos menos afortunados, que não dispunham de recursos para constituírem advogados. Assim sendo, lutou junto à Ordem dos Advogados do Brasil para conseguir autorização para exercer a função de solicitador no município, o que obteve em 17 de janeiro de 1933, com validade de três anos. Foi, também, admitido como recenseador em Iguape, em 1932, para fazer o levantamento da Estatística Zootécnica e apuração a produção agrícola dos anos 1930 e 1931. Dada a sua excelente formação humanística e filantrópica, João Bonifácio da Silva foi convidado para ocupar o cargo de prefeito municipal de Iguape, sendo nomeado em 11 de</p>		

fevereiro de 1933, por decreto do interventor federal de São Paulo, general de divisão Waldomiro Castilho de Lima. Foi um governo difícil, principalmente pela fraca arrecadação das receitas municipais. Criou a Escola Mista do Bairro Rio Vermelho, reorganizou o funcionalismo municipal, dotou de melhorias o serviço de iluminação pública, contratando um eletricitista encarregado da Usina Elétrica, que funcionou no sopé do Morro da Espia de 1920 a 1951. Governou a cidade por apenas dez meses, mas pelos relevantes serviços prestados à sua terra, João Bonifácio da Silva recebeu a patente de *tenente* da antiga Guarda Nacional. Em 1935, João Bonifácio transferiu-se com a sua família para a cidade de Santos. Logo conseguiu a nomeação para o cargo de chefe de Seção da Fiscalização. Foi convidado para exercer, no período noturno, o cargo de chefe de secretaria num dos mais tradicionais e bem frequentados clubes da cidade, o tradicional *Clube XV*, que reunia em seus salões a mais requintada elite da sociedade local. Nessa época, associou-se a uma entidade denominada *Liga Pró-Cidade de Iguape*, que reunia muitos iguapenses residentes em Santos, com o intuito de lutar pela sua cidade. Dessas reuniões de que participava com seus conterrâneos, nasceu a ideia de escrever um livro sobre Iguape, suas lendas, tradições e vultos ilustres. Mas ele veio a falecer antes de conseguir seu intento, no dia 28 de novembro de 1957. Somente em 1976 sua obra foi publicada, em capítulos, pelo jornal Folha da Baixada. O nome de João Bonifácio da Silva foi dado a uma rua da Vila Garcez, pelo então prefeito Casimiro Teixeira. (Tribuna de Iguape, novembro de 2003. Ano VIII – nº 34)

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: São João	Tipo de acidente: AH_Rua	Taxionomia: hagiopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: adj.+nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: Há algum tempo atrás, os motivos religiosos dominavam, naturalmente, o quadro das escolhas denominativas, podendo verificar-se a preferência regional pelo emprego de determinados nomes de santas ou santos. No Brasil, os estudos de Dick (1990) apontaram Santo Antonio e São José, e também São João, como os santos de		

devoção mais presentes nos registros onomásticos examinados.

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Centro	Tipo de acidente: AH_Bairro	Taxionomia: cardinotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica:		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Coração do município, no centro concentra-se grande parte dos serviços oferecidos aos munícipes e aos visitantes. O local, como já foi dito, foi escolhido pelos colonizadores que procuravam água potável e proteção do mar aberto. Compreende o maior centro histórico preservado do Estado de São Paulo, com diversos imóveis em alto estilo colonial português, entre eles casarões e igrejas. O conjunto de construções retrata os ciclos do ouro e do arroz, períodos de grande desenvolvimento econômico de Iguape.</p>		
<p>Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.</p>		

Topônimo: Vila dos Parentes	Tipo de acidente: Ah-Rua	Taxionomia: poliotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: A região do médio-alto Peroupava é muito interessante porque tem uma geografia característica, com paisagens, tipo humano e denominações específicas que se fundem e confundem num mesmo cenário. Assim, há lugares chamados de Pocinho, Boacica, Barra do Tucum, Barra do Furado, Morro das Pedras (Vila dos Parentes), Boa Vista, e mais longe, ao sul, o imponente Caiobá, este, bem mais próximo de Jipovura. (Tribuna de Iguape, julho de 2009 – adaptado de artigo de José Rubens de Oliveira Fortes)</p>		

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Carlos Gomes	Tipo de acidente: AH-Rua	Taxionomia: historiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Filho de Manoel José Gomes e Fabiana Maria Jaguary Cardoso, Antônio Carlos Gomes iniciou os seus estudos musicais aos dez anos, sob a supervisão de seu pai. Em 1854, compôs a sua primeira missa, a de São Sebastião. Depois escreveu o "Hino Acadêmico", a modinha "Quem sabe?" ("Tão longe de mim distante") e a "Missa de Nossa Senhora da Conceição". Em 1860, mudou-se para o Rio de Janeiro e continuou os seus estudos no Conservatório de Música. Apresentou suas primeiras óperas: "A Noite do Castelo" (1861), com libreto de Fernando Reis e "Joana de Flandres" (1863), com libreto de Salvador de Mendonça. Com o apoio do imperador Pedro II, viajou para a Itália, onde, depois de ter aulas com o maestro Lauro Rossi, recebeu o título de Maestro no Conservatório de Milão, em 1866. Em 19 de março de 1870, estreou no Teatro Scala de Milão sua ópera mais conhecida, "O Guarani", com libreto de Antonio Scalvini e baseada no romance homônimo de José de Alencar. Encenada depois nas principais capitais europeias, essa ópera deu-lhe a reputação de um dos maiores compositores líricos da época. Em razão das comemorações do aniversário de D. Pedro II, a ópera foi encenada no Rio de Janeiro. Carlos Gomes permaneceu alguns meses no Brasil, antes de retornar a Milão, com uma bolsa do Imperador, para iniciar a composição da "Fosca", que estreou em 1873, no Scala. Mal recebida pela crítica, mais tarde viria a ser considerada como a mais importante de suas obras. Depois de compor "Salvador Rosa" (1874) e "Maria Tudor" (1879), Carlos Gomes retornou ao Brasil e fez uma temporada triunfante. Na Bahia e no Rio de Janeiro, dirigiu a montagem de "O Guarani" e de "Salvador Rosa". Ainda na Bahia, apresentou "Hino a Camões" e em São Paulo realizou, no Teatro São José, a montagem de "O Guarani". A partir de então, Carlos Gomes passou a dividir seu tempo entre o Brasil e a Europa. No Teatro Lírico do Rio de Janeiro apresentou "O escravo" (1889), em homenagem à Princesa Isabel e</p>		

à Lei Áurea. Com a proclamação da república, perdeu o apoio oficial e a esperança de ser nomeado diretor da Escola de Música do Rio de Janeiro. Retornou a Milão, onde estreou "O condor" (1891), no Scala. Doente, deprimido e em dificuldades financeiras, compôs seu último trabalho, "Colombo", que dedicou ao quarto centenário do descobrimento da América. A obra foi encenada em 1892 no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Em 1895, Carlos Gomes dirigiu "O Guarani" no Teatro São Carlos, de Lisboa, cidade em que foi condecorado pelo rei Carlos I. No mesmo ano, chegou ao Pará, já bastante doente, para ocupar a diretoria do Conservatório de Música de Belém, cargo criado pelo governador Lauro Sodré para ajudá-lo. Morreu em Belém, em 16 de setembro de 1896. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/biografias/carlos-gomes.jhtm>

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Aldeia, da	Tipo de acidente: AH_Rua, Bairro; AF_Morro	Taxionomia: poliotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico português
Etimologia: Aldea, s.f. povoação pequena, de poucos vizinhos, que não tem jurisdição própria, mas depende da Villa, ou Cidade vizinha. § no Brasil, aldeias de índios, são as povoações dos domesticados, e que descem dos sertões. (SILVA, 1789, v.1, p. 54)		
Histórico: Nome: Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Bairro Aldeia . Fundada em: 19 de junho de 2010; Reconhecimento pela FCP – Fundação Cultural Palmares: em 22 de agosto de 2012.		
Informações enciclopédicas: História do Quilombo Aldeia - A comunidade de Aldeia foi formada em 1850, com o matrimônio de Leudobina, filha de escravos com o João Miguel. Eles tiveram nove filhos. Viviam da caça, plantação de arroz, feijão, café, milho e mandioca. O meio de transporte utilizado por eles era a canoa, e navegavam através do rio Una da Aldeia, onde viajavam horas para irem ao médico, visitar parentes, vender seus produtos ou resolver algo na cidade de Iguape. Com o tempo, os filhos de Leudobina Júlia da Silva e João Miguel Dias foram casando, tendo em média seis filhos cada um. Hoje são uma grande família. A comunidade ainda mantém a cultura e o mesmo estilo de vida que seus antepassados tinham, como o baile de reis (reiada), a tradicional farinha de mandioca feita		

artesanamente. Nas terras da comunidade existe um casarão de dois andares chamado de cambicho, onde na época a mãe de Leudobina era mantida como escrava, e também um segundo casarão construído pelos escravos onde se pode observar a senzala em que os escravos da época ficavam no tronco; e no andar superior, seus “senhores”. Existe também um cemitério no morro do Cambicho onde se enterravam os escravos. As terras da comunidade foram doadas na época a escravos que obtiveram sua liberdade. Existem dois casarões em ruínas chamados de quilombo do Bernardo e quilombo do Borge. Ainda existem plantações de jabuticabas que eram cultivadas pelos escravos. Hoje a comunidade tem em sua terra uma igreja e tem por padroeira Santa Isabel. Existem também várias casas pertencentes aos quilombolas e uma escola que se encontra fechada por motivos políticos. As crianças da comunidade vêm enfrentando dificuldades com o fechamento da escola, elas têm que deslocar-se por grandes distâncias para irem à escola, o que só acontece por meio de transporte de barco. Disponível em <http://www.eaacone.org/quilombos-vale-do-ribeira/iguape/aldeia/>

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Morro Seco	Tipo de acidente: AH_ Bairro	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+adjetivo		Origem: léxico português
Etimologia: morro, s.m. terra dura a modo de piçarra. § Monte não muito alto. Telles, Ethiop. f.33. P. Per.2.f.26. Couto,6.6.3. (SILVA, 1789, v.2,p.320)		
Histórico: Nome: Associação Quilombola São Miguel Arcanjo do Bairro Morro Seco. Fundada em: 25 de agosto de 2002. Reconhecimento pela FCP – Fundação Cultural Palmares: em 02 de março de 2005.		
Informações enciclopédicas: História do Quilombo Morro Seco - Segundo pudemos apurar, a fundação da comunidade Morro Seco não obedece a critérios encontrados em outras comunidades de quilombos nas quais já trabalhamos. Nestas, via de regra, há um ancestral fundador, geralmente reconhecido como ex-escravo. Em Morro Seco, os informantes mais antigos – Sr. Bonifácio, de 77 anos e Sr. Armando, de 65 anos – não conseguem se remeter, em termos genealógicos, para além de seus avós paternos e maternos e não apresentam nenhuma história a respeito de como seus antepassados		

chegaram à área em que nasceram e vivem até agora. De acordo com o ponto memorial mais longo alcançado pela comunidade na construção de sua genealogia, o núcleo familiar mais antigo seria aquele formado por Joaquim Alves Sabino, sua esposa Maria Constância do Espírito Santo e seus oito filhos. Um outro núcleo familiar adjacente é aquele formado por Teobaldino Onório Pereira, sua esposa Rita Modesto Pereira e seus três filhos. Grande parte dos moradores atuais da comunidade descende das uniões formadas pelos filhos desses dois casais-chave. A lembrança dos avós, para Sr. Bonifácio e Sr. Armando, nos remete vagamente à origem deles. Maria Constância do Espírito Santo teria ascendência portuguesa enquanto Joaquim Alves Sabino era negro. Em nossas pesquisas no Arquivo do Estado, descobrimos, consultando os Maços de População, que esse tipo de ligação familiar de homens negros ou pardos com mulheres brancas era bastante comum na região de Iguape, o que corrobora a memória dos nossos informantes. Já Teobaldino Onório Pereira é descrito como “branco”, enquanto Rita Modesto Pereira era “uma negra bem escura, africana pura, pequenina com pés e orelhas muito grandes, que se casou bem de idade”. Nossos informantes acreditam que ela “provavelmente” foi escrava. Existem pouquíssimas listagens populacionais referentes a Iguape no período em que acreditamos que Rita pudesse estar listada como escrava (1835- 1870, de acordo com nossas aproximações geracionais). Nas duas únicas listagens disponíveis, as do ano de 1836 e 1846, achamos diversas escravas de nome Rita com idades mais ou menos compatíveis à idade presumida da Rita que procurávamos, mas não é possível concluir pela correspondência exata entre uma dessas escravas e a Rita Modesto Pereira de Morro Seco. Quando indagados sobre a ligação desses ancestrais com a escravidão, nossos informantes dizem que esse assunto nunca foi levantado pelos mais velhos a não ser como um “causo”, uma “falagem”, algo que tanto poderia ser verdade como pura ficção. Segundo relata o Sr. Bonifácio: “Com referência ao caso de escravidão, quando meu pai falava de escravidão, para nós era como se ele tava contando uma história que diz que aconteceu. (...) [Rita, avó materna] ela contava muita história, mas para nós era como que... nós não guardava porque tava contando uma coisa que para nós era um negócio de passatempo... eu acho que uma história, quando a gente conta uma história e a gente tem uma certa noção a gente segura isso. Agora, quando é uma ‘falagem’ só - porque para nós era uma ‘falagem’ – nós não segura. A razão disto era que nós não tinha estudo para confirmar se isso era verdade. Por isso que para poder nós dar crédito, era preciso que os nosso pais contassem aquilo como um caso sério, mas eles não contavam como sério, era como passatempo. (...) Meu pai contava quantas e quantas

histórias que nós tomamos aquilo como ‘coisa do pé da cinza’, como dizia antes”. Com efeito, embora não haja um ‘mito de origem’ da comunidade, ligado à escravidão, é quase um truísmo valer-se de muitos procedimentos para tentar afirmar uma ascendência escrava para o grupo. Ora, a bem da verdade, é desnecessário afirmar que negros brasileiros cujos pais não aportaram nestas terras a passeio após 1889, são todos descendentes de negros cativos. Um “causo” que teria sido contado a Seu Bonifácio pelos seus pais refere-se a um escravo que assassinou seus senhores. Tanto essa história poderia carregar um fundo de verdade que YOUNG (op.cit:364) transcreve uma sentença de morte proferida contra dois escravos que haviam assassinado a família inteira de seus senhores. Disponível em <http://www.eaacone.org/quilombos-vale-do-ribeira/iguape/morro-seco/>

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Valo Grande, do	Tipo de acidente: AF_Canal	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+adjetivo		Origem: léxico português
Etimologia: vallo, s.m. Muro de pedra, ou terra para cercar, defender a entrada; v.g. do arraial. M. Lusit. “cobrir-se com vallos, e estacadas”. Cron. J. III. P.1.c.78 “da terra (da cava) fizerão hum grosso vallo”. Couto, 8.c.20, a liça dos justadores, e torneyos. Lus. 6.65.”já fora vão do vallo” estacada.§ Valla aberta. Ord. L. 1.T.q. § 1 Euf. 5.8. valla de terras de lavoura. (do ingles wall) (SILVA, 1789, p.829, v.2)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: No início do século XIX, a região [de Iguape] consolida-se como produtora e exportadora de arroz. A elite local promove a abertura do Valo Grande. O que se pretendia benéfico ao transporte fluvial da produção, evitando-se o transbordo por terra até o porto marítimo, foi a causa do seu colapso: o efeito imprevisível da intervenção do homem no complexo e equilibrado sistema hidrológico natural alterou o seu destino. O estreito canal entre o rio Ribeira e o Mar Pequeno, aberto por escravos, cujas obras atravessaram dois Impérios, cedeu suas margens de solo arenoso à fúria das águas do rio, que encontraram caminho mais curto para o desnível natural da marinha. A dragagem progressiva das margens assoreou em poucos anos o porto marítimo natural da vila,		

inviabilizando-o para sempre.

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Rocio	Tipo de acidente: AH_Bairro	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico português
<p>Etimologia: s.m. Chuva miúda. Leão, ortogr. f. 72. § fig. Orvalho. Uliss. I. 28. o rocio sutil das puras flores. § Rocio nutrimental. V. suco nutritivo; fig. “são as virtudes ramos esteriles sem o rocio da paciência”. Arraes, 7,1. § V. Recio ou Ressio; posto que hoje dizemos o rocio, ou a praça, e por excellencia huma praça de Lisboa. (a etimol. pede roscio, para distinguir de rocio praça, que dantes dizião Recio, e hoje todos dizem Rocio). (SILVA, 1789, p.637, v.2)</p> <p>Recio, s.m. Duarte Nunes e Leão diz que se deve dizer recio por praça, e rocio do orvalho, ou borriço; outros escrevem Ressio, Ord. Af. z.f.51. Ressios; e roscio por orvalho conforme a Motivação lat. (SILVA, 1789, p.565, v.2)</p>		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: O Rocio, atualmente o bairro mais populoso do município, está separado do centro pelo canal do Valo Grande; no entanto, já existe uma passarela que permite o fácil acesso de pedestres, mas para atingi-lo com veículos motorizados é necessário contornar o Valo até a altura do Porto do Ribeira, um percurso de 3 km. Lá podemos encontrar uma comunidade diversa, em que o caçara tradicional se mescla a um grande número de pessoas vindas de outras localidades do País.</p>		
<p>Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.</p>		

Topônimo: Barra, da; Barra do Ribeira; São José da Barra	Tipo de acidente: AH_Estrada; Rua, Bairro; Rua	Taxionomia: hidrotopônimo; hidrotopônimo; hagiopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+loc. Adj.		Origem: léxico português
Etimologia: barra, s.f. t. de Naut. Entrada para algum porto por entre dois lados de terra		

filme. (SILVA, 1789, p. 265)
Histórico:
Informações enciclopédicas: Distante 18 km do centro de Iguape, é o local onde o rio Ribeira deságua no mar. Com inúmeros atrativos, como o rio Suamirim e a foz do rio Ribeira de Iguape, é excelente para pesca, prática de surfe e passeios de barco e caiaque. É também a porta de entrada para a Estação Ecológica de Juréia-Itatins. O acesso à comunidade inclui travessia por <i>ferry-boat</i> . Muito apreciado pelos veranistas, é um local que ainda mantém suas características de comunidade caiçara. É na Barra do Ribeira–Juréia que se encontra a antiga imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, deixada aqui por espanhóis.
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Vila Garcez	Tipo de acidente: AH_Bairro	Taxionomia: poliotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+adjetivo	Origem: léxico português	
Etimologia: Villa, s.f.Povoação de menor graduação que a Cidade, e superior a aldeia, tem juiz, camara, e pellourinho.§ Cidade: a Villa de Lixboa. Ord. Af.2.f.365 § Moça, ou pessoa de Villa; i.e., pouco polida, e urbana, oposta à cortezã, ou criada em paço, ou serviço de cortezãos, e nobre gente. Eufr.2.3. “não há outra gente se não a que tem criação, (de senhor nobre) que estoutros de Villa são todo o máo ensino”. Ato 5.sec.1 “parece isso de moça de Villa” o ser pejada, e corrida, ou acanhada.§ Casa de campo. Ined.M. § Vila de foro. V. foro. (SILVA, 1789, v.2,p.852)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Porto do Ribeira	Tipo de acidente: AH-Bairro	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo+loc. adjetiva	Origem: léxico português	

<p>Etimologia: porto, s.m. Lugar que dá passada, entrada por terra. Ined. l.f.557 e noutros lugares: daqui a Portagem, que se cobra nos portos de terra. Ined.111.328 se lhes eu mandar fazer alguns portos, ou caminhos em seu termo, que elles nos fação. § Porto de mar, ou rio: lugar capaz à borda de mar, ou rio, que dá passada para terra, e pode receber navios, e abrigá-los de temporaes. § Tomar, ferrar o porto; entrar nelle, e lançar ferro. Vieira. § Abertura, por onde se entra em fazenda, que tem rapigo. § Passo d'alguma montanha: Goes, Cron.do Princ. C.76. § fig. A morte é porto, ou entrada para a eternidade. § Asilo, refugio, fig. De qualquer coisa, que nos salva de trabalhos, e tormentas e angustias: descanso, repouso. (SILVA, 1789, v.2, p.475)</p>
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Gal. Câmara	Tipo de acidente: AH_Praça, Porto	Taxionomia: axio/historiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título+nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: José Antônio Correia da Câmara, segundo Visconde de Pelotas, nasceu em Porto Alegre a 17 de fevereiro de 1824 e faleceu no Rio de Janeiro a 18 de agosto de 1893. Foi um nobre, militar e político brasileiro. Filho do Comendador José Antonio Fernandes de Lima e de Flora Correia da Câmara, era neto materno do primeiro visconde de Pelotas. Sentou praça em 15 de setembro de 1839, no 3º Regimento de Cavalaria, marchando no mesmo dia para combater os revolucionários farroupilhas. Também tomou parte na Guerra contra Rosas, sob as ordens do brigadeiro Manuel Marques de Sousa. Casou, em 1851, com sua sobrinha Maria Rita Fernandes Pinheiro (1829 - 1914), filha do Visconde de São Leopoldo, fixando residência no Solar dos Câmara, em Porto Alegre. Tiveram cinco filhos. Na guerra contra Aguirre, em 1864, apesar de ser de cavalaria, foi voluntário para participar do cerco de Paçandu, Uruguai. Herói da Guerra do Paraguai.</p>		

Ajudou na retomada de Uruguiana, participou das batalhas de Curuzu, Curupaiti, Avaí e Campo Grande, entre outras. Sua bravura nos combates de Avaí lhe rendeu promoção a brigadeiro. Foram suas as tropas que atacaram o último acampamento paraguaio, em Cerro Corá, onde Solano López foi ferido e depois baleado nas barrancas do arroio Aquidabã. Promovido a marechal em 1870, logo depois da guerra, em reconhecimento aos seus serviços, foi agraciado com o título nobiliárquico de Visconde de Pelotas.

Disponível

em

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ant%C3%Bnio_Correia_da_C%C3%A2mara

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Princesa Isabel	Tipo de acidente: AH_Avenida	Taxionomia: axio/historiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: título+nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: A Princesa Isabel (1846-1921) nasceu no Palácio de São Cristóvão, Rio de Janeiro, no dia 29 de julho de 1846, filha do Imperador Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina. Tornou-se a herdeira do trono, com a morte de seus dois irmãos. Sua irmã mais nova, Princesa Leopoldina foi sua grande companheira. Para a educação da futura imperadora e de sua irmã a princesa Leopoldina, D. Pedro II designou como sua primeira preceptora, a Condessa de Barral, filha do Embaixador Domingos Borges de Barros. Para elaborar o vasto e rígido programa de estudos, foram contratados diversos mestres, entre eles o Visconde de Pedra Branca. A princesa Isabel mostrava grande interesse pelo estudo de ciências e de química. Desde cedo a princesa se preocupava com a educação no país. No dia 29 de julho de 1860, a princesa com 14 anos, obedecendo a Constituição, presta juramento de "manter a religião católica, observar a constituição política do País e ser obediente às Leis e ao Imperador". Em 15 de outubro de 1864 a Princesa Isabel casa-se com o Conde D'Eu. No dia 29 de julho de 1871, conforme a Constituição Brasileira de 1824, a Princesa Isabel, ao completar 25 anos, torna-se a primeira senadora do Brasil. Nesse mesmo ano D. Pedro viaja para Europa, D. Isabel assume a regência e no dia 28 de setembro de</p>		

1871 assina a Lei do Ventre-Livre. Em 15 de outubro de 1875, depois de onze anos, nasceu seu primeiro filho, o Príncipe D. Pedro de Alcântara, e em 26 de janeiro de 1878 nasceu seu segundo filho, D. Luís Maria Filipe. Seu terceiro filho D. Antônio Gastão Francisco nasceu na França, em 09 de agosto de 1881 e no mesmo ano a família voltou para o Brasil. A Princesa Isabel assume, pela segunda vez a regência, quando D. Pedro vai à Europa para tratamento de saúde. Nessa época a campanha abolicionista contava com o apoio de vários setores da sociedade e o fim da escravidão era uma necessidade nacional. A princesa aliou-se aos movimentos populares e aos partidários da abolição da escravatura. Eram tensas as relações do ministro Barão de Cotegipe, que era a favor da escravidão, com a princesa. Para não adiar o fim da escravidão, a princesa assinou a demissão do Barão e nomeou o Conselheiro João Alfredo para o seu lugar. No dia 13 de maio de 1888, finalmente D. Isabel assinava a lei Áurea, que dizia: "A partir desta data ficam libertos todos os escravos do Brasil". No dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República e no dia 17, D. Isabel seguiu, com toda sua família, para o exílio. Ficou instalada no castelo da família do Conde D'Eu, na Normandia. Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, morreu no dia 14 de novembro de 1921. Seus restos mortais foram trasladados em 6 de julho de 1953 para o Rio de Janeiro, juntamente com os de seu marido, o Conde D'Eu, para o Mausoléu da Catedral de Petrópolis. Disponível em <http://sitesluangabriel.comunidades.net/index.php?pagina=1455528525>

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Eduardo E. Pereira	Tipo de acidente: AH - Avenida	Taxionomia: antropotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: Erroneamente, a fundação de Iguape é atribuída a Eduardo Ébano Pereira, que, por uma dessas voltas que a história dá, é nome de uma importante avenida no lugar. Na verdade, até mesmo o nome desse personagem está incorreto, pois trata-se de Eleodoro Ébano Pereira que, em 1637, foi nomeado pelo governador do Rio de		

Janeiro, capitão-mor Salvador Correia de Sá, para averiguar a existência de ouro nas capitanias de São Paulo, São Vicente e Paranaguá, principalmente “aquelas minas dos distritos de Iguape, Cananéia e nas vilas de Serra Acima das capitanias do Sul”, segundo nos conta o historiador Júlio Estrella Moreira em seu livro *Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba*. Ébano desempenhou a contento essa missão e demonstrou capacidade no exercício de suas funções, ganhando a estima do governo carioca. Não foi sem razão que, por carta patente de 1648, o general Eleodoro Ébano Pereira foi nomeado “Comandante das Canoas de Guerra” de toda a costa e mares do sul. Assim, Ébano tinha a missão de descobrir, administrar e registrar as minas de ouro e de defender a costa do sul. Waldemiro Fortes, em seu trabalho *A Vila Velha*, de 1920, afirma que, “em 1611, apareceu [em Iguape] o Capitão Eleodoro Ébano Pereira, que conseguiu a mudança da vila para onde hoje está situada a cidade de Iguape, visto ali não haver largueza para se estender, e mesmo por se achar edificada em uma situação sujeita a pilhagem dos piratas. Nesse mesmo ano trataram da mudança da mesma para Iguape, tendo Ébano, com os habitantes, fundado a nova vila de Nossa Senhora das Neves de Iguape, ficando a do Outeiro de Bacharel [no bairro do Icapara] abandonada e conhecida pelo nome de Vila Velha”. Por sua vez, o importante historiador Francisco Negão, em sua *Genealogia Paranaense*, registra que Eleodoro Ébano Pereira passou por Iguape no ano de 1654, razão pela qual “alguns historiadores o dão como fundador da povoação”. Evidentemente, Ébano Pereira não foi o fundador de Iguape, título que, segundo Ernesto Young, deve ser atribuído ao Bacharel Cosme Fernandes. Entrou para a história local, certamente, por ter sugerido a mudança da vila, do bairro do Icapara para o local atual, às margens do Mar Pequeno, conforme afiança Waldemiro Fortes. (in Diegues, 2005a)

Segundo Leme (1914, p.141), “*foi esta villa [Paranaguá] fundada pelos annos de 1648, por Leodoro Ebano Pereira, que tinha sido general da armada das canôas de guerra da costa do mar até o Rio de Janeiro, e com seu filho Tibaldo Pereira, e com Sebastião de Azeredo. Tem esta Villa minas de ouro de lavagem, e tão antigas que já em 28 de Novembro de 1651 ordenou el-rei D. João o 4º ao Dr. Luiz Sallema de Carvalho, desembargador da Relação da Bahia, passasse ao sul para fazer examinar as minas do descobrimento do capitão Leodoro Ebano Pereira*”.

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Saldanha Marinho	Tipo de acidente: AH_Rua	Taxionomia: antropo/historiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Joaquim Saldanha Marinho nasceu em Olinda, Pernambuco, em 1816. Filho do Capitão de Artilharia Pantaleão Ferreira dos Santos e Ágata Joaquim Saldanha, foi jornalista, sociólogo e político brasileiro. Bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife em 1836. Casou-se em 1837, no Rio de Janeiro, com Paulina de Carvalho, de cuja união nasceram três filhos, dentre os quais, Joaquim Saldanha Marinho Jr., professor de matemática. Advogado, foi presidente das Províncias de Minas Gerais e de São Paulo, e deputado pela de Pernambuco. Na sua gestão como presidente da Província de São Paulo, acalmou as lutas políticas entre Liberais e Conservadores. Tal fato foi decisivo para a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, já que envolvia o interesse dos fazendeiros necessitados de transportes para suas mercadorias. Assumiu cargos públicos como o de promotor, advogado do conselho de Estado e juiz dos Feitos da Fazenda em Fortaleza. Na política, teve mandatos de Deputado Geral nos períodos de 1848, 1861 a 1863, 1864 a 1866, 1867 a 1868, 1878 a 1871. Foi senador de 1890 a 1895. Exerceu cargo supremo da maçonaria brasileira, trabalhando pela causa da instrução pública, pela abolição da escravatura e pela República. Foi quem assinou, em primeiro lugar, o célebre manifesto republicano de 1870. Com a proclamação da república, foi um dos autores do anteprojeto da Constituição de 1891. Teve destacada atuação na Questão Religiosa na década de 1870 quando publicou vários artigos em jornais. Foi homenageado ao figurar a extinta cédula de 200 mil réis. Seu esforço foi fundamental para que a rede ferroviária de Jundiaí fosse estendida até Campinas. Quando a estrada de ferro foi inaugurada, em 1872, Saldanha Marinho esteve em Campinas acompanhado de uma filha, onde foi homenageado pela dedicação para que a obra fosse realizada. Saldanha Marinho morreu no dia 27 de Maio de 1895, aos 79 anos, no Rio de Janeiro, e seu corpo foi sepultado no Cemitério São João Batista. (http://blog.msmacom.com.br/saldanha-marinho/)</p>		
<p>Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.</p>		

Topônimo: Ademar de Barros	Tipo de acidente: AH - Avenida	Taxionomia: antropo/historiotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: nome próprio		Origem: léxico português
Etimologia:		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Ademar Pereira de Barros nasceu em Piracicaba (SP) no dia 22 de abril de 1901, filho de Antônio Emídio de Barros e de Elisa Pereira de Barros. Bacharelou-se médico em 1923. Fixando-se no Rio de Janeiro, trabalhou no Instituto Osvaldo Cruz até a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP) para concorrer às eleições de outubro de 1934 para a Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo. Eleito, participou em 1935 da elaboração da Constituição de São Paulo e permaneceu na Câmara Estadual durante a legislatura ordinária subsequente. Em 1936, desligou-se do Executivo estadual para dedicar-se à articulação da sua candidatura para a presidência da República nas eleições previstas para janeiro de 1938. Entretanto, em 10 de novembro de 1937 um golpe militar chefiado pelo próprio presidente Vargas implantou o Estado Novo, cancelando as eleições e suprimindo os partidos políticos e os órgãos legislativos do país. Ademar perdeu então seu mandato de deputado estadual. Com o advento do Estado Novo, os estados voltaram a ser governados por interventores federais nomeados pelo presidente da República. Em abril de 1938, Ademar tornou-se interventor do governo de São Paulo. Em 4 de junho de 1941, Vargas nomeou seu ministro da Agricultura, Fernando Costa, para substituir Ademar de Barros na interventoria de São Paulo. Em 1947, foi eleito governador de São Paulo. Sua administração se caracterizou pela realização de grandes obras públicas. Criou o Plano da Casa Própria Popular, elaborou um plano de água e esgoto para a capital, realizou obras em redes de água no interior, construiu o emissário de Tamanduateí, concluiu as obras do Hospital das Clínicas e das vias Anhanguera e Anchieta, aumentou o número de escolas industriais no interior, criou o Conselho Estadual de Energia Elétrica e a Comissão de Assistência Técnica à Lavoura, e ampliou a Escola de Agronomia Luís de Queirós, em Piracicaba. Deixou o cargo em 1951. Logo depois de empossado, Jânio Quadros começou a empreender uma vasta campanha de desmoralização pessoal e administrativa de Ademar. Sujeito a esses violentos ataques, Ademar teve nas eleições presidenciais de 1955 uma possibilidade de reafirmar seu prestígio e sua força política em nível nacional. Mesmo sem contar com o apoio das forças</p>		

getulistas, procurou atrair a preferência do eleitorado popular com uma campanha fundamentalmente antiudenista. Logo após as eleições, Jânio Quadros voltou à ofensiva com o objetivo de liquidar politicamente Ademar de Barros. No início de março de 1956, o ex-governador foi condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo a dois anos de reclusão. Em 9 de maio de 1956, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu *habeas-corpus* a Ademar. Disposto a retornar ativamente à política, começou a articular sua candidatura à prefeitura de São Paulo em 1957. Essa vitória, que deu a Ademar o controle da Prefeitura de São Paulo entre 1957 e 1961, foi um importante passo para a recuperação da sua força e a preparação do seu novo enfrentamento com Jânio nas eleições para a sucessão estadual, em 3 de outubro de 1958. Em abril de 1961, viajou para Paris, onde estabeleceu residência temporária. Manteve nesse período contatos telefônicos sistemáticos com o Brasil e recebeu frequentes visitas de líderes do PSP, relutando entretanto em candidatar-se novamente ao governo de São Paulo. Por outro lado, a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto e a crise subsequente redefiniram profundamente o quadro político nacional. Essas mudanças afetaram diretamente as possibilidades eleitorais de Ademar, levando-o a modificar sua posição. Durante a fase parlamentarista, o PSP aliou-se à UDN no combate ao retorno do presidencialismo desejado pelos partidários de Goulart. Essa linha geral foi reafirmada por Ademar depois do lançamento de sua candidatura ao governo de São Paulo na convenção do PSP reunida no início de 1962. Ademar venceu o pleito, realizado em outubro de 1962. Logo depois de assumir o governo paulista em 31 de janeiro de 1963, Ademar começou a projetar seu nome nacionalmente, tendo em vista as eleições presidenciais de 1965. Assumiu então a posição de defensor intransigente dos valores tradicionais da sociedade brasileira, que estariam ameaçados pela "comunização do país". Desfraldando a bandeira da ameaça comunista representada pelo governo federal, no início de 1964, Ademar radicalizou suas declarações, frequentemente misturadas com apelos de ordem religiosa, chegando a pregar publicamente a intervenção das forças armadas na luta contra João Goulart. No dia da eclosão do movimento político-militar que derrubou Goulart, 31 de março de 1964, Ademar discursou às 22 horas em cadeia estadual de rádio e televisão comunicando que a sublevação contava com o apoio do governo paulista e do II Exército, chefiado pelo general Amauri Kruel. Nos dias seguintes à consolidação da vitória do movimento, Ademar participou de várias reuniões para a escolha do novo presidente da República. Em 5 de abril, apoiou formalmente a indicação do general Humberto Castelo Branco e orientou a bancada pessepista na Câmara Federal para sufragar seu nome. Apesar

disso, não conseguiu influir na composição do novo ministério, principalmente devido às restrições que a seção paulista da UDN fazia a seu nome. Em 11 de março de 1966 exigiu publicamente a renúncia de Castelo Branco e dois dias depois lançou um manifesto denunciando as "manobras continuístas" do presidente e exigindo a imediata restauração da democracia do país. Em 4 de junho de 1966, Castelo Branco se reuniu com os generais Golbery do Couto e Silva (chefe do Serviço Nacional de Informações) e Ernesto Geisel (chefe do Gabinete Militar da Presidência), e os ministros Mem de Sá (da Justiça), Otávio Gouveia de Bulhões (da Fazenda) e Pedro Aleixo (da Educação), decidindo cassar o mandato e suspender por dez anos os direitos políticos de Ademar. Assim, sua cassação foi assinada no dia 5 de junho de 1966. Ameaçado de prisão, deixou o país em 7 de junho. Exerceu ainda diversas atividades empresariais. Casou-se com Leonor Mendes de Barros, com quem teve dois filhos. Faleceu em Paris, França, no dia 12 de março de 1969. [Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Serra, da; Serrinha, da	Tipo de acidente: AF- Ribeirão; AH- Bairro	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst. serra + sufixo -inha		Origem: léxico português
Etimologia: SERRA ser-ra Sf 3 cadeia de montanhas com muitos picos e quebradas: <i>O montanhismo é praticado nas serras de Teresópolis e Petrópolis.</i> (BORBA, 2004, p. 1277)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Rosário, do	Tipo de acidente: AF- Rio, AH- Largo	Taxionomia: hierotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico português
Etimologia: ROSÁRIO ro-sá-rio Sm [Co] 1 enfiada de 165 contas correspondentes ao		

número de vinte dezenas de ave-marias e vinte pai-nossos, para serem rezados como prática religiosa 2 conjunto de orações rezadas nessa prática religiosa. (BORBA, 2004, p.1233)
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Ribeirão, do	Tipo de acidente: AF-Morro	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: RIBEIRÃO ri-bei-rão Sm curso d’água menor que um rio e maior que um riacho. (BORBA, 2004, p.1225)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Ribeira do Iguape, da	Tipo de acidente: AF-Rio	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst. + loc. adj.	Origem: léxico português	
Etimologia: RIBEIRA ri-bei-ra Sf riacho; córrego: <i>Animais bebem água da ribeira. 2</i> terreno banhado por um rio: <i>Armou sua tenda na ribeira.</i> (BORBA, 2004, p.1225) ribeira, s.f. Terra baixa, que está junto à ribeira, ou rio; ribeira do mar, praia; ribeira do rio, borda, margem. Costa, Virg. Galbegos “do Rheno as humidas ribeiras”. § As serras, que ficão ao longo do curso de hum rio, e perto delle. § Ribeiro. Epanaforas, f. 332, procedião caudalosas ribeiras, e Naufr., de Sepulv. F. 86y.§ Terra que no inverno foi lavada do rio. (SILVA, 1789, p.631,v.2)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		

Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Recreio, do	Tipo de acidente: AF-Morro	Taxionomia: animotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: RECREIO re-crei-o Sm [Co] 1 intervalo entre as aulas de uma escola, em que os alunos brincam e tomam lanche: <i>Durante o recreio a aluna ficava na capela.</i> 2 lugar de lazer; clube: <i>Jogava no Recreio dos Bancários.</i> [Ab] 3 recreação: <i>O pátio de recreio era o lugar preferido das crianças.</i> (BORBA, 2004, p.1184)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Prainha, da	Tipo de acidente: AH-Bairro	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+sufixo-inha		Origem: léxico português
Etimologia: PRAIA prai-a Sf [Co] 1 orla da terra na beira do mar, geralmente coberta de areia ou coberta de terra ou de cascalho fino 2 extensão do leito dos rios que fica a descoberto e coberta de areia quando as águas baixam muito 3 região banhada pelo mar; costa; litoral; beira-mar; orla: <i>Meu sonho é ter uma bela casa na praia.</i> (BORBA, 2004, p.1105)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Três Pontes, das	Tipo de acidente: AF-Morro	Taxionomia: ergotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106

Estrutura morfológica: numeral+subst.	Origem: léxico português
Etimologia: PONTE pon-te Sf [Co] 1 obra construída para fazer a comunicação entre dois lugares que se separam por curso d'água, por depressão de terreno ou por estrada: <i>Essa ponte é perigosa, posso rolar lá embaixo!</i> 2 qualquer estrutura que liga duas partes: <i>A ponte ficava entre o segundo e o terceiro pavimentos do palco.</i> 5 ligação: <i>Mantenha-se sempre na ponte entre o visível e o invisível.</i> (BORBA, 2004, p.1093)	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.	

Topônimo: Pinheiro, do	Tipo de acidente: AH- Porto	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico português	
Etimologia: PINHEIRO pi-nhei-ro Sm grande árvore de tronco ereto com casca espessa, madeira resinosa de boa qualidade e folhas rígidas. (BORBA, 2004, p.1074)		
Histórico:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Pico Alto, do	Tipo de acidente: AH-Bairro	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+adjetivo	Origem: léxico português	
Etimologia: PICO pi-co Sm [Co] 1 ponta aguda de um monte; cimo; cume: Carlos e o pai foram juntos na direção o pico da montanha. 2 ponto mais elevado: No pico do edifício, uma antena enorme. (BORBA, 2004, p.1071)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Pastinho	Tipo de acidente: sem termo específico	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst. pasto + sufixo-inho	Origem: léxico português	
Etimologia: PASTO pas-to Sm [Co] 1 qualquer erva rasteira que serve de alimento ao gado; terreno onde há ervas ou vegetação rasteira para alimento dos animais 2 comida; alimentação: <i>Se eram fregueses do coronel, o pasto era de graça.</i> (BORBA, 2004, p. 1036) Pastinho - diminutivo de pasto, s.m. O campo, onde o gado pasta; a herva, de que come; e todo o alimento, do homem, aves etc Amaral, II. Fazião os homens pasto de beldroegas. § Daqui casa de pasto, onde cada um come por seu dinheiro. § a madeira pasto do fogo. Arraes, 3.I.U.Cevo.§ Os cadáveres, pasto de cães, e aves carniceiras.§ Bom pasto; boa mesa; comer delicado. Guia de casados.§ Comer a pasto, i.e., com fartura; e nas estalagens é comer a fartar por um preço certo por cada pasto, e não pedindo um tanto de cada coisa. Barreiro, Corogr. f.202. (SILVA, 1789, v.2, p.409)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Paraíso Mirim	Tipo de acidente: AH-Bairro	Taxionomia: hierotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst. + adj.	Origem: léxico português+brasílico	
Etimologia: PARAÍSO pa-ra-í-so Sm 1 segundo o Velho Testamento, lugar das delicias onde Deus colocou Adão e Eva; paraíso terrestre; Éden: <i>Dizia-me isso com um sorriso nos lábios como se este mundo fora o Paraíso Terrestre.</i> 2 segundo o Novo Testamento, lugar destinado aos bem-aventurados: <i>Minha avó dizia que um dos anjos guarda o Paraíso.</i> 3 lugar de felicidade; lugar muito aprazível: <i>Num paraíso desses até eu queria morar.</i> 4 lugar ideal: <i>Isto aqui é o paraíso dos comilões.</i> (BORBA, 2004, p.1024)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Palhal, do	Tipo de acidente: AF-Córrego, Ribeirão	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst. + sufixo al	Origem: léxico português	
Etimologia: PALHA(L) pa-lha Sf 1 haste seca das gramíneas; parte maleável que cobre as espigas dos cereais: <i>palha do milho; cigarro de palha</i> 2 folha seca e palmeira: <i>teto de palha; palha de coqueiro</i> 3 tira seca e maleável de junco, taquara ou vime usada para tecer objetos: <i>esteira de palha</i> . (BORBA, 2004, p.1014)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Morrete; Morretes	Tipo de acidente: sem genérico; AF_Córrego	Taxionomia: geomorfotopônimo; corotopônimo; geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+sufixo ete(s)		Origem: léxico português
Etimologia: MORRO mor-ro (<i>Or Duv</i>) Sm 1 monte pouco alto; outeiro; colina: <i>Do alto do morro a gente avistava a aldeia. 2</i> favela situada em lugar elevado: <i>O sonho do menino era mudar-se do morro e ser médico.</i> (BORBA, 2004, p.941)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Mineiros, dos	Tipo de acidente: AF-Ribeirão	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo plural	Origem: léxico português	
Etimologia: MINEIRO ₁ mi-nei-ro Adj 1 natural ou habitante do estado de Minas Gerais: Os <i>políticos mineiros são muito habilidosos</i> . (BORBA, 2004, p.922)		

MINEIRO ₂ mi-nei-ro Sm 1 minerador: <i>Porta-voz da companhia acusava os mineiros de falta de cuidado no manuseio da dinamite.</i> (BORBA, 2004, p.922)
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Limeira, da	Tipo de acidente: AF-Ribeirão	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: LIMEIRA li-mei-ra Sf árvore do porte da laranjeira, cujo fruto é chamado de lima ou lima-da-pérsia. (BORBA, 2004, p.844)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Lagoa, da; Lagoa dos Carvalhos	Tipo de acidente: AH-Rua; Bairro, Escola	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: LAGOA la-go-a Sf 1 pequeno lago: <i>A chuva de inverno aumentou a lagoa. 2</i> porção de água pantanosa; atoleiro; charco: <i>uma lagoa de lama.</i> (BORBA, 2004, p.822)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Ilha Grande	Tipo de acidente: AH-Rua, Bairro	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst. + adj.	Origem: léxico português	

Etimologia: ILHA i-lha Sf 1 porção de terra cercada de água por todos os lados 2 o que, por ser o único, é visto como algo isolado ou raro: <i>Queria escapar por uns dias para aquela ilha de tranquilidade.</i> (BORBA, 2004, p. 732)
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Glória, da	Tipo de acidente: AH-Bairro	Taxionomia: animotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico português	
Etimologia: GLÓRIA gló-ri-a Sf 1 honra; orgulho: <i>O autor teve a glória de ser um dos primeiros a receber o prêmio.</i> (BORBA, 2004, p.681)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Fonte, da	Tipo de acidente: AF-Córrego	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico	
Etimologia: FONTE fon-te Sf 1 nascente; mina: <i>Viu o sangue correndo como água de fonte de pé de serra.</i> 2 construção de alvenaria, com uma ou mais bicas por onde corre água; chafariz. (BORBA, 2004, p.633)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Esteiro, do	Tipo de acidente: AF-Córrego	Taxionomia: sem classificação
------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------

Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva		Origem: léxico
Etimologia: ESTEIRA es-tei-ra Sm [Co] 1 porção revolvida de água que a embarcação deixa atrás de si: <i>uma esteira de espuma</i> . (BORBA, 2004, p. 555). Não foi encontrada a entrada esteiro.		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Estaleiro, do	Tipo de acidente: AH-Bairro	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico português	
Etimologia: ESTALEIRO es-ta-lei-ro (<i>Fr</i>) Sm lugar onde se constroem ou se consertam embarcações. (BORBA, 2004, p.552)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Espraiado, do	Tipo de acidente: AH- Rua, Bairro; AF- Rio	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: ESPRAIADO es-prai-a-do Adj 1 lançado à praia: ondas espraçadas 4 espalhado: <i>O governo voltou a atenção para as carências espraçadas em todas as áreas.</i> (BORBA, 2004, p. 546)		
Histórico: atualmente o bairro denomina-se Despraçado.		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Espia, do	Tipo de acidente: AF-Morro	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: ESPIA es-pi-a (<i>Ital</i>) S [Co] 1 quem observa secretamente as ações de outrem; espião: <i>Os espias conseguiram infiltrar-se na sede do governo</i> [Ab] 2 vigilância; espreita: <i>Os dois agentes passaram a noite na espia.</i> (BORBA, 2004, p. 542)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Ermo, do	Tipo de acidente: AF- Morro	Taxionomia: sem classificação
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva		Origem: léxico português
Etimologia: ERMO er-mo Sm 1 lugar desabitado; deserto: <i>Os bandeirantes tinham propriedades nos ermos da Bahia.</i> Adj 2 solitário; afastado: <i>uma rua erma, sem grande movimento.</i> (BORBA, 2004, p.518)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Engenho(s), do(s)	Tipo de acidente: AF- Rio, Morro; AH- Rua, Bairro, Porto	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: ENGENHO(S) en-ge-nho Sm [Co] 1 propriedade agrícola onde se industrializa a cana-de-açúcar: <i>Houve invasão de engenhos em Pernambuco</i> 2 conjunto de máquinas e aparelhos destinados à industrialização de cana-de-açúcar: <i>Os holandeses não operavam os engenhos por conta própria.</i> (BORBA, 2004, p.496)		
Histórico:		

Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Coroa Nova, da	Tipo de acidente: AF-Ilha	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst. + adjetivo		Origem: léxico português
Etimologia: COROA co-ro-a Sf [Co] 16 cume; cimo: <i>Ao longe se viam as coroas azuladas das montanhas.</i> (BORBA, 2004, p. 347)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Colônia Central, da	Tipo de acidente: aH-Rua, Bairro	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica:		Origem: léxico português
Etimologia: COLÔNIA co-lô-ni-a Sf 1 grupo de pessoas de mesma nacionalidade, que vive numa região limitada de outro país: <i>a colônia japonesa no Brasil.</i> (BORBA, 2004, p.303)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Cedro(s), do(s)	Tipo de acidente: AF-Rio; AH- Avenida	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva		Origem: léxico português
Etimologia: CEDRO ce-dro Sm 1 árvore de grande porte, sem ramificação, com casca grossa, flores grandes e brancas, e fruto capsular lenhoso com muitas sementes 2 a madeira extraída dessa árvore: <i>Um banco de cedro foi fixado na praça.</i> (BORBA, 2004, p.259)		

Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Casqueiro	Tipo de acidente: AF-Ribeirão	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo	Origem: léxico português	
Etimologia: CASQUEIRO cas-quei-ro Sm 3 depósito antigo de ostras e outras conchas; sambaqui. (BORBA, 2004, p.250)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Caracol, do	Tipo de acidente: AF- córrego	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. Adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: CARACOL ca-ra-col (<i>Or Duv</i>) Sm 1 pequeno molusco de corpo mole e viscoso, sem membros, com duas antenas na parte frontal do corpo e uma concha fina em forma de espiral às costas. (BORBA, 2004, p.237)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Canela, da	Tipo de acidente: AF-Rio	Taxionomia: fitotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico português	
Etimologia: CANELA ca-ne-la Sf (<i>Fr</i>) 1 árvore de grande porte, de casca odorífera 2 madeira extraída dessa árvore: <i>um móvel de canela</i> . (BORBA, 2004, p.229)		

Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Campo Largo	Tipo de acidente: AH-Bairro	Taxionomia: geomorfotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+adj.		Origem: léxico português
Etimologia: CAMPO cam-po Sm [Co]1 extensão de terra sem mata 2 terreno extenso, mais ou menos plano, destinado à pastagem: <i>Havia um campo reservado aos animais.</i> (BORBA, 2004, p.227)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Cachoeira, da	Tipo de acidente: AF-Ribeirão, Córrego	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico português
Etimologia: CACHOEIRA ca-cho-ei-ra Sf 1 queda d'água, em rio ou ribeirão, cujo leito apresenta declive; cascata 2 trecho de rio onde as águas correm rápido devido à inclinação do terreno; corredeira. (BORBA, 2004, p.213)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Bezerra, da	Tipo de acidente: AF- Serra	Taxionomia: zootopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva		Origem: léxico português
Etimologia: BEZERRA/BEZERRO be-zer-ro (<i>Or Duv</i>) Sm boi novo; vitelo; novilho. (BORBA,		

2004, p.176)
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Bateçaria, da	Tipo de acidente: AF-Córrego	Taxionomia: sem classificação
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico português
Etimologia: BATEÇÃO ba-te-ção Sf batimento contínuo: <i>Não suportava mais aquela bateção de martelo na parede do apartamento contíguo.</i> (BORBA, 2004, p.167). A entrada bateçaria não foi encontrada.		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Barro Branco, do	Tipo de acidente: AF-Córrego	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: subst.+adj.		Origem: léxico português
Etimologia: BARRO bar-ro (<i>Or Duv</i>) Sm 1 argila fofa e gordurosa, amassada com água e usada no fabrico de utensílios: <i>jarras de barro 2</i> terra amolecida pelas chuvas: <i>As rodas do carro estavam cheias de barro.</i> (BORBA, 2004, p. 165)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Barreiro, do	Tipo de acidente: AF- Morro	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva		Origem: léxico português

Etimologia: BARREIRO bar-rei-ro Sm terra alagada; lamaçal: <i>Os filhos brincavam num barreiro atrás da casa.</i> (BORBA, 2004, p. 164)
Histórico:
Informações enciclopédicas:
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Areias, das	Tipo de acidente: AH-Bairro	Taxionomia: litotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva		Origem: léxico português
Etimologia: AREIA a-rei-a Sf substância mineral, em grânulos ou em pó, proveniente de erosões rochosas. (BORBA, 2004, p.105)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Nossa Senhora de Copacabana	Tipo de acidente: AH - Alameda	Taxionomia: hierotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		
Estrutura morfológica: pronome + substantivo + loc. adj.		Origem: léxico português + quéchua
Etimologia: A palavra Copacabana é de origem quechua, no original é kupa kawana e significa “olhando o lago”.		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: A Virgem de Copacabana foi talhada por um índio chamado Tito Yupanqui, nos anos 1600. A imagem, chamada Nossa Senhora Candelária, foi colocada na margem do Lago Titicaca, onde permanece até os dias de hoje. O povo indígena da região começou a chamá-la de Nossa Senhora de Copacabana, “aquela que olha o lago”. Quando uma réplica foi trazida para o Rio no final do século XVII, por um comerciante português, já chegou com o novo nome, batizando a Freguesia da praia do Forte com o seu		

nome. Hoje é uma praia e um bairro do Rio de Janeiro. (CHIARADIA, 2008)
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.

Topônimo: Prelado	Tipo de acidente: AH_Rua, Bairro, Porto	Taxionomia: hierotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo		Origem: léxico português
Etimologia: latim <i>praelatus</i> , a, um 'levado adiante ou além; concedido antes; determinado; preferido; ver –fer.; f.hist. sXV perllados		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: 1. título honorífico de alguns dignitários eclesiásticos (como p.ex. bispos, abades, provinciais etc) 2. Título do reitor da Universidade de Coimbra 3. Oficial da residência do papa, que está autorizado a vestir o hábito roxo. (Houaiss, 2001, p. 2286) Em Silva (1789, p.491, v.2), temos Prelado s.m. Superior na Ordem Jerarchica Ecclesiastica Secular, ou Regular. (s XIII cf Fich IVPM)		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Coveiro	Tipo de acidente: AH – Bairro; AF_ Córrego	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: substantivo cova + sufixo -eiro		Origem: léxico português
Etimologia: coveiro, s.m. o que abre covas nas Igrejas. (SILVA, 1789, v.1,p.343)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Topônimo: Enseada de Iguape	Tipo de acidente: AF - enseada	Taxionomia: hidrotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106

Estrutura morfológica: subst.+loc. Adj.	Origem: léxico português
Etimologia: Em <i>O tupi na geografia nacional</i> , SAMPAIO (1955, p. 248), define: Igoá corr. Y-guá , o seio d'água, a enseada, a baía; a bacia fluvial, o lagamar. 96. São Paulo. V. Iguá. Iguá corr. Y-guá , o seio d'água, o mesmo que igoá . enseiada , s.f. arco à borda do mar, formado a modo de sino ou seio, onde as embarcações podem estar, com menos segurança que nos portos; sino menor: golfo pequeno com praia curva. Lucena f. 50.c.2, fazendo a costa hum grande arco, a que chamamos enseiada. (SILVA, 1789, v.1, p.507) ENSEADA en-se-a-da Sf pequena baía; angra: <i>O barco havia aportado numa enseada.</i> (BORBA, 2004, p.502)	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.	

E aqui, o único topônimo do léxico africano encontrado em Iguape.

Topônimo: Quilombo, do	Tipo de acidente: AF-Morro	Taxionomia: sociotopônimo
Localização – Município: Iguape/SP		Geocódigo: Distrito 362030106
Estrutura morfológica: loc. adjetiva	Origem: léxico africano	
Etimologia: QUILOMBO qui-lom-bo (<i>Afr</i>) Sm 1 refúgio de escravos fugidos: <i>O escravo fugiu correndo para o quilombo.</i> 2 conjunto de escravos refugiados: <i>O quilombo se aproximou, atraído pelo som dos tambores.</i> (BORBA, 2004, p.1159)		
Histórico:		
Informações enciclopédicas: originário do léxico africano		
Fonte: Carta Topográfica 1:10.000, IGC, 1989; Mapa Municipal Estatístico 1:50.000, IBGE, 2007.		

Apresentamos aqui apenas algumas fichas do léxico português e uma do africano à guisa de exemplificação. A grande maioria dos topônimos encontrados é de nomes de ruas que homenageiam cidadãos iguapenses, personalidades desconhecidas do grande público e que não têm interesse para os objetivos deste trabalho.